

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO NA IMPRENSA CATÓLICA: AS
REPRESENTAÇÕES DO JORNAL A *DEFESA* SOBRE A
FORMAÇÃO DA JUVENTUDE (1961-1969)**

Ana Luzia Santos

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO NA IMPRENSA CATÓLICA: AS
REPRESENTAÇÕES DO JORNAL *A DEFESA* SOBRE A
FORMAÇÃO DA JUVENTUDE (1961-1969)**

Ana Luzia Santos

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Educação sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2006**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Ana Luzia
S237e Educação na imprensa católica : as representações do
jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969) /
Ana Luzia Santos. – São Cristóvão, 2006.
213 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-
Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2006.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento

1. Educação. 2. Imprensa católica – Jornal A Defesa –
Representações educacionais. 3. Diocese de Própria, SE –
Formação de jovens. I. Título.

CDU 374.3:070(813.7Própriá):262.3

Aprovado pela Comissão examinadora

Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento

Prof^a. Dr^a. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

Prof^a. Dr^a. Sara Martha Dick

Suplente

AGRADECIMENTOS

Ao colocar um ponto final nessa tarefa tão árdua, me encontro no momento de agradecer àqueles que deram sua contribuição para que essa pesquisa fosse realizada. Assim, agradeço:

A minha mãe pela paciência e apoio.

Aos meus irmãos Raimundo e Conceição pelas colaborações nos momentos de aflição.

Ao Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento por ter acreditado em mim quando eu não acreditava. Sem ele eu não teria chegado até aqui.

A prof. Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas pelas preciosas sugestões.

Ao prof. Dr. Josenildo Guerra pela leitura e contribuição na qualificação.

A professora Dra. Sara Martha Dick pela leitura e pela contribuição na defesa dessa dissertação.

A professora Ester pela força e pela confiança.

Ao professor Péricles Moraes de Andrade Júnior pelos livros emprestados.

A todos os professores do Mestrado, os quais deram grande suporte para o meu crescimento acadêmico.

Aos colegas do Mestrado por terem me proporcionado bons momentos de aprendizagem e de alegria.

A Cris Vitório pela ajuda e pela amizade.

A Vera pela leitura e pela amizade.

A Garibaldi, sempre presente nos momentos em que precisei do seu auxílio.

A Gizélia e Denilsa por terem contribuído para que eu pudesse superar algumas dificuldades do início do Mestrado.

A Edson pelo auxílio freqüente.

Aos responsáveis pela Diocese de Propriá, especialmente a Moacir e ao padre Elias, por terem possibilitado o meu acesso à maior parte das edições do jornal *A Defesa*.

A Dona Carminha e às funcionárias do Instituto Dom Luciano Duarte pela excelente recepção no acervo do estabelecimento.

A todos os funcionários dos arquivos pesquisados.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	i
Lista de Figuras.....	ii
Resumo.....	ii
Abstract.....	iv
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – O JORNAL A DEFESA COMO DISPOSITIVO EDUCACIONAL	3
0	
1 1– A imprensa católica.....	30
1.2 – O jornal <i>A Defesa</i> : entre a produção e a distribuição.....	34
1.3– A manutenção.....	40
1.4 – Os editoriais e outros dispositivos educativos.....	43
1.5 – Os preços.....	48

1.6 – Os anúncios.....	52
1.7 - A organização material.....	67
1.8 - A organização discursiva.....	70

CAPÍTULO II – O CONCÍLIO VATICANO II E A IGREJA BRASILEIRA.....
.....7
8

2.1 – A preparação e a realização do Concílio Vaticano II.....	79
--	----

2.2 – A Igreja e o diálogo com o mundo contemporâneo.....	83
---	----

2.3 – A secularização que motivou a realização do Concílio Vaticano II.....	92
---	----

2.4 – As representações sobre o Concílio.....	94
---	----

2.5 – A emergência da Teologia da Libertação.....	98
---	----

2.6 – A Igreja brasileira e a apropriação das diretrizes do Concílio.....	101
---	-----

CAPÍTULO III – O JORNAL A DEFESA E A RENOVAÇÃO DO CATOLICISMO.....
.....10
6

**CAPÍTULO IV – AS REPRESENTAÇÕES DO JORNAL A DEFESA SOBRE A
FORMAÇÃO DA JUVENTUDE.....125**

4.1 – Juventude transviada ou famílias desregradas?.....
135

4.2 – Formar moças para impedir a dissolução da instituição
familiar.....153

4.3 – O jornal em defesa das vocações
sacerdotais.....164

4.4 – A censura católica voltada para a juventude: o alerta contra o mau cinema e outros bens
culturais.....16
8

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS.....172**

**FONTES
CONSULTADAS.....179**

**BIBLIOGRAFIA.....19
2**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cobrança da assinatura do jornal <i>A Defesa</i>	42
Figura 2 – Cobrança da assinatura do jornal <i>A Defesa</i>	42
Figura 3 – Apelo aos assinantes de <i>A Defesa</i>	43
Figura 4 – Anúncio de <i>A Integral</i>	53
Figura 5 – Anúncio Casa Souza	53
Figura 6 – Anúncio Irmãos Peixoto	54
Figura 7 – Anúncio Joalheria e Ótica União	54
Figura 8 – Anúncio de Banco do Nordeste S.A	55
Figura 9 – Banco Rezende Leite S.A	56
Figura 10 – Anúncio da Moveleira São José	56
Figura 11 – Anúncio da Moveleira São José	57
Figura 12 – Anúncio de Loja Eletrolar	57
Figura 13 – Anúncio do Banco da Produção e Comércio S/A	58
Figura 14 – Anúncio do Restaurante São Francisco	58
Figura 15 – Anúncio da Padaria e mercearia São José	59
Figura 16 – Fotografias em geral	59

Figura 17 – Anúncio de A Imperatriz	60
Figura 18 – Anúncio de A Popular	60
Figura 19 – Anúncio de Casa Figueiredo	61
Figura 20 – Anúncio de Rosely Cardoso Prado Bastos – advogada	61
Figura 21 – Anúncio de Dr. Aloízio Gomes – médico	62
Figura 22 – Foto do bispo Dom José Brandão de Castro	66
Figura 23 – Foto do bispo Dom José Brandão de Castro.	67
Figura 24 – Emblema da Paróquia de Neópolis	68
Figura 25 – Aviso de curso para moças	70
Figura 26 – Texto alertando as moças contra o relacionamento com homens casados	71
Figura 27 – Poema sobre a felicidade	72
Figura 28 - Título de matéria	73
Figura 29 – Título de matéria	73
Figura 30 – Título de matéria	73
Figura 31 – Título de matéria	73
Figura 32 – Título de matéria	74

Figura 33 – Título de matéria	74
Figura 34 – Título de matéria	74
Figura 35 – Título de matéria	74
Figura 36 – Título de matéria	75
Figura 37 – Título de matéria	75
Figura 38 – Título de matéria	75
Figura 39 – Título de matéria	75
Figura 40 – Título de matéria	75
Figura 41 – Sonetos a um jovem	133

RESUMO

Este trabalho aborda as *representações* educacionais que foram difundidas pelo jornal católico *A Defesa*, especialmente aquelas que tratam da formação da juventude, entre 1961 e 1969. Através do estudo das edições que circularam nesse período, objetiva-se conhecer os sentidos que o clero da Diocese de Propriá - responsável pela produção do impresso - atribuiu à educação informal dos jovens e à sua função social. A análise é realizada à luz dos conceitos de *representação, apropriação e materialidade* de Roger Chartier, e de *civilização* de Norbert Elias. Faço uso também do *método indiciário* sugerido pelo historiador italiano Carlo Ginzburg e da noção de *documento-monumento* de Jacques Le Goff. A pesquisa efetuada mostra que apesar dos significados pejorativos que foram conferidos à efervescente juventude daquele decênio, os produtores de *A Defesa* entenderam que se lhes fosse oferecida uma educação correta, fundamentada pelos princípios católicos, os diferentes grupos juvenis poderiam cumprir com êxito a tarefa de impedir a dissolução da instituição familiar, evitando assim a ruína da civilização cristã.

Palavras-chave: Jornal *A Defesa*, educação, *representação*, juventude, Diocese de Propriá

ABSTRACT

This paper approaches the educational patterns that had been spread out by the catholic journal “A Defesa”, specially those related to youth formation between 1961 and 1969. Through an overview of the releases that had been issued over that period, the aim was to Know the role that the Diocese of Propriá clergy – in charge to issue the journal – played to the informal formation of the youngsters and their social function. The analysis carried through the concepts of civilization of Norbert Elias. I also make use of index method suggested by the Italian historian Carlo Ginzburg and of Jacques Le Goff notion of document-monument. The research shows that besides the pejorative meaning that had been given to the effervescent youth of that ten years period, the publishers of “A Defesa” had understood that if a correct education was offered to them, based on the catholic principles, the different youthful groups could have succeeded preventing the dissolution of the familiar institution, thus avoiding the fall of the Christian civilization.

Keys-words: Journal A Defesa, education, representation, youth, Diocese of Propriá.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata das *representações* educacionais que o clero da Diocese de Propriá produziu sobre a juventude durante a década de 1960, e difundiu através do jornal *A Defesa*, que é fonte e objeto deste estudo.

A proposta inicial da pesquisa era estudar todas as edições do jornal *A Defesa* que circularam entre 1932 e 1990. Nos primeiros contatos com o impresso, busquei as matérias, notas e anúncios referentes à educação formal. Até aquele momento, o jornal se apresentava para mim como a principal fonte para analisar os discursos que o clero da Diocese de Propriá tinha dirigido às escolas da micro-região sergipana do Baixo São Francisco e aos seus membros. Embora nutrisse uma grande simpatia pela *Nova História Cultural*, eu ainda não tinha me apropriado suficientemente desse viés teórico, o que me impossibilitava de pensar meu objeto de forma diferente. Foi cursando as disciplinas do Mestrado em Educação que me aproximei mais das metodologias e das teorias defendidas por essa corrente historiográfica. Essa aproximação, aliada ao contato mais freqüente com o jornal, me permitiu enxergar novas possibilidades para minha pesquisa. O impresso que antes era a minha fonte primordial, tornou-se também objeto de análise. Ao invés de me ocupar apenas com os discursos direcionados à educação escolar, percebi que o estudo seria mais relevante se eu analisasse o jornal como dispositivo educacional. Então, me voltei para a educação informal, mais especificamente para a formação do “bom católico” proposta pela folha católica. Naquela ocasião, pretendia estudar a produção, a circulação e a apropriação dos ensinamentos difundidos através de *A Defesa*.

Mas era necessário fazer recortes, pois me deparei com uma quantidade muito grande de material para ser examinado. Eram muitos os temas dirigidos à formação dos fiéis. Realizei então um recorte cronológico, limitando minha análise à década de 1960. Essa escolha se justifica pelo fato de aquele decênio ter constituído um marco na história do catolicismo, com a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), que objetivava renovar a Igreja Católica. Além disso, em 1960, tinha ocorrido a fundação da Diocese de Propriá e, no ano seguinte, o jornal *A Defesa* havia se tornado órgão oficial de imprensa daquela nova Diocese. Assim, meu interesse foi direcionado para as percepções e propostas educacionais que foram geradas pelo recém-chegado clero diocesano.

No entanto, a delimitação do objeto ainda era muito vasta. Selecionei então um dos grupos mais visados pelas propostas educativas do jornal católico: a juventude. Era uma tarefa difícil e ao mesmo tempo fascinante tratar dos jovens numa época em que muitos deles se apresentaram de forma tão efervescente. Ao fazer essa escolha, vi surgir uma outra questão: a diversidade de grupos juvenis. Mas observei que o jornal *A Defesa* dava ênfase à formação de três grupos de jovens: os ditos transviados, as moças e os rapazes com vocação para o sacerdócio. Minha pesquisa se voltou para eles.

Por outro lado, entendi que o tempo disponível para a realização do estudo não possibilitava a análise conjunta da produção, circulação e apropriação dos discursos e das propostas educativas veiculadas em *A Defesa*. Por isso, optei por abordar brevemente alguns aspectos da produção e da circulação e passei a dar maior ênfase às *representações* que os produtores do periódico católico forjaram sobre os três grupos juvenis já referidos.

Em meio às delimitações do meu objeto, passei a atribuir grande importância à parte material do jornal. Compreendi que o estudo restrito ao conteúdo não demonstraria a dimensão das *representações* acerca da educação juvenil difundidas por intermédio da folha católica. Ciente disso, voltei aos arquivos da Diocese de Propriá e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e fotografei as edições de *A Defesa* referentes à década de 1960 pela segunda vez, já que, quando tirei as primeiras fotografias, não considerei necessário reproduzir o material na íntegra e desprezei fontes ricas de informações, a exemplo dos anúncios.

Esse breve relato acerca da pesquisa que resultou nesse trabalho objetiva trazer à luz algumas experiências que muitas vezes são ocultadas, passando a idéia de que não são relevantes. No entanto, é importante ressaltar que o processo de coleta de dados e de construção de uma dissertação é também um processo histórico que permite ao pesquisador atribuir sentido ao fenômeno estudado. Nesse sentido, este texto é um produto da *apropriação* que eu fiz das edições do jornal *A Defesa* concernentes ao decênio de 1960 e das demais fontes aqui utilizadas. As seleções e delimitações realizadas refletem não só o modo como eu me *apropriei* das leituras que fiz das minhas fontes, mas também as *representações* que criei a partir delas.

No contato com as minhas fontes primordiais, compreendi que a imprensa católica não deve receber o mesmo tratamento que a imprensa laica. Ambas apresentam divergências, especialmente no que concerne à difusão das notícias e idéias. Embora seja comum se deparar com a comercialização das informações veiculadas em jornais, revistas, livros ou outros impressos, em

se tratando da imprensa católica, pode-se afirmar que sua produção não se destina primordialmente ao comércio. Seu objetivo principal é difundir a mensagem cristã e conformar seus leitores aos princípios do catolicismo. Assim, ao jornal católico *A Defesa* foi atribuída também a incumbência de orientar a formação da juventude. Para justificar as suas propostas educativas, os produtores da folha católica forjaram e difundiram *representações* que determinavam o que era considerado correto ou inadequado na promoção da educação juvenil. Esse periódico tornou-se um importante dispositivo educacional a serviço do clero que compôs a Diocese de Propriá.

Os clérigos da Diocese de Propriá depositaram grandes esperanças na juventude. Seguindo as diretrizes advindas do Concílio Vaticano II (1962-1965), que lançaram à Igreja o desafio de se renovar para cumprir o objetivo de congregar a tradição cristã e a cultura contemporânea, movida pela secularização, os produtores de *A Defesa* atribuíram aos jovens a tarefa de construir uma sociedade capaz de associar a fé católica aos valores culturais vigentes no mundo contemporâneo., Utilizaram o referido impresso para difundir seus discursos educativos e consolidar suas percepções acerca da educação da juventude, na perspectiva de orientar a formação moral e espiritual de diversos grupos juvenis, principalmente daqueles que mantinham uma relação mais estreita com os problemas que dificultavam a manutenção da fé e da moral defendidas por aquele clero.

Ao discutir propostas católicas para os jovens, é importante salientar que o termo juventude não recebeu a mesma significação em todos os tempos e em todas as sociedades. “Como as demais épocas da vida, quem sabe numa medida mais acentuada, também a juventude é uma construção social e cultural”.¹ Dessa forma, o período da vida caracterizado como juvenil não pode ser reduzido a uma definição única e fechada. Em diferentes épocas, espaços e análises, essa fase foi norteadada por situações, realizações, valores e objetivos distintos.

Assim, não existe uma juventude única, com características universais e imutáveis². A condição do jovem não se mantém a mesma em sociedades que apresentam modelos

¹ Cf. LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean Cloude. *História dos jovens 1: da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 7-8.

² Em diferentes espaços e temporalidades nos deparamos com vários adjetivos atribuídos aos diversos grupos de jovens: juventude camponesa, juventude urbana, juventude operária, juventude estudantil, juventude burguesa, juventude transviada, juventude agrária católica, juventude estudantil católica, juventude universitária católica, etc.

demográficos diferenciados.³ Além disso, dentro de um mesmo grupo social é comum encontrar diferentes condições juvenis e, portanto, diversos modelos de juventude.

Os jovens já foram alvo de diversos estudos e discussões. Tais análises apresentam conclusões diversas acerca do fenômeno juvenil. Algumas se ocuparam de descrever a vida dos grupos de jovens, outras de representá-la. Assim, grande parte das imagens e informações que os pesquisadores têm recebido acerca de grupos juvenis que viveram em determinado espaço e tempo, é resultado das *representações* que foram forjadas sobre eles.

Algumas dificuldades se superpõem à análise da idade juvenil, a exemplo dos limites dessa fase. Em conformidade com Norbert Schindler,

As pesquisas mais recentes sobre a cultura juvenil no início da era moderna receberam um impulso essencial com as afirmações de Philippe Ariès, segundo o qual nas sociedades dos séculos XVI e XVII ainda não se traçava uma demarcação nítida entre infância e juventude e ainda não se tinha uma noção precisa daquilo que hoje chamamos de adolescência [...] não se pode de fato negar que nas fontes resulta extremamente difícil distinguir entre infância e juventude, chegando o termo ‘juventude’ (*Jugend*) a ser usado muitas vezes como sinônimo de infância (*Kindheit*).⁴

Todavia, Natalie Zamon Davis chama a atenção para o fato de que nos primórdios da Era Moderna, os grupos de jovens urbanos e rurais já exerciam várias funções de socialização que mais tarde seriam apontadas como próprias da adolescência.⁵

Schindler vai além de Davis, mostrando que foram encontrados documentos do início da Modernidade que já apresentavam distinções explícitas, tanto entre a juventude e a infância quanto entre a juventude e a idade adulta. Segundo este autor, é possível supor que em meados do século XVI, a sociedade ocidental já tivesse clareza dos limites responsáveis pela diferenciação entre a infância e a idade juvenil. No entanto, afirma que para alguns historiadores a legitimidade dessa distinção foi aos poucos sendo anulada pela “dicotomia neopatriarcal-autoritária” que tinha

³ Cf. LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean Claude Op. Cit. p. 14.

⁴ Cf. SCHINDLER, Norbert. “Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da Era Moderna”. In: LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 1: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 269.

⁵ Idem.

como ponto de partida a separação entre emancipados e não-emancipados, ou entre responsáveis e “privados de responsabilidade”, e não entre a idade infantil e a juventude.⁶ Schindler afirma ainda que existia uma demarcação mais nítida na passagem da juventude à idade adulta. Assim, o término da fase juvenil era marcado pelo matrimônio, pela conquista da casa própria e da liberdade em relação à família de origem.⁷

Alguns estudos têm demonstrado que a tentativa de estabelecer fronteiras entre a idade juvenil e outras fases, tem se dado a partir da contraposição entre determinadas atividades que são reconhecidas como pertencentes aos diferentes momentos da vida, a exemplo da oposição entre a escola e o mundo do trabalho. Por fim, se pode concluir que existem distintos grupos de jovens e também fronteiras temporais diferentes para demarcar os limites cronológicos de cada grupo juvenil. Em se tratando da juventude operária dos Oitocentos, por exemplo, Michelle Perrot afirma que a “relação com o trabalho é certamente o que mais distingue infância e juventude no século XIX [...] Passados os treze anos, o trabalho é a norma [...]. Após os dezoito eles são adultos em relação aos deveres”.⁸

Tomando parte nessa discussão, Jean-Claude Caron, afirma ser a fase juvenil uma “idade flutuante e difícil de determinar”.⁹ Para melhor compreendê-la, ele recorre à definições postas em dicionários:

Furtiére, em seu célebre dicionário publicado em 1690, designa sob o termo *adolescente* ‘rapaz dos catorze aos vinte ou 25 anos’. Um pouco menos de dois séculos mais tarde, o *Grande Dicionário Universal do século XIX* de Pierre Larousse conserva os mesmos limites de idade e acrescenta que, durante esses anos, ‘higiene e a educação devem preparar e fundar, de alguma maneira, a saúde física e moral do homem’¹⁰.

⁶ Cf. SCHINDLER, Norbert. Op. Cit. p. 270.

⁷ Idem, p. 272.

⁸ PERROT, Michelle. “A juventude operária: Da oficina à fábrica”. In: LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens I: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 84.

⁹ CARON, Jean-Claude. “Os jovens na Escola: Alunos dos Colégios e Liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII – fim do séc. XIX)”. In: LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens I: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 137.

¹⁰ Idem, p. 137-138.

Além de apresentar algumas discussões acerca dos limites cronológicos atribuídos à juventude, é importante abordar também as pesquisas que têm feito uso dos impressos. De acordo com Ana Luiza Martins¹¹, os estudos acerca da imprensa têm sido crescentes. No entanto, poucos se dedicam a analisar de forma crítica a produção dos periódicos. Conforme a autora, muitos trabalhos que fizeram uso da imprensa, principalmente como fonte, o fizeram de forma meramente descritiva, não levando em consideração a importância de verificar os interesses e as estratégias que fundamentaram a produção e a circulação dos impressos estudados.

Por outro lado, têm crescido as pesquisas educacionais que tomam os impressos como objetos de pesquisa, já que antes eles eram utilizados primordialmente como fontes. Nesse sentido, Raquel Martins de Assis¹² escreveu uma Tese de Doutorado com o objetivo de analisar as idéias psicológicas veiculadas no jornal *Selecta Catholica*, além de buscar apreender o auxílio prestado por esse impresso às propostas educativas do arcebispo de Mariana – MG, Dom Antônio Ferreira Viçoso, no período compreendido entre 1846 e 1847. Valéria Carmelita Santana Souza¹³ produziu uma Dissertação de Mestrado tratando dos discursos do jornal católico *A Cruzada*, da Diocese de Aracaju, que se voltaram para a educação feminina na primeira metade do século XX. Alguns trabalhos transformaram revistas em objetos de estudo¹⁴. Outros impressos que também

¹¹ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

¹² Cf. ASSIS, Raquel Martins. *Psicologia, Educação e Reforma dos costumes: lições da Selecta Catholica (1846-1847)*, Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Educação, 2004. (Tese de Doutorado).

¹³ SOUZA, Valéria Carmelita Santana de. *A “Cruzada” Católica: uma busca pela formação de esposas e mães Cristãs em Sergipe na primeira metade do século XX*. São Cristóvão: UFS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

¹⁴ Denice Bárbara Catani - *Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*; Ana Luiza Martins - *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República*; Marize Carvalho Vilela - *Discurso, cursos e recursos: autores da Revista Educação*; José Carlos Souza Araújo escreveu *Um capítulo da veiculação da discussão educacional da imprensa no Triângulo Mineiro: a revista Escola (1920-1921)*; Maurilane de Souza Biccas produziu *Da revista à leitura*: a formação dos professores e a conformação do campo pedagógico em Minas Gerais (1925-1940); Miriam Waidenfeld Chaves escreveu *A Revista Escola Argentina: reflexões sobre um periódico escolar nos anos 20 e 30*; Ana Lígia Rodrigues de Farias produziu *Educação em revista; A revista renovação e a educação da mulher sergipana* foi objeto de estudo de Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; Jorge Carvalho do Nascimento e Itamar Freitas fizeram o levantamento de alguns impressos que circularam em Sergipe e produziram o artigo *A revista em Sergipe*; Edney Christian Thomé Sanchez produziu uma Dissertação de Mestrado tomando como objeto a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*; Fábio Alves dos Santos escreveu artigo sobre *A construção da Moral na Revista Sergipe Artífice*; Shirley Puccia Laguna produziu uma tese de doutoramento intitulada *Uma leitura dos livros de leitura da Escola Americana de São Paulo (1889-1933)*.

têm sido abordados de forma significativa são os livros¹⁵. Têm sido produzidos ainda textos relevantes que utilizam o impresso como fonte ou como objeto de pesquisa¹⁶.

Não obstante o crescimento das abordagens que se dedicam aos impressos ou a temas que trazem discussões teórico-metodológicas ou exemplos de como explorá-los, é importante salientar que ainda há uma grande escassez de estudos que tomem os jornais, inclusive os católicos, como objeto de análise relevante para a *História da Educação*¹⁷.

Ainda há uma grande carência de pesquisas aprofundadas que tratem dos impressos religiosos, especialmente dos jornais católicos, como ferramentas pedagógicas e que tomem esses periódicos como fonte e objeto de pesquisa, atribuindo importância ao seu processo de produção e circulação e à apropriação feita pelos leitores, tal como propõe a *Nova História Cultural*.

Nesse sentido, apesar da relevância do jornal *A Defesa* para a difusão do pensamento clerical da Diocese de Propriá, não há nenhum estudo sistemático que o tenha tomado como objeto de pesquisa. No máximo esse jornal foi usado como fonte. Os que utilizaram esse impresso como documento histórico foram principalmente os clérigos que compõem a referida Diocese nos dias atuais. A maioria dos pesquisadores sergipanos, especialmente aqueles vinculados à pesquisa educacional, ainda ignora a existência e a riqueza dessa folha católica.

Assim, este trabalho pode contribuir com a diminuição da lacuna gerada pela escassez de estudos referentes a esse objeto. Ademais, essa pesquisa também se propõe a analisar algumas das

¹⁵ Kazumi Munakata produziu a obra *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*; Shirley Puccia Laguna produziu uma tese de doutoramento intitulada *Uma leitura dos livros de leitura da Escola Americana de São Paulo*; Márcia Abreu escreveu *Os caminhos dos livros*. Além disso, também tem grande relevância o estudo de Margareth Brandini Park que resultou na obra *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*; A pesquisa de Ana Maria de Oliveira Galvão que resultou na Tese de Doutorado intitulada: *Ler/ ouvir folhetos de cordéis em Pernambuco (1930-1950)*; Lilian Maria de Lacerda produziu um trabalho denominado *Álbum de leitura*.

¹⁶ Maria Helena Câmara Bastos escreveu *Espelho de papel: a imprensa e a História da Educação*; Nessa mesma linha de pensamento, Carlos Henrique de Carvalho, José Carlos Souza Araújo e Wenceslau Gonçalves Neto. Produziram o artigo *Discutindo a História da Educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica* (Uberlândia- MG, 1930-1950); na construção de sua monografia de graduação em História Pedro da Mota Carvalho Neto escreveu *Imprensa estudantil sergipana (1874-2003)*; Wenceslau Gonçalves Neto escreveu artigo intitulado *Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX*; Marize Carvalho Vilela também tomou a imprensa como objeto de estudo no artigo intitulado *Estudo de periódicos: possibilidades para a leitura da história da educação*.

¹⁷ Dentre os poucos estudos que abordam os jornais, especialmente os religiosos, podemos destacar os artigos produzidos por Ester Fraga Villas-bôas Carvalho do Nascimento intitulado *Considerações iniciais acerca da palavra impressa e as práticas religiosas e educacionais protestantes no século XIX*; de Maria José Remédios, denominado *O jornal católico Novidades: sentido(s) de educar*, e a já citada dissertação intitulada *A "Cruzada" Católica: uma busca pela formação de esposas e mães Cristãs em Sergipe na primeira metade do século XX*, de Valéria Carmelita Santana de Souza.

estratégias usadas pelos produtores de *A Defesa* na tentativa de produzir a leitura e as interpretações desejadas. Esse trabalho também irá ajudar a diminuir a lacuna concernente à produção de estudos sistemáticos sobre a educação na micro-região sergipana do Baixo São Francisco.

Logo, além de gerar conhecimentos sobre um objeto de estudo ainda inexplorado, essa pesquisa pode dar notoriedade ao jornal *A Defesa* e abrir caminho para que outros pesquisadores se debrucem sobre a análise da educação proposta pela Igreja católica do Baixo São Francisco e sobre o uso que essa instituição fez da imprensa católica para executar o seu projeto educacional.

Além da originalidade desse objeto de estudo e da sua contribuição para o preenchimento de algumas lacunas, essa pesquisa justifica-se pela exequibilidade, uma vez que as edições do jornal *A Defesa*, objeto e principal fonte dessa análise, se encontram arquivadas nos acervos do *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* e da *Diocese de Propriá*, que fora responsável pela sua produção, estando a maioria dos exemplares em bom estado de conservação.

O objetivo central desta pesquisa é analisar as *representações* sobre a formação da juventude e os discursos educativos que se voltaram para a formação dos jovens e foram difundidos através do jornal *A Defesa*, durante década de 1960.

Para cumprir a finalidade de analisar tais *representações*, esta pesquisa objetiva especificamente: examinar os interesses e as estratégias que orientaram a produção e disseminação dos discursos voltados para a formação dos jovens; analisar a importância do periódico *A Defesa* na difusão das *representações* sobre a educação da juventude, que foram concebidas pelos clérigos da Diocese de Propriá; compreender em que medida a apropriação das diretrizes advindas do Concílio Vaticano II, feita pelos clérigos daquela diocese, contribuiu com a produção de *representações* educacionais sobre a formação juvenil.

Esta pesquisa foi orientada pelas seguintes hipóteses: os produtores do jornal católico *A Defesa* defenderam a *representação* de que aos jovens cabia a função social de promover a manutenção da instituição familiar, base da civilização cristã, acreditando que através da promoção de uma educação moral e espiritual assentada na fé e na moral cristã, seria possível moldar a juventude de acordo com os princípios católicos, tornando possível a execução da sua tarefa social; o pensamento católico que foi diluído nos discursos educacionais enunciados em *A*

Defesa foi fortemente influenciado pelas diretrizes do Concílio Vaticano II; a apropriação favorável que os produtores de *A Defesa* fizeram das diretivas conciliares foi possível graças ao “clima de renovação” que já norteava a Diocese no período pré-conciliar, sendo que seu líder, o bispo Dom José Brandão de Castro, afirmou várias vezes que assumia as idéias da ala “progressista” da Igreja brasileira; os grupos juvenis que mais chamaram a atenção dos responsáveis pela produção do jornal católico foram aqueles que estavam ligados a algum tipo de ameaça contra a fé e a moral católica. Assim, os discursos educativos se voltaram principalmente para os jovens ditos transviados, para as moças que se envolveram com a prática do adultério e para a formação de jovens sacerdotes, uma vez que a carência de padres na Diocese representava o perigo do crescente afastamento dos fiéis em relação ao catolicismo; embora na década de 1960, a rebeldia tenha sido considerada por muitos uma característica inerente à juventude, os produtores de *A Defesa* acreditavam que através da promoção de uma educação fundamentada nos princípios cristãos seria possível “reabilitar” a juventude. Mesmo quando censuraram algumas práticas e idéias dos jovens, o fizeram tentando *civilizá-los* em conformidade com o pensamento católico predominante naquela Diocese.

Essas hipóteses foram confirmadas pela análise das edições do jornal *A Defesa* referentes ao decênio estudado. Embora seja comum a prática de descartar o impresso jornal com muita rapidez, a maior parte das edições do referido periódico católico ainda se encontra em bom estado de conservação, o que possibilitou a análise e confirmação das questões norteadoras apresentadas.

A imprensa jornalística produz impressos que apresentam certa fragilidade material e, devido à relação que os periódicos mantêm com o fluxo cotidiano das notícias e com a efemeridade, muitas pessoas e instituições não nutrem uma grande preocupação com a sua conservação. As palavras de Roger Chartier ilustram bem essa situação: “*Aunque yo escribo para Le Monde, nunca he conservado las series o los suplementos de Le Monde como conservo libros.*”¹⁸

¹⁸ CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. México. Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 183.

As dificuldades que se superpõem à análise dos jornais, especialmente por conta da má conservação desse tipo de documento, muitas vezes ocultam a riqueza de informações que contêm esses materiais. Por outro lado, é importante ressaltar que o problema da má conservação não atinge apenas a imprensa jornalística. Em inúmeras instituições ainda prevalece a idéia de que devem ser preservados apenas os documentos oficiais ou que ainda possuem caráter comprobatório. Assim, diversas fontes históricas são freqüentemente descartadas, a exemplo de cadernos escolares, agendas, provas, cartas, revistas e jornais considerados velhos, dentre outros. O descrédito atribuído a essas fontes documentais se coloca como um dos mais graves empecilhos para os pesquisadores da *História da Educação* que trabalham sob a perspectiva da *Nova História Cultural*, corrente historiográfica que atribui grande relevância à diversidade documental e busca superar a restrição aos documentos oficiais.

Não obstante os obstáculos, é necessário ter clareza da riqueza inerente aos documentos produzidos pela imprensa, uma vez que diversos grupos, em diferentes momentos, fizeram uso desse material para pôr em circulação seu pensamento, seus ideais e seus valores. A Igreja Católica se apresenta como uma das instituições que tem manejado muito bem os veículos de comunicação impressos, inclusive na execução de seus projetos pedagógicos. Os discursos para a educação, divulgados na imprensa católica têm muito a dizer sobre a mentalidade e as propostas educacionais da Igreja. Essa imprensa tem sido uma importante ferramenta pedagógica utilizada pelo clero para educar os católicos leigos em conformidade com os dogmas e a doutrina católica.

Seguindo essa perspectiva, para concretizar a proposta desta pesquisa utilizei como fontes principais 157 edições do jornal *A Defesa* que foram publicadas durante a década de 1960. Esses impressos foram examinados na íntegra, ou seja, a análise se debruçou tanto sobre o conteúdo quanto sobre a *materialidade* desses periódicos.

Para apreender a *apropriação* que foi feita do Vaticano II, assim como sua provável influência sobre a construção dos discursos educacionais enunciados em *A Defesa*, serviram também como fontes primárias: as discussões e as decisões advindas do referido conclave eclesiástico. Foram utilizadas a lista de participantes do evento, as mensagens, os discursos e os documentos do Concílio: constituições, decretos e declarações.

Essas fontes produzidas no Vaticano II foram de fundamental importância para elucidar as diretrizes conciliares, vindo a auxiliar na compreensão da *apropriação* que foi feita dessas diretivas pelo clero da Diocese de Propriá.

Foram selecionadas também para a realização deste trabalho algumas das cartas que o primeiro bispo da Diocese de Propriá, Dom José Brandão de Castro, escreveu para outros clérigos brasileiros e estrangeiros, para diversas instituições eclesiais de diferentes nacionalidades, e para algumas autoridades políticas, especialmente de Sergipe e Minas Gerais. Essas missivas ajudaram a compreender qual era a postura teológica que predominava na Diocese de Propriá, quais os principais problemas referentes à educação moral e espiritual dos “fiéis” que causavam aflição ao bispo, e a que soluções ele recorreu. Entretanto, apesar da potencialidade desses documentos, é necessário salientar que eles são reprodutores das concepções que os missivistas têm ou que procuram impor sobre a realidade, sendo que estes nem sempre se revelam como são ou mostram realmente o que pensam. Em muitos momentos, tentam impor ao destinatário uma determinada imagem de si e da instituição que representam. Além disso, podem refletir também o momento e o lugar de sua produção.

Dentre as fontes secundárias úteis ao meu trabalho, selecionei a biografia do bispo Dom José Brandão de Castro, produzida pela Congregação do Santíssimo Redentor de Juiz de Fora – MG, da qual o bispo fez parte; e bibliografias que abordam a situação da Igreja e da juventude dos anos 60, além daquelas que fizeram uso dos impressos católicos.

A biografia de Dom José Brandão de Castro revela a relação que ele mantinha com os impressos, ajudando a entender a importância que esse bispo atribuiu à imprensa, especialmente à sua função educativa. Denota também a opção teológica dele e o modo como tal escolha possibilitou que ele fizesse uma apropriação favorável do Concílio Vaticano II. Além disso, contribui para a elucidação da sua formação sacerdotal, além de ajudar a compreender a atuação político-social e educacional dos clérigos da Diocese de Propriá, que estavam sob a sua liderança. Não obstante a riqueza dessa fonte, fez-se necessário dar atenção especial ao fato de que a biografia é resultado de uma seleção que não é neutra. O biógrafo não descreve integralmente a vida do biografado, mas reconstrói situações e experiências que ele deseja ver publicadas ou que tiveram sua publicação autorizada. Em ambos os casos, é preciso ter clareza da intenção de

transmitir determinada imagem acerca do biografado. Desse modo, esse tipo de documento pode deixar de fornecer informações valiosas para os pesquisadores.

As bibliografias concernentes à Igreja e à juventude da década de 1960 ajudaram a entender as transformações pelas quais estavam passando o catolicismo e a juventude brasileira naquele decênio e como tais mudanças se refletiram nos discursos da Igreja do Baixo São Francisco. Porém, é importante salientar que as bibliografias também traduzem as percepções que seus produtores têm de determinada realidade. Assim, pode-se afirmar que os textos referentes à juventude e à Igreja Católica daquele momento transmitem as *representações* de quem produziu tais obras.

Esta pesquisa se insere no campo da *História da Educação*. Segundo Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho, existem diversas maneiras de fazer *História da Educação*, pois os pesquisadores que se dedicam aos objetos educacionais têm dialogado com as várias correntes historiográficas.¹⁹ Dentre elas, a *Nova História Cultural* tem dado grande contribuição, na medida em que seus aportes teórico-metodológicos permitem a realização de investigações plurais, possibilitando ao pesquisador da educação atingir dimensões ainda poucos exploradas, especialmente fora do espaço escolar.²⁰

A *Nova História Cultural* surgiu dentro da *Escola dos Annales* que, por sua vez, teve sua origem ligada à criação da revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, por Lucien Febvre e Marc Bloch. Essa corrente historiográfica revolucionou o campo da historiografia ao promover a ampliação de objetos, fontes e métodos. A História, que até então tinha como foco a política, passou a olhar também para a economia, para a sociedade e para a cultura. No entanto, foi somente a partir da quarta geração dos *Annales* ou da *Nova História Cultural* que o interesse dos historiadores deslocou-se mais efetivamente para a cultura. A partir daquele momento, esse conceito deixou de ser entendido como uma dimensão da realidade e passou a ser definido como tudo aquilo que não é pertencente à natureza, ou seja, tudo que o homem constrói. Assim, a

¹⁹ VIDAL, Diana Gonçalves e FÁRIA FILHO, Luciano Mendes de. “História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970).” In: *Revista Brasileira de História*. vol. 23, nº 45. São Paulo: ANPUH, Humanitas Publicações, 2003, p. 60.

²⁰ FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. “História da Educação e História Cultural.” In: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *História e Historiografia da Educação Brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 71-72.

política, a economia e a sociedade passaram a ser analisadas como dimensões culturais da experiência humana.

Buscando compreender a cultura, os pesquisadores ligados a essa corrente historiográfica dedicaram-se à análise de objetos que anteriormente foram desprezados pelos intelectuais e instituições promotoras de pesquisas sistemáticas.

Nesse bojo, os estudos sobre os impressos ganharam relevância. Esses documentos já eram objetos de pesquisa dos *Annales* desde a década de 1960. No entanto, naquela época, os estudos produzidos pelos historiadores agregados à *Historia Cultural* se assentavam em métodos quantitativos de análise. A *História dos Impressos* estava desvinculada dos leitores e das suas práticas de leitura e apropriação. Nas décadas seguintes, Roger Chartier e outros pesquisadores passaram a discordar desse modelo e adotaram métodos qualitativos de análise. A interferência de Chartier possibilitou a ampliação analítica dos impressos, na medida em que apontou para a necessidade de um estudo conjunto da produção, da circulação e da apropriação dos textos. Essa nova forma de analisar a cultura, inaugurada por Roger Chartier, foi denominada por Lynn Hunt de *Nova História Cultural*.

De acordo com Chartier, não existem *apropriações* universais. Assim, os diversos leitores se apropriam dos impressos de formas distintas. Isso significa que os enunciados não chegam até os leitores conforme a vontade de seus produtores. Todavia, as diferentes apropriações não ocorrem de forma aleatória. Dependem do suporte material em que o texto está inscrito, das competências e práticas de leituras próprias de cada *comunidade leitora*. A apreensão de sentido depende também das histórias de vida e das realidades sociais de cada indivíduo. Esse conceito ajuda a entender a *apropriação* que os clérigos da Diocese de Propriá fizeram dos documentos do Concílio Vaticano II, contribuindo para a elucidação dos reflexos dessa *apropriação* na construção dos discursos educacionais voltados para a juventude, que foram difundidos através do jornal *A Defesa*.

Buscando compreender as significações que o clero da Diocese de Propriá produziu e difundiu acerca da formação moral e espiritual dos jovens fiz uso do conceito de *representação*.

De acordo com Chartier, a percepção e a apreensão do real variam conforme a classe ou o meio social nos quais são produzidas e compartilhadas determinadas disposições estáveis que pertencem exclusivamente àquele grupo. “São estes esquemas intelectuais incorporados que criam

as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.”²¹ As *representações* construídas acerca do mundo social se propõem a oferecer compreensões universais do fenômeno apreciado, mas “...são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam”²². Assim, os discursos enunciados têm uma estreita relação com a posição e os interesses do indivíduo ou do grupo que os profere. Tal como afirma Roger Chartier,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas²³.

A Diocese de Propriá foi responsável pela difusão de diversas *representações* acerca da educação e da importância da atuação católica no processo educativo. Nesse sentido, atribuiu significados para os mais variados signos que estiveram em torno do processo de formação moral e espiritual do ser humano, especialmente dos jovens. Uma vez que a difusão de *representações* não é um processo neutro, fez-se necessário perceber os interesses que fundamentaram a construção e disseminação de determinados sentidos atribuídos à educação da juventude dos anos 60. Utilizando esse conceito também foi possível apreender a importância do jornal *A Defesa* como instrumento de difusão das *representações* que os clérigos da Diocese de Propriá criaram sobre o fenômeno educacional. Além disso, foi possível observar como tais *representações* contribuíram com a ação censora daquele clero.

Todavia, não foi tão simples desvendar o modo como aqueles clérigos se apropriaram das diretrizes do Vaticano II ou como produziram significações acerca do fenômeno educacional somente através dos discursos que eles produziram e divulgaram por meio do jornal católico, pois é inerente aos membros de instituições religiosas a capacidade de fazer parecer que os valores e ideais por eles defendidos são criações divinas.

²¹ Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

²² Idem.

²³ Ibidem.

Para aprofundar a análise, busquei informações também nos suportes materiais que possibilitaram a circulação dos discursos educacionais enunciados no jornal *A Defesa*. Para Roger Chartier, o exame da *materialidade* dos impressos é de fundamental importância para os estudos acerca desses documentos. Segundo ele,

[...] é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor²⁴.

A análise não se debruçou apenas sobre o conteúdo do jornal pesquisado, mas também se voltou para o seu suporte material, buscando extrair informações acerca da produção e circulação do periódico que não podiam ser percebidas se a análise recaísse exclusivamente sobre os conteúdos. Os dados quantitativos utilizados nessa parte resultaram da construção de um banco de dados que contemplou aspectos da organização material e discursiva do impresso, além de informações relativas à sua produção e circulação.

Chartier mostra que cada suporte, cada forma, cada estrutura da transmissão da escrita interfere na construção do sentido e se destina a um público leitor determinado. Assim, através da letra, dos anúncios, dos editoriais, das imagens lançadas no jornal, dentre outras características que compõem a parte material do impresso, foi possível perceber a que público(s) o jornal *A Defesa* era dirigido e as estratégias que foram utilizadas para conformar os leitores à mensagem católica que era transmitida.

Para entender o modo como o clero da Diocese de Propriá procurou conformar, ou mesmo moldar os católicos leigos aos propósitos do catolicismo, fiz uso também do conceito de *civilização* de Norbert Elias.

De acordo com Elias, os comportamentos humanos podem ser amplamente moldados em consonância com o desenrolar dos processos históricos.

Para pôr em prática seu projeto de *civilização*, a Igreja Católica lançou mão de diversos instrumentos. Assim, através desse conceito, busquei apreender a importância do jornal *A Defesa*

²⁴ Idem, p. 127.

como instrumento utilizado na perspectiva de moldar costumes, comportamentos e idéias da juventude que viveu no Baixo São Francisco na década de 1960.

Para interpretar as fontes fiz uso principalmente de dois métodos: a noção de *documento-monumento* de Jacques Le Goff, que mostra que nenhum registro documental é neutro. Conforme essa noção, todo e qualquer documento deve ser visto como uma tentativa de seus produtores de impor uma determinada imagem de si, de seus feitos ou das instituições que representam. Logo, todo documento histórico deve ser problematizado como *memória-monumento*.

Por outro lado, em alguns momentos o pesquisador se depara com a escassez de informações que são indispensáveis ao seu trabalho. Torna-se necessário então o emprego de um método que possibilite a realização de uma análise qualitativa. Nesse sentido, o historiador italiano Carlo Ginzburg sugere a adoção do *método indiciário* que consiste em uma análise cuidadosa dos vestígios, dos pequenos indícios que são desprezados por olhares pouco atentos, mas que podem revelar grandes informações. De acordo com Ginzburg, por menor que pareça a evidência, ela não deve ser descartada: “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-las”²⁵.

Essa dissertação é composta por quatro capítulos: o primeiro, intitulado “O jornal *A Defesa* como dispositivo educacional” trata da produção, da circulação e de alguns recursos educativos utilizados pelos produtores do jornal. Este capítulo se debruça sobre o exame da *materialidade* do impresso. A partir da análise que foi desenvolvida nessa parte, busquei examinar as estratégias que orientaram a produção e disseminação de discursos voltados para a formação do “bom católico”, especialmente dos jovens.

O segundo capítulo, denominado “O Concílio Vaticano II e a Igreja brasileira”, aborda a realização do evento, suas diretrizes, seus principais objetivos, a *apropriação* de suas diretivas pelos clérigos do Brasil e a influência que esse conclave eclesiástico exerceu sobre a Igreja brasileira.

O terceiro tem como título “O jornal *A Defesa* e a renovação do catolicismo”. Nele mostro como os produtores do jornal conceberam o Concílio Vaticano II na fase pré-conciliar, durante o Concílio e após o seu término. Revelo como os clérigos responsáveis pela produção de *A Defesa*

²⁵ GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 183.

tentaram explicar aos leitores a renovação do catolicismo proposta pelo Vaticano II, e como buscaram adequar os discursos educacionais enunciados no impresso católico às diretivas advindas do Concílio. Mostro também as *representações* que aquele clero forjou sobre a ameaça comunista e o regime militar.

No último capítulo trato das *representações* sobre a formação da juventude e dos discursos voltados para a educação moral dos jovens, difundidos através do jornal *A Defesa*, com destaque para três grupos juvenis: os “transviados”, as moças e os rapazes com aptidão para a vida sacerdotal. Ademais, dedico um tópico desse capítulo à ação censora que alguns clérigos da Diocese de Propriá exerceram através do jornal *A Defesa*.

CAPÍTULO I – O JORNAL *A DEFESA* COMO DISPOSITIVO EDUCACIONAL

1 – A Imprensa Católica

[...] a imprensa católica é uma espécie de termômetro da vitalidade da comunidade eclesial em cada uma das épocas históricas significativas. Através de uma leitura crítica dos periódicos se toma o pulso da atuação da Igreja, de suas posições e se pode contar com dados preciosos e diversificados para uma interpretação objetiva da participação dos católicos na vida da sociedade brasileira.²⁶

Segundo Oscar de Figueiredo Lustosa²⁷, “[...] a expressão imprensa católica não se esgota no simples fato de jornais serem feitos por católicos, nem simplesmente no fato de tratarem de temas sobre a doutrina e a vida da Igreja.”²⁸ Em conformidade com ele, o que caracteriza os periódicos católicos é a sua utilização para o cumprimento da “missão católica” a que cada grupo de clérigos se lança.

Assim, em distintos momentos da *História do Brasil*, a imprensa católica representou projetos e mentalidades eclesiais diferenciadas. Ao mesmo tempo em que se voltou para a formação dos fiéis, também combateu tudo aquilo que fez oposição à postura teológica predominante entre os seus produtores.

Embora tenha se cristalizado a idéia difundida pelos republicanos de que durante o período imperial o Brasil estava completamente mergulhado nas trevas do analfabetismo, conforme Raquel Martins de Assis, na primeira metade do século XIX, o bispo de Mariana (MG), Dom

²⁶ Cf. LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983, p. 11.

²⁷ O Frei Oscar Figueiredo Lustosa foi presidente da CEPEHIB, Centro de Pesquisas e Estudos de História da Igreja no Brasil.

²⁸ Cf. LUSTOSA. Op Cit. p. 29.

Antônio Viçoso, já fazia uso da imprensa católica para reformar os costumes do clero e da população mineira:

Para a execução desta reforma, o bispo utilizou-se da imprensa como estratégia para difundir leituras diversas e impressos úteis para formação adequada da pessoa. Entre os impressos, foi publicada a *Selecta Catholica* cuja finalidade era educar os costumes da população local e promover a fé católica, lutando contra idéias iluministas, liberais e materialistas, que, aos poucos, começavam a ser propagadas em terras mineiras.²⁹

Mas não foram somente as idéias e doutrinas contrárias ao catolicismo que se tornaram alvos da censura da imprensa católica. Os impressos considerados “maus” também foram imensamente combatidos. Desde fins do século XIX, as cartas pastorais que tiveram como tema a imprensa católica, produzidas e divulgadas por alguns bispos, denotavam preocupação com o mau uso da imprensa pelos “inimigos do catolicismo,” tal como mostrou o bispo Dom José Camargo de Barros. De acordo com ele, “o jornal é a forma formidável de que se serve, nestes tempos atuais, a impiedade para descristianizar a sociedade moderna, roubando-lhe a fé e as virtudes morais.”³⁰ Além dos jornais, outros impressos em que circularam idéias tidas como anti-cristãs também foram censurados pelos bispos.

A má imprensa, em geral, segundo lemos algures, é toda aquela que ataca a religião, os costumes e a sociedade. Assim, são maus, sob o ponto vista religioso, todo jornal, revista ou livro que atacam a Deus, a Jesus Cristo, a Igreja, o Papa, os bispos, os padres, as verdades da fé, os princípios da moral cristã, os cultos e as cerimônias católicas.³¹

Uma vez que diversos impressos laicos foram representados como componentes da “má imprensa”, vários bispos se lançaram à tarefa de aniquilá-los. Para tanto, passaram a investir na promoção da “boa imprensa”, ou seja, da imprensa católica. Essa idéia dicotômica da imprensa,

²⁹ ASSIS, Raquel Martins. *Psicologia, Educação e Reforma dos costumes: lições da Selecta Catholica (1846-1847)*, Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Educação, 2004. (Tese de doutorado).

³⁰ BARROS, Dom José de Camargo. Carta Pastoral. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983, p. 37.

³¹ BARRETO, Dom Francisco de Campos. Carta Pastoral Sobre a Imprensa. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983, p.68.

que colocava em pólos opostos os impressos católicos e os laicos, com a indicação dos primeiros e a negação dos segundos era uma estratégia de combate aos impressos que não se moldavam ao pensamento católico predominante no Brasil, na medida em que procurava despertar nos fiéis uma atitude de repúdio à circulação de idéias tidas como ímpias, censurando seu consumo.

Se os católicos resolvessem, como devem, a não comprar nunca livros maus e a não assinar jamais um jornal que publique coisas contra a fé ou os bons costumes, contra a Religião ou seus ministros, contra a justiça ou a caridade, por certo desapareceriam na sua maior parte estas máquinas de guerra e fatores de demolição e já não teríamos de deplorar as suas más conseqüências na família e na sociedade.³²

Por outro lado, o combate cada vez mais acentuado dos clérigos a grande parte da imprensa laica é um demonstrativo de que os católicos continuaram a consumir os impressos censurados. A Publicação Final do Primeiro Congresso Católico Mineiro, realizado na cidade de Juiz de Fora (MG), entre os dias 01 e 06 de janeiro de 1910, evidencia essa desobediência:

O povo francês é sinceramente católico. Se ali um bispo proíbe um livro, nenhum católico o compra; os editores quebram [...] No Brasil, se um Bispo proíbe um livro ocorre o inverso. Os ‘católicos’ correm às livrarias e as edições se esgotam rapidamente.³³

Dessa forma, coube à imprensa católica concorrer com a “imprensa inimiga”, buscando ampliar ao máximo a difusão da doutrina do catolicismo através da “boa imprensa”. Em sua Carta Pastoral sobre a imprensa católica, de 8 de dezembro de 1918, D. Octávio Chagas de Miranda, bispo de Pouso Alegre, afirmava: “os espíritos mais cultos e autorizados da Igreja prescrevem esta poderosa arma de conquista e defesa, como indispensável nos dias atuais.”³⁴ No entanto, é

³² HENRIQUES, Dom Aducto Aurélio de Miranda. Carta Pastoral Do Nosso Dever Para com a Imprensa. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983, p. 90.

³³ Cf. OLIVEIRA, Simone G. de. A Igreja Católica e o século XX: impasses entre a tradição e os tempos modernos registrados no Primeiro Congresso Católico Mineiro. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias e PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.) *Memórias Eclesiásticas: documentos comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 56.

³⁴ Cf. MIRANDA, Dom Octávio Chagas de. Carta Pastoral A Imprensa Catholica e Sua Orientação. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983, p. 108.

importante ressaltar que nas primeiras décadas do século XX, era alto o índice de analfabetismo no Brasil, “[...] o percentual de analfabetos no ano de 1900, segundo o anuário estatístico do Brasil, do Instituto Nacional de Estatística, era de 75%.”³⁵ Mas Dom Octávio Miranda afirmava que existiam núcleos urbanos onde a imprensa católica deveria se impor para evitar o predomínio da “imprensa inimiga”:

Sem dúvida, num país de cerca de 70% de analfabetos, a imprensa católica não pode fazer o bem que se faz em países mais adiantados. Mas assim mesmo, atendendo a que as capitais e as cidades importantes é que dão a palavra de ordem para o interior, considerando que muitas vezes não falta nessa cidade a imprensa sem religião, disseminadora de idéias perniciosas, torna-se necessário que ao menos nesses centros se mantenham órgãos católicos, para pregar e defender os valores cristãos.³⁶

É possível concluir que enquanto o índice de analfabetismo no Brasil ainda era alto, os impressos católicos fossem direcionados a uma minoria letrada, defensora do catolicismo. Esperava-se que essa elite erudita, por sua vez, contribuísse com a difusão oral da doutrina e dos argumentos da Igreja.

No entanto, o analfabetismo predominante no Brasil, não foi o único problema enfrentado pelos clérigos que investiram na estratégia da “boa imprensa”. Segundo vários bispos³⁷, um dos principais obstáculos para a manutenção da imprensa católica foi o custo da produção. Para obter êxito nessa empreitada, os produtores dos impressos católicos passaram a convocar os fiéis para tomarem parte nessa “cruzada da boa imprensa”. O discurso enunciado pelo bispo Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques é um exemplo dessa convocação:

³⁵ Cf. <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb06.htm> >acesso em 01 de julho de 2006.

³⁶ Cf. MIRANDA. Op Cit.

³⁷ A exemplo de Dom José de Camargo Barros (ex-bispo de Curitiba - PR), Dom Eduardo Duarte da Silva (ex-bispo de Sant'Anna de Goiás - GO), Dom Francisco de Campos Barreto (ex-bispo de Pelotas - RS), Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques (ex-bispo de Paraíba do Norte - PB), Dom Octávio Chagas de Miranda (ex-bispo de Pouso Alegre), Dom Santino Maria da Silva Coutinho (ex-arcebispo do Pará), Dom Manuel Nunes Coelho (ex-bispo de Luz do Aterrado - MG), Dom Felipe Condurú Pachêco (ex-bispo de Ilhéus - BA), Dom João Becker (ex-bispo de Florianópolis - SC), Dom Joaquim Silvério de Sousa (ex-bispo de Diamantina - MG), Dom José Brandão de Castro (ex-bispo de Propriá - SE).

O que gastaríamos criminosamente com a assinatura de maus jornais, com cinemas ruins e romances estruídos e de todo emprestáveis, reservamo-lo à boa imprensa, assinando jornais católicos, comprando bons livros que são outros tantos fiéis amigos e cooperando generosamente para as festas do dia da boa imprensa [...] resevamo-lo, repetimos, ao jornal católico, a nossa 'A Imprensa', que tanto bem há já feito, e que esperamos vê-la em breve diária para fazer assim ao nosso caro Estado maior soma de bens. Quem assina um jornal católico pratica duas obras salutares: beneficia a si mesmo e a família, com o mais saudável nutrimento, e ampara uma causa santa, mantendo, com o seu concurso, uma empresa que tudo merece pelos seus fins. Porque são os assinantes, em suma, quem sustenta o jornal.³⁸

A partir dessa perspectiva de disseminar a mensagem católica, combater as doutrinas, as idéias e os impressos considerados ímpios, e promover a formação e consolidação de uma mentalidade cristã, calcada nos princípios do catolicismo vigentes em cada momento histórico e em cada Diocese, ou mesmo em cada paróquia, foram criados ao longo do século XX vários impressos católicos, especialmente jornais. O jornal *A Defesa* foi um deles.

1.2 – O jornal *A Defesa*: entre a produção e a distribuição

Hoje, o popular *Dicionário Aurélio* define jornal como “periódico, geralmente de folhas soltas encasadas, no qual se publicam notícias, entrevistas, comentários, anúncios, informações úteis para o público, etc.; gazeta.”³⁹. O *Dicionário de Artes Gráficas* de Frederico Porta, publicado em 1958, atribui ao impresso jornal os seguintes significados:

Publicação cotidiana em que se expõem e comentam os últimos fatos, referentes à vida social e política, à administração pública, às ciências, artes, literatura, religião, esportes e outros aspectos da vida coletiva; por extensão, qualquer periódico, seja ou não diário, e independentemente do assunto a que se dedica.⁴⁰

³⁸ HENRIQUES, Dom Aducto Aurélio de Miranda. Carta Pastoral Do Nosso Dever Para com a Imprensa. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983, p. 91.

³⁹ DICIONÁRIO AURÉLIO – Século XXI, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001. 1 CD ROOM

⁴⁰ Cf. PORTA, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo. 1958.

Os jornais não tiveram sempre o mesmo formato.

[...] pode-se consultar as edições fac-símiles do *Correio Braziliense*, fundado pelo jornalista Hipólito José da Costa, que circulou mensalmente de julho de 1808 a dezembro de 1822. O jornal sempre foi impresso em Londres, o que o livrou do peso da rígida censura portuguesa. O leitor acostumado aos matutinos atuais talvez se surpreenda com o formato, mais próximo de um livro, com o número de páginas, que podia chegar a 150, com a extensão dos artigos, que se prolongavam por vários números, e com a divisão interna da matéria, que podia incluir as seguintes seções: política; comércio e artes; literatura e ciências; miscelânea e correspondência. Há mesmo dúvidas a respeito da melhor forma de caracterizar o *Correio*, não faltando aqueles que consideram mais apropriado denominá-lo de revista.⁴¹

Em cada época os jornais apresentaram características materiais distintas. Portanto, para analisar historicamente esse tipo de impresso, faz-se necessário examinar não só as informações e as idéias nele contidas, mas também a sua *materialidade*. Forma e conteúdo demandam uma observação atenciosa. Partindo dessa premissa, apresento a seguir alguns dispositivos que fizeram parte do suporte material do jornal *A Defesa* ou que viabilizaram sua caracterização, na perspectiva de perceber como esses mecanismos contribuíram com o processo de formação empreendido pelos produtores desse impresso católico.

Os aspectos materiais do impresso têm grande relevância tanto para os seus produtores, que provavelmente se serviram deles para executar o processo de *civilização* desejado, como para o pesquisador que pode encontrar neles indícios capazes de elucidar alguns pontos que a análise exclusiva do conteúdo pode negligenciar. A investigação da parte material dos impressos também pode identificar sinais que mostrem a harmonia ou as contradições existentes entre os discursos e os elementos constitutivos da *materialidade*. Diante dessa concepção, esse estudo dá ênfase também aos dispositivos materiais e ao contexto de produção do periódico *A Defesa*.

Este jornal católico foi criado em 13 de julho de 1932, pelo cônego Lauro de Souza Fraga⁴². Surgiu como um jornal da Paróquia de Propriá-SE. Em função das dificuldades financeiras que

⁴¹ Cf. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 131.

⁴² O cônego Lauro de Souza Fraga nasceu em 24 de janeiro de 1900, na Freguesia de Riachuelo SE. Em 1915, iniciou sua formação religiosa no Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju - SE, onde foi ordenado em 1924.

enfrentou, essa publicação foi interrompida em vários momentos. Com a criação da Diocese de Propriá, em 1960, e a chegada do bispo Dom José Brandão de Castro, esse impresso foi revitalizado, tornando-se órgão oficial de imprensa dessa Diocese.⁴³ Em de 27 de dezembro de 1959, “[...] um desarranjo sério na máquina impressora sustou o aparecimento do jornal.”⁴⁴ Este voltou a circular, já como órgão de imprensa da Diocese de Propriá, em 21 de setembro de 1961, com a edição de número 366. O número dessa primeira edição de *A Defesa* como jornal diocesano é um indício que corrobora a idéia de que esse periódico sofreu várias interrupções. Enquanto era jornal da Paróquia, ele tinha publicação semanal. Logo, sem as referidas interrupções, não teriam circulado apenas 365 edições ao longo de 27 anos.

Durante toda a década de 1960, o jornal *A Defesa* teve como redator-chefe o Monsenhor José Moreno de Sant’Ana⁴⁵, que era o pároco de Neópolis – SE. Entre 21 de setembro de 1961 e

Naquele mesmo ano passou a dirigir o Colégio Diocesano de Maruim – SE. Atuou também como pároco da Igreja de Santo Antônio, no mesmo município, onde, dentre outros feitos, passou a investir na imprensa católica, criando o jornal *O Santo Antônio*, que começou a circular a partir de 2 de maio de 1926. Mas sua experiência com a imprensa católica foi além. Dirigiu o jornal *A Cruzada*, da Diocese de Aracaju e, ao tornar-se vigário de Propriá, no início da década de 1930, criou o jornal paroquial *A Defesa*, em 1932. Cf. BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os padres de Dom José: Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. São Cristóvão: UFS, 2004, p. 105.

⁴³ CASTRO, Dom José Brandão de. *A Defesa é mais antiga do que se pensa*. *A Defesa*, Propriá, n. 378, p.01, 15 abr. 1962.

⁴⁴ CASTRO, Dom José Brandão de. Editorial. *A Defesa*, Propriá, n. 366, p. 03, 21 set. 1961.

⁴⁵ O Monsenhor José Moreno de Sant’Ana nasceu no povoado Porteiros (pertencente ao município de Neópolis – Se), no dia 06 de outubro de 1909. Ainda criança foi viver na cidade de Neópolis, de onde saiu em março de 1931 para estudar no Seminário de Aracaju. Posteriormente, cursou Filosofia no Seminário de Olinda e Teologia, no Seminário de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Foi ordenado sacerdote em Pesqueira-PE, em 12 de novembro de 1939. “Exerceu na Diocese de Pesqueira os cargos de Secretário do bispado, diretor espiritual e professor do Seminário Mínimo, Capelão do Colégio de Santa Dorotéia e da Capela de São Sebastião, Cura da Sé, durante oito meses, tendo

01 de abril de 1962, período em que foram publicadas 11 edições, *A Defesa* teve como diretor o Monsenhor Afonso Medeiros Chaves.⁴⁶ A partir da 12ª edição, publicada em 15 de abril de 1962, o Monsenhor Sant'Ana assumiu também o cargo de diretor, em caráter provisório, embora tenha permanecido na função por todo o resto do decênio. O periódico contava ainda com diversos colaboradores atuando na sua produção e distribuição, ou buscando assinantes e anunciantes, sendo que a maioria se manteve no anonimato.

Uma vez que o bispo Dom José Brandão de Castro alegava falta de condições financeiras para montar uma oficina gráfica capaz de imprimir as edições de *A Defesa*, a Diocese contou com a colaboração do padre Hildebrando Guimarães⁴⁷ e dos tipógrafos paginadores e impressores das Oficinas de *O Apóstolo*, periódico católico de Penedo – AL.⁴⁸ A impressão da folha católica se manteve no Estado de Alagoas até 20 de agosto de 1967 quando, após a publicação da edição de

ajudado em trabalhos da Ação Católica e da imprensa diocesana. Em São Luís do Maranhão, foi Secretário Geral do Arcebispo e Secretário particular do Sr. Dom José de Medeiros Delgado, Capelão do Colégio Santa Tereza, com funções ainda na Faculdade de Filosofia, no Jornal do Maranhão e nas três Emissoras locais.” Na segunda metade dos anos 50, tornou-se padre da Paróquia de Neópolis. Cf. MONSENHOR José Moreno de Sa⁴⁵ O cônego Lauro de Souza Fraga nasceu em 24 de janeiro de 1900, na Freguesia de Riachuelo SE. Em 1915, iniciou sua formação religiosa no Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju - SE, onde foi ordenado em 1924. Naquele mesmo ano passou a dirigir o Colégio Diocesano de Maruim – SE. Atuou também como pároco da Igreja de Santo Antônio, no mesmo município, onde, dentre outros feitos, passou a investir na imprensa católica, criando o jornal O Santo Antônio, que começou a circular a partir de 2 de maio de 1926. Mas sua experiência com a imprensa católica foi além. Dirigiu o jornal A Cruzada, da Diocese de Aracaju e, ao tornar-se vigário de Propriá, no início da década de 1930, criou o jornal paroquial A Defesa, em 1932. Cf. BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os padres de Dom José: Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. São Cristóvão: UFS, 2004, p. 105.

⁴⁶ O Monsenhor Afonso Medeiros Chaves nasceu na cidade de Propriá – SE, em 10 de dezembro de 1910. Era irmão de um ex-prefeito daquele município, Pedro Chaves. Estudou no Seminário Sagrado Coração de Jesus entre os anos de 1925 e 1935, vindo a ser ordenado sacerdote. Atuou como padre em Simão Dias e em Maruim, onde tornou-se reitor do Seminário Menor. Exerceu atividade também na Paróquia de Neópolis e foi um dos vigários da Catedral Metropolitana de Aracaju quando esta ainda estava sob o comando do Arcebispo Dom José Vicente Távora. “Foi também cônego honorário do Cabido Diocesano.” Cf. BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os padres de Dom José: Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. São Cristóvão: UFS, 2004, p.90.

⁴⁷ O Cônego Hildebrando V. Guimarães era membro do clero da Diocese de Penedo, onde atuava no setor educacional, no jornal *O Apóstolo* e na Emissora Rádio Católica Rio São Francisco. Cf. Cônego Hildebrando V. Guimarães. *A Defesa*, Propriá, n. 386, p. 1, 7 set. 1962.

número 500, surgiram problemas técnicos nas Oficinas de *O Apóstolo*. A circulação de *A Defesa* foi suspensa até 14 de janeiro de 1968, momento em que a Tipografia do Lar de Nazaré passou a imprimir o jornal.⁴⁹

A distribuição do periódico era feita através dos Correios e com a colaboração dos leigos. Rapazes e moças distribuíam grande parte dos impressos, entregando-os diretamente nas casas. Além desses jovens, cujas identidades não constam no jornal, no processo de distribuição da folha católica, assim como na sua divulgação, ganhou destaque o nome da senhora Aidil Aquino (dona Didi): “[...] dona Didi [...] é grande propagandista de ‘A Defesa’, num esforço de abnegação e entusiasmo.”⁵⁰ Em uma das edições ela é tratada como “[...] praticamente gerente de ‘A Defesa.’”⁵¹ O jornal também citou a colaboração do senhor Rosalvo, dono da lancha Amsterdam: “[...] o Sr. Rosalvo, da lancha Amsterdam, sempre pronto a estabelecer ligação entre Mons. Moreno, diretor do jornal, e o Bispo que lhe envia artigos.”⁵²

Além da entrega de grande parte dos impressos, alguns jovens também se lançaram à busca de novos assinantes e anunciantes.⁵³ É necessário salientar que as moças e rapazes que colaboraram com *A Defesa* não foram exclusivamente aqueles que habitavam a cidade de Propriá. O auxílio partia de várias áreas da Diocese, através dos colaboradores de cada localidade. No ano de 1968, por exemplo, a Diocese era composta por 25 municípios. Destes, 17 tinham correspondentes que colaboravam com *A Defesa*:

[...] até o presente, A Defesa tem representantes em 17 municípios. São senhores, senhoras, senhoritas, e jovens que prestam a sua colaboração apostólica e generosa, angariando assinaturas e distribuindo o jornal”⁵⁴

É importante observar que a participação dos leigos foi importante no processo de disseminação do pensamento e das *representações* católicas veiculadas no jornal *A Defesa*. Naquele momento, a maior parte do clero da Diocese de Propriá atribuía grande importância à

⁴⁸ Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. Dom José abençoa jornal. *A Defesa*, Propriá, n. 381, p. 01, 13 jun. 1962.

⁴⁹ Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. Ausência temporária de A Defesa, *A Defesa*, Propriá, n. 501, p. 01, 14 jan. 1968.

⁵⁰ Cf. CASTRO, Dom José Brandão. Dom José abençoa jornal. *A Defesa*, Propriá, n. 381, p. 01, 13 jun. 1962.

⁵¹ .DONA Didi fez aniversário. *A Defesa*, Propriá, n. 404, p. 04, 30 jun. 1963.

⁵² Idem.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ EDITORIAL: lembrando a nossa posição. *A Defesa*, Propriá, n. 507, p. 02, 04 set. 1968.

participação deles nas atividades da Igreja, vindo a estimular o envolvimento dos fiéis com as tarefas religiosas. Tal incentivo está refletido inclusive em muitos discursos que os produtores da folha católica disseminaram.

A atuação desses colaboradores também foi muito grande no processo de produção dos textos que foram veiculados no impresso católico. Estes foram escritos tanto pelos clérigos quanto pelos leigos. No entanto, não é possível conhecer exatamente a extensão dessa participação, já que a maior parte desses textos não apresenta assinatura.

Dentre os responsáveis pelas matérias assinadas, destacam-se principalmente os seguintes autores: Monsenhor José Moreno de Sant'Ana, com 120 textos assinados, e o bispo diocesano Dom José Brandão de Castro⁵⁵, com 112.

Embora a maior parte dos textos que apresentam autoria tenha sido escrita pelo bispo ou por um padre, é importante salientar que a maioria dos autores do jornal foi provavelmente formada por leigos.

Conforme as assinaturas postas no periódico ao longo dos anos 60, 36 autores eram padres, 05 eram freiras, 100 eram leigos, e 14 eram leigas. Destes, 09 eram estudantes. Dentre os leigos, se destacaram: alguns professores, diretores de escolas e de associações sociais, bancários e jornalistas. Vale ressaltar ainda que alguns autores utilizaram apenas as iniciais do nome para assinar seus textos, não sendo possível identificá-los como homens ou mulheres. Outros

⁵⁵ Dom José Brandão de Castro nasceu em Rio Espera – MG, em 24 de maio de 1919 e faleceu em 23 de dezembro de 1999. Era filho de um coletor federal, César Augusto de Oliveira Castro, e de uma dona de casa, Maria Afonso Brandão de Castro. Segundo o próprio Dom José, seus pais não eram formados, mas liam muito. “Livros e jornais, bem como as revistas mais importantes da época, não faltavam em nossa casa.” Pertencia a uma família católica que acreditava que ser verdadeiramente cristão era interessar-se também pelos problemas do próximo. Talvez essa forma de pensar que norteava o pensamento religioso de sua família tenha favorecido a sua opção pela Teologia da Libertação e, conseqüentemente, pelos pobres. Em uma entrevista sobre a sua infância, o bispo lembrou: “Rezávamos em comum todos os dias, e, freqüentemente, à noite, à luz de um lampião de querosene, discutíamos sobre assuntos religiosos, políticos e sociais. Tudo muito naturalmente, muito informal, num debate em que até os menores podiam perguntar e dar a sua opinião”. Ingressou no Seminário de Mariana - MG em 1932, quando ainda tinha 13 anos de idade. Ali cursou o secundário. Continuou os estudos no Seminário de Congonhas, onde concluiu o curso clássico em 1937. Entrou para a Congregação Redentorista de Juiz de Fora – MG em 1938. No ano seguinte foi para o Seminário Maior do Tietê, em São Paulo, onde ficou até sua ordenação que ocorreu na Igreja da Penha, em 06 de janeiro de 1944. Foi professor de Religião, diretor e redator de uma revista católica, *Santuário de São Geraldo*, missionário, vigário, pregador de retiros e escreveu e publicou três livros: *Vida de São Geraldo Majela*, *Os Estranhos Caminhos de Antônio Vieira* e *A Velha História de Caim e Abel*. Veio ao Nordeste pela primeira vez em 1946, com a tarefa de pregar em missões no interior da Bahia. Tomou posse como primeiro bispo da recém-criada Diocese de Propriá em 16 de outubro de 1960. Cf. DALTON, Padre. *Perfis redentoristas* N° 13. Juiz de Fora: CSSR. 2000; ALVES, João

apresentaram assinaturas diferentes nas diversas edições, como foi o caso do Monsenhor José Moreno de Sant’Ana, que em alguns momentos assinava somente M.S, ou do leigo Alberon Machado, que ora assinava o nome completo, ora assinava A. Machado, ou ainda A. M. No caso do Monsenhor Sant’Ana foi possível perceber que embora as assinaturas se apresentassem de formas distintas, elas pertenciam à mesma pessoa, uma vez que existia uma grande semelhança entre seus discursos, já que ele seguiu um padrão de defesa da moral e da doutrina católica. Já as assinaturas do leigo Alberon Machado foram ainda mais fáceis de serem identificadas, pois ele costumava fazer referência às matérias que tinha escrito anteriormente. No entanto, a mesma situação não se aplica a todos os autores, fato que dificulta bastante a contemplação do universo de colaboradores que escreveram para o jornal *A Defesa*.

Apesar disso, é possível perceber a grande consideração que a redação do jornal dispensou à atuação dos leigos no processo de evangelização empreendido com a utilização do periódico católico.

1.3 – A manutenção

Foram localizadas 157 edições do jornal *A Defesa* que circularam durante a década de 1960, com uma tiragem de cerca de 1000 exemplares. Destas, 152 tiveram quatro páginas, quatro tiveram 06 páginas e uma teve 08 páginas. As edições que excederam as quatro páginas foram comemorativas.

Ao ser transformado em órgão oficial diocesano, o jornal foi apresentado como um periódico quinzenal. No entanto, sua circulação ocorreu em datas irregulares. Algumas publicações saíram em uma semana, outras em quinze dias, em três semanas, ou mesmo em um mês.

Assim como ocorreu com outras Dioceses produtoras de periódicos católicos, a de Propriá também se queixava da falta de recursos financeiros para manter a circulação regularmente e aumentar a tiragem: “todo jornal católico pelo não contar com verbas ou auxílio dos poderes

Oliva. *Jornalismo na Academia*: discursos proferidos por ocasião da posse do acadêmico João Oliva Alves na Academia Sergipana de Letras. Aracaju: Academia Sergipana de Letras. 2001.

públicos, luta com mil dificuldades. Vive propriamente da dedicação, da generosidade e da pontualidade dos seus assinantes e anunciantes.”⁵⁶

Para tentar aumentar a quantidade de assinantes e anunciantes, o jornal investiu em apelos curtos aos fiéis: “Colabore com A Defesa”; “Leiam, assinem e propaguem A Defesa”; “Cooperem com A Defesa”; “Leiam A Defesa”; ‘Assinar A Defesa é um dever de todos os católicos’; “Assinem A Defesa”; “Torne-se assinante de A Defesa”; “Tome uma assinatura de ‘A Defesa’ e viva bem informado com o que acontece”. Esses recursos, utilizados também por outros jornais católicos e laicos que circulavam nos anos de 1960⁵⁷, foram publicados em 49 edições, sendo que em algumas eles apareceram uma só vez e em outras estiveram presentes em três páginas. A quantidade de apelos crescia especialmente quando chegava o momento da renovação das assinaturas anuais, que até o ano de 1963, ocorria no mês de outubro. Nesse ano foi dispensado o pagamento referente aos meses de novembro e dezembro e as novas assinaturas passaram a ser feitas no mês de janeiro, a partir do ano de 1964.

Na expectativa de não perder os antigos assinantes, o jornal lançava alguns lembretes para aqueles que atrasavam a quitação da assinatura: A cobrança era feita publicamente, mas com muita sutileza. Ao mesmo tempo em que cobravam, os produtores de *A Defesa* tentavam convencer os assinantes a renovarem suas assinaturas:

⁵⁶ SANT’ANA, Monsenhor José Moreno de. Um lugarzinho no coração. *A Defesa*, Propriá, n. 452, p. 01, 22 de ago. 1965.

⁵⁷ A exemplo do jornal católico *A Cruzada*, órgão oficial de imprensa da Diocese de Aracaju, e do jornal laico *Folha Trabalhista*, publicado na cidade de Estância – SE.

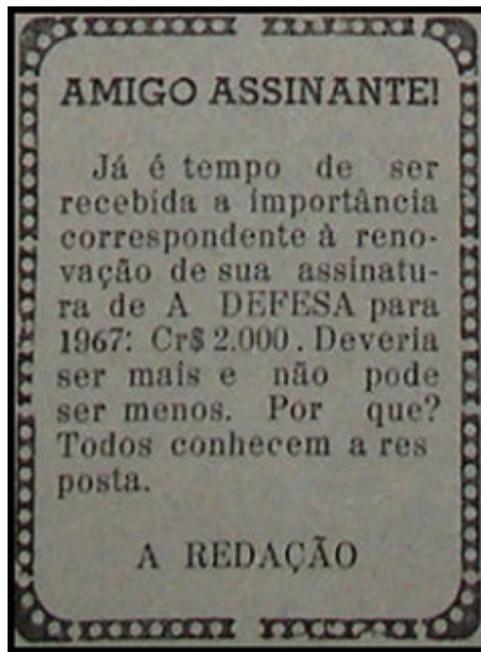


Figura 1: Cobrança da assinatura do jornal *A Defesa*. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 08 de janeiro 1967.

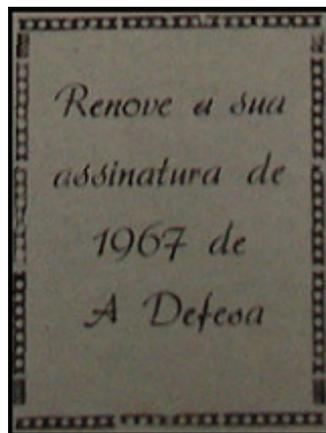


Figura 2 – Cobrança da assinatura do jornal *A Defesa*. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 de fevereiro de 1967.

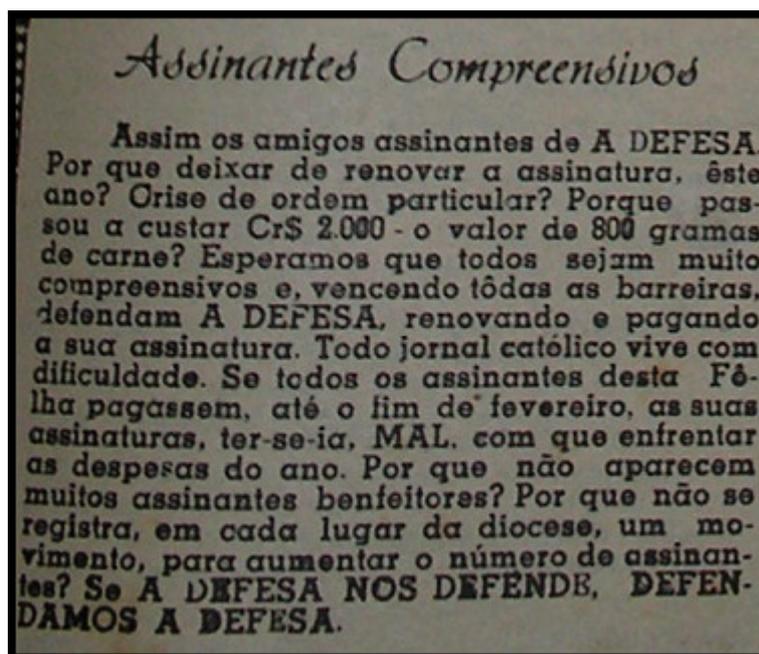


Figura 3 – Apelo aos assinantes de A Defesa. Fonte “Jornal A Defesa”

Propriá, 29 de janeiro de 1967

1.4 - Os editoriais e outros dispositivos educativos

Em nenhuma das edições de *A Defesa* referentes à década de 1960, o bispo Dom José Brandão de Castro foi citado como membro do corpo editorial do jornal. No entanto, além de ter sido uma das pessoas que mais publicou na folha católica, fez vários esclarecimentos acerca da produção e distribuição do periódico e assinou 6 dos 23 editoriais. Aliás, esse ponto requer um exame mais aprofundado, pois o editorial é um dos recursos que os produtores de jornais e revistas têm para emitir as opiniões da redação e orientar os leitores sobre determinados temas. De acordo com o jornalista Luís Henrique Marques, o editorial deve expressar a postura da redação do impresso e não é comumente assinado, porque precisa caracterizar a posição de toda a equipe de produtores e não a opinião de um indivíduo⁵⁸. Conforme já foi mencionado, 6 edições do jornal *A Defesa* fugiram a essa regra, já que tiveram seus editoriais assinados pelo bispo diocesano. Por outro lado, é necessário considerar que o significado atribuído a esses textos nos anos 60, não era

⁵⁸ Cf. MARQUES, Luís Henrique. *Teoria e prática de redação para jornalismo impresso*. Bauru – SP: EDUSC, 2003.

exatamente o mesmo dos dias atuais. Conforme o *Dicionário de Artes Gráficas*, produzido por Frederico Porta, em 1958,

[...] editorial significa artigo de jornal ou revista, que reflete o pensamento ou a orientação de seus dirigentes, habitualmente publicado na primeira coluna da quarta página, ou outra página a isto especialmente dedicada, artigo de fundo.⁵⁹

Como se pode ver, não há nenhuma menção às assinaturas. Fora isso, o sentido é muito semelhante. O fato de os editoriais já serem vistos nos anos 60 como textos representativos do pensamento dos dirigentes do periódico, leva a concluir que o bispo Dom José fazia parte do corpo editorial do jornal, embora seu nome não tenha sido mencionado como membro da redação. Além disso, pode-se supor que o bispo tenha feito uso desse recurso para promover a formação cristã dos leitores de acordo com a postura católica dele.

Embora o referido *Dicionário de Artes Gráficas* afirme que deveria existir um espaço definido para a publicação do editorial, no jornal *A Defesa* eles foram distribuídos entre as 3 primeiras páginas das 23 edições: 3 na página 1; 17 na página 2; e 3 na página 3. Os assuntos abordados foram: a importância social e religiosa do jornal *A Defesa*; o êxito da Diocese na tarefa evangelizadora; a postura correta do homem diante de Jesus Cristo; a carência de sacerdotes na Diocese; o culto à Nossa Senhora nas Paróquias da Diocese; o comunismo; as celebrações da Semana Santa em Propriá; a compra de votos com bolsas de estudo; a luta dos católicos pela paz; a importância de dar o dízimo; a campanha da fraternidade; a luta da Igreja para promover as vocações sacerdotais; as mudanças nos setores litúrgico e teológico da Igreja; o erro cometido por aqueles que acusavam vários bispos brasileiros de subverterem a ordem política e católica; os ideais da Teologia da Libertação; os padres redentoristas que atuavam na Diocese; todos os padres que compunham a Diocese de Propriá e a sua atuação; a evangelização e a colaboração dos leigos na pastoral católica. Alguns temas foram abordados em mais de um editorial.

Mesmo não tendo sido definidos como editoriais muitos textos veiculados em outras edições serviram para expressar o posicionamento teológico e as opiniões dos produtores de *A Defesa*. Por se tratar de um jornal católico, cuja função principal é promover a formação ou reforçar a

⁵⁹ Cf. PORTO, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958, p. 124.

mentalidade cristã dos fiéis, é importante ressaltar que vários dispositivos foram utilizados para favorecer a *civilização* dos leitores. Alguns deles merecem destaque:

1 - Pequenos escritos, contendo de 2 a 5 linhas, intitulados “Pensamento”. Estes eram constituídos geralmente por frases ditas ou escritas por personalidades eclesiásticas ou leigas, a exemplo de João XXIII, Jacques Maritain, Beethoven, presidente Kennedy, Pio XII, Inácio de Loyola, Machado de Assis, Rui Barbosa, Tobias Barreto, dentre outros. Eram textos que ensinavam a viver de acordo com os valores cristãos e serviam para despertar nos leitores uma conduta moral capaz de aliar a fé católica à ação social;

2 - Pequenos textos denominados “Graças Alcançadas”. Sua composição variava entre 3 e 7 linhas. Apresentava os agradecimentos de alguns fiéis, especialmente das devotas. Dentre aqueles textos que identificaram as pessoas beneficiadas, só apareceram nomes de mulheres. Se algum homem utilizou o jornal para agradecer as graças alcançadas, se manteve no anonimato. Esses pequenos escritos eram uma demonstração para os leitores de como a fé e a devoção geravam dádivas. Foi uma forma de educar utilizando os exemplos das pessoas que diziam já ter recebido alguma benfeitoria. Além dos agradecimentos, eram mencionadas as quantias doadas pelas gratas fiéis. Tal menção provavelmente servia de incentivo para que outros católicos também fizessem doações à Igreja.

3 - Vários preceitos religiosos foram colocados entre as matérias: “Ajudando um seminarista pobre, você estará acumulando um tesouro no céu e formando um padre na Terra”; “Quem dá aos pobres empresta a Deus”; “Deus é Alimento, Saber e Justiça”, “A família que reza unida permanece unida”, “Deus é Amor, Bondade e Justiça”, “Iniciada em todo o Brasil a Campanha da Fraternidade – pensa no teu irmão necessitado e ajuda a campanha em tua Paróquia”. Esses ensinamentos foram repetidos diversas vezes, como se o objetivo fosse levar os leitores a inculcá-los, transformando-os em orientações para as suas vidas. Outra estratégia usada foi a apresentação destes com letras bem maiores do que aquelas que constituíam as matérias. Assim, essas “prescrições católicas” se destacavam em relação ao restante do conteúdo, chamando provavelmente a atenção dos consumidores de *A Defesa*.

4 - Pequenos textos contendo entre 3 e 7 linhas, transmitiam as chamadas “mensagens de Jesus”, extraídas da Bíblia, além daquelas enunciadas pelos papas, bispos e padres ou retiradas de outros impressos católicos e de documentos oficiais da Igreja. Essas mensagens foram colocadas na

primeira página de algumas edições. Inicialmente, ficavam expostas no final da página com o seguinte título: “Assim disse Jesus”. A partir da edição de número 460, foram transferidas para o alto da página, provavelmente para dar maior visibilidade. Trataram de temas referentes à fé católica ou de assuntos que se tornaram objeto das preocupações dos produtores de *A Defesa*, a exemplo do divórcio e das injustiças sociais, mostrando qual seria a postura cristã correta.

5 - Poesias, orações e hinos religiosos. Foram produções textuais que, com sua leveza e graciosidade, podem ter sido usados para envolver os leitores e servir como reforços aos ensinamentos bíblicos ou àqueles resultantes da postura teológica adotada pelos produtores do jornal. Dentre as poesias, destaco: “Sonetos a um jovem”⁶⁰; “Destino”⁶¹; “Fôrça das fôrças”⁶²; “Incoerência”⁶³; “Sinos da minha terra”⁶⁴; “Retrato de Maria”⁶⁵. Dos hinos publicados, quero chamar a atenção para: “Hino do Bom Jesus dos Navegantes”⁶⁶; “Hino da caridade”⁶⁷; “Clamor do camponês sem terra”⁶⁸; “Hino de saudação”⁶⁹; “Hino Eucarístico”⁷⁰; “Hino ao Bom Jesus dos Navegantes”⁷¹. Em três edições, os produtores de *A Defesa* indicaram orações que deveriam ser repetidas pelos católicos leitores, levando-os assim a compartilhar de suas crenças e de seu posicionamento. O que existia em comum entre esses textos era o fato de todos favorecerem a formação do católico idealizado pelos redatores de *A Defesa*: um ser humano que utilizasse a fé não apenas para orientar sua conduta individual, mas também para guiar suas ações em sociedade, no sentido de ajudar ao próximo e promover a justiça social.

6 - A estratégia dos títulos. Alguns títulos do jornal *A Defesa* serviram provavelmente para direcionar a leitura, sugerindo uma interpretação coerente com a postura do seu autor. Dentre estes estão: “Esposa, mãe e anjo”⁷² (tratou do papel da mulher); “O comunismo promete a paz e

⁶⁰ Cf. CASTRO, Dom José Brandão de Castro. Sonetos a um jovem. *A Defesa*, Propriá, n. 381, p. 03, 13 jun. 1962.

⁶¹ Cf. MACHADO, Alberon. Destino. *A Defesa*, Propriá, n. 409, p. 02, 20 set. 1963.

⁶² Cf. SANT’ANA, Monsenhor José Moreno de. Fôrça das fôrças. *A Defesa*, Propriá, n. 420, p. 01, 15 abr. 1964.

⁶³ Cf. MARTINI, Angelina Aparecida. Incoerência. *A Defesa*, Propriá, n. 449, p. 02, 08 jul. 1965.

⁶⁴ Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. Sinos da minha terra. *A Defesa*, Propriá, n. 464, p. 02, 13 fev. 1966.

⁶⁵ Cf. PRUDENTE, Antônio Souza. Retratos de Maria. *A Defesa*, Propriá, n. 461, p. 03, 29 mai. 1966.

⁶⁶ Cf. SANT’ANA, Monsenhor José Moreno de. Hino do Bom Jesus dos Navegantes. *A Defesa*, Propriá, n. 372, p. 02, 01 jan. 1962.

⁶⁷ Cf. HINO da caridade. *A Defesa*, Propriá, n. 386, p. 03, 07 set. 1962.

⁶⁸ Cf. CORDEIRO, Leão. Clamor do camponês sem terra. *A Defesa*, Propriá, n. 404, p. 01, 30 jun. 1963.

⁶⁹ Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. Hino da saudação. *A Defesa*, Propriá, n. 427, p. 01, 30 jul. 1964.

⁷⁰ Cf., CASTRO, Dom José Brandão de. Hino Eucarístico. *A Defesa*, Propriá, n. 443, p. 02, 30 mar. 1965.

⁷¹ Cf. SANT’ANA, Monsenhor José Moreno de. Hino ao Bom Jesus dos Navegantes. *A Defesa*, Propriá, n. 486, p. 02, 08 jan. 1967.

⁷² Cf. AMBRÓSIO, Frei. Esposa, mãe e anjo. *A Defesa*, Propriá, n. 366, p. 2-4, 21 set. 1961.

fomenta o ódio”⁷³ (criticou a atuação dos comunistas); “O divórcio é inadmissível”⁷⁴ (apresentou o casamento como uma instituição indissolúvel); “Cuidado moças”⁷⁵ (alertou as moças contra o perigo representado pelo namoro com homens casados); “Juventude transviada: cópia carbono de adultos transviados”⁷⁶ (afirmou que a delinqüência juvenil resultava do desregramento moral dos adultos); “Menores no cinema – fato que merece especial atenção dos poderes públicos”⁷⁷ (chamou a atenção das autoridades competentes para a exibição de filmes considerados inadequados para menores de dezoito anos); “Carnaval e não loucura”⁷⁸ (afirmou que a alegria carnavalesca deveria ser guiada pelos “Mandamentos Divinos”, sendo que tudo que fugir a essa regra é loucura e gera males); “Concílio Vaticano II – objeto das melhores esperanças do mundo atual”⁷⁹ (afirmou ser o Concílio Vaticano II capaz de solucionar o afastamento entre as sociedades contemporâneas e a fé católica); “Soma do que faz o vigário”⁸⁰ (tratou da importância do padre); “A Defesa – jornal para tôda a Diocese”⁸¹ (tratou da necessidade de ter assinantes e colaboradores para o jornal em todas as paróquias da Diocese); “Presidente Castelo Branco: Brasil não tem ditadura”⁸² (afirmou que os militares que promoveram a “revolução de 1964”, não implantaram no Brasil uma política ditatorial). Esses títulos foram representativos da posição teológica e sócio-política assumida pelos produtores de *A Defesa*.

Estes também utilizaram matérias extraídas de outros jornais, católicos ou não, a exemplo daquelas reproduzidas do *Jornal Do Brasil*, do jornal *O Globo* e do jornal *Lar Cathólico*; de revistas católicas ou laicas, tais como: *Revista Sallette*, *Revista Nova*, *Revista Doentes Missionários*, *Revista Família Cristã*, e *Revista Paz e Bem*, de documentos eclesiásticos, tais como a *Carta Pastoral* do Bispo de Santa Cruz do Sul – D. Alberto Etgez, a *Encíclica O*

⁷³ Cf. KOSSOLMOLOV, Frei Bono. O comunismo promete a paz e fomenta o ódio. *A Defesa*, Propriá, n. 375, p. 2-3, 28 fev. 1962.

⁷⁴ Cf. SANT’ANA, Monsenhor José Moreno de. O divórcio é inadmissível. *A Defesa*, Propriá, n. 479, p. 01, 29 set. 1966.

⁷⁵ Cf. SANT’ANA, Monsenhor José Moreno de. Cuidado moças. *A Defesa*, Propriá, n. 454, p. 04, 15 set. 1965.

⁷⁶ Cf. FRANTZ, Theobaldo. Juventude transviada: cópia carbono de adultos transviados. *A Defesa*, Propriá, n. 390, p. 02, 28 out. 1962.

⁷⁷ Cf. MENORES no cinema: fato que merece especial atenção dos poderes públicos. *A Defesa*, Propriá, n. 370, p. 04, 15 nov. 1961.

⁷⁸ Cf. CARNAVAL e não loucura. *A Defesa*, Propriá, n. 487, p. 01, 29 jan. 1967.

⁷⁹ Cf. C. Pe. A. M. Concílio Vaticano II – objeto das melhores esperanças do mundo atual. *A Defesa*, Propriá, n. 375, p. 01, 28 fev. 1962.

⁸⁰ Cf. SOMA do que faz o vigário. *A Defesa*, Propriá, n. 391, p. 03, 25 nov. 1962.

⁸¹ Cf. A Defesa – jornal para tôda a Diocese. *A Defesa*, Propriá, n. 423, p. 01, 30 mai. 1964.

⁸² Cf. PRESIDENTE Castelo Branco: Brasil não tem ditadura. *A Defesa*, Propriá, n. 471, p. 01, 29 mai. 1966.

Desenvolvimento dos Povos – de Paulo VI e a *Bíblia*; e de escritos ou mensagens proferidas por membros do clero brasileiro, como é o caso daqueles textos extraídos da *Mensagem dos Bispos do Brasil*, do Discurso de Dom Helder Câmara, e do Discurso de Dom Vergetti. Além disso, é possível supor que alguns textos apresentados sem autoria identificada tenham sido reproduzidos. As transcrições selecionadas atenderam a um critério principal: corroboraram a postura teológica predominante na Diocese de Propriá, contribuindo assim com a formação que os produtores do jornal *A Defesa* pretendiam oferecer aos leitores.

Dessa forma, pode-se concluir que não foi somente através dos artigos e das matérias veiculadas no jornal que os produtores de *A Defesa* buscaram promover a formação cristã dos consumidores do impresso, mas utilizaram também artifícios materiais que não estavam presentes no periódico por acaso.

1.5 – Os preços

Existiam dois tipos de assinaturas: a simples, mais barata, e a do benfeitor. Essas assinaturas eram pagas anualmente, podendo ser feitas na secretaria do bispado, localizada na Catedral Diocesana ou com os correspondentes que colaboravam no processo de distribuição de *A Defesa*. Conforme os agradecimentos veiculados no jornal, os benfeitores eram principalmente comerciantes e bancários, além de outros profissionais liberais. Aqueles que não assinavam a folha católica também podiam comprar o número avulso. A partir da edição de nº 505, publicada em 20 de junho de 1968, a assinatura simples deixou de constar no periódico, tornando-se provavelmente inexistente.

Os preços aumentaram conforme a inflação que norteou a economia nos anos 60. Em 21 de setembro de 1961, o jornal avulso custava Cr\$ 5,00, a assinatura simples Cr\$ 120,00 e a do benfeitor Cr\$ 200,00. Para se ter uma idéia da equivalência desse valor, é importante salientar que o salário mínimo do Brasil naquele momento correspondia a Cr\$6.000,00.⁸³

⁸³ Cf. < <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm> > acesso em 22 de maio de 2005.

A partir do mês seguinte, mais especificamente de 18 de outubro de 1961, o salário mínimo brasileiro sofreu um aumento, passando a valer Cr\$9.600,00. O valor dos números avulsos também sofreu alteração naquele mês, passando a custar Cr\$ 6,00. Os preços das assinaturas simples e do benfeitor só foram alterados em 29 de junho de 1962, quando a assinatura simples foi elevada ao custo de Cr\$ 200,00 e a do benfeitor Cr\$ 300,00. A edição avulsa passou a ser vendida por Cr\$ 10,00. O salário mínimo já tinha passado por um novo aumento, tendo o seu valor fixado em Cr\$ 13.440,00.

Em março de 1962, os números avulsos do jornal católico *A Cruzada* e do jornal laico *Gazeta de Sergipe* já custavam Cr\$ 10,00. Esse era um valor relativamente baixo, se comparado ao preço de outros produtos. O Frigorífico Aracaju, por exemplo, divulgava naquele mesmo período a tabela de preços fixada para a venda de carne, segundo a qual, um quilo de carne com osso tipo misto custava Cr\$ 100,00, a carne sem osso tipo misto Cr\$ 225,00, a carne sem osso de segunda Cr\$ 200,00 e a carne sem osso de primeira Cr\$ 250,00.⁸⁴ À mesma época, a Loja aracajuana Dernier Cris Magazin anunciava algumas promoções: “sabonete de Cr\$ 50,00 por Cr\$ 34,00”⁸⁵, “par de meias de Cr\$ 150,00 por Cr\$ 98,00, seiva de alfazema de Cr\$ 120,00 por Cr\$ 89,00”⁸⁶. Os valores atribuídos a essas mercadorias demonstram que a quantia de Cr\$ 10,00 não era alta, ainda mais se for levada em consideração a instabilidade que se abateu sobre os preços na década de 1960.

Os valores referentes às mercadorias, inclusive aos impressos, sofreram grandes alterações. Assim, em janeiro de 1963, um novo aumento elevou o salário mínimo que passou a valer Cr\$21.000,00, e também os preços do periódico *A Defesa*. A assinatura simples passou a custar Cr\$ 300,00, a do benfeitor Cr\$ 500,00 e o número avulso Cr\$ 15,00. Em janeiro do ano seguinte esses valores foram elevados respectivamente para Cr\$ 400,00, Cr\$ 600,00 e Cr\$ 20,00. Em fevereiro de 1964, o salário mínimo passou a valer Cr\$ 42.000,00. Em 1965, subiu para Cr\$66.000,00. Naquele ano, o jornal *A Defesa* sofreu três aumentos de preços: em 15 de janeiro as assinaturas passaram a custar Cr\$ 600,00 (a simples), Cr\$ 1.000,00 (a do benfeitor) e Cr\$ 30,00 o número avulso; em 30 de janeiro, a assinatura simples passou a custar Cr\$ 1.000,00, a

⁸⁴ Cf. TABELA de preços. *A Cruzada*, Aracaju, n. 1343, p. 08, 31 mar. 1962.

⁸⁵ Cf. DERNIER, Cris Magazin. *Gazeta de Aracaju*, n. 2050, p. 02, 04 jan. 1962.

⁸⁶ Cf. DERNIER, Cris Magazin. *Gazeta de Aracaju*, n. 2780, p. 02, 08 abr. 1962.

do benfeitor Cr\$ 1.200,00 e o número avulso era vendido por Cr\$ 50,00. Em fevereiro, o jornal apresentou um novo acréscimo para a assinatura do benfeitor que passou a custar Cr\$ 2.000,00.

Em março de 1966, o salário mínimo passou a ter um valor correspondente a Cr\$ 84.000,00. No mês anterior, os produtores de *A Defesa* tinham atribuído novos valores ao jornal, passando a cobrar Cr\$ 1.500,00 pela assinatura simples, e Cr\$ 60,00 pelo número avulso. A assinatura do benfeitor, que já tinha sofrido aumento de preço isoladamente, permaneceu com o mesmo valor.

Os produtores de *A Defesa* publicavam notas no próprio jornal justificando os constantes aumentos:

Pela alta de tudo que se vem verificando, e 1966 começou mesmo azougando a assinatura simples do nosso jornal, êste ano, deveria custar dois mil cruzeiros. Todavia, como não se pretende lucros e aperturas são apanágio de todo jornal católico, jornal sem cofre e sem verbas, cobrem-se Cr\$ 1.500 [...] Vê-se a bico de lápis [...] cada edição custando uns Cr\$ 50.000 [...] E que são hoje Cr\$ 1.500? Um quilo de carne verde, um almoço de restaurante humilde, duas garrafas de cerveja.⁸⁷

A difícil situação dos jornais nos anos 60, também foi ressaltada por Nelson Werneck Sodré na obra *A História da Imprensa no Brasil*. Para ilustrar a crise vivenciada pela imprensa brasileira naquele decênio, Sodré utilizou o discurso que Paulo Duarte proferiu ao público para explicar a sua decisão de encerrar, em 1962, a circulação da Revista de Cultura *Anhembi*, que ele havia fundado em 1950:

A desvalorização vertiginosa do cruzeiro, a abolição das regalias concedidas para a importação do papel, os aumentos sucessivos do salário mínimo, cada um desses fatores determinou a cadeia sinistra da elevação de tudo, não em grau razoável, mas em proporção geométrica. Basta lembrar que o preço do papel que consumimos subiu, em oito meses apenas, de 6 para cêrca de 150 cruzeiros o quilo.⁸⁸

⁸⁷ Cf. SANT'ANA, José Moreno de. Mil e quinhentos cruzeiros? !!! *A Defesa*, Propriá, n. 454, p. 01, 13 fev. 1966.

⁸⁸ Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1966, pp. 474-475.

De acordo com Sodré, “num período de cinco anos e cinco meses, de fevereiro de 1958 a julho de 1963, a alta do preço do papel importado para a imprensa foi de mais de 3.294% [...]”⁸⁹, e acrescentou:

[...] o preço do quilo de papel de imprensa importado, que era de 2,35 cruzeiros em 1943, passou a 4,82, em fevereiro de 1958, e 135 cruzeiros em agosto de 1963. Em 1962, [...] os jornais gastaram 5.733.468 cruzeiros na compra de papel nacional cuja produção, monopolizada pelas Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S. A., acarretando um preço de 3,60 cruzeiros por quilo, compreendido o lucro do distribuidor, em 1950, passando a 112 cruzeiros em 1963, com alta de 2.926% nesses treze anos. A ascensão do preço do papel nacional acompanhava a do papel estrangeiro: o quilo que custava 3,60, em 1950, passou a custar 4,63, em janeiro de 1958; 8,90, em dezembro desse mesmo ano; atingindo os 112, em setembro de 1963 [...]”⁹⁰

Nelson Werneck Sodré afirmou que essa crise atingiu desde os pequenos jornais até as grandes empresas jornalísticas. Os produtores de *A Defesa* também queixavam-se das dificuldades financeiras enfrentadas para manter em circulação a folha católica: “a assinatura do benfeitor tem custado Cr\$ 300,00 e a simples Cr\$ 200,00, importância que, talvez em 1963, nem dê para cobrir as despesas do papel.”⁹¹

Numa tentativa de equilibrar a economia brasileira, em 13 de fevereiro de 1967, o Brasil adotou uma nova moeda: o Cruzeiro Novo. 1 NCr\$ equivalia a Cr\$ 1.000. “[...] não houve lançamento de cédulas do novo padrão. Foram utilizadas as cédulas do padrão anterior, apondo carimbo com o valor equivalente ao Cruzeiro Novo.”⁹² Todavia, a inflação continuou ditando o aumento de preços.

Em 01 de março de 1967, o valor correspondente ao salário mínimo passou a ser NCr\$ 105,00. Desde janeiro daquele ano, as assinaturas do jornal *A Defesa* já apresentavam novo aumento: a simples passou a custar Cr\$ 2.000,00 e a do benfeitor Cr\$ 2.500,00, enquanto o número avulso manteve o preço em Cr\$ 100,00. Apesar de ter ocorrido a adoção de uma nova moeda, o jornal continuou apresentando seus valores monetários usando símbolos correspondentes ao Cruzeiro até

⁸⁹ Idem, p. 472.

⁹⁰ Ibidem, p. 474.

⁹¹ Cf. AOS prezados assinantes. *A Defesa*, Propriá, n. 390, p. 01, 28 out. 1962.

⁹² Cf. < <http://www.bancocentraldo brasil-moedas.htm>. > acesso em 09/07/2006.

14 de janeiro de 1968, quando apresentou seus novos preços: a assinatura simples passou a valer NCr\$ 3,00, a do benfeitor NCr\$ 5,00 e o número avulso NCr\$ 0,20.

Em 26 de março de 1968, o salário mínimo passou a NCr\$ 129,60. Em 02 de outubro do mesmo ano, o preço do número avulso foi elevado para NCr\$ 0,50. Naquele momento a assinatura simples já não constava no jornal e a do benfeitor permaneceu com o mesmo valor até o fim do ano de 1969, apesar de o salário mínimo ter sofrido um novo reajuste em janeiro daquele ano, cujo valor passou a NCr\$ 156,00. O número avulso também não sofreu nenhuma alteração em 1969.

Diante das dificuldades financeiras enfrentadas pelo jornal, que tinha uma tiragem pequena e provavelmente não lucrativa, pode-se supor que a manutenção de *A Defesa* não tenha sido motivada pelo lucro, mas pela pretensão de *civilizar* os leitores em conformidade com o pensamento católico e a opção político-teológica predominante na Diocese de Propriá.

1.6 - Os anúncios

Além dos assinantes, os anunciantes também deram sua contribuição para a manutenção do jornal *A Defesa*. Na edição de número 437, há uma nota sobre o aumento do valor a ser pago pelos anunciantes. “[...] cada centímetro de coluna custará Cr\$ 40,00 (apenas Cr\$ 10,00 de aumento). Se acompanhássemos o ritmo geral, a nova taxa deveria ser maior.”⁹³ Os anúncios que ocuparam maior espaço no jornal ao longo dos anos 60 foram os do Banco Mercantil do Nordeste S. A.

Os anúncios que apresentaram maior frequência ao longo daquele decênio foram respectivamente:

1 – da loja A Integral, com 133 anúncios

⁹³ Cf. NOTA prévia. *A Defesa*, Propriá, n. 437, p. 01, 25 dez. 1964.

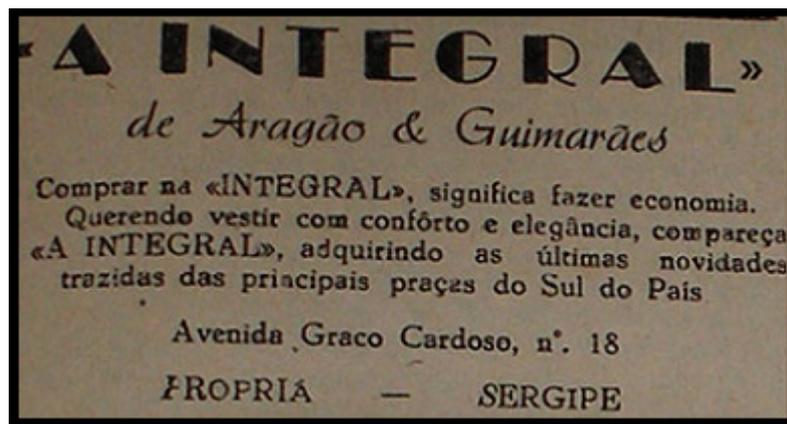


Figura 4 – Anúncio A Integral. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 março de 1967.

2 - da Casa Souza, com 132 anúncios

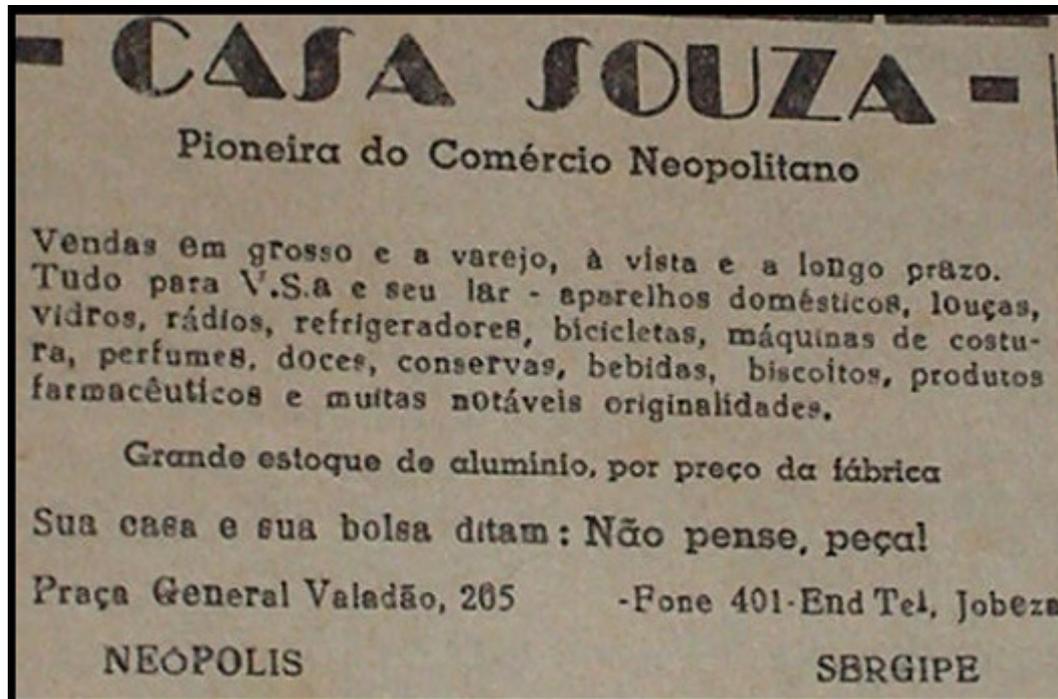


Figura 5 – Anúncio Casa Souza. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 março de 1967.

3 – da loja Irmãos Peixoto S. A., com 126 anúncios

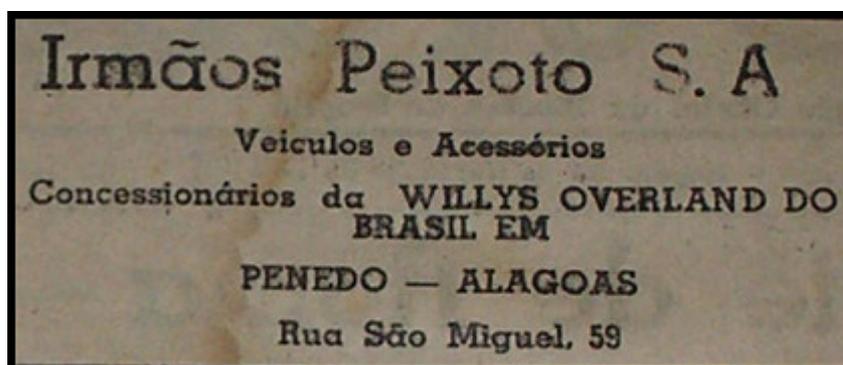


Figura 6 – Anúncio Irmãos Peixoto. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 março de 1967.

4 – da Joalheria e Ótica União, com 116 anúncios

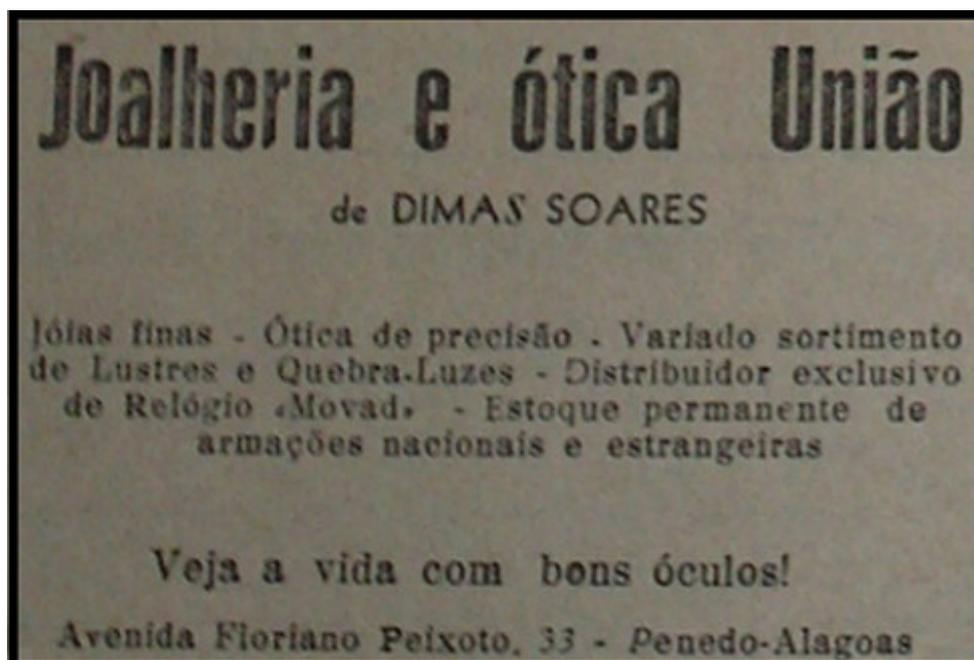


Figura 7 – Anúncio Joalheria e Ótica União. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 03 de novembro de 1963.

5 – do Banco Mercantil do Nordeste S.A., com 114 anúncios

BANCO MERCANTIL DO NORDESTE S.A.

Sede: Av. Rio Branco no. 278 (Edifício Próprio)

Fundação em 1924 - End. Teleg. «BANCANTIL» Carta patente no. 411. de 24-10-46 - Aracaju, Est. de Sergipe

— Departamento no Estado de Sergipe: —
Boquim, Estância, Lagarto, Propriá, Tobias Barreto

— Departamento no Estado da Bahia —
Salvador, Amélia Rodrigues, Camaçari, Pejuca e Riachão do Jacuípe

— Departamento no Estado de Alagoas: Penedo e Pôrto de Açúcar —

Filial — Salvador
Av. Estados Unidos - 15
Endereço Tel. «BANCANTIL»

Capital - 200.000.000
Reservas - 47.000.000

Dr. Orlando Gomes dos Santos - Diretor Superintendente

Edgar Aguiar Farias
Dr. Milton Nunes Tavares
Manoel José Ferraz e Maciel
José Alfredo Limaes

Filial — Rio de Janeiro
Rua do Rosário, 78 (Edifício Próprio)
End. Tel. «BANMENOR»

(Distúncia)

Figura 8 – Anúncio de Banco do Nordeste S.A. Fonte “Jornal A Defesa”

Propriá, 30 de abril de 1964.

6 – do Banco Rezende Leite S. A., com 77 anúncios



Figura 9 – Banco Rezende Leite S.A. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 30 de abril de 1964.

7 – da Movelaria São José, com 72 anúncios

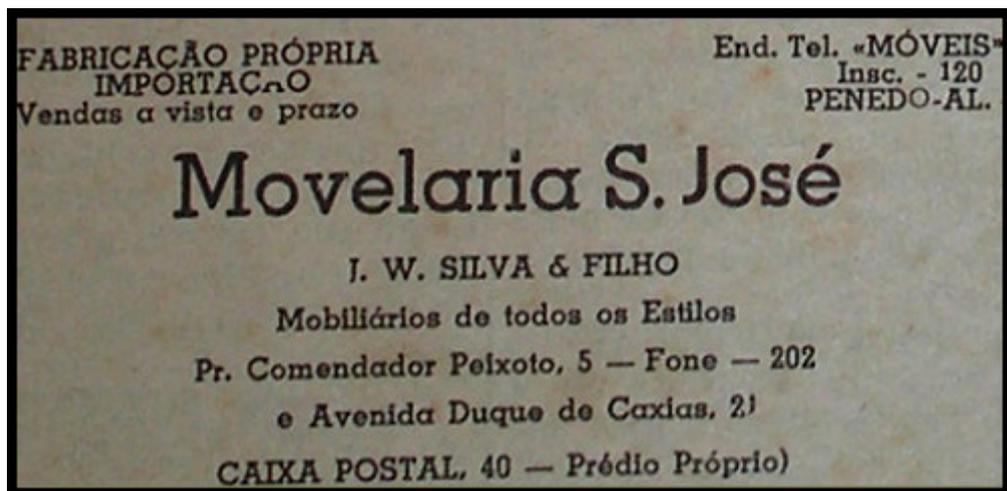


Figura 10 – Anúncio da Movelaria São José. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 30 de abril de 1964.

8 – da loja A Brasiluso, com 66 anúncios



Figura 11 – Anúncio da Movellaria São José. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 30 de abril de 1964.

9 – da Loja Eletrolar, com 65 anúncios



Figura 12 – Anúncio de Loja Eletrolar. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 de maio de 1964.

10 – do Banco da Produção e Comércio S. A., com 38 anúncios

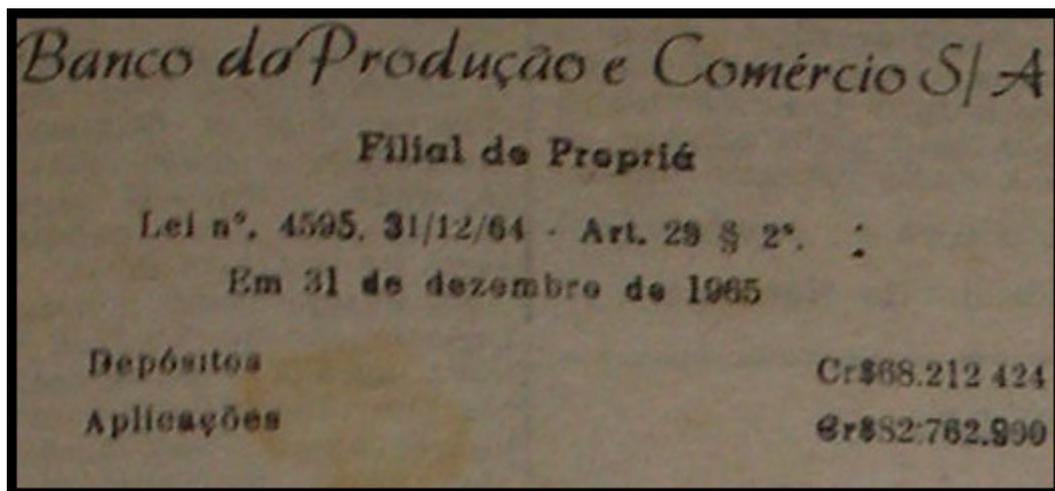


Figura 13 – Anúncio do Banco da Produção e Comércio S/A. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 de fevereiro de 1969.

11 – do Restaurante São Francisco, com 35 anúncios



Figura 14 – Anúncio do Restaurante São Francisco. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 06 de setembro de 1964.

12 – da Padaria e Merceria São José, com 28 anúncios



Figura 15 – Anúncio da Padaria e mercearia São José
Propriá, 15 de março de 1967.

13 – da Loja Fotografias em Geral, com 24 anúncios



Figura 16 – Fotografias em geral. Fonte “Jornal Defesa”
Propriá, 15 de fevereiro de 1967.

14 – da loja A Imperatriz, com 18 anúncios

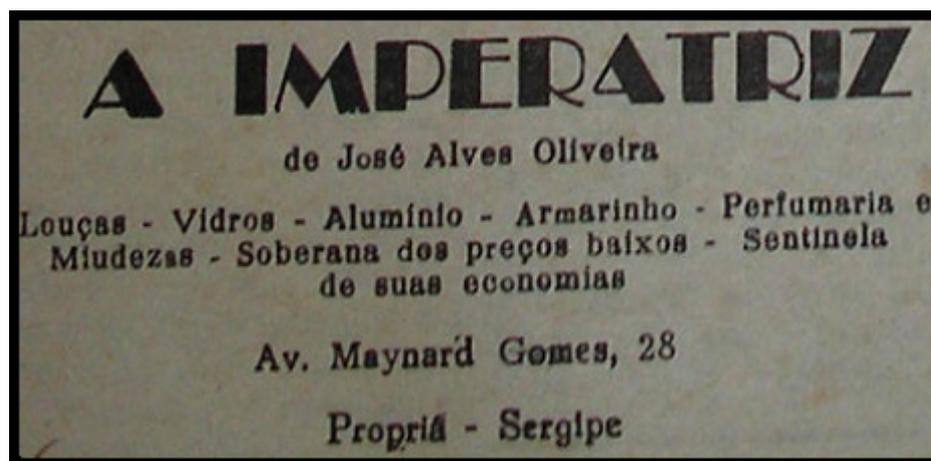


Figura 17 – Anúncio de A Imperatriz. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 29 de junho de 1962.

15 – da Loja A Popular, com 16 anúncios

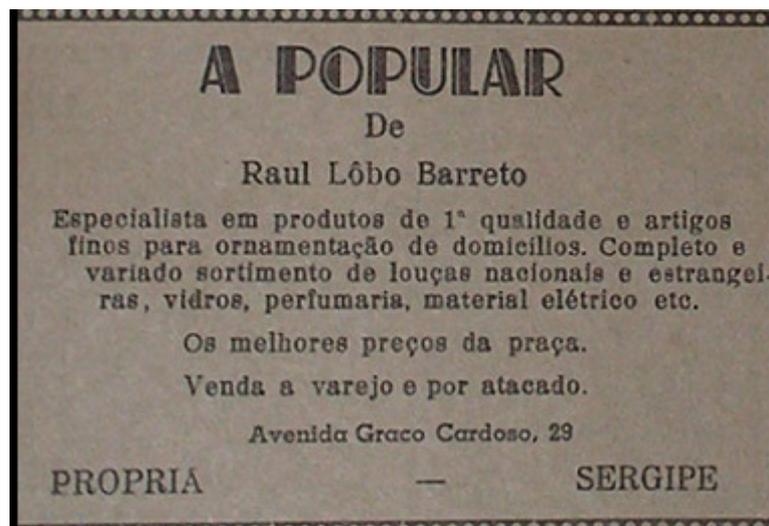


Figura 18 – Anúncio de A Popular. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 29 de junho de 1962.

16 – da Casa Figueiredo, com 16 anúncios



Figura 19 – Anúncio de Casa Figueiredo. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 16 de outubro de 1961.

17 – da advogada Rosely Cardoso Prado Bastos, com 12 anúncios

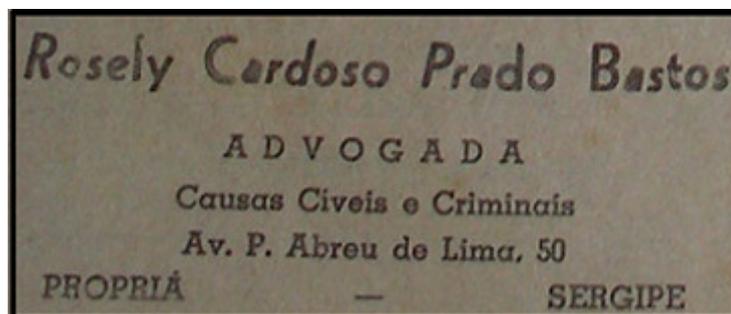


Figura 20 – Anúncio de Rosely Cardoso Prado Bastos - advogada. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 de junho de 1963.

18 – do médico Aloízio Gomes, com 10 anúncios

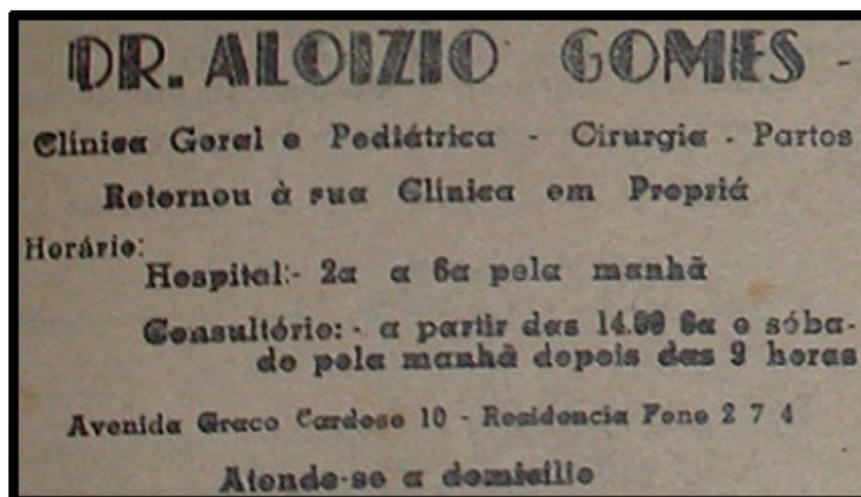


Figura 21 – Anúncio de Dr. Aloizio Gomes - médico. Fonte “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 de janeiro de 1966.

O critério para essa seleção foi a utilização de anúncios publicados no jornal *A Defesa* ao menos 10 vezes durante a década de 1960. A partir da análise dos itens selecionados, é possível levantar algumas hipóteses. Inicialmente, é necessário observar que dentre os 18 anúncios que apresentaram maior assiduidade, 13 são de estabelecimentos comerciais, bancos ou prestadores de serviços localizados na cidade de Propriá, 3 são de lojas da cidade de Penedo – AL, e dois são de estabelecimentos comerciais da cidade de Neópolis – SE. A frequência desses anúncios é um indício de que a maior parte do público leitor estava concentrada nesses três municípios, com a predominância dos leitores situados em Propriá.

Em relação a essa última cidade, faz-se necessário considerar que os municípios circunvizinhos também podem ter sido alvos desses anúncios, uma vez que o comércio e a prestação de serviços do Baixo São Francisco convergiam para Propriá. Conforme Carlos Roberto Britto Aragão, Propriá se manteve até o início da década de 1970 como o pólo mais desenvolvido daquela região sergipana.

Apesar das grandes e sucessivas perdas territoriais, Propriá se manteve como destacado centro regional até o início da década de setenta, período em que

manteve o comando regional, inclusive sobre os municípios que dele se emanciparam administrativa e politicamente.⁹⁴

Os anúncios também trazem um indicativo de que o jornal era dirigido principalmente a um público leitor urbano e com um poder aquisitivo que superava o padrão de consumo da maioria dos habitantes do Baixo São Francisco, já que, por um lado, as propagandas não faziam alusão a produtos ou serviços freqüentemente utilizados no campo e, por outro, mencionavam mercadorias que provavelmente não eram acessíveis à maioria da população daquela região, a exemplo das louças nacionais ou estrangeiras comercializadas na loja *A Popular*, dos lustres e das jóias finas da *Joalheria e Ótica União*, dos móveis produzidos pela *Movelaria São José*, dos automóveis e acessórios automobilísticos da concessionária *Irmãos Peixoto S.A.*, das elegantes vestimentas advindas do sul do país anunciadas pela loja *A Integral*, dos televisores da *Loja Eletrolar*, ou mesmo das geladeiras das marcas G. E., Gelomatic e Hotpoint vendidas na *Casa Figueiredo*. Embora o jornal *A Defesa* não tenha divulgado os valores correspondentes a essas mercadorias, pode-se observar que, em outubro de 1965, as Lojas Neire, localizadas em Aracaju – SE, anunciavam uma geladeira G. E. pelo preço de Cr\$ 200.000,00, enquanto a loja Irmãos Figueiredo⁹⁵, localizada na mesma cidade, fazia a propaganda de televisores da marca Empire, que custavam Cr\$ 800.000,00, e podiam ser parcelados em 20 prestações de Cr\$ 40.000,00.⁹⁶ Considerando que apesar do desenvolvimento usufruído por Propriá, a maior parte da população do Baixo São Francisco apresentava grande carência financeira⁹⁷, pode-se concluir que o jornal não estava voltado primordialmente para os habitantes mais pobres do território que compunha a Diocese.

Além disso, dois outros indícios levam a crer que os leitores desse jornal compunham uma parcela pequena dos católicos pertencentes à Diocese de Propriá: primeiramente a tiragem, que nos anos 60 era de cerca de mil exemplares por edição; depois, era alto o índice de

⁹⁴ Cf. ARAGÃO, Carlos Roberto Britto. *Propriá e sua região: apogeu, crise e perspectivas*. São Cristóvão: UFS, 1997. (Dissertação de Mestrado). p. 59.

⁹⁵ Cf. LOJAS Neire. *A Cruzada*, Aracaju, n. 1424, p. 07, 16-17 de outubro de 1965.

⁹⁶ LOJA Irmãos Figueiredo. *A Cruzada*, Aracaju, n. 1424, p. 07, 16-17 de outubro de 1965.

⁹⁷ Cf. ARAGÃO. Op. Cit. p. 62.

analfabetismo.⁹⁸ Pode-se concluir que muitos católicos tinham acesso aos ensinamentos veiculados no jornal através da disseminação oral, realizada principalmente pelos clérigos.

A difusão oral das idéias escritas tem sido realizada ao longo dos séculos. De acordo com Alberto Manguel, mesmo com o domínio da Igreja sobre a cultura letrada, já na Idade Média era praticada a “leitura ouvida”:

Reunir-se para ouvir alguém ler tornou-se também uma prática necessária e comum no mundo laico da Idade Média. Até a invenção da imprensa, a alfabetização era rara e os livros, propriedade dos ricos, privilégio de um pequeno punhado de leitores. Embora alguns desses senhores afortunados ocasionalmente emprestassem seus livros, eles o faziam para um número limitado de pessoas da própria classe ou família. As pessoas que queriam familiarizar-se com determinado livro ou autor tinham amiúde mais chance de ouvir o texto recitado ou lido em voz alta do que segurar o precioso volume nas mãos.⁹⁹

Vários grupos se reuniram para ouvir as leituras dos impressos. As religiões também lançaram mão desse recurso para transmitir aos fiéis suas doutrinas. No entanto, é necessário observar que esse tipo de leitura não é praticado sempre da mesma forma, pois atende a critérios formais ou informais. As religiões comumente realizam uma “leitura ouvida”¹⁰⁰ programada, formal.

No caso da difusão das idéias e mensagens veiculadas no jornal *A Defesa*, alguns indicativos apontam para uma ampla circulação oral, promovida por padres, professores, diretores de escolas e de associações, dentre outros, uma vez que esses grupos e indivíduos consumiram o jornal e foram aconselhados em várias edições a fazer a leitura e a transmissão do conteúdo presente no referido periódico católico, principalmente os clérigos, que eram aconselhados a fazer a leitura das edições do jornal durante a celebração das missas. Logo, é possível supor que idéias veiculadas em *A Defesa* tenham contemplado um público bem maior do que aquele formado pelos leitores.

⁹⁸ Cf. Idem.

⁹⁹ MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 138.

¹⁰⁰ Expressão utilizada por Carlos Manguel na obra *Uma história da leitura*.

1.7 – A organização material

Pode-se observar que o jornal *A Defesa* não seguiu um padrão de organização para a apresentação da sua parte material. Não existiam normas que determinassem o tamanho ou a quantidade de colunas que deveriam figurar no periódico, o tamanho da letra variava muito, algumas matérias começavam nas últimas páginas e eram concluídas nas primeiras, as seções fixas não tinham lugar definido para serem publicadas, alguns textos eram muito grandes, chegando a ocupar uma ou duas páginas inteiras, enquanto outros eram minúsculos, dentre outros aspectos que apontavam para o fato de o jornal não seguir um modelo harmonioso de produção.

No entanto, é necessário salientar que essa forma “desordenada” como a folha católica se apresentava era uma característica muito comum entre os jornais publicados naquele decênio. De acordo com José Ferreira Júnior, somente em fins da década de 1950 e início da de 1960, os grandes jornais do Rio de Janeiro e São Paulo começaram a promover uma renovação gráfica responsável por uma nova forma de organização para esses impressos. Esse novo padrão editorial só chegou aos pequenos jornais bem mais tarde.¹⁰¹

Por outro lado, segundo a própria redação de *A Defesa*, a edição não era confeccionada toda de uma só vez, fato que tornava as matérias muitas vezes desproporcionais:

Este jornal é feito, as duas páginas de dentro às segundas e terças-feiras de uma semana, podendo ir até o meio-dia da quarta-feira; as duas páginas de fora, nos mesmos dias da outra semana. Isto faz com que às vezes não possa sair ou seja reduzida a matéria que chega tarde. Não raro também obriga a se publicar, nas páginas de fora, matérias que ficariam melhor nas de dentro, alterando assim a linha do jornal.¹⁰²

Os produtores de *A Defesa* também pediram aos leitores que fossem ponderados ao se depararem com erros ortográficos que comumente se faziam presentes nas edições, refletindo a precariedade da produção, afinal não se tratava de um jornal profissional.

¹⁰¹ FERREIRA JR., José. *Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico-visual*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

¹⁰² Cf. A redação explica. *A Defesa*, Propriá, n. 438, p. 04, 15 jan. 1965.

Se algum dos prezados colaboradores dá um cochilozinho ou, por distração, comete êrro de português, não fique mal satisfeito: e sim agradecido, ao notar que alguma alteração para melhor se faz em seu trabalho.¹⁰³

Não obstante a forma pouco harmoniosa ou mesmo precária como o jornal era organizado, a parte visual não descuidou de imagens capazes de reforçar os discursos enunciados. Das 157 edições localizadas, 62 contém fotografias. Destas, 16 são do bispo Dom José Brandão de Castro, sendo que em 15 edições foi publicada uma mesma fotografia de Dom José.

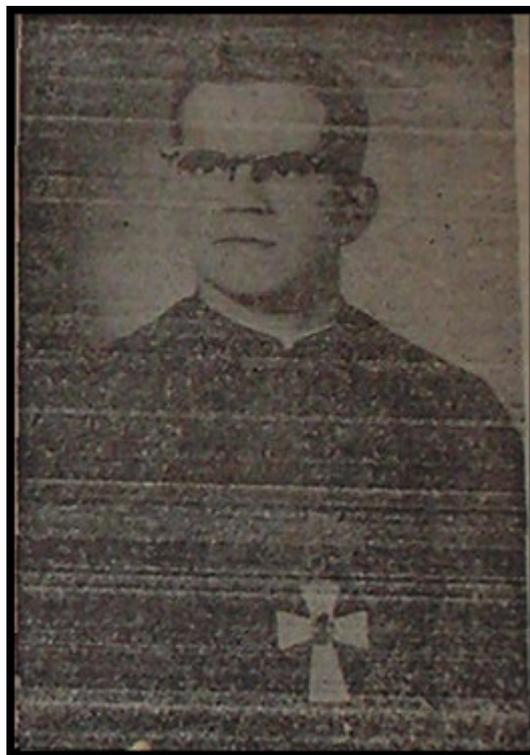


Figura 22 – Foto do bispo Dom José Brandão de Castro. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 de dezembro de 1965

¹⁰³ Idem.

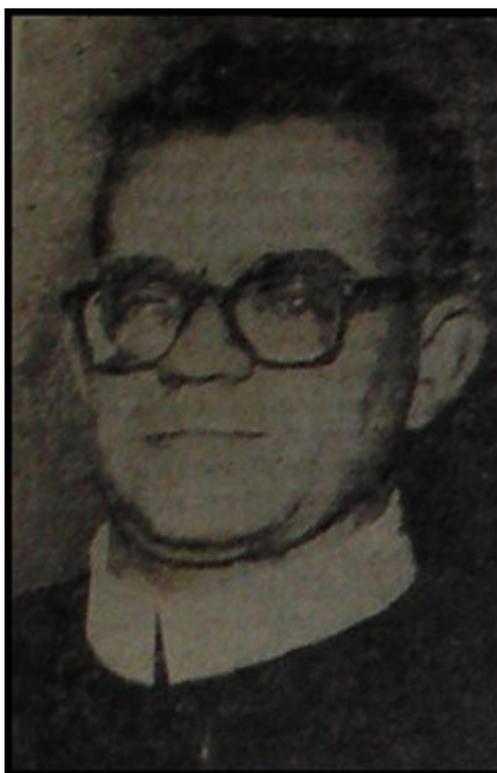


Figura 23 – Foto do bispo Dom José Brandão de Castro. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 13 de fevereiro de 1966

As demais fotos trazem imagens dos papas João XXIII e Paulo VI; de santos católicos; de festas religiosas; de catedrais sergipanas; de industriais e comerciantes que contribuía financeiramente com as paróquias de Propriá e Neópolis, com a ação social desenvolvida pela Igreja, com o Seminário São Geraldo ou com o próprio jornal; de projetos ou invenções científicas; da Emissora de Rádio do São Francisco da Diocese de Penedo; do ex-prefeito de Propriá, Geraldo Maia; de uma campanha contra a tuberculose; do ex-presidente norte-americano, John Kennedy; da viagem orbital do astronauta norte-americano Leroy G. Cooper; de Dom Armando Lombardi; do padre Manuel Guimarães; do Monsenhor José Moreno de Sant'Ana; da vista parcial da cidade de Neópolis; do arcebispo de Minas Gerais, Dom Antônio Cabral; de César Augusto de Oliveira Castro (pai do bispo Dom José Brandão de Castro); de um lavrador; da vista parcial de Propriá; de Dom Ceslau Sipovich; do entreposto de pesca "colônia dos pescadores"; do nascimento de Cristo; do prédio da Escola Técnica de Propriá; do barco da marinha dos EUA; de um festival de pianos; de uma freira (irmã Teresa); do ex-governador de Sergipe Lourival Batista;

do padre Leon Gregório; do Núncio Apostólico Dom Sebastião Baggio; do ex-presidente Costa e Silva; do padre Luiz José Henrique; do ex-presidente Médici. Essas fotos não foram colocadas no jornal por acaso. É provável que tais imagens tivessem a função de reforçar as *representações* difundidas através da escrita veiculada na folha católica. Com o auxílio da “realidade fotografada”¹⁰⁴ seria possível conferir aos textos uma aparência mais fidedigna.

Ainda em relação às ilustrações, pode-se destacar a presença assídua do emblema da Paróquia de Neópolis, em 69 das 157 edições.



Figura 24 – Emblema da Paróquia de Neópolis. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 14 de janeiro de 1968

¹⁰⁴ Expressão utilizada por Marcos Napolitano. NAPOLITANO, Marcos .A história depois do papel. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2005, p. 236.

Esse emblema apareceu sempre no início da coluna “Paróquia de Neópolis”, que tratava de acontecimentos religiosos ou cotidianos daquele município. Mesmo quando o título “Paróquia de Neópolis” não apareceu, foi possível reconhecer tal coluna através do emblema. A frequência dessa ilustração é um indício de que existia uma quantidade relevante de leitores naquela cidade, o que justifica o grande espaço que o periódico deu aos assuntos referentes àquela localidade.

1.8 – A organização discursiva

O jornal *A Defesa* divulgou principalmente *representações* e ensinamentos relativos à fé. Mas também abordou temas católicos e laicos que se tornaram alvos de vários debates no Brasil dos anos 60. Dentre estes, vale destacar: a participação dos leigos nas atividades católicas; o Concílio Vaticano II; a escassez de sacerdotes; o posicionamento da CNBB; a atuação pastoral dos clérigos; o comunismo; o golpe e o governo militar; o divórcio; a delinquência juvenil; o analfabetismo e a importância da instrução escolar; algumas descobertas científicas.

As letras sofreram muitas variações. Em várias matérias, cujos textos estavam voltados principalmente para as mulheres, foi utilizada a letra cursiva, que muitos editores usaram no século XIX, e mesmo no XX, para facilitar a leitura daqueles que tinham menor habilidade com o universo da escrita.

Cursos Práticos
de Enfermagem,
Obstetricia, Corte
e Costura

As moças de qualquer pa-
róquia da diocese, que deseja-
rem exercer officios de enfer-
meira, parteira e costureira,
podem facilmente praticar para
tudo isso, em Propriá. Pro-
curem o seu vigário, que as
encaminharão à Irmã Teresa
do Menino Jesus.

Figura 25 – Aviso de curso para moças. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 14 de fevereiro de 1965

CUIDADO, MOÇAS!

Tenho ouvido muitas vezes dizer: « Aquela moça é doida! Não sabe que aquele homem é casado?! ».

Algumas o sabem; mas por falta de fé e vida cristã, togam tudo, também amasiar-se pois neste caso o casamento religioso não pode ser válido nem lícito, também viver em pecado pois, no caminho do inferno e em perigo de condenação eterna. Não lhe importa que a mulher do seu desmiolado amante sofra amargamente as consequências de tal loucura. Querem assim mesmo! E depois?

Outras não o sabem; mas temendo perder o « achado », nada investigam. Dizem: « Casamento feliz é aquele em que os dois se dão bem ».

Há as « Virgens Prudentes », que sobdam logo a coisa. Descobrem que o « ziuho » é casado com outra, não querem negócio com ele, seja rico ou bonito como for. Tem alma para Deus e não para o demônio.

As últimas é que são dignas de imitação. Cuidado, moças!

Mons. Sant Ana

Figura 26 – Texto alertando as moças contra o relacionamento com homens casados. Fonte: “Jornal A Defesa” - Propriá, 15 de setembro de 1965

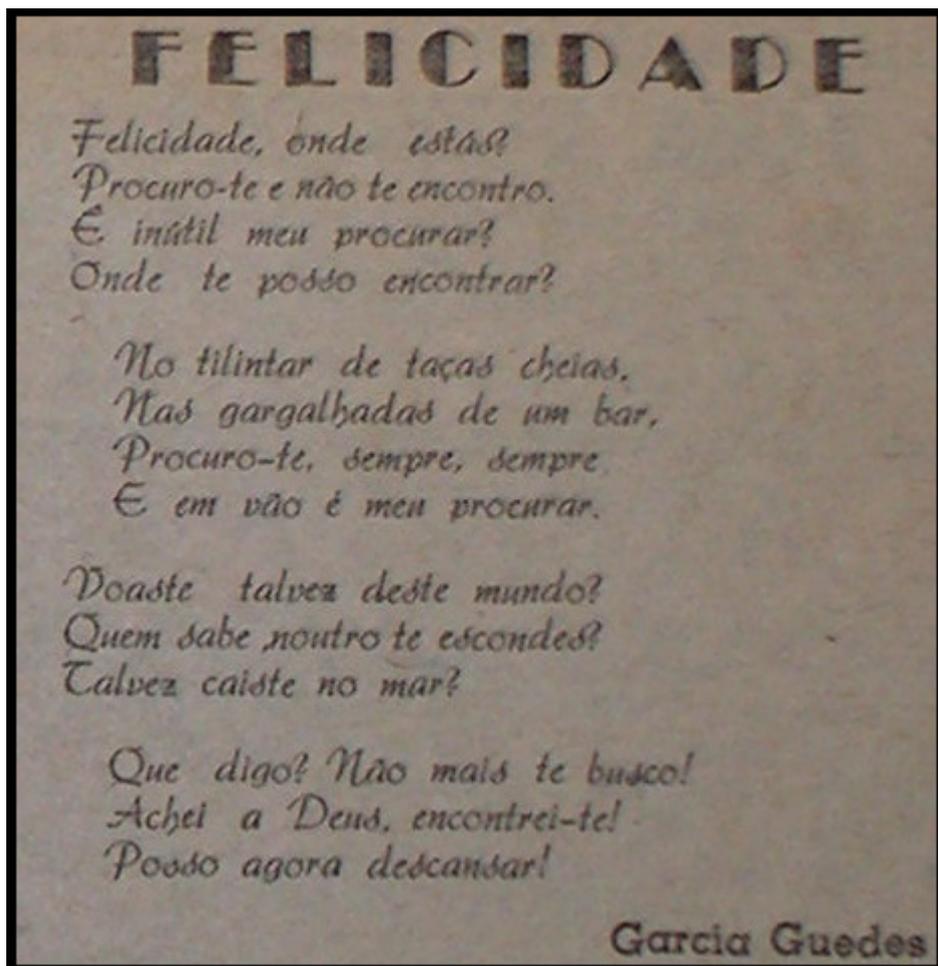


Figura 27 – Poema sobre a felicidade. Fonte: “Jornal A Defesa”

Propriá, 15 de julho de 1962

É um indício de que os produtores de *A Defesa* podem ter considerado as leitoras menos hábeis do que os homens ao lidar com o universo da escrita. Outro recurso utilizado no jornal foi a variação do tamanho das letras que compuseram os títulos, em conformidade com a importância atribuída ao assunto.

Menores no Cinema

Fato que merece especial cuidado dos poderes públicos

Figura 28 - Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 de novembro de 1961

○ Amor está em tudo

Figura 29 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 29 de outubro de 1961

Fôrças Armadas Defendem a Democracia Cristã e não a Totalitária

Figura 30 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 11 de novembro de 1962

Soma do Que Faz o Vigário

Figura 31 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 25 de novembro de 1962

Conselhos úteis

Figura 32 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 28 de fevereiro de 1962

Páscoa de Alunos

Figura 33 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 31 de março de 1963

O Governador em Propriá

Figura 34 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 31 de março de 1963

Grêmios tem Diretoria

Figura 35 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 de maio de 1963

Leilões de
Gado

Figura 36 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 de maio de 1963

Festa no Povoado de
Saúde

Figura 37 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 28 de fevereiro de 1962

Concurso de Bonecas Divas

Figura 38 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 de agosto de 1963

CORAL EXPRESSIONISTA EM PROPRIÁ

Figura 39 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 15 de agosto de 1963

Corrida de Canoas

Figura 40 – Título de matéria. Fonte: “Jornal A Defesa”
Propriá, 01 de janeiro de 1962

É provável que os títulos maiores anunciassem as discussões e os temas considerados mais relevantes para os produtores de *A Defesa*. As letras das matérias também variavam entre a fonte 10 e 14. A maior parte dos textos sobre política e sobre economia apresentava fonte 10. Provavelmente, estes eram destinados principalmente a um público leitor mais “erudito”. Um outro indício de que o público visado pertencia a uma “elite intelectual” é o vocabulário usado. Vários termos utilizados na composição das matérias exigiam provavelmente um padrão de erudição que não era comum a maior parte da população que habitava a micro-região do Baixo São Francisco ou outras cidades da Diocese. Conforme já foi dito antes, é provável que vários fiéis tenham acessado as idéias veiculadas em *A Defesa* através das leituras realizadas pelos consumidores letrados, especialmente pelos padres daquele território diocesano.

Além disso, a organização discursiva do jornal apresentou uma coerência capaz de contribuir com a consolidação das *representações* difundidas através do periódico católico. Nas edições em que foram discutidos assuntos considerados de grande relevância, alguns textos giravam em torno do tema central, apresentando idéias semelhantes, se reforçando mutuamente. Até as seções fixas¹⁰⁵ se voltaram, em determinados momentos, para a discussão e reforço da temática central.

¹⁰⁵ As seções fixas do jornal *A Defesa* variaram muito ao longo da década de 1960. As que apresentaram maior frequência foram respectivamente: “Vida e Aspecto das Coisas”, “Paróquia de Neópolis”, “Quadrinha Social”, “Coluna Social”, “Retalhos”, “Coluna do Estudante”, “Notícias em Comprimidos”, “Sintéticas”, “Na Banca do Sapateiro”, “Bilhete de Roma”, “Nos Bastidores da Cidade”, “Eis um Fato”, “Micro-noticiário”. A maior parte dessas seções tinha grande flexibilidade para abordar o tema considerado mais relevante em cada momento.

CAPÍTULO II

O CONCÍLIO VATICANO II E A IGREJA BRASILEIRA

O Concílio Vaticano II ocorreu entre 11 de outubro de 1962 e 8 de dezembro de 1965. Foi convocado por Ângelo Giuseppe Roncalli, o papa João XXIII, em 25 de julho de 1959. João XXIII iniciou seu pontificado em 28 de outubro de 1958, substituindo o papa Pio XII, que faleceu em 9 de outubro do mesmo ano. O Vaticano II foi o vigésimo primeiro Concílio Ecumênico da história da Igreja Católica¹⁰⁶.

Enquanto os Concílios que antecederam o Vaticano II se voltaram para as questões doutrinárias do catolicismo, João XXIII propôs a atualização da Igreja, investindo no diálogo entre a instituição católica e a Modernidade.

[...] a tarefa essencial do Concílio seria o programa mencionado por João XXIII: *aggiornamento*. Uma atualização da Igreja, uma inserção no mundo moderno, onde o cristianismo deveria se fazer presente e atuante. O ponto fundamental de seus discursos estava na explicação clara das falhas da Igreja e na insistência da necessidade de mudanças profundas¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Antes do Vaticano II a Igreja realizou 20 Concílios universais, ocorridos em: Nicéia (o primeiro no ano de 325 e o segundo em 787); Constantinopla (foram realizados quatro nas seguintes datas: 381, 553, 680, 869); Éfeso em 431; Calcedônia em 451; Latrão (foram realizados cinco nos seguintes anos: 1123, 1139, 1179, 1215, 1512 a 1517); Lyon (o primeiro ocorreu em 1245 e o segundo em 1274); Viena entre 1311 e 1312; Constança (entre 1414 e 1418); Ferrara e Florença (de 1438 a 1445); Trento (entre 1445 e 1463); e o Vaticano I, que foi iniciado em 1869 e interrompido em 1870.

¹⁰⁷ Cf. SOUZA, Ney de. “Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II.” In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 24.

Dessa forma, enquanto os Concílios anteriores se preocuparam em combater heresias e cismas que nortearam o Cristianismo, ou mesmo em criticar os ditos erros da Modernidade, como fez o Vaticano I, que viu com grande pessimismo as limitações e o distanciamento da Igreja em relação aos cristãos, João XXIII afirmava ver nas lacunas e deficiências da Igreja a possibilidade de renová-la, adequando-a a sua realidade histórica e capacitando-a para cumprir a sua “missão” de orientar os seres humanos.

2.1 – A preparação e a realização do Concílio Vaticano II

Após ter convocado o Concílio, fato que desagradou a vários membros do alto clero, a exemplo do cardeal Lercaro e do cardeal Montini, futuro papa Paulo VI, que, segundo Ney de Souza¹⁰⁸, ficaram muito desconcertados¹⁰⁹, João XXIII tinha agora a tarefa de liderar a preparação para o evento. Inicialmente, foram nomeadas as comissões responsáveis pelos trabalhos preparatórios, o que incluía a preparação das discussões que norteariam o conclave. A presidência das comissões foi dada a Domenico Tardini, secretário de Estado, e a secretaria ao monsenhor Pericle Felice¹¹⁰. Depois da nomeação, foram traçadas as tarefas que tais comissões deveriam realizar, a saber:

[...] recolher as propostas do episcopado, dos dicastérios da Santa Sé, das faculdades de teologia e de direito canônico; traçar as linhas gerais dos argumentos a serem tratados no Concílio; sugerir a composição dos diversos organismos destinados a cuidar da preparação dos trabalhos¹¹¹.

¹⁰⁸ Doutor em História Eclesiástica pela Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma.

¹⁰⁹ Cf. SOUZA. Op. Cit. p. 27.

¹¹⁰ Idem. p. 27-28.

¹¹¹ Ibidem. p. 28.

Aos bispos e às instituições mencionadas acima foram enviados, a princípio, questionários previamente redigidos. No entanto, essa metodologia utilizada para ouvir opiniões que pudessem colaborar com a organização do Concílio logo foi substituída. A partir de então, as opiniões passaram a ser solicitadas sem a construção prévia de nenhum esquema. Alguns teólogos e estudiosos da Igreja, a exemplo de Ney de Souza, entendem que essa atitude era mais condizente com a proposta de João XXIII de realizar um evento que contribuísse com a promoção da liberdade. Para Souza, a preparação conciliar “[...] revelava desde o início o clima de liberdade e de discussão aberta, que deveria, por vontade do papa, reinar durante a preparação e todo o desenrolar do Concílio”¹¹².

A partir da consulta feita aos 2.594 bispos, 156 superiores de institutos e ordens religiosas, e 62 faculdades, foram recolhidas 2.109 respostas. As sugestões apresentadas denotavam grande fragmentação e muitas delas se distanciavam das inovações esperadas a partir do Concílio.

O cardeal Suenens, um dos protagonistas do Concílio, afirmava de maneira severa que a impressão que se tinha, folheando esses textos, era de que as esperanças de reforma giravam somente ao redor da ordem canônica e litúrgica e que o vento inovador de Pentecostes não era sentido ali¹¹³.

Por outro lado, também foram recebidas sugestões coerentes com a proposta pré-conciliar de João XXIII, que se traduzia na busca pela atualização ou pelo *aggiornamento* da Igreja. Dentre estas, merece destaque a proposição do bispo brasileiro Dom Helder Câmara¹¹⁴, que sugeriu o tratamento da questão social pelo Concílio.

¹¹² Idem ibidem.

¹¹³ Idem. p. 29.

¹¹⁴ Dom Helder Pessoa Câmara foi um padre cearense que se destacou por sua forte atuação na Igreja brasileira. Entre 1946 e 1950, liderou a revitalização da LEC (Liga Eleitoral Católica); Em 1952 incentivou a criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), tornando-se seu secretário-geral por doze anos; foi 1º vice-presidente do CELAM (Conselho do Episcopado Latino-americano); no período imediatamente anterior à realização do Vaticano II, era arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, e foi um dos dez clérigos brasileiros a participar das comissões preparatórias do Concílio; em 1964, tornou-se arcebispo de Recife e de Olinda. Dom Helder Câmara foi uma das presenças mais marcantes no contexto das transformações da Igreja Católica Latino-americana antes e depois do Concílio Vaticano II.

Em 1960, o conclave que estava por se realizar ganhou o nome de Vaticano II e foram definidas as dez comissões que seriam responsáveis por sua preparação¹¹⁵. Naquele mesmo ano teve início efetivamente o trabalho preparatório para a realização de tal evento. Às comissões cabia a tarefa de “[...] elaborar textos para serem submetidos à aprovação do Concílio. As redações consistiam em milhares de argumentos, fragmentados, muitas vezes sem importância”¹¹⁶. Nessa etapa preliminar, destacou-se a participação dos clérigos europeus. A presença do episcopado brasileiro se restringiu a dez membros, dentre os 847 que estavam participando de tal etapa. Eram eles: Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro (RJ); Dom Alfredo Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre (RS); Dom Antônio Alves de Siqueira, arcebispo auxiliar de São Paulo (SP); Monsenhor Joaquim Nabuco (na comissão litúrgica); Dom Helder Pessoa Câmara, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro (RJ); Dom Geraldo Fernandes Bijos, bispo de Londrina (PR); Dom Afonso M. Ungarelli, prelado *nullius* de Pinheiro (MA); frei Boaventura Kloppenburg; Padre Estevão Bentia; e Dom José Vicente Távora, bispo de Aracaju (SE).

Para orientar a realização do Concílio, foi elaborado um regulamento conciliar. É necessário ressaltar a importância atribuída à preparação do Vaticano II, já que “nos primeiros Concílios da Igreja não tinha havido regulamento, e procedia-se basicamente conforme as situações”¹¹⁷.

O Concílio ocorreu em quatro etapas. A primeira fase foi iniciada em 11 de outubro de 1962. Desse período participaram 2.540 padres conciliares¹¹⁸. “Destes, quase 10% eram brasileiros.”¹¹⁹ Na abertura do evento, João XXIII reafirmou o compromisso com a atualização da Igreja e com a adequação da fé às exigências sociais então vigentes.

No discurso de abertura, *Gaudet Mater Ecclesia*, o papa reafirmava a sua finalidade: aproximar as pessoas, do modo mais eficaz possível, do sagrado patrimônio da tradição, levando em consideração as mudanças das estruturas sociais; não condenar os erros, mas mostrar a ‘validade da doutrina’ da Igreja¹²⁰.

¹¹⁵ Foram instituídas as seguintes comissões: 1 – Teológica; 2 – Administração das dioceses; 3 – Clero e povo; 4 – Sacramentos; 5 – Liturgia; 6 – Estudos eclesiais; 7 – Ordens; 8 – Igrejas orientais; 9 – Missões; 10 – Apostolado dos leigos; além de dois Secretariados.

¹¹⁶ Cf. SOUZA. Op. Cit. p. 31.

¹¹⁷ Idem. p. 33.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Idem ibidem.

¹²⁰ Idem ibidem. p. 34.

A primeira fase do Concílio foi suspensa em 8 de dezembro de 1962. Nesse primeiro período conciliar não foram obtidos resultados concretos concernentes às discussões travadas pelos clérigos, fato que desiluiu a opinião pública. 72 documentos foram propostos, mas nenhum conseguiu aprovação. “Muitos católicos se escandalizaram com a discórdia dos padres conciliares, o que acontecera em todos os concílios anteriores”¹²¹. Todavia, “João XXIII confortou os padres conciliares afirmando que era compreensível que para se chegar a um consenso seria necessário um tempo maior.”¹²² É válido salientar que desde o período pré-conciliar a Igreja já estava dividida entre aqueles que eram favoráveis e os que eram contrários à proposta de realizar o Vaticano II com a finalidade de renovar a Igreja, fato que distinguia esse concílio dos anteriores, que se voltaram essencialmente para as questões doutrinárias e internas do catolicismo.

A retomada do Concílio, em sua segunda fase, foi prevista para o dia 8 de setembro de 1963. No entanto, João XXIII faleceu em 3 de junho. Para substituí-lo foi eleito, em 21 de junho de 1963, o arcebispo de Milão, Giovanni Battista Montini, que passou a utilizar o nome de Paulo VI. “Paulo VI era bem diferente de seu antecessor na origem, estrutura espiritual, formação e carreira”¹²³. Apesar disso, no dia posterior à sua eleição, anunciou que daria continuidade ao Vaticano II e agendou o reinício dos trabalhos para 29 de setembro daquele mesmo ano.

Na abertura da segunda etapa do Concílio (29 de setembro a 4 de dezembro de 1963), Paulo VI procurou definir precisamente os objetivos centrais daquele conclave. Estes foram enumerados da seguinte forma: “1) a exposição da doutrina da natureza da Igreja; 2) a reforma interna da Igreja; 3) a importância da unidade dos cristãos; 4) o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo”¹²⁴. Nessa segunda fase, foram aprovados os dois primeiros documentos conciliares: *Sacrosanctum Concilium*¹²⁵ com 2.147 votos a favor e 4 contra, e *Inter mirifica*¹²⁶, com 1.960 votos favoráveis e 164 contrários. Apesar de tais aprovações, no encerramento dessa sessão conciliar, o papa Paulo VI disse não estar satisfeito ainda com os resultados daquela fase.

¹²¹ Idem. p. 41.

¹²² Ibidem.

¹²³ Idem ibidem. p. 43.

¹²⁴ Idem. p. 44.

¹²⁵ Constituição sobre a Sagrada Liturgia.

¹²⁶ Decreto sobre os meios de comunicação social

Portanto, declarou que ainda havia muito trabalho a ser realizado e propôs maior agilidade no cumprimento das atividades conciliares, já que muito ainda estava por ser feito.

A terceira fase do Vaticano II foi iniciada em 14 de setembro de 1964. Nessa etapa, foram aprovados os seguintes documentos: *Lumen Gentium*¹²⁷, com 2.151 votos a favor e 5 contra; *Orientalium Ecclesiarum*¹²⁸; com 2.110 votos favoráveis e 39 contrários; e *Unitatis redintegratio*¹²⁹, com 2.137 votos a favor e 11 contra.

Entre 14 de setembro e 8 de dezembro de 1965, ocorreu o quarto período e a conclusão do Concílio. Nessa última fase foram aprovados 11 documentos conciliares: *Christus Dominus*¹³⁰, com 2.319 votos a favor, 2 contra e 1 nulo; *Perfectae caritatis*¹³¹, com 2.325 votos favoráveis e 4 contrários; *Optatam totius*¹³², com 2.318 votos a favor e 4 votos contra; *Gravissimum educationis*¹³³, com 2.290 votos a favor e 35 contrários; *Nostra aetate*¹³⁴, com 2.221 votos a favor, 88 contra e 1 nulo; *Dei Verbum*¹³⁵, 2.344 votos favoráveis e 6 votos contrários; *Apostolicam actuositatem*¹³⁶, com 2.340 votos favoráveis e 6 contra; *Dignitatis humanae*¹³⁷, com 2.308 votos a favor, 70 contrários e 6 nulos; *Ad gentes*¹³⁸, com 2.394 votos favoráveis e 5 contra; *Presbyterorum ordinis*¹³⁹, com 2.390 votos a favor e 4 contra; *Gaudium et spes*¹⁴⁰, com 2.309 votos a favor, 75 contra e 7 nulos.

Nesse evento, foram elaborados 16 documentos: 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações. Além dos documentos promulgados, foram enunciados diversos discursos e mensagens¹⁴¹ que também tinham a pretensão de orientar católicos e leigos para que promovessem a almejada integração entre a Igreja e o mundo secular.

¹²⁷ Constituição dogmática sobre a Igreja.

¹²⁸ Decreto sobre as Igrejas orientais.

¹²⁹ Decreto sobre o ecumenismo.

¹³⁰ Decreto sobre a função pastoral dos bispos na Igreja.

¹³¹ Decreto sobre a renovação da vida religiosa.

¹³² Decreto sobre a formação sacerdotal.

¹³³ Declaração sobre a educação cristã.

¹³⁴ Declaração sobre a relação da Igreja com as religiões não cristãs.

¹³⁵ Constituição dogmática sobre a revelação divina.

¹³⁶ Decreto sobre o apostolado dos leigos.

¹³⁷ Declaração sobre a liberdade religiosa.

¹³⁸ Decreto sobre a atividade missionária da Igreja.

¹³⁹ Decreto sobre o ministério e a vida sacerdotal.

¹⁴⁰ Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje.

¹⁴¹ Os referidos documentos, discursos e mensagens estão disponíveis em CD ROOM publicado pela Editora Paulinas no ano de 2003.

2.2 – A Igreja e o diálogo com o mundo contemporâneo

Na expectativa de estabelecer um diálogo entre a Igreja Católica e a Contemporaneidade, o Concílio Vaticano II se propôs a promover

[...] a mais vasta operação de reforma’ realizada no âmbito da Igreja católica romana. Ao contrário dos concílios anteriores, [...] o Vaticano II move-se por preocupação eminentemente pastoral”¹⁴².

A necessidade de reformar e atualizar a Igreja, na busca do *aggiornamento*, se fez presente no discurso de abertura do Concílio proferido pelo papa João XXIII, em 11 de outubro de 1962:

Iluminada pela luz do Concílio, a Igreja já cresceu espiritualmente, haurindo novas forças para enfrentar o futuro. Corrigindo-se e abrindo, com sabedoria, novas perspectivas, faz com que os homens e as mulheres de nossa época, as famílias e as nações voltem-se, mais fácil e prontamente, para as coisas do alto¹⁴³.

O discurso de João XXIII procurava mostrar que novos tempos estavam começando para o catolicismo. Nesse ponto, é importante ressaltar que conforme as idéias que nortearam a realização do Vaticano II, a Igreja não deveria dialogar apenas com o mundo contemporâneo, mas também com outras Igrejas cristãs e mesmo com Igrejas não-cristãs. Para o papa João XXIII, a Igreja deveria estar atenta e se adequar ao ritmo das transformações sociais, pois, somente assim conseguiria acolher os fiéis e as novas necessidades que vinham emergindo dentro do contexto de mudanças vivenciado. Além disso, seria necessário convencer os grupos sociais que estavam mais próximos e também os mais distantes de que a Providência Divina tinha orientações capazes de melhorar o mundo hodierno e de que a Igreja era a instituição capaz de captar os desígnios de Deus, ajudando a humanidade a superar os desafios da Contemporaneidade, conforme a vontade divina.

¹⁴² Cf. TEIXEIRA, Faustino. “O Concílio Vaticano II e o diálogo inter-religioso”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 273.

¹⁴³ Cf. *Gaudet Mater Ecclesia*. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

No momento histórico em que vivemos, a sociedade parece entrar numa nova ordem. Devemos estar prontos para reconhecer os misteriosos desígnios da Providência, que juntamente com todos os seres humanos, leva-nos a alcançar objetivos que ultrapassam nossas próprias expectativas e tudo dispõem para o bem da Igreja, inclusive as dificuldades que atravessamos¹⁴⁴.

Enxergando desse modo o desafio colocado pela relação entre a Igreja e o mundo contemporâneo, João XXIII levou para o Concílio uma visão acerca da humanidade que não se pautava na negatividade com a qual a Igreja vinha interpretando o modo de viver e pensar das sociedades hodiernas, mas buscava na história a possibilidade de intermediar um “diálogo mais intenso entre Deus e os seres humanos”. “A Igreja passa, então, do confronto ao diálogo crítico com o mundo”¹⁴⁵.

A Constituição Pastoral Sobre a Igreja no Mundo de Hoje - *Gadium Et Spes* -, promulgada em 7 de dezembro de 1965, pautou sua discussão na necessidade que tinha a Igreja de interagir com o mundo, se aliando aos homens para juntos superarem os desafios postos pela Era Contemporânea, em conformidade com os desígnios de Deus.

No exercício desta função, a Igreja deve, em todas as épocas, perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, para ser capaz de oferecer, de forma apropriada ao modo de ser de cada geração, respostas às grandes questões humanas a respeito do sentido da vida presente e futura. É preciso conhecer e compreender o mundo em que se vive, sua índole, muitas vezes dramática, suas expectativas e seus desejos. O gênero humano entrou numa nova era de sua história. Rápidas e profundas modificações se estendem paulatinamente a todo o mundo. Provocadas pela inteligência e pela criatividade humanas, recaem sobre o próprio ser humano, influenciando seu julgamento e seus desejos, individuais e coletivos, sua maneira de pensar e de agir tanto em relação às coisas como aos outros. Podemos falar de uma verdadeira transformação social e cultural, que repercute também na vida religiosa. Como acontece em toda crise de crescimento, estas transformações causam enormes dificuldades. O ser humano vê aumentado enormemente o seu poder, embora nem sempre consiga usá-lo em seu benefício. Procura penetrar a intimidade da mente, mas é assaltado pela dúvida e pela insegurança a respeito de si mesmo.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Cf. CALIMAN, Cleto. “A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil.” In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 232.

Compreende melhor as leis da vida social, mas hesita no que diz respeito à orientação que lhes deve imprimir¹⁴⁶.

Outrora, a Igreja havia assumido uma posição de combate a tudo e a todos que representavam uma ameaça à sua condição de “sociedade perfeita”, que se mantinha independente do Estado laico. Para tanto, o catolicismo havia desenvolvido

[...] um processo de ‘duplicação’ de serviços na sociedade (escolas, hospitais, partidos católicos) [...] para fazer frente à evolução do mundo moderno e assim se afirmar como a única tábua de salvação para o mundo”¹⁴⁷.

Diferentemente desse posicionamento, a proposta do Vaticano II era acabar com o estranhamento entre a Igreja, o mundo contemporâneo, a história e a sociedade humana. Com esse intento, o Concílio deu a entender que a grande missão da Instituição Católica era orientar a vida do homem, ajudá-lo a trilhar sua história e não enfrentá-la ou se opor a ela, tal como vinha fazendo até então, inclusive sob a orientação de Concílios Ecumênicos ocorridos anteriormente. Sob o comando de João XXIII e, posteriormente de Paulo VI, o Concílio procurou demonstrar que a Igreja deveria se colocar a serviço do homem, sem ignorar sua inserção em um determinado contexto histórico.

A partir da perspectiva de integração entre a Igreja, a história e o ser humano, os clérigos que defenderam as propostas do Vaticano II buscavam recuperar a credibilidade que o catolicismo havia perdido com o desenvolvimento de um mundo secular, que investia cada vez mais na laicidade e na pluralidade religiosa. “O resgate do ‘humano’, iluminado pela fé, constitui o ‘gancho’ para a presença pública da Igreja na sociedade”¹⁴⁸.

¹⁴⁶ Cf. *Gaudium Et Spes*. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM, n. 4.

¹⁴⁷ Cf. CALIMAN. Op. Cit. p. 231-232.

¹⁴⁸ Idem. p. 233.

Segundo Ângela Randopho Paiva, nesse contexto de renovação do catolicismo, “a prática religiosa do católico passou a significar o homem na sua relação social, tornando possível a convivência com pertencas religiosas diferenciadas”¹⁴⁹.

As inovações propostas no Vaticano II não se restringiram apenas à promoção do diálogo entre a Igreja e os seres humanos inseridos em seu contexto histórico. Embora o evento tenha sido orientado por esse princípio, outras “novidades” foram vistas no Concílio e defendidas durante o conclave. Uma delas foi a procura pela unidade entre as diferentes religiões cristãs. O decreto sobre o ecumenismo - *Unitatis Redintegratio* - tratou da necessidade e da urgência do diálogo inter-religioso. Desse diálogo deveria resultar uma maior cooperação entre as várias Igrejas cristãs, possibilitando a ampliação do anúncio do Evangelho. Além disso, o referido documento conciliar afirmou que a união e a cooperação entre os diferentes cristãos remontava aos ensinamentos de Cristo.

Nos dias de hoje há entre todos os seres humanos uma ampla cooperação nas esferas da vida social, pois todos são chamados a trabalhar juntos, especialmente se crêem em Deus e, além disso, se são cristãos. A cooperação entre os cristãos exprime de maneira ainda mais clara a união que de fato existe entre todos os seres humanos e torna mais evidente a verdadeira face de Cristo, servidor da humanidade¹⁵⁰.

O ecumenismo, entendido no Concílio como “[...] as atividades e iniciativas, segundo as necessidades e as condições temporais da Igreja, que desperta e inspira a busca da unidade entre os cristãos”¹⁵¹, foi um dos principais temas discutidos no conclave eclesiástico. Foi também um dos pontos de maior discórdia dentro do referido evento. Todavia, na concepção da maioria dos clérigos que se fizeram presentes no Vaticano II, exposta nos documentos promulgados no Concílio, Deus “[...] dialoga com todos os homens e mulheres, sem fazer acepção de pessoas, situações, culturas ou religião”¹⁵². Logo, representantes das mais diversas religiões, cristãs e não-

¹⁴⁹ Cf. PAIVA, Ângela Randopho. *Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003, p. 172.

¹⁵⁰ Cf. *Unitatis Redintegratio*. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM, n. 12.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Cf. BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. “Deus: experiência histórica e rosto humano.” In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 200.

cristsãs, foram convidados a assistir o Vaticano II. Ademais, defendeu-se a idéia de que a falta de unidade entre os cristãos fragmentava a pregação do Evangelho, fato que prejudicava o acesso da humanidade à vontade da Divina Providência:

Promover a reintegração de todos os cristãos na unidade é um dos principais objetivos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Embora a Igreja tenha sido fundada por Cristo como única, diversas comunhões cristãs se propõem hoje como a verdadeira herança de Jesus Cristo. Todos se dizem discípulos do Senhor, mas têm sentimentos diversos e seguem caminhos diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido. Essas divisões, evidentemente, contrariam a vontade de Cristo, são um escândalo para o mundo e prejudicam enormemente a pregação do Evangelho a toda a criatura¹⁵³.

O Concílio também se voltou para o diálogo com as religiões não-cristãs. “Também a relação com as religiões não-cristãs é referida ao Único e definitivo Princípio, que a tudo criou e a todos quer salvar em seu infinito amor”¹⁵⁴. É importante salientar que ao abordar o pluralismo religioso, o Vaticano II pretendia gerar uma consciência capaz de combatê-lo e promover a unidade religiosa. Conforme Faustino Teixeira,

[...] o que ocorre na realidade é o reconhecimento do pluralismo religioso ‘de fato’, mas não ‘de direito’. Apenas afluía, na ocasião a tomada de consciência de que a ‘esfera espiritual’ da humanidade não é totalmente ocupada pela Igreja e que existem também as outras religiões em sua irredutível identidade¹⁵⁵.

Outro ponto inovador e muito relevante na realização desse Concílio foi o acompanhamento do conclave pelos leigos católicos e não católicos, já que, pela primeira vez na história do catolicismo, um Concílio Ecumênico tornou-se um “fenômeno da mídia”, transmitido ao mundo através da imprensa e de outros veículos midiáticos. Vale ressaltar que as informações levadas aos povos pelos meios de comunicação de massa resultavam da *apropriação* que era feita pelos jornalistas acerca das diferentes etapas do Concílio. Os telespectadores não assistiram diretamente

¹⁵³ Cf. *Unitatis Redintegratio*. Op. Cit. n. 1.

¹⁵⁴ Cf. BINGEMER. Op. Cit. p. 202.

¹⁵⁵ Cf. TEIXEIRA, Faustino. “O Concílio Vaticano II e o diálogo inter-religioso”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 278.

as discussões travadas pelos padres conciliares. Assim, informações divergentes podiam chegar ao público em função das distintas *apropriações* feitas pelos repórteres no desenrolar do Vaticano II.

Também foi a primeira vez que um Concílio promovido pela Igreja Católica se voltou para a discussão do uso dos meios de comunicação no trabalho pastoral da Igreja, produzindo inclusive um documento acerca do tema: o decreto *Inter Mirifica*, aprovado em 4 de dezembro de 1963. Esse documento, embora não seja considerado um dos mais importantes do Vaticano II, reforçou a importância do uso da “boa imprensa”, atribuindo à Igreja o direito e o dever de utilizar os meios de comunicação social e orientando essa instituição e seus membros para tal uso. De acordo com o decreto *Inter Mirifica*,

[...] a Igreja, como mãe, sabe que se esses meios são usados corretamente, prestam um enorme serviço ao gênero humano, dão eminente contribuição para o lazer e o cultivo dos espíritos e ajudam a propagar e a tornar mais consistente o reino de Deus. Mas sabe também que esses mesmos meios podem ser usados contra os propósitos do Criador e contribuir para a degradação dos seres humanos. A Igreja sofre ao constatar que os males que afligem a sociedade em que vivemos muitas vezes são decorrência do mau uso desses meios. Por isso, o concílio reclama com insistência que os Sumos Pontífices e os bispos cuidem desse setor de primordial importância e julga ser dever seu tratar das principais questões que os meios de comunicação social levantam hoje. Espera que a doutrina e as normas por ele estabelecidas sejam úteis não apenas aos fiéis, mas a toda a comunidade humana¹⁵⁶.

A proposta de atualização se estendeu também à moral católica. Esse Concílio marcou o declínio da moral casuística que “[...] corresponde ao sistema de penitência surgido do Concílio de Trento”¹⁵⁷. Na sua origem, a moral casuística esteve amplamente ligada ao sacramento da penitência, fato que marcou “[...] esse modelo de moral com um profundo sentimento de ‘pecado’, e conseqüentemente com os aspectos pessimistas sobre o ser humano que decorrem da acentuação

¹⁵⁶ Cf. *Inter Mirifica*. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM, n. 2.

¹⁵⁷ VIDAL, Marciano. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 18..

de seus fracassos”¹⁵⁸. Sob essa perspectiva, a ética católica se voltava exclusivamente para as questões doutrinárias do catolicismo, distanciando-se do diálogo com outras formas de pensar e perceber o mundo que emergiam nas sociedades. Assim, a Igreja procurava se afastar de tudo que afetasse ou representasse uma ameaça à autonomia da moral católica. “[...] o Concílio tinha diante de si o desafio de renovar o próprio ambiente da elaboração ética e o conjunto de pressupostos com que se construía a teologia moral”¹⁵⁹.

Durante a fase de preparação do Concílio, foram encaminhados 72 esquemas temáticos que objetivavam tornar mais fáceis e rápidos os trabalhos conciliares. Dentre eles constava um sobre a moral cristã, o *De ordine morali*. Conforme Márcio Fabri dos Anjos, essa proposta sobre a ética católica “recusava terminantemente novas tendências caracterizadas como subjetivismo e relativismo ético. Dava ênfase ao enfoque do pecado e reforçava a proposta da castidade e da pureza cristã”¹⁶⁰.

No entanto, durante a realização do Concílio, a proposta sobre a moral católica advinda da fase preparatória foi rejeitada, sem que outra fosse posta em seu lugar. Nenhum dos dezesseis documentos produzidos no Vaticano II tem como tema central a moral cristã. “Aparentemente, o Concílio ficou sem programa de teologia moral. Mas, [...] a renovação da moral se deu de um modo em parte indireto [...]”¹⁶¹. Ao recusar o modelo de moral proposto anteriormente, o Concílio apontava para a necessidade de se buscar novos rumos para a ética cristã. A reformulação da moral católica se inseriu então no movimento de integração da Igreja com a humanidade e sua história, “[...] a renovação da moral estará articulada com a renovação em outros campos da teologia [...]”¹⁶². A partir de então, o debate em torno da moralidade cristã saiu de uma dimensão individualista para uma dimensão coletiva. A Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje - *Gadium Et Spes* - afirma que:

¹⁵⁸ Cf. ANJOS, Márcio Fabri dos. “A teologia moral subjacente ao Concílio e seu impulso para a América Latina.” In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). Concílio Vaticano II: análise e perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 390.

¹⁵⁹ Idem. p. 391.

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Idem ibidem.

¹⁶² Idem. p. 392.

Considerar as exigências da vida social como um dos principais deveres atuais e respeitá-las é absolutamente sagrado. Quanto maior for a unidade do mundo, mais imperiosas se tornam as obrigações para com o conjunto da sociedade, acima dos interesses de grupos particulares. É, pois, indispensável que se cultive individual e socialmente as virtudes morais e sociais, criando na sociedade um clima que favoreça o surgimento de seres humanos renovados, autores de uma humanidade verdadeiramente nova, com a graça divina¹⁶³.

Além disso,

A obsessão de descobrir e medir pecados desapareceu. Já não se apresentam somente os valores morais, mas, juntamente com eles, colocam-se os valores intelectuais, afetivos e sociais; em uma palavra: os valores humanos e culturais¹⁶⁴.

No entanto, já existia uma compreensão de que suplantar a moral casuística, com suas características que remetiam à individualização da ética católica, substituindo-a por valores éticos que integrassem o humano e o cultural, não seria tarefa fácil. Essa “nova” perspectiva moral determinaria novas atitudes e formas de comportamento que deveriam fazer parte da vida dos cristãos. A garantia da sua legitimação exigiu um constante e demorado processo educativo. Terminado o Concílio, a Igreja tinha diante de si a responsabilidade de *civilizar* os cristãos de acordo com essa moral que estava diluída nas propostas de inovação do catolicismo, além de orientar outras instituições, especialmente a família e a escola, para a promoção dessa educação que deveria servir para conformar as ações e idéias dos homens às diretrizes católicas aprovadas no Vaticano II.

A educação foi contemplada por um dos dezesseis documentos conciliares: a declaração *Gravissimum Educationis*, que fora aprovada em 28 de outubro de 1965. Tendo atribuído grande importância à evangelização da humanidade, o Vaticano II tratou a educação como “[...] uma responsabilidade da Igreja, na medida em que por esta atividade se cria, transmite e transforma a cultura”¹⁶⁵. Desse modo, o processo educativo que a declaração *Gravissimum Educationis* e

¹⁶³ Cf. *Gaudium Et Spes*. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM, n. 30.

¹⁶⁴ Cf. VIDAL. Op. Cit. p. 392.

¹⁶⁵ Cf. ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. “A educação do ser humano realizada no diálogo entre fé e cultura: a contribuição do Concílio Vaticano II.” In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 405.

outros documentos conciliares afirmaram ser parte fundamental da missão da Igreja, concerne tanto à formação doutrinária quanto social do ser humano.

Por uma razão toda especial, a Igreja tem também o dever de educar. Deve ser reconhecida como uma sociedade humana, capaz de educar, mas, sobretudo, porque tem a função de anunciar a todos os seres humanos o caminho da salvação, deve comunicar aos fiéis a vida de Cristo e acompanhá-los de perto para que possam alcançar sua plenitude. Como mãe, a Igreja deve educar seus filhos, para imbuí-los em toda a vida, do Espírito de Cristo, ao mesmo tempo que ajuda todos os povos a promoverem a perfeição integral da pessoa, o bem da cidade terrestre e a construção de um mundo mais humano.¹⁶⁶

A declaração *Gravissimum Educationis* deu ênfase à educação escolar. Não se limitou à abordagem da instrução formal, mas atribuiu também à escola a função de formar o homem como um todo.

Dentre todos os recursos educativos a escola ocupa o primeiro lugar. Em virtude de sua missão, exercita de maneira assídua as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade crítica, introduz no patrimônio cultural das gerações passadas, promove a sensibilidade para com os valores, prepara para a vida profissional, cria um convívio amigável e aproxima uns dos outros alunos de diversas índoles e condições, favorece o desenvolvimento da compreensão recíproca entre as pessoas. A escola constitui ainda uma espécie de centro de cujas atividades participam, com proveito de todos, famílias, professores, diversas associações de caráter cívico, cultural e religioso, a sociedade civil e, a seu modo, toda a comunidade¹⁶⁷.

Por outro lado, esse documento conciliar procurou mostrar que a promoção de uma educação capaz de favorecer o diálogo entre a fé católica e o mundo secularizado, era tarefa primordial da família.

Ao dar vida aos filhos, os pais assumem a obrigação de educá-los. Devem ser reconhecidos como primeiros e principais educadores. A função educativa dos pais é tão importante que, quando falta, dificilmente pode ser suprida. Os pais

¹⁶⁶ Cf. *Gravissimum Educationis*. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM, n. 3.

¹⁶⁷ *Idem*. n. 5.

devem criar um ambiente familiar de amor e piedade para com Deus e para com os outros, favorável à educação integral, pessoal e social dos filhos. A família é a primeira escola das virtudes sociais, de que tanta necessidade têm as sociedades. Especialmente na família cristã, dotada das graças e deveres do sacramento do matrimônio, os filhos, de acordo com a fé recebida no batismo, devem ser iniciados desde os primeiros anos na percepção e no culto de Deus e aprender a amar o próximo. Fazem-se também na família, as primeiras experiências da vida na sociedade e na Igreja. Por intermédio da família, enfim, os filhos são pouco a pouco introduzidos no convívio civil da sociedade e do povo de Deus. Que os pais dêem, pois, conta da importância da família verdadeiramente cristã para a vida e para o crescimento do próprio povo de Deus¹⁶⁸.

A educação cristã não foi pensada apenas dentro da dimensão religiosa, mas também com o objetivo de atender as exigências sócio-culturais em todas as suas dimensões.

2.3 – A secularização que motivou a realização do Concílio Vaticano II

Mas, afinal de contas, o que teria motivado essa busca do Concílio Vaticano II pelo *aggiornamento* da Igreja Católica e pelo conseqüente diálogo entre essa instituição e o mundo contemporâneo?

Os 20 concílios que a Igreja realizou anteriormente foram motivados pela tentativa de combater as ameaças que colocavam em perigo a manutenção do catolicismo. Embora tenha aderido a princípios norteadores distintos, a realização do Vaticano II também foi estimulada por uma série de fatores que ameaçavam a preponderância da Igreja Católica no mundo contemporâneo ocidental, principalmente pela crescente secularização.

De acordo com Peter Ludwig Berger, secularização é “[...] o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos.”¹⁶⁹

Ao fenômeno da secularização foram atribuídos significados distintos. De acordo com Peter L. Berger,

¹⁶⁸ Ibidem. n. 3.

¹⁶⁹ Cf. BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985, p. 119.

[...] o termo ‘secularização’, e mais ainda seu derivado ‘secularismo’, tem sido empregado como um conceito ideológico altamente carregado de conotações valorativas, algumas vezes positivas, outras negativas. Em círculos anticlericais e ‘progressistas’, tem significado a libertação do homem moderno da tutela da religião, ao passo que, em círculos ligados às Igrejas tradicionais, tem sido combatido como ‘descristianização’, ‘paganização’ e equivalentes.¹⁷⁰

Diante da ameaça do mundo laico, o papa João XXIII entendeu que a solução para manter a jurisdição do sagrado sobre o profano residia na promoção do diálogo entre a Igreja, as sociedades contemporâneas e as consciências secularizadas. Assim, ao invés de combater as idéias e atitudes que afastavam constantemente o homem do catolicismo, o papa propôs a integração entre a instituição católica e o mundo secular. Ele defendia que a solução para conter a secularização era demonstrar aos homens, especialmente àqueles que tinham se distanciado mais da fé cristã, que a Igreja não estava alheia aos problemas apresentados pelo mundo contemporâneo, mas estava preparada para oferecer orientações e promover o desenvolvimento humano e social em conformidade com a Vontade Divina. Buscando adequar a Igreja a esse propósito, João XXIII passou a defender a renovação da Igreja, que seria legitimada pelo Concílio Vaticano II e pelo papa Paulo VI, sucessor de João XXIII.

No entanto, é importante ressaltar que o investimento na promoção do diálogo entre a instituição católica e o mundo laico não significou para esses papas, ou para seus seguidores, um rompimento completo com a tradição católica ou a aceitação do ateísmo, tal como essa atitude foi interpretada por alguns clérigos e leigos que condenaram essa postura. Vários elementos nutridos ao longo de séculos pela tradição católica se fizeram presentes nos discursos em prol do *aggiornamento* da Igreja, a exemplo da transmissão dos ensinamentos evangélicos que se manteve sob o controle do clero, sob a alegação de que se fazia necessário conservar a tradição advinda dos apóstolos.

O que se pode concluir é que, ao mesmo tempo em que o Vaticano II era concebido, a Igreja acomodava a elaboração de diferentes formas de compreender a solução encontrada por João XXIII e seguida por Paulo VI para coibir a secularização.

¹⁷⁰ Cf. BERGER, Op. Cit. p. 118.

2.4 - As representações sobre o Concílio Vaticano II

A tentativa de aliar a renovação e a tradição da Igreja gerou divergentes *representações* acerca do Concílio e de seus defensores. Por um lado, foram forjadas significações que enaltecem e legitimaram o Vaticano II e suas diretrizes. Dentre os autores que se responsabilizaram pela exaltação do Concílio através da atribuição de um sentido otimista ao conclave eclesiástico pode-se destacar:

1 - Francisco Augusto Carmil Catão¹⁷¹. Segundo ele, esse foi

[...] um concílio pastoral, que tem uma visão positiva da história e, em lugar de combater erros ou desvios, busca na própria história, na cultura e na mentalidade contemporâneas as novas formas em que se deve proclamar a verdade perene do Evangelho, para que o mundo possa trilhar os caminhos de sua profunda transformação, com vistas a alcançar a salvação de Deus, oferecida a todos os humanos.¹⁷²

2 – Maria Clara Lucchetti Bingemer, segundo a qual

[...] o Concílio Vaticano II ‘re-descobriu’, no interior da reflexão teológica, o direito de cidadania da espiritualidade cristã, que não é simplesmente vulgarização teológica, mas fonte rica e consistente de ensinamento novo e irrepetível, sopro do Espírito na história, que permite à teologia de hoje dizer novas palavras sobre Deus, que é o centro de sua fé.¹⁷³

¹⁷¹ Doutor em Teologia pela Universidade de Strasbourg (França).

¹⁷² Cf. CATÃO, Francisco Augusto Carmil. “O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 101.

¹⁷³ Cf. BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Deus: experiência histórica e rosto humano. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 189.

3 –Antônio Manzatto, para o qual “[...] por suas preocupações pastorais, o Vaticano II quer entender e afirmar melhor a Igreja e sua função como serviço aos homens e à salvação do mundo.”¹⁷⁴

4 –Cleto Caliman, conforme o qual “o Concílio Vaticano II não pode ser reduzido a uma coletânea de textos. Ele é, antes de tudo, um acontecimento do Espírito, que assiste a Igreja no decorrer da história para que ela seja fiel à sua missão.”¹⁷⁵

Além das *representações* e dos textos produzidos por esses autores, várias obras¹⁷⁶ difundiram e buscaram consolidar significados favoráveis aos propósitos e às diretivas do Concílio, considerado por seus defensores o maior conclave eclesiástico do século XX. Vale ressaltar ainda que as editoras Paulus, Paulinas, Vozes e Edições Loyola são os exemplos mais conhecidos de editoras católicas, ou ligadas ao catolicismo, que comumente publicam livros voltados para a difusão de *representações* que procuram legitimar as diretrizes religiosas do Vaticano II.

Por outro lado, foram forjadas também *representações* opostas ao Concílio e aos seus seguidores. As posições contrárias às diretrizes conciliares podem ser percebidas já durante a realização do evento, quando a “ala conservadora” do clero católico se reuniu formando o grupo que foi denominado *Coetus Internationalis Patrum*. Apesar da sua organização, esse grupo acomodou apenas a minoria dos padres conciliares. A superioridade da “ala progressista” está refletida inclusive na aprovação dos 16 documentos conciliares. Todavia, não dá para negar as discordâncias que existiram durante e após o conclave.

¹⁷⁴ Cf. MANZATTO, Antônio. O paradigma cristológico do Vaticano II e sua incidência na cristologia latino-americana. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 208.

¹⁷⁵ Cf., CALIMAN, Cleto. A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 238.

¹⁷⁶ A exemplo dos livros seguintes: *O Concílio em Resumo*, produzido pela CNBB; *A Igreja Latino-americana às Vésperas do Concílio: História do Concílio Ecumênico Vaticano II*, organizado por José Oscar Beozzo; CNBB: *da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres*, escrito por Sérgio Bernal; *A Idade Contemporânea: Curso de História da Igreja IV*, de Guido Zagheni.

Ainda fazendo uso dos documentos aprovados no Concílio, pode-se observar que o número de votos contrários às aprovações destes variaram. Esse é um indicativo de que mesmo os clérigos pertencentes à “ala progressista”, por vezes discordavam das diretivas conciliares. Nesse sentido, é importante ressaltar que os documentos que promoveram as maiores divergências foram respectivamente: o decreto *Inter Mirifica*, a declaração *Nostra Aetate*, a constituição *Gaudium Et Spes* e a declaração *Dignitatis Humanae*. Dessa forma, os temas conciliares que obtiveram maior rejeição foram: o uso dos meios de comunicação social pela Igreja, a relação da Igreja com as religiões não-cristãs, a pastoral da Igreja no mundo contemporâneo e a liberdade religiosa.

No Brasil, a posição minoritária dos clérigos conservadores está refletida também na quantidade extraordinariamente inferior de publicações que veiculam críticas ou condenam as diretivas do Vaticano II, especialmente divulgações advindas dos anos 60, década em que ocorreu o Concílio e a ala progressista da Igreja brasileira tinha grande preponderância.

Dentre as poucas obras que tentaram difundir e consolidar *representações* que apontavam as diretrizes conciliares como fomentadoras da destruição do catolicismo, pode-se destacar o livro *Abusos e erros sobre a fé à luz do Vaticano II*, escrito pelo Monsenhor Francisco Bastos. Ele responsabilizou os padres conciliares que compunham a Aliança Européia, liderada pelo padre Karl Rahner, pelos erros legitimados no Concílio. Essa responsabilidade foi estendida por Bastos à todos aqueles que compartilharam com os ditos equívocos promovidos por esse grupo, em troca de recompensas financeiras para seus domínios eclesiásticos.

As posições dos bispos de língua alemã eram geralmente aceitas pela Aliança Européia e a posição da Aliança Européia era, por sua vez, adotada quase sempre pelo Concílio [...]. Essa poderosa Aliança Européia contou ainda com a adesão de alguns bispos da América Latina, com os da África e da Indonésia, agradecidos, como se achavam, pelo auxílio pecuniário, que recebem de duas instituições alemãs, arrecadoras de fundos: a *Adveniat* e a *Miserior*.¹⁷⁷

Vale ressaltar que, na década de 1960, a Diocese de Propriá também contava com recursos financeiros advindos dessas duas instituições alemãs. No entanto, não há aqui a pretensão de

¹⁷⁷ Cf. BASTOS, Monsenhor Francisco. *Abusos e erros sobre a fé à luz do Vaticano II*. São Paulo: editora Herder, 1963.

apresentar postura contrária ou concordar com as críticas feitas pelo Monsenhor Francisco Bastos às discussões e aprovações das diretrizes conciliares.

Alguns clérigos assumiram uma postura bem mais radical frente ao Vaticano II, a exemplo do documento que foi publicado com o título de *Sinopse dos erros imputados ao Vaticano II*:

Continuamos nosso trabalho de denúncia dos erros do Concílio Vaticano II. Consideramos ser este tipo de denúncia teológica a única saída, em termos humanos, para a crise que nos atormenta já há décadas, visto que da parte das autoridades do Vaticano, os erros continuam a ser ensinados e difundidos [...] [o Concílio] Deve ser rejeitado, sim, e o será um dia pela autoridade suprema do vigário de Cristo. Por enquanto, ele ainda é a pedra de tropeço para tantas comunidades religiosas e padres que, acreditando ser possível manter a Tradição e aderir ao Concílio, aceitam acordos que sempre terminaram por inserir estes padres e fiéis no ambiente pervertido, heretizante e modernista que reina no Vaticano¹⁷⁸.

Vale ressaltar que as publicações desses dois clérigos remontam respectivamente aos anos 80 do século XX e à primeira década do XXI.

Além da rejeição dos clérigos da “ala conservadora” da Igreja brasileira que, em função da postura religiosa que assumiram, interpretaram o Vaticano II como um acontecimento negativo e, em certa medida, destrutivo para o catolicismo, ocorreram distintas *apropriações* do Concílio mesmo entre os membros da “ala progressista” do episcopado. Exemplo disso é o fato de vários bispos latino-americanos, inclusive alguns brasileiros, terem voltado do Vaticano II acreditando que o Concílio não havia correspondido às necessidades e esperanças do Terceiro Mundo, no sentido do desenvolvimento social desses povos.

Embora progressistas e conservadores brasileiros tenham forjado *representações* contrárias sobre o Concílio Vaticano II e suas diretivas, pode-se observar que a luta travada entre tais *representações* não foi muito perceptível na década de 1960, uma vez que as publicações predominantes naquele decênio difundiam os sentidos produzidos pela “ala progressista”.

¹⁷⁸ Cf. FLEICHMAN, Dom Lourenço. *Sinopse dos erros imputados ao Concílio Vaticano II*. Disponível em: < [http://www.capela.org.br/Crise/Vaticano2/sinopse .htm](http://www.capela.org.br/Crise/Vaticano2/sinopse.htm) .>. Acesso em 8/2/2005. p. 1.

2.5 – A emergência da Teologia da Libertação

Na fase pré-conciliar, a Igreja romana já acenava para a importância da questão social. Mas foram as diretrizes do Vaticano II que prepararam o terreno para a emergência da Teologia da Libertação na América Latina.

Os textos que fundamentaram essa teologia foram produzidos por membros do clero latino-americano, tais como: Gustavo Gutiérrez (Peru); Leonardo Boff, Clodovis Boff, Rubem Alves, Carlos Mesters, Frei Beto e Hugo Assman (Brasil); Ronaldo Muñoz e Segundo Galilea (Chile); Jon Sobrino e Ignacio Ellacuría (El Salvador); Pablo Richard (Chile – Costa Rica); José Miguez Bonino, Enrique Dussel, Juan Carlos Scanone e Rubem Dri (Argentina – México); Samuel Siva Gotay (Porto Rico); Juan-Luis Segundo (Uruguai), a partir da década de 1970.¹⁷⁹

É importante salientar que, para alguns clérigos voltados para o estudo desse tema¹⁸⁰, a Teologia da Libertação foi concebida já durante a realização do Concílio Vaticano II, uma vez que, alguns padres conciliares, e até o papa João XXIII, já chamavam a atenção para a necessidade de a Igreja viver o seu compromisso com os pobres:

[...] um mês antes da abertura do Concílio, João XXIII, numa mensagem de 11 de setembro de 1962, afirmava: ‘Em face dos países subdesenvolvidos, a Igreja se apresenta tal como é e quer ser: a Igreja de todos e, particularmente, dos pobres.’¹⁸¹

Além disso, os clérigos voltados para essa temática afirmam que o Concílio possibilitou a articulação entre alguns membros do episcopado latino-americano que aderiram à opção pelos pobres, e gerou a compreensão de que o Evangelho deveria ser interpretado e vivido à luz do processo histórico vivenciado pelos povos, idéia que teria servido de suporte para que os teólogos latino-americanos pudessem aliar a luta pela libertação dos pobres à busca pela salvação de suas

¹⁷⁹ LÖWY, Michael. A guerra dos deuses. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000, p. 56.

¹⁸⁰ A exemplo de João Batista Libânio, Paulo Sérgio Lopes Gonçalves e Luiz Carlos Susin.

¹⁸¹ Cf. LIBÂNIO, João. Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo. São Paulo: Edições Loyola, 1987, p. 68.

almas. Segundo eles, o Vaticano II ainda promoveu a emergência de uma pluralidade teológica que legitimou a Teologia da Libertação.

Desse modo, os textos produzidos nas décadas seguintes pelos Teólogos da Libertação seriam reflexos do pensamento que já tinha ganhado corpo nos anos 60, e da práxis que já podia ser percebida naquele decênio, embora ainda em processo de gestação.

O princípio que orientou a Teologia da Libertação foi a opção pelos pobres e contra a pobreza. Os teólogos responsáveis por sua formulação procuraram mostrar que a salvação dos pobres dependia da sua libertação da opressão exercida em seu contexto histórico. Dessa forma, esse modelo teológico se fundamentou na relação da fé com a práxis dos oprimidos, com o objetivo de transformar a realidade destes. Para tanto, havia o entendimento de que os teólogos deveriam se inserir no mundo dos pobres para conhecê-lo e promover a almejada transformação social.

A evangelização proposta por essa teologia demandava o conhecimento da realidade histórico-cultural dos povos latino-americanos, como forma de evitar e conter a dominação e a opressão dos pobres. Um dos baluartes da Teologia da Libertação, o Frei Leonardo Boff, afirmava que:

[...] o Cristianismo sempre se mostrou sensível ao pobre, mas implacável e etnocêntrico diante da alteridade cultural. O outro (o indígena e o negro) foi considerado o inimigo, o pagão, o infiel. Contra eles se moveram ‘guerras justas’ e se lhes leu o *requerimiento* como exigência de sujeição voluntária. O reconhecimento é imprescindível, porque traduz a justiça mínima que devemos ao outro. É o reconhecimento que impede que a relação primeira seja de dominação. É ele que coloca freios nos mecanismos de exclusão e de destruição. O que mais faz sofrer as vítimas é o fato de não serem reconhecidas, de suas culturas serem desprezadas, suas línguas proibidas nas escolas, suas religiões ainda perseguidas pelas Igrejas e suas festas ridicularizadas.¹⁸²

É importante ressaltar também que as diretrizes conciliares geraram distintas *apropriações*. Assim, enquanto um grupo de teólogos da América Latina passou a utilizá-las para fundamentar uma teologia que representava a fé católica a partir da ótica dos pobres, levando em consideração

¹⁸² Cf. BOFF, Leonardo. *América Latina: da conquista à nova evangelização*. São Paulo: Ática, 1992, p. 11.

a realidade histórica destes, os “progressistas europeus” formularam uma teologia calcada numa “[...] visão otimista da história como progresso, a avaliação da tecnologia e da ciência moderna como condições objetivas para esse progresso e a emancipação do indivíduo como critério principal.”¹⁸³

Essa dispersão notável no seio da “ala progressista” do episcopado católico mundial levou a “ala conservadora” a produzir diversas críticas. Mas, a censura e o combate mais intenso se deram mesmo contra a Teologia da Libertação, especialmente por ser considerada representativa do marxismo. De acordo com Michael Löwy,

[...] não há dúvida de que os teólogos da libertação extraíram análises, conceitos e perspectivas do arsenal teórico marxista e que esses instrumentos desempenham um papel importante em sua compreensão da realidade social na América Latina. Graças a umas poucas referências positivas a certos aspectos do marxismo – a teologia da libertação causou uma confusão imensa no campo político-cultural; rompeu um tabu e estimulou um grande número de cristãos a examinarem de uma maneira nova, não apenas a teoria, mas também a prática dos marxistas.¹⁸⁴

Uma vez que o marxismo era combatido por muitos clérigos, especialmente por aqueles filiados à “ala conservadora”, por ser considerado um inimigo atroz da civilização cristã, em função das suas características ateístas, os Teólogos da Libertação foram acusados de promover a dessacralização do catolicismo.

Por um lado, alguns desses teólogos, ou mesmo seus seguidores, afirmavam que não eram filiados ao marxismo. Por outro, eram *representados* como marxistas. Além disso, vários seguidores de Marx, por sua vez, não viam com bons olhos a utilização de parte do pensamento marxista por um grupo de teólogos católicos.

Em meio a todas essas divergências que cercavam a Teologia da Libertação, Löwy afirma que: “a Igreja brasileira é um caso único na América Latina, na medida em que é a única Igreja no

¹⁸³ Cf. LÖWY, Michael. Op. Cit. p. 110.

¹⁸⁴ Idem, p. 119.

continente sobre a qual a Teologia da Libertação e seus seguidores das pastorais conseguiram exercer influê

2.6 – A Igreja brasileira e a apropriação das diretrizes do Concílio

Apesar das várias críticas dirigidas aos Teólogos da Libertação e à sua teologia, nas décadas de 1970 e 1980, predominou no Brasil a divulgação de *representações* favoráveis a esse modelo teológico, mesmo quando Roma se posicionou de modo severo contra o mais conhecido Teólogo da Libertação brasileiro: o frei Leonardo Boff. Da mesma forma, a difusão do ideário defendido no Vaticano II foi amplamente realizada pelos “clérigos progressistas”.

Mas qual era a situação religiosa do Brasil na década de 1960, período em que a Teologia da Libertação estava sendo gerada?

Em 14 de outubro de 1952, surgiu a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), por iniciativa de Dom Helder Pessoa Câmara. Essa Conferência Episcopal assumiu um papel de grande destaque no processo de transformação do catolicismo brasileiro, antes e depois do Vaticano II. Entre os anos de 1952 e 1960, a Igreja brasileira vivenciou mudanças significativas, que contribuíram com a sua renovação.

Em fins da década de 1950, os clérigos brasileiros aderiam a diferentes correntes religiosas. Dentre estas, três ganharam destaque: a dos “tradicionalistas”, a dos “modernizadores conservadores” e a dos “reformistas”. Todas elas manifestavam sua oposição ao comunismo ateu. “A personalidade mais progressista era Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda, que representava o melhor da ‘teologia do desenvolvimento’ e questionava a trágica pobreza do Nordeste.”¹⁸⁶

¹⁸⁵ Ibidem, p. 135.

¹⁸⁶ Cf. LÖWY, Michael. A guerra dos deuses. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000, p. 136.

No início dos anos 60, emergia uma nova tendência que alguns chamariam de “esquerda católica” e outros apenas de “ala progressista”. Os clérigos e os leigos que aderiram a esse grupo foram fortemente influenciados pela Teologia Francesa recente, considerada a mais progressista da Europa à época, principalmente pelo pensamento de Emmanuel Mounier.

Como outros existencialistas, Mounier expressa uma preocupação profunda por uma vida de autenticidade, através de uma escolha cuidadosa e honesta entre as opções que se apresentam no dia-a-dia. ‘Cada vez que eu faço uma escolha entre isto ou aquilo, eu indiretamente escolho o que hei de ser. Sou construído através dessas escolhas.’ Através de uma vida plenamente consciente o homem torna-se o que realmente é: ele não tem outra essência além da sua existência. Este é o aspecto do existencialismo que deu novo peso à história e que fortaleceu, mais tarde, a importância atribuída, pelos progressistas católicos à consciência histórica. Além do mais, a ênfase na autenticidade através das opções livres propiciou o suporte filosófico de outra importante característica: o horror populista que tinham a qualquer ação que restringisse a liberdade de escolha das pessoas, que as forçasse a seguir direções que não fossem genuinamente delas. A contribuição do povo para a elaboração e para a construção da nova sociedade era vista como essencial. E, embora os progressistas católicos estivessem conscientes da necessidade de se organizar as massas, isto deveria ocorrer depois que as massas fossem conscientizadas sobre os problemas envolvidos e tivessem optado pela mudança.¹⁸⁷

Sob a influência do pensamento de Mounier, os “católicos progressistas” do Brasil passaram a defender a necessidade de conscientização do povo, tentando aliar a teoria à prática. Entendiam que para promover a conscientização desejada era preciso educar a população. No entanto, para formar uma consciência livre, capaz de fazer suas escolhas, não parecia correto oferecer uma educação calcada na imposição. Por isso, esses católicos se aproximaram bastante do “Método Paulo Freire”¹⁸⁸. De acordo com esse método, a educação, principalmente de adultos, deveria estar assentada em um profundo respeito do mestre por seus alunos. Dessa forma seria possível formar o homem consciente de sua liberdade no mundo, capaz de fazer escolhas e de exercer uma atitude crítica a respeito dos problemas vigentes na sociedade. O MEB (Movimento de Educação e Base, que funcionou através das “escolas radiofônicas”) estava inserido nesse propósito de formar e conscientizar o maior número possível de pessoas.

¹⁸⁷ KADT, Emanuel de. *Católicos radicais no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p. 145.

¹⁸⁸ Paulo Freire era professor de Educação na Universidade de Recife. Com a instituição do governo militar, ele foi acusado de tentar subverter a ordem política estabelecida. Foi preso e mais tarde exilado no Chile.

Além de Mounier, outros pensadores influenciaram os “católicos progressistas” brasileiros. A concepção de “humanismo integral” difundida por Maritain nos anos de 1930 ainda fazia eco entre os “progressistas”. De acordo com ele, a atuação do laicato cristão poderia transformar as estruturas política e social. Emergia então a necessidade de o católico leigo entender a atuação na esfera social como parte importante da sua “missão” de cristão. O francês Yves Congar seguiu a mesma linha de Maritain, afirmando que a ação social e cotidiana do católico deveria ser orientada pela ética cristã. Henri de Lubac também deu grande ênfase no pós-guerra à importância do social no Cristianismo. Assim, a ação cristã passou a significar não apenas a relação individual mantida entre Deus e o fiel, sem nenhuma referência à realidade social deste último, mas toda a sua atuação sócio-política passou a ser entendida como parte integral da prática cristã. “Não foi por outra razão que conservadores, como Gustavo Corção, lamentavam a ‘protestantização’ do catolicismo”¹⁸⁹. A influência desses teóricos fez alguns clérigos e leigos desenvolverem uma nova visão acerca do papel da Igreja. Tal concepção partia da premissa de que, para viver o Evangelho, fazia-se necessário integrar fé e prática. O amadurecimento dessa concepção iria favorecer a recepção das diretrizes advindas do Concílio Vaticano II e, mais tarde, da Teologia da Libertação, assim como a atuação político-social cada vez mais marcante dos grupos que compunham a Ação Católica.

Nos anos de 1960, a Ação Católica atuava através de vários grupos juvenis, a saber, a JAC (Juventude Agrária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JIC (Juventude Independente Católica), a JOC (Juventude Operária Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica). Além desses grupos, se destacavam também o Movimento Litúrgico e o Movimento Bíblico. Conforme Ângela Randolpho Paiva, a Ação Católica ocorreu e ao mesmo tempo propiciou “[...] um momento de mudança profunda no *ethos* religioso”¹⁹⁰. Um grupo composto por alguns clérigos e diversos católicos leigos, propôs um novo entendimento do que era ser cristão, provocando mudanças nos valores e na atuação da Igreja.

¹⁸⁹ PAIVA, Ângela Randolpho. Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. p. 169.

¹⁹⁰ Idem, p. 164.

Por outro lado, a postura desse grupo católico fez com ele fosse representado como “radical”. Segundo Löwy,

Essa radicalização estava intimamente ligada às novas práticas sociais, culturais e políticas dos ativistas católicos: participação no movimento estudantil, muitas vezes em aliança com a esquerda secular, apoio às lutas sociais e compromisso com a educação popular.¹⁹¹

Essa atitude custou caro aos membros do “catolicismo de esquerda”. Por um lado, foram desarticulados pela Igreja romana, acusados de manterem pacto com o comunismo e de contribuírem com a tentativa de destruição do catolicismo.

A Esquerda Católica Brasileira da década de 60 [...] foi rapidamente atacada e ilegítimizada pela hierarquia, que acusou a tendência esquerdista da JUC de ser contrária à sã doutrina social da Igreja.¹⁹²

Por outro, com a instituição do governo militar a partir de 1964, e o apoio da Igreja à sua “política anti-comunista”, aqueles que se colocaram contra o regime político estabelecido, especialmente os militantes da JEC, da JOC e da JUC, bem como alguns clérigos que trabalhavam com eles, foram acusados de subversão e foram perseguidos.

Originalmente, a Esquerda Cristã foi esfacelada pela repressão e marginalizada. No entanto, nos anos que se seguiram, com o surgimento de uma oposição à ditadura na sociedade civil, um número cada vez maior de católicos [...] incluindo padres, religiosos, freiras e até uns poucos bispos, começaram a passar para o lado da oposição. Radicalizando-se, alguns deles, em 1967-68, um grupo de dominicanos decidiu apoiar a resistência armada e ajudar os movimentos clandestinos tais como a ALN (Ação pela Libertação Nacional) – grupo guerrilheiro fundado por um antigo líder do Partido Comunista, Carlos Marighella...¹⁹³

¹⁹¹ Cf. LÖWY, Michael. A guerra dos deuses. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000, p. 139.

¹⁹² Idem, p. 140.

¹⁹³ Idem Ibidem, p. 141

É importante salientar que nem todos os “clérigos progressistas” foram perseguidos na década de 1960, já que muitos deles apoiaram o regime militar. Não obstante os debates em prol da renovação do catolicismo e da acolhida às reformas de cunho social por grande parte do episcopado brasileiro, “a Igreja escolheu o campo das forças antidemocratas, autoritárias e conservadoras (representadas pelo regime militar) em nome dos desgastados argumentos da Guerra Fria: um ‘perigo bolchevique’”.¹⁹⁴ Somente na década seguinte, a instituição católica começou efetivamente a fazer eco contra a ditadura militar, inicialmente de forma diplomática, vindo mais tarde a fazer uma oposição declarada ao regime. Para se ter uma idéia, somente em maio de 1970, Dom Helder Câmara, considerado nos anos 60 o grande representante do “clero progressista”, se manifestou pela primeira vez contra a tortura praticada pelos militares, denunciando tal prática em uma visita a Paris.

Essa tendência da maioria do “clero progressista” de apoiar e defender o regime militar quando ele foi instituído, e ao longo dos anos de 1960, se fez presente também na Diocese de Propriá.

¹⁹⁴.Idem.

CAPÍTULO III

O JORNAL A DEFESA E A RENOVAÇÃO DO CATOLICISMO

De acordo com Carlos Roberto Britto de Aragão, nos anos de 1960, a cidade de Propriá ainda mantinha a preponderância comercial sobre a região sergipana do Baixo São Francisco. Além disso, tinha também grande influência sobre a religiosidade dos municípios circunvizinhos, inclusive sobre aqueles que tinham sido desmembrados do seu território. Essa situação lhe permitiu sediar uma das Dioceses sergipanas criadas em 1960, sem ter a necessidade de disputar com outro município, tal como ocorreu com as cidades de Estância e Lagarto, sendo que Estância venceu a disputa. Propriá tinha uma população equivalente a mais de 20 mil habitantes, uma quantidade relevante se comparada aos demais municípios daquela região. O desenvolvimento econômico de Propriá dentro daquela micro-região é atestado também pela presença de indústrias, especialmente têxteis, com destaque para as Confecções Hagê, e de vários bancos.

No entanto, o bispo de origem mineira, Dom José Brandão de Castro, *representou* Propriá e a micro-região do Baixo São Francisco como uma área pobre em relação a outras partes desenvolvidas do país. Dom José também *representou* a maior parte da população do Baixo São Francisco como analfabeta, porém muito religiosa. Segundo ele, uma de suas principais tarefas era promover uma “boa educação” para formar o povo daquela região e de todo o território diocesano sob seu comando.

A Diocese de Propriá tornou-se conhecida nas décadas de 1970 e 1980 como um território eclesiástico que acomodava o pensamento e as ações de um dos “bispos subversivos do Brasil”: Dom José Brandão de Castro. A posição do bispo em defesa dos pequenos agricultores levou Dom José a ser tratado pelos setores conservadores da sociedade sergipana, e mesmo brasileira, como mais um bispo comunista, responsável por subverter a ordem política, econômica e religiosa.

Tendo feito a “opção pelos pobres”, Dom José fez uso da imprensa em vários momentos¹⁹⁵ para tentar demonstrar que suas atitudes religiosas e políticas nada tinham a ver com subversão, mas denotavam a prática do Evangelho. Também utilizou esses veículos de comunicação para negar sua filiação ao comunismo. Dizia compartilhar dos ideais da Teologia da Libertação, mas alertava os críticos que combatiam esse modelo teológico, considerados por ele radicais nas suas conclusões: “é preciso considerar que aqui ou ali, pode ter havido alguma falta de compreensão.”¹⁹⁶. Provavelmente, por conta da sua atuação, em 1987, Dom José Brandão de Castro recebeu do Vaticano a sua “aposentadoria”. Foi substituído por um bispo com de tendência mais conservadora: Dom José Palmeira Lessa, que tomou posse em 25 de janeiro de 1988.

Na década de 1960, Dom José Brandão de Castro já apresentava uma postura assumidamente progressista. No entanto, suas ações e seus discursos não eram ainda qualificados como reacionários. Ao contrário, demonstravam se conformar, em vários momentos, ao pensamento católico conservador. Mesmo quando assumia uma posição de combate o fazia de forma bastante diplomática.

O jornal *A Defesa* refletia a postura do bispo e da maioria dos padres daquela Diocese, que aliava a visão do catolicismo progressista a elementos da tradição católica. Analisando as abordagens veiculadas nesse impresso ao longo do referido decênio, pode-se observar que não é perceptível uma posição radical por parte do clero diocesano ou dos leigos que participaram da produção do impresso. Ao contrário, pode-se perceber que foram preservados muitos valores do catolicismo dito tradicional. A perspectiva educativa adotada pelos produtores do periódico não descuidou da tradição religiosa. Ao menos nos anos 60, a postura “progressista contida” que o bispo apresentou na folha católica não fazia jus ao *status* de subversivo ou comunista.

A tendência progressista da Diocese naquela década se refletia principalmente nos discursos em prol da formação dos católicos a partir de um processo educativo apto a torná-los livres da opressão, já que, segundo Dom José,

¹⁹⁵ Além do jornal *A Defesa*, produzido por sua diocese, o bispo recorreu a vários impressos que circulavam em Sergipe e no Brasil para tentar legitimar sua postura frente à opinião pública. Utilizou, por exemplo, a revista *Manchete*, o jornal *Guaypacaré de Lorena* – SP, o *Diário do Povo* de Campinas - SP, o *Jornal do Brasil*, o Boletim *O Mensageiro* de Salvador – BA, o jornal *Tribuna de Aracaju*, o jornal *Gazeta de Sergipe*, dentre outros.

¹⁹⁶ Cf. PERFIS REDENTORISTAS. Juiz de Fora. 2000.

Cristo veio ao mundo para libertar o homem. Para libertar o homem de si mesmo, de suas tendências que mal orientadas o tornam escravo e para libertar o homem da escravidão de outros homens, para que todos tenham a liberdade de filhos de Deus.¹⁹⁷

Existia por parte do clero que ali atuava, principalmente por parte do bispo, uma grande preocupação em oferecer uma educação fundamentada nos princípios católicos, que não se esgotasse na perspectiva doutrinária, mas fosse capaz de desenvolver nas pessoas uma conscientização acerca dos seus direitos e da sua função social.

Para tanto, o bispo dizia sonhar com o dia em que a Diocese teria uma rádio disponível para promover a educação dos fiéis. Mas, enquanto isso não acontecia, apontava para a importância que tinha o jornal *A Defesa* nessa empreitada. Segundo ele, esse periódico

[...] trata-se de um jornal católico onde a mensagem de Cristo será difundida ao máximo e com a maior fidelidade possível. Um órgão de opinião formativo e informativo, ao mesmo tempo, de acordo com a vocação específica do jornal. Um periódico sem pretensões literárias, mas desejoso de incentivar a cultura sob todos os seus aspectos. Um guia por entre o emaranhado das idéias confusas que tantas vezes desnorteiam o nosso meio cristão. Um defensor dos interesses do povo, contra toda e qualquer forma de opressão. Um soldado das boas causas, particularmente nessa época, em que o mal sabe disfarçar-se com requintes, iludindo a boa vontade de muitos de nossos irmãos.¹⁹⁸

É importante ressaltar que apesar de existir uma tentativa de oferecer uma educação pensada em conformidade com a tendência progressista, vários elementos do catolicismo conservador se fizeram presentes no processo educativo promovido pelos produtores de *A Defesa*. Um exemplo disso são as *representações* acerca do comunismo e do regime militar brasileiro que os responsáveis pela folha católica tentaram inculcar na mentalidade dos leitores.

Nas 157 edições do jornal *A Defesa* aqui analisadas, foram veiculados 90 textos sobre o comunismo. Todos eles foram unânimes na condenação ao pensamento e à atuação dos comunistas.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. Apresentação. *A Defesa*, Propriá, n. 367, p. 1, 21 set 1961.

Todos deixam-se fascinar, hipnotizar pelos pseudo-ideais do marxismo. Reconhecem, porém, ser o comunismo apenas um rótulo bonito, um slogan traiçoeiro e sedutor que esconde o monstro ímpio: o ateísmo que nega a Deus e luta contra Cristo e sua Igreja. O materialismo que identifica toda a realidade com a matéria, é o retorno do paganismo tentando destruir a religião e a civilização cristã.¹⁹⁹

O jornal difundiu diversas *representações* negativas acerca do comunismo, tais como: “regime repressor”, “promotor de uma nova forma de escravidão”, “promotor da desordem e de guerras”, “responsável pelos horrores da Guerra Fria e pelo ódio nutrido entre as diferentes classes sociais”, “responsável pela perseguição da Igreja e pelos equívocos que emperravam a reforma agrária”, “gerador da fome e da miséria”.

Na perspectiva de combater a ameaça comunista, os produtores de *A Defesa* promoveram também uma luta entre as diferentes *representações*. Ao mesmo tempo em que *representaram* o comunismo e os países que adotaram esse regime de forma negativa, disseminaram *representações* favoráveis aos Estados Unidos da América, sendo que esse país não foi tratado pelo jornal como o líder do bloco capitalista, mas como um símbolo da fé cristã.

Nos anos 60, o clero da Diocese de Propriá, ou grande parte dele, adotou um viés “progressista contido”, contrário ao radicalismo defendido pelos comunistas e por uma pequena parte da “ala progressista”. Estes últimos vinham fomentando um intenso debate em torno da necessidade urgente de se promover reformas políticas e sociais, especialmente a reforma agrária no Brasil. A perspectiva da aproximação entre o presidente João Goulart e esses grupos levou a Igreja a se posicionar ao lado dos militares responsáveis pelo golpe político de 1964.

Segundo Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira, o discurso do presidente João Goulart na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, criticando a “indústria do anticomunismo”, “[...] foi tido como ofensa aos valores cristãos e como declaração explícita da intenção de levar adiante as reformas (agrária, bancária, eleitoral, universitária, urbana) mesmo contra a ‘legalidade constitucional.’”²⁰⁰

¹⁹⁹ Cf. Kossolmolov, Frei Bono. O comunismo promete a paz e fomenta o ódio. *A Defesa*, Propriá, n. 375, p. 02-03, 28 fev. 1962.

²⁰⁰ CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. In: ANPUH. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 24, n° 47, jan-jun. 2004, pp. 278-279.

Em nome da defesa do catolicismo brasileiro e contra a ameaça que os comunistas aliados a Jango eram acusados de representar, os “clérigos conservadores”, e também uma grande parcela da “ala progressista”, apoiaram o golpe e a instituição do regime militar.

Para justificar o golpe político de 31 de março de 1964, os militares forjaram para si uma imagem de salvadores da Pátria brasileira contra o perigo comunista. Essa *representação* foi legitimada pela Igreja, embora alguns clérigos não concordassem com tal posição.

Em junho de 1964, depois de dois meses de reflexão, a Conferência dos Bispos (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros – CNBB) publicou uma declaração apoiando o golpe: ‘Em resposta às expectativas gerais e ansiosas do povo brasileiro, que viu a marcha acelerada do comunismo na direção do poder, as forças armadas intervieram a tempo, e impediram o estabelecimento de um regime bolchevique em nosso país [...] Ao mesmo tempo em que agradecemos a Deus, que respondeu às preces de milhões de brasileiros e nos libertou do perigo comunista, estamos gratos, também, aos militares que, com sério risco de vida, se ergueram em nome dos interesses supremos da nação.’²⁰¹

A Diocese de Propriá também aderiu a esse posicionamento, defendendo veementemente a idéia de uma “intervenção militar redentora.”²⁰² Afirmava que os militares pretendiam salvar o Brasil tanto do perigo comunista quanto de outros tipos de corrupção que poderiam destruir a sociedade brasileira:

Um dos postulados da Revolução de 1964 é o combate sem tréguas à corrupção. De pleno acôrdo. Nada mais justo e acertado. A corrupção, não somente no Brasil, como em todo o mundo, está minando o homem. É verdade que, em tese, o homem nunca foi bom, no sentido estrito do termo, mas na altura em que nos achamos, deveríamos possuir já considerável crédito [...] deveria haver pelo menos em nossa área, já que a revolução pretende melhorar, promovendo o homem, ampliação no combate à corrupção quando ela se apresentar sob outras formas, levando a sua ação para os problemas de ordem moral e social.²⁰³

²⁰¹ Cf. LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000, p. 140.

²⁰² Expressão utilizada por Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira. CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. In: ANPUH. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 24, n° 47, jan-jun. 2004, pp. 271-302.

²⁰³ Cf. RFM. Vida e aspecto das coisas: Postulados da Revolução. *A Defesa*, Propriá, n. 468, p. 04, 17 abr. 1966.

Desde 1964 até 1969, foram publicadas 49 matérias referentes ao governo militar no jornal *A Defesa*. Em todas elas é perceptível a intenção de legitimar esse regime.

Em todo o território nacional, organizaram-se programas especiais, para assinalar, festivamente a passagem do primeiro aniversário da Revolução Vitoriosa de 31 de março de 1964, que transformou, de maneira radical, o panorama político do Brasil. A estas alturas do magno acontecimento, está se tornando insuportável o sofrimento dos brasileiros, grandes e pequenos, em virtude das providências tomadas e medidas adotadas pelo Governo revolucionário, com a reta intenção de salvar o ‘Gigante da América Latina’, gravemente enfermo [...] Confiamos em que o sr. Presidente da República, Marechal Humberto Castelo Branco, indubitavelmente digno, honesto e incansável na luta [...] com o apôio das Fôrças Armadas, com interesse e empenho de todos os seus Ministros e de tantos senadores e deputados, beneficiados pelo povo, nas urnas, para o povo beneficiar, no exercício de suas funções, descubra logo a maneira de fazer chegar a todos os lares brasileiros uma onda de tranqüilidade e bem-estar.²⁰⁴

Neste texto, o diretor e redator-chefe do jornal, Monsenhor Sant’Ana, defendeu a idéia de que os problemas do governo militar que desagradavam a muitos brasileiros eram resultados da necessidade de salvar o Brasil, mas seriam rapidamente solucionados. Ele atribuiu ao golpe militar o sentido de “revolução”. Representar esse golpe como “processo revolucionário” foi uma das estratégias utilizadas pelos próprios militares para garantir ao movimento a significação de uma luta autêntica em favor da defesa do bem e da vontade nacional.

Na tentativa de validar a “empreitada salvadora” dos militares, os produtores de *A Defesa* difundiram *representações* que contrariavam os sentidos imputados pelos militantes brasileiros que combatiam o regime militar. Enquanto muitos civis, inclusive vários intelectuais, falavam de uma ditadura militar, o jornal *A Defesa* caracterizava o regime como democrático; enquanto alguns segmentos sociais organizavam protestos, o jornal afirmava que o regime militar era sustentado pela união e pelo apoio dos brasileiros às atitudes que estavam sendo tomadas com base nos ideais cristãos; as críticas feitas ao governo militar foram *representadas* em *A Defesa* como reflexos do pessimismo e da má vontade de alguns brasileiros, isentando os militares de

²⁰⁴ Cf. SANT’ANA, Monsenhor José Moreno de. Primeiro Aniversário da Revolução. *A Defesa*, Propriá, n. 443, p. 01, 30 mar. 1965.

qualquer culpa. Ao mesmo tempo em que as ações promovidas pelo Ato Institucional nº 5 (o AI-5) tornavam-se alvo de inúmeros protestos, a folha católica veiculava o seguinte discurso:

Sentimos tão calma a nação, tão tranqüila, todos tratam de seus afazeres: Desapareceu aquêlo reboliço, aquela inquietação de todos os dias, de tôdas as horas e também o clima sem dúvida inconveniente para perseguições pessoais decorrentes sempre da nojenta competição política em que se desgastava o país. Nada melhor que as providências que se há tomado em face do bem-fazejo ato institucional nº 5, bendito ato. A limpeza há de ser feita em tôdas as áreas: políticas, sociais e econômico-administrativas. Sabemos que muita gente por aí está em estado de desespero e de pânico, mas porque êsses cometeram êrros e não sentem os problemas nacionais, vêem somente seus próprios interesses. Mas o que importa são os interesses nacionais, os destinos da Pátria. Não poderemos sacrificá-los em benefício de alguém ou de um grupo qualquer. Afinal de contas, precisamos salvar a Nação, criar condições para que a moralidade tenha sentido e os homens de bem, de caráter, possam sair do alijamento em que têm vivido [...] Hoje, quando respiramos um clima de saneamento moral, sabemos compreender a situação anterior. Verificamos quão perto estávamos do perigo, pela corrupção, pelo aviltamento, pela desmoralização pública, pela falta de honestidade, enfim, por tudo aquilo que pudesse denegrir e rebaixar uma coletividade e um povo. Estávamos tão envolvidos que tudo parecia natural. Mas a verdade era outra, pois pouco a pouco, mergulhávamos em um mar de lama.²⁰⁵

Dessa forma, percebe-se que um dos ensinamentos que os produtores de *A Defesa* pretenderam inculcar nas mentes de seus leitores foi a *representação* do regime militar como a forma mais viável de salvação da civilização cristã brasileira.

A tentativa de legitimar as *representações* forjadas a partir da sua postura teológica ou político-social foi uma das formas que os produtores de *A Defesa* utilizaram para formar nos leitores a consciência pretendida. Além das significações atribuídas ao comunismo e ao regime militar, o jornal também difundiu *representações* concernentes a um outro tema que teve grande relevância para a Igreja brasileira na década de 1960: o Concílio Vaticano II.

Conforme algumas matérias veiculadas no periódico, ainda na fase pré-conciliar, o clero que compunha a Diocese de Propriá acreditava que o Vaticano II seria a chave para solucionar os problemas que afetavam a Igreja, seus fiéis e a sociedade. Grandes esperanças foram depositadas

²⁰⁵ Cf. RFM, Vida e aspecto das coisas: para a grandeza do Brasil. *A Defesa*, Propriá, n. 517, p. 02, 11 mai. 1969.

no conclave que estava para acontecer. O discurso a seguir reflete um pouco do entusiasmo que o clero daquela Diocese nutriu pelo Concílio:

O Concílio Ecumênico Vaticano II oferece ao mundo fagueiras esperanças. Ele realçará os princípios cristãos que deverão reger os destinos dos indivíduos e dos povos, conduzindo a humanidade a melhores dias. É o que podemos esperar de Deus com fé, amor e espírito de oração e sacrifício, em união com o Soberano Pontífice, o papa João XXIII²⁰⁶.

Discursos semelhantes a esse foram apresentados em várias edições do jornal, no período que antecedeu o início do Concílio, a exemplo do trecho seguinte:

Estamos nos umbrais do Concílio Vaticano II, anunciado certamente com inspiração do céu por sua S. Santidade João XXIII, gloriosamente reinante. [...] O Concílio Vaticano II, não há dúvida, é objeto das melhores esperanças do mundo atual. Terá por fim principal, no dizer do Sumo Pontífice: 'promover a renovação da Fé Católica, a renovação da vida dos fiéis cristãos, a adaptação da disciplina eclesiástica às necessidades e métodos de nossos tempos'²⁰⁷.

Ademais, para demonstrar o quanto o clero da Diocese de Propriá acreditava no caráter positivo das inovações que seriam promovidas pelo Vaticano II, foram publicadas no jornal *A Defesa* algumas orações pelo êxito do Concílio, as quais deveriam ser rezadas pelos leitores católicos. É provável que ao repetir tais orações o laicato se apropriasse ao menos de uma parte das *representações* que lhes eram transmitidas por aquele clero através do referido impresso, e passasse também a defender a proposta conciliar de renovação do catolicismo. As orações deixavam transparecer a boa aceitação que as idéias pré-conciliares tinham na Diocese de Propriá:

Espírito Santo, enviado pelo Pai em nome de Jesus, vós que assistes a Igreja com a sua presença a diriges de modo infalível, dignai-vos, nós vo-lo pedimos, espalhai a plenitude de vossos dons sôbre o Concílio Ecumênico. Mestre e Consolador cheio de doçura, iluminai os espíritos de nossos Bispos que, respondendo com solicitude ao Soberano Pontífice, se reunirão em Concílio.

²⁰⁶ Cf. CONCÍLIO Ecumênico Vaticano II. *A Defesa*, Propriá, n. 387, p. 1, 16 set 1962.

²⁰⁷ Cf. SANT'ANA, Monsenhor José. O próximo Concílio Ecumênico. *A Defesa*, Propriá, n. 375, p. 4, 28 fev 1962.

Fazei que êste Concílio produza frutos abundantes; que a luz e a fôrça do Evangelho se difundam sempre mais na sociedade humana; que a religião católica e as atividades das obras missionárias cresçam de vigor; e que, enfim, a doutrina da Igreja seja sempre mais conhecida e os costumes cristãos se aprimorem sempre mais. Hóspede pacífico das almas, firmai nossas inteligências na verdade e disponde à obediência nossos corações para que recebamos com a mesma sincera submissão tôdas as decisões do Concílio e que as ponhamos em prática com empenho. Nós pedimos também pelas ovelhas que não estão no único aprisco de Jesus Cristo; fazei que elas, que se gloriam de ser cristãs, cheguem enfim à unidade sob a direção do único pastor. Que vossas maravilhas se renovem em nossos tempos como em novo Pentecostes. Concedei à Santa Igreja que, em oração unânime, insistente e perseverante, com Maria, mãe de Jesus, sob a direção de São Pedro, se estenda o reino do Divino Salvador, reino de verdade e justiça, de amor e de paz. Amém²⁰⁸.

Considerando a importância que teriam os leigos na promoção da renovação católica objetivada pelo Concílio, os produtores de *A Defesa* procuraram mantê-los informados sobre as decisões mais importantes que eram tomadas pelo papa. Além de noticiar, alguns clérigos procuraram também explicar a renovação que João XXIII estava propondo para a Igreja, buscando orientar a *apropriação* do laicato.

Ao tratar da questão ecumênica, que foi bastante polêmica, o Monsenhor Sant'Ana explicava a acolhida pela Igreja de outras religiões cristãs, ou mesmo não cristãs, utilizando o argumento de que tal união havia sido almejada por Jesus durante as suas pregações. Essa concepção do Evangelho, que remontava à Igreja primitiva, estava presente nos discursos de João XXIII, assim como dos seus seguidores. De acordo com a explicação do Mons. Sant'Ana,

[...] ao falarmos em União das Igrejas, estamos desejando, com o Vigário de Jesus Cristo na terra, o que o mesmo Jesus tanto quer: que haja um só rebanho e um só pastor. Não se trata, portanto, de renovação doutrinária da Igreja Católica. As verdades reveladas por Deus [...] são imutáveis. Podem mudar disposições disciplinares, pois são de direito eclesiástico e não divino. Consistirá a pleiteada união em uma necessária compreensão que estabeleça pontos de contato entre todos os cristãos e os leve a construir um poderoso dique contra essa onda de erros, que tudo avassala, combatendo o Cristianismo. E, graças a Deus, já se tem

²⁰⁸ Cf. ORAÇÃO pelo Concílio. *A Defesa*, Propriá, n. 382, p. 1, 29 jul. 1962.

registrado alguma colaboração, nesse sentido, traduzida em atividades de ordem social, política e assistencial²⁰⁹.

Tentando legitimar a sua compreensão acerca da renovação pela qual estava passando o catolicismo brasileiro, mesmo antes do início do Concílio Vaticano II, o clero da Diocese de Propriá disseminou *representações*, através do jornal *A Defesa*, que tentavam mostrar a coerência do *aggiornamento* proposto por João XXIII, *representado* como um líder capaz de definir com sabedoria e autoridade os rumos que a Igreja deveria tomar frente à avassaladora secularização.

Na edição do Jornal *A Defesa* referente a 21 de setembro de 1961, foi publicada a *representação* comumente utilizada para garantir autenticidade às decisões ou propostas dos papas católicos:

Nosso Senhor Jesus Cristo assentou o edifício de sua Igreja sobre solidíssima rocha. Confiou a Pedro a autoridade suprema para governá-la. Ao receber dos lábios do arrojado pescador da Galiléia a confissão solene de sua divindade, Jesus lhe promete a jurisdição sobre toda a Igreja, com as eloqüentes metáforas da rocha firme e dos poderes das chaves e do ligar e desligar da terra no céu [...] O Papa João XXIII é, pois, o nosso Pedro atual. Deus reservou o '*Pástor et Nauta*' – Pastor e Marinheiro – para esta hora de mar revólto e agitado por inúmeras crises e, sobretudo de fé e moral. Das linhas e entrelinhas da preciosa oração que ele compôs para o próximo Concílio Ecumênico, podemos deduzir quanto tem dele de providencial. Isto nos enche das mais fagueiras esperanças. Oremos para que se concretizem²¹⁰.

A *representação* de que os papas eram os alicerces da Igreja defendida por Cristo contribuiu para dar legitimidade ao pensamento de João XXIII e, posteriormente, de Paulo VI:

João XXIII sofreu prolongada agonia. Mas já se sabe que ele ofereceu a Deus sua vida em holocausto pela Igreja, pelo Concílio e pela paz do mundo. No leito doloroso estava santificando-se e santificando mais, além da aula que ministrava, ensinando a bem morrer. E o papado continua. Dentro de poucos dias, teremos o sucessor de João XXIII, quem sabe, João XXIV, Pio XII, Bento XVI ou Leão XIV. Seja como fôr, teremos a continuação dos alicerces do Edifício Divino, construído sobre a rocha inabalável de Pedro, com resistência

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Cf. TU és Petrus. *A Defesa*, Propriá, n. 367, p. 1, 21 set. 1961.

para enfrentar a fúria de todos os séculos e vencer as portas do inferno. O Espírito Santo, que escolheu o saudoso Velhinho Pastor e Nauta, saberá escolher outro, que lhe continue a missão, à altura dos tempos hodiernos²¹¹.

Paulo VI foi apresentado aos leitores de *A Defesa* como o “novo Pedro da Igreja”. Essa *representação* foi repetida em outras edições, provavelmente na perspectiva de consolidá-la.

Assim como permanecem os alicerces do homem sábio, que construiu sôbre a rocha infraugível, permanece a autoridade de Pedro, através dos séculos, na pessoa de seus sucessores. Vieram, depois dêle, Lino, Anacleto, Clemente, Evaristo, Alexandre, Sisto, e tantos outros até, em nossos dias, Pio X, Bento XV, Pio XI, Pio XII, João XXIII e Paulo VI, numa série brilhante de 264 Papas. Conheçamos melhor o Papa – Vigário de Jesus Cristo na terra – Amemo-lo, ouçamos as suas diretrizes e o ajudemos na grande missão de promover o maior bem de toda a humanidade. São célebres estas palavras de Santo Ambrósio: ‘Onde está Pedro, aí está a Igreja e onde está a Igreja, aí está Cristo.’ Estejamos sempre com o Papa, com a Igreja e com Jesus Cristo, e seremos eternamente felizes.²¹²

Conforme essa significação atribuída ao líder da Igreja Católica, o pensamento do papa era reflexo da vontade de Cristo. Logo, não caberia aos clérigos e ao laicato questionar a vontade divina, mas contribuir com o seu cumprimento. No entanto, é importante salientar que, como as *representações* não são universais, mas historicamente construídas, outros sentidos, por vezes conflitantes, foram atribuídos à idéia de renovação da Igreja defendida inicialmente por João XXIII e, posteriormente, por Paulo VI.

As *representações* disseminadas pelo jornal *A Defesa* sobre o Concílio e sobre o ideal de renovação da Igreja provavelmente surtiram o efeito desejado, pois os católicos leigos do Baixo São Francisco resolveram contribuir com a viagem do bispo Dom José Brandão de Castro a Roma para participar do conclave. De acordo com uma nota divulgada no jornal, durante a trezena de Santo Antônio, realizada na cidade de Propriá-SE, foram arrecadados CR\$112.323,00, doados por escolas públicas e particulares, por operários, por bancários e comerciários, por funcionários

²¹¹ Cf. O papa que Deus levou. *A Defesa*, Propriá, n. 403, p. 1, 15 jun. 1963.

²¹² Cf. PEDRO – inabalável rocha mutimilenária. *A Defesa*, Propriá, n. 425, p. 1, 27 jun. 1964.

públicos, por artistas da terra, pelas moças, pelas senhoras e pelos choferes, sendo as senhoras responsáveis pela doação de uma soma mais vultosa.²¹³

Após o início do Vaticano II, o clero da Diocese de Propriá continuou a construir e difundir suas percepções acerca do Concílio, tendo por base o sentido que era atribuído ao conclave pelo bispo Dom José através das correspondências que enviava para seus clérigos. Estas eram comumente publicadas no jornal. Assim, grande parte das informações que foram recebidas pelos católicos leigos da micro-região do Baixo São Francisco refletiu o modo como os clérigos da Diocese de Propriá se apropriaram das diretivas do Concílio, já que foi a partir dessa *apropriação* que eles construíram suas *representações* sobre as diretrizes conciliares.

Tais *representações* são perceptíveis em todas as publicações referentes ao Vaticano II, mesmo quando estas aparentam ter um caráter puramente informativo:

Conforme estava anunciado, registrou-se, em Roma [...] festa da maternidade divina, a abertura solene do Concílio Ecumênico Vaticano II, *convocado, não sem inspiração do céu*, por S. S. o Papa João XXIII, *gloriosamente reinante* [...] Na Basílica, deslumbrantemente ornada e iluminada, o Soberano Pontífice entoou o *Veni Creator*, tendo em seguida celebrado a missa de abertura do conclave. Pronunciou, no momento, magnífica oração [...]²¹⁴.

As significações forjadas pelos produtores de *A Defesa* tratavam sempre de enaltecer o evento e suas decisões, a exemplo dos trechos a seguir: “prosegue com admirável desenvolvimento o Concílio Ecumênico Vaticano II. Consolam tôdas as notícias que nos chegam da Cidade Eterna. Faz bem ouvir o Boletim Oficial do Concílio [...]”²¹⁵; ou “tudo indica que os trabalhos do Concílio Ecumênico Vaticano II marcharão, agora, em mais acelerado ritmo. Sua organização é maravilhosa e sempre visa a melhor prática”²¹⁶.

²¹³ Cf. DOM José Brandão de Castro vai à Roma. *A Defesa*, Propriá, n. 384, p. 1, 29 jul. 1962.

²¹⁴ Cf. CONCÍLIO Ecumênico Vaticano II: presente especial da Divina Providência. *A Defesa*, Propriá, n. 388, p. 1, 30 set. 1962.

²¹⁵ Cf. CONCÍLIO Ecumênico. *A Defesa*, Propriá, n. 390, p. 1, 28 out. 1962.

²¹⁶ Cf. CONCÍLIO Ecumênico. *A Defesa*, Propriá, n. 391, p. 1, 25 nov. 1962.

Além de tentar legitimar as propostas conciliares através da *representação* do papa como líder autêntico da Igreja, o clero da Diocese de Propriá difundiu também as suas percepções do Concílio, sempre tentando mostrar a coerência entre as propostas conciliares, o Evangelho e a Igreja primitiva. Provavelmente, os produtores de *A Defesa* acreditavam que ao *representarem* o Vaticano II como um evento proporcionado pela Inspiração Divina, as diretivas conciliares ganhariam maior legitimidade junto aos fiéis, que contribuiriam para colocá-las em prática. Daí terem afirmado:

[...] o Concílio significa o espírito de Deus pairando sobre os homens unindo-os todos fraternalmente, numa assembléia ecumênica, para um encontro leal, aberto e universal. Porque profundamente ecumênica, movida pelo espírito de Deus, desde o nascer, a Igreja é capaz, sem se desfigurar ou diminuir, de se recolher coletivamente e comunitariamente, para um anúncio mais corajoso e real do Cristo para uma presença mais ativa e encarnada no mundo, entre todos os homens de toda a terra [...] A Igreja divina se renova porque também é humana. O Concílio é a reforma do humano na Igreja. Realmente: a Igreja não é pecadora em si mesma mas, é constituída de pecadores. É divina em sua origem, mas é humana em sua realização. É eterna e imutável em sua instituição, mas é histórica e adaptável em sua marcha. É universal em sua essência, mas é particular em sua existência como povo. A fim de anunciar Cristo encarnado a todos deve tornar-se tudo para todos [...] Porque é um ESCÂNDALO para essa túnica EMINENTEMENTE UNA, continuar partida, tremendamente dividida. É um paradoxo viver um Cristo fragmentado, partidário [...] O Vaticano II expressa vivamente uma tentativa e um esforço para o retorno e para a reconciliação dos irmãos para a realização evangélica: uma fé, um batismo, um senhor. Ele significa ainda o gesto de Cristo se empenhando por reirmannar todos os homens de hoje em torno do pai [...]. É de novo o espetáculo da criação que sentimos. O espírito de Deus pairando, não mais sobre o caos informe, mas, sobre os filhos da aliança, da redenção a fim de criar um novo gênese, uma nova criação: a da RENOVAÇÃO da vida cristã nas fontes do evangelho e da UNIFICAÇÃO de todos os homens na verdadeira Igreja onde o Cristo é cabeça do corpo místico onde é sem mancha e sem ruga, TOTAL E INCONSÚTIL²¹⁷.

Embora os diferentes meios de comunicação católicos e laicos estivessem se ocupando da divulgação dos trabalhos conciliares, tal como afirmou José Oscar Beozzo, “[...] por primeira vez na história, um acontecimento eclesial [...] [foi] intensamente acompanhado pelos meios de comunicação de massa”²¹⁸, é provável que os produtores de *A Defesa* tenham tentado impor aos

²¹⁷ TONACO, G. O Concílio e a criação. *A Defesa*, n. 437, p. 3, 25 dez. 1964.

²¹⁸ Cf. Cf. BEOZZO, “Presença e atuação dos bispos brasileiros no Vaticano II.” Op. Cit. p. 143.

leitores sua compreensão, vindo a fazer uso das já mencionadas correspondências do bispo, publicadas com o título “Bilhete de Roma”. Nelas não aparecem críticas ao evento. Foram publicações que enfatizaram apenas as “boas realizações do Concílio”. Embora tenham ocorrido várias divergências nas discussões que foram travadas no Vaticano II, assim como nos momentos de aprovação dos documentos conciliares, o bispo Dom José Brandão de Castro não fez referência a esses acontecimentos. O ambiente conciliar apresentado por ele através dos “Bilhetes de Roma” foi muito harmonioso. Não denotou os conflitos que fizeram parte desse conclave que reuniu padres conciliares de todos os continentes e de posturas teológicas divergentes.

Além de tentar educar a mente de seus leitores sobre o Concílio, o jornal *A Defesa* também veiculou ensinamentos fundamentados nas diretrizes conciliares.

Mesmo antes do Vaticano II, o jornal já definia a educação como a principal forma de aperfeiçoar o espírito e a moral, defendendo a idéia de que ela deveria ser desenvolvida no lar e na escola, cabendo, portanto, “[...] ao professor e aos pais ministrá-la em bases sólidas e reais”²¹⁹. Em conformidade com a edição de 15 de novembro de 1961, da boa formação moral e espiritual do ser humano dependeria a construção e manutenção de grandes sociedades, onde os indivíduos saberiam fazer a distinção entre o bem e o mal, entre o digno e o sórdido, entre o limpo e o sujo.

Se, ao contrário, não cuidarmos honestamente da educação, ficaremos com a responsabilidade de uma juventude mal formada, de uma sociedade corrompida, onde os elementos que a compõem seriam fracos e defeituosos, moralmente falando. Uma sociedade corrompida pelos vícios e pelos crimes. E as grandes sociedades se apóiam justamente na boa moral, numa consciência bem formada, onde os indivíduos sabem distinguir entre o bem e o mal, entre o limpo e o sujo [...] E no ambiente pervertido viveriam todos, inclusive os descendentes daqueles que concorressem para este estado de coisas²²⁰.

²¹⁹ O professor. *A Defesa*, Propriá, nº 370, p. 4, 15 nov. 1961.

²²⁰ Idem.

De acordo com esse discurso, pais e professores deveriam se unir “[...] contra as más práticas, pugnando sempre e sempre pelos bons princípios, pelas boas maneiras, pelo que é digno e sublime”²²¹. Logo, a função do professor não deveria se restringir à instrução escolar dos alunos, mas abranger também o espírito e as condutas morais do ser humano. “O papel do professor nunca acabou, nem acabará na última página do livro. Não. Vai além. Vai a toda parte. Vai aonde for o indivíduo.”²²².

A Declaração Conciliar *Gravissimum Educationis* reforçou essa concepção de educação, valorizando o processo de formação do ser humano como parte essencial do desenvolvimento social, responsável por promover a aproximação entre os indivíduos e entre os povos, além de possibilitar o acesso ao patrimônio cultural e espiritual que fora reservado pela Divina Providência à humanidade. “O Concílio atentamente avalia a enorme importância da educação na vida humana e sua crescente influência no desenvolvimento social em nossos dias”²²³.

É importante enfatizar que mesmo antes da realização do Vaticano II, alguns clérigos da Diocese de Propriá já entendiam a educação de modo semelhante ao que foi utilizado para representá-la no documento conciliar sobre a Educação Cristã. A percepção que tinha esse clero acerca do fenômeno educativo, no período pré-conciliar, contribuiu para uma recepção favorável das idéias educacionais advindas do Concílio. A *apropriação* das diretrizes conciliares pelos clérigos da referida Diocese, resultou também da “mentalidade progressista” que já norteava suas concepções acerca do fenômeno educativo.

A expectativa educacional dos produtores de *A Defesa* estava voltada principalmente para a orientação da formação moral e espiritual dos leigos. Em discurso proferido por ocasião do recebimento do título de cidadão sergipano, Dom José Brandão de Castro afirmou: “[...] Nossa missão é ajudar nossos irmãos a realizar seu destino de pessoas humanas [...]. A educação e o esforço orientarão o homem para o destino proposto pelo criador [...]”²²⁴.

Vale ressaltar que essa *representação* da educação como forma de desenvolver o lado social e o espírito humano de acordo com a vontade de Deus, não se fez presente apenas nos

²²¹ Ibidem.

²²² Idem ibidem.

²²³ *Gravissimum Educationes*. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

²²⁴ Cf. CASTRO, Dom José Brandão de. Nossa missão é ajudar nossos irmãos a realizar seu destino de pessoas humanas. *A Defesa*, Propriá, n. 495, p. 4, 19 jun. 1967.

documentos conciliares, mas constituiu a base dos discursos acerca da educação também em outros documentos produzidos pela Igreja, a exemplo da encíclica *Populorum Progressio*, promulgada por Paulo VI em 1967, e em grandes eventos do catolicismo, tais como a II Conferência Geral de Medellín, ocorrida em 1968. Dessa forma, pode-se afirmar que as propostas para a educação católica, defendidas pela maioria dos padres conciliares, não ficaram restritas ao período de realização do Vaticano II, mas nortearam discussões, eventos, documentos e empreendimentos educativos posteriores.

A concepção de que aos membros da Igreja cabia a tarefa de educar o laicato, revelando-lhe a vontade Divina para levá-lo à salvação e também para ajudá-lo a viver melhor sua realidade histórica, não estava presente somente na declaração sobre a educação cristã. Os outros documentos conciliares também referenciaram a importância da formação em conformidade com os preceitos católicos defendidos no Concílio, a exemplo da Constituição Pastoral no Mundo de Hoje que afirmou:

A revelação cristã não só promove esta comunhão entre as pessoas como leva a uma compreensão mais profunda das exigências da vida social, inscritas pelo Criador na própria natureza espiritual e moral do ser humano.²²⁵

Tendo aderido a essa idéia, os clérigos da Diocese de Propriá atribuíram grande importância à tarefa educativa executada pelo seu “pastor diocesano”, Dom José Brandão de Castro. Todavia, não foi somente o bispo que fora responsabilizado pela “missão” de promover uma educação evangelizadora em conformidade com a realidade histórica dos católicos leigos da sua Diocese. Os discursos que foram enunciados acerca da função educativa da Igreja trataram da necessidade de atuação de todos os clérigos na tarefa de formar o ser humano. Por isso, a falta de sacerdotes foi apresentada no jornal *A Defesa* como um dos principais empecilhos para a execução do processo educativo almejado:

Pensamos nesta hora com especial carinho nos nossos sacerdotes, a quem Deus chamou para a intimidade de seu serviço. Profetas e pastores no meio do Povo de Deus, eles são por um título todo particular, uma presença de Deus no

²²⁵ Cf. *Gaudium Et Spes*. Op. Cit. n. 21.

mundo. No meio das rápidas transformações, da hora presente que trazem às vezes uma sensação de instabilidade e de incerteza, êles são os representantes de valores permanentes e de certezas eternas²²⁶.

Vale ressaltar que o problema gerado pela falta de sacerdotes contribuiu para que a Diocese de Propriá desse muita atenção ao trabalho religioso realizado pelos leigos, tendo sido esse um elemento que colocou aquele território eclesial em sintonia com o ideal de fiel defendido no Vaticano II e divulgado através dos textos produzidos no Concílio.

As idéias que constituíram os dezesseis documentos conciliares foram diluídas em vários discursos voltados para a orientação doutrinária e político-social dos cristãos da Diocese de Propriá, a exemplo do texto a seguir, que se fundamentou na Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo de Hoje:

[...] florescerá em nós a fidelidade aos mandamentos de Cristo, segundo diz o Evangelho: 'Quem me ama guarda minhas palavras'. É o testemunho de uma Igreja que se renova e se purifica incessantemente sob a ação do Espírito Santo, a presença do Evangelho penetrando tôda a vida dos fiéis e impulsionando-os à prática da justiça e do amor, e sobretudo a caridade fraterna que nos mostre ao mundo como testemunho de unidade, ajudarão a levar a presença de Deus a tôda parte²²⁷.

Para cumprir sua tarefa educativa, o clero da Diocese de Propriá também lançou mão da colaboração dos leigos, difundindo a idéia de que a eles caberia parte da "missão" de disseminar e consolidar os ensinamentos do Evangelho na sociedade, contribuindo assim para que a Igreja pudesse se renovar e se adequar ao curso das transformações sociais que estavam sendo vivenciadas. A importância atribuída aos leigos pode ser percebida no primeiro capítulo desta dissertação, quando é abordada a colaboração destes na produção e distribuição do jornal *A Defesa*.

²²⁶ Cf. SACERDOTES. *A Defesa*, Propriá, n.497, p. 2, 9 jul. 1967.

²²⁷ Cf. O que é a fé. *A Defesa*, Propriá, n. 497, p. 2, 9 jul. 1967.

Na busca pela renovação, o clero da Diocese de Propriá também procurou atuar em conformidade com as diretivas da CNBB. Para tanto, buscou se adequar às propostas do PPC (Plano de Pastoral de Conjunto), inclusive no que concerne à renovação catequética: “É objeto da 3ª linha de trabalho do Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB: promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica”²²⁸.

Os discursos educativos enunciados no jornal *A Defesa* ao longo da década de 1960 se voltaram para a formação do homem em seu meio social. É importante salientar que tais discursos deram especial atenção a um determinado grupo: a juventude. Em conformidade com alguns documentos conciliares, principalmente com a Declaração *Gravissimum Educationis*, o jovem representava a possibilidade de concretização da sociedade humana assentada no Evangelho, que fora tão almejada pelo Concílio.

Sois vós que haveis de receber a tocha das mãos dos mais velhos, para viver num mundo de gigantescas transformações históricas. Vós haveis de recolher o que há de melhor no exemplo e no ensino de vossos pais e mestres, para formar a sociedade de amanhã, em que vos haveis de salvar ou com a qual acabareis de perecer²²⁹.

No jornal *A Defesa* esteve explícita a preocupação com as mudanças comportamentais que afetavam uma relevante parte da juventude nos anos de 1960. No entanto, havia, paralelamente, um grande entusiasmo e um “ar de esperança” em relação ao papel que os jovens poderiam desempenhar na construção e consolidação de uma sociedade fundamentada na fé cristã, desde que estes fossem “bem orientados”.

A juventude foi *representada* como o principal grupo capaz de concretizar as diretrizes do Vaticano II. A partir da aliança entre as diretivas conciliares e a postura teológica e social predominante na Diocese de Propriá, foram elaboradas as *representações* acerca da formação dos jovens e da sua importância para a manutenção do Cristianismo.

²²⁸ Cf. DIA Nacional do Catecismo. *A Defesa*, Propriá, n. 476, p. 1, 17 ago. 1966.

²²⁹ Cf. Mensagens do Concílio à humanidade. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

CAPÍTULO IV

AS REPRESENTAÇÕES DO JORNAL A DEFESA SOBRE A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE

Passados os anos 60, o que ficou da juventude que viveu e atuou naquele momento e da formação que ela recebeu foram as *representações* forjadas pelas instituições, grupos sociais ou indivíduos. A efervescência juvenil daquele decênio promoveu a construção de diversas significações atribuídas aos jovens e à mentalidade que os norteava.

Segundo Guacira Lopes Louro²³⁰, nas décadas de 1950 e 1960, o conceito de “juventude” ganhou maior especificidade, distanciando-se mais efetivamente da vida adulta, “[...] seu comportamento, suas roupas, seus corpos, sua música, sua dança, sua linguagem e sua estética ganharam, então, um estatuto próprio.”²³¹

Os diferentes grupos e instituições se voltaram, a partir daquele momento, para as discussões acerca do “ser jovem”:

Os jovens e as jovens tornavam-se objeto de atenção dos produtores de bens, passaram a ser alvo da propaganda [...] As teorias psicológicas do desenvolvimento trataram de mapear e instituir as características emocionais, afetivas e de raciocínio que marcariam tal etapa da vida; as escolas pretendiam construir seus currículos e cursos em consonância com essas teorias e com as novas necessidades da sociedade urbana e industrial; as igrejas alertavam para os perigos dos tempos ‘modernos’, para a progressiva liberdade dos costumes, para as transformações da família.²³²

²³⁰ LOURO, Guacira Lopes. “O cinema como pedagogia.” In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VEIGA, Cinthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

²³¹ Idem. p. 430.

²³² Ibidem.

Vários estudiosos desenvolveram suas teorias acerca da atuação e da agitação daquela juventude. A socióloga Marialice Foracchi, por exemplo, difundiu o entendimento de que,

[...] menos que uma etapa cronológica da vida, menos do que uma potencialidade rebelde e inconformada, a juventude sintetiza uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituí-lo.²³³

Já o professor e jornalista Zuenir Ventura afirmou:

[...] de 1960 a 1969, em cada ano desta década, em cada um dos cinco continentes, em quase todos os 145 países de vários sistemas políticos, o mundo conheceu a rebelião dos jovens. Ao lado das guerras – mais do que o sexo -, as manchetes dos jornais falaram da odisséia de 519 milhões de inconformados. Mutantes da nova ‘era oral e tribal em dimensões planetárias, produzida pelas comunicações de massa’, segundo Marshall McLuhan, os jovens entre 15 e 24 anos – um sexto da população da Terra – são ao mesmo tempo mitos e desmistificadores da sociedade. Consumindo e consumidos, contestando e contestados, eles lutaram com todas as armas para destruir o velho e impor o novo.²³⁴

Foram chamados de transviados, rebeldes sem causa, revolucionários, politizados, inconformados, dentre tantos outros adjetivos, convergentes ou divergentes, que foram utilizados para defini-los e para justificar ou condenar a sua atuação.

A partir de meados da década de 1950, a transgressão passou a ser vista como uma característica inerente aos jovens norte-americanos, sendo que essa *representação* acerca da juventude não ficou restrita aos Estados Unidos. No Brasil, o uso da expressão “juventude transviada” passou a indicar a forma de agir dos jovens urbanos que:

[...] com suas roupas de couro e ‘lambretas’, desafiavam os comportamentos convencionais. Com um sentido mais forte, o termo era usado para se referir

²³³ Cf. FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 303.

²³⁴ Cf. VENTURA, Zuenir (org.). *Os anos 60: a década que mudou tudo*. São Paulo: Editora Abril, 1970, p. 13.

àqueles que participavam de ‘rachas’ de carro ou eram apanhados em situações que envolviam droga, álcool e sexo.²³⁵

Se, por um lado, muitos adultos passaram a repudiar o comportamento desses jovens, *representado* como eminentemente delinqüente, por outro, ser ‘moderno’, pelo menos para uma parcela da juventude brasileira, significava ter como referência os padrões de comportamento, a estética e os valores norte-americanos²³⁶. Isso denota a diferença existente entre a percepção dos jovens e a dos adultos no que concerne ao fenômeno que foi denominado “delinqüência juvenil”.

O fato de uma fração da juventude brasileira ter admirado o desregramento apresentado por outros jovens e até tê-lo adotado como modelo de comportamento, fez com que a Igreja e outros segmentos sociais voltassem suas preocupações para as transgressões morais juvenis. Conforme Tereza Cristina Cerqueira da Graça²³⁷, tal como nas demais capitais brasileiras, na Aracaju do final da década de 1950, o “fenômeno da juventude transviada” ainda estava em fase embrionária. Todavia, a vigilância moral exercida pela Igreja já era muito forte naquele momento.

O jornal *A Cruzada*, órgão oficial da Igreja, publicou, durante a década, artigos que condenavam os comportamentos desviantes dos jovens e, como em todo o país, conclamavam os pais à responsabilidade na educação dos filhos [...] O padre e professor Luciano Duarte propõe que a escola e os pais se reúnam regularmente para discutir os problemas juvenis que afligem a sociedade atual: “a educação sexual dos jovens, as revistas juvenis, ninhos de criminosos e tarados, o atual desinteresse da juventude pelo estudo, etc.”²³⁸

Com a ascensão do fenômeno da “juventude transviada”, os diferentes grupos e instituições sociais estabeleceram formas de *civilizar* os jovens ditos delinqüentes em conformidade com seus interesses e com suas concepções de mundo.

Conforme Luísa Passerini, nos Estados Unidos, a necessidade de enfrentar as diferenças apresentadas por esse grupo denominado juventude, deu vazão a dois debates principais:

²³⁵ LOURO, Guacira Lopes. Op. Cit. p. 433.

²³⁶ Idem.

²³⁷ GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. *Pés-de-anjo e letreiros de neon: Ginasianos no Aracaju dos anos dourados*. São Cristóvão: Editora UFS. 2002.

²³⁸ Idem. p. 228.

[...] o que atribuía sua causa ao excesso de permissividade da escola e à crise dos valores tradicionais, sobretudo à desintegração da família; o que se preocupava em compreender, prevenir e institucionalizar.²³⁹

Fazendo um estudo comparativo entre a situação juvenil vivenciada na Itália fascista e nos Estados Unidos da década de 1950, Luisa Passerini mostrou que em ambos os casos a juventude foi apresentada como símbolo da mudança social. No entanto, aos jovens italianos atribuiu-se “uma missão salvadora em relação ao partido e ao Estado fascista”.²⁴⁰, já nos Estados Unidos, passaram a ser vistos como sinônimo de uma “força obscura e estranha que ameaça a corrida rumo ao progresso da sociedade americana”²⁴¹.

No Brasil, grande parte dos estudos acerca da juventude se voltou para o jovem contestador, engajado nos movimentos políticos, promotor de protestos. Dentre os trabalhos que se dedicaram a esse grupo de jovens pode-se citar os de Marialice Foracchi.

Para ela, a juventude brasileira vivia uma situação polarizada. De um lado, jovens engajados, politizados, revolucionários. Do outro, estavam jovens passivos, omissos, confirmando o caráter burguês da sociedade capitalista. No entanto, a autora não vê esses jovens como apáticos em relação àqueles que lutavam pela renovação social. Para ela, a alternativa à passividade refletia um projeto intencional dos grupos de adultos interessados na manutenção da ordem social vigente.

Embora tenham sido tratados por muitos como delinquentes, os jovens também foram vistos como símbolos de transformação. A eles fora atribuída uma imensa força e capacidade de renovação. Assim, para alguns, o treinamento militar representava a melhor forma de educá-los e de utilizar todo o seu grande potencial. Esse grupo que via no treinamento militar a melhor forma de educar os jovens também encontrou adeptos em Sergipe. Segundo Graça,

A ênfase no treinamento militar [...] encontra-se presente em Aracaju da década de 50 através do pensamento do tenente José Correia dos Santos que fez gestões

²³⁹ Cf. PASSERINI, Luisa. “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950”. In: LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 2: Da Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 319.

²⁴⁰ Idem. p. 320.

²⁴¹ Ibidem.

junto ao Ministério da Guerra, objetivando implantar um colégio militar em nossa cidade. O tenente passou todo o ano de 1957 publicando, na imprensa local, sua preocupação com os jovens conterrâneos, informando da sua luta, granjeando adeptos. Santos lamenta a falta de uma educação moral e cívica nas escolas que desenvolva os reais sentimentos de patriotismo e nacionalismo em face de uma juventude desocupada e seduzida por futilidades [...]²⁴²

Alguns clérigos católicos, por outro lado, defenderam a idéia de que o grande potencial juvenil deveria ser usado para aproximar mais os jovens do catolicismo e de Deus, e assim solucionar os desvios comportamentais, morais e espirituais, considerados como frutos da crescente secularização vivenciada pelas sociedades. Desse modo, ao invés de investir na repressão ao comportamento juvenil, esse clero depositou nos jovens grandes esperanças. De acordo com Graça, em 1958, o bispo de Aracaju, Dom José Vicente Távora, se mostrava compreensivo com as atitudes juvenis. Em seu discurso

[não] aparece qualquer condenação ao comportamento juvenil; o que o bispo ressalta é a força, o vigor e a esperança do jovem que devem ser canalizados para a tarefa evangelizadora. 'É da juventude operária, agrária e estudantil que dependem o futuro da Igreja e do país'.²⁴³

Na década de 1960, as matérias voltadas para a educação da juventude que foram veiculadas no jornal *A Defesa* também enfatizaram a necessidade que tinha a Igreja de fazer uso da força juvenil. Esses discursos mostraram que, embora o comportamento de grande parte dos jovens naquele momento fosse contrário ao desejado pelo catolicismo, a Diocese de Propriá atribuía grande importância ao papel que os jovens poderiam desempenhar nas sociedades, desde que recebessem uma educação adequada, fundamentada pelos princípios católicos.

Hoje, está voltada a Igreja para a juventude, porque os jovens de agora serão os homens de amanhã. Serão eles que cuidarão desta grande nação. Se tivermos uma juventude sadia, inspirada na tolerância e no amor ao próximo, então poderemos ser um grande povo. Mas se a nossa juventude, ao contrário, for corrompida, sem formação cristã e sem responsabilidade, jamais poderemos

²⁴² GRAÇA. Op. Cit. p. 225.

²⁴³ Idem. p. 229.

sobreviver como gente civilizada e capaz, porque, segundo dizem ‘a casa sempre toma a feição do seu dono’.²⁴⁴

A idéia de que aos jovens cabia o papel de assegurar às sociedades humanas um futuro promissor, assentado na fé cristã, foi uma das bandeiras defendidas pelo Vaticano II. Ao término do Concílio, o papa Paulo VI se dirigiu à humanidade. Elaborou mensagens que objetivavam responder aos anseios de diferentes grupos, respeitando suas especificidades e orientando-os para o exercício de sua função social em consonância com as diretrizes do conclave eclesiástico. Falou aos governantes, aos intelectuais e cientistas, aos artistas, às mulheres, aos trabalhadores, aos doentes e a todos que sofrem e, finalmente, aos jovens.

Aos governantes atribuiu a função de promover a paz e a ordem entre os grupos humanos. Os intelectuais e cientistas receberam uma saudação especial por serem considerados os responsáveis pela busca da verdade.

Aos artistas atribuiu a função de usar a beleza para alegrar o coração humano, contribuir com a resistência contra a usura do tempo e promover a união das gerações. Às mulheres atribuiu a responsabilidade de manter a paz, impedindo a ameaça da técnica de desumanizar e destruir os homens. A elas pediu também que cuidassem do futuro da espécie e salvassem a paz do planeta, fossem elas “esposas, mães de família, primeiras educadoras do gênero humano na intimidade dos lares ou celibatárias”²⁴⁵. Aos trabalhadores pediu que orientassem o seu trabalho também para o lado espiritual, pois, ao contrário, “[...] contribuirão antes para a infelicidade do que para a felicidade da humanidade. O ódio não salva o mundo! O pão da terra somente não sacia a fome da humanidade!”²⁴⁶ Falando aos pobres, doentes e a todos os que sofriam, o papa afirmou que eles não estavam desvalidos: “Sois os chamados por Cristo, sua imagem viva e transparente.”²⁴⁷. Por fim, Paulo VI se dirigiu à juventude, afirmando serem os jovens os responsáveis pela construção de uma sociedade fundamentada nos princípios morais cristãos:

²⁴⁴ Cf. PERGUNTAS e respostas. *A Defesa*, Propriá, n. 470, p. 4, 01 mai. 1966.

²⁴⁵ Cf. Mensagens do Concílio à humanidade. n. 8.

²⁴⁶ *Idem*.

²⁴⁷ *Ibidem*.

A Igreja quer que a sociedade que constituís respeite a dignidade, a liberdade, o direito das pessoas, que sois vós. Quer sobretudo que esta sociedade deixe desabrochar seu tesouro, antigo e sempre novo: o tesouro da fé, em cujas benéficas luzes vossas almas se possam banhar livremente. A Igreja tem confiança de que assim encontrareis tanta força e tanta alegria que não sereis mais nem mesmo tentados, como alguns de vossos antecessores, de ceder às seduções das filosofias do egoísmo e do prazer, do desespero e do nada. Diante do ateísmo, fenômeno revelador do cansaço e do envelhecimento, sabereis afirmar vossa fé na vida e no que lhe confere sentido: a certeza da existência de um Deus justo e bom.²⁴⁸

De acordo com esse discurso pode-se perceber que as diretrizes do Concílio não apontaram para a condenação do comportamento juvenil, que era tido à época como predominantemente rebelde, mas mostraram a importância de se utilizar a força dos jovens para sanar problemas existentes nas sociedades adultas. Assim, atribuíram à juventude a tarefa de utilizar a sua força, energia e ousadia para construir um mundo melhor. Para tanto, o Concílio apelou aos jovens:

Lutai contra todo egoísmo. Impedi que se desenvolvam os instintos de violência e de ódio, que estão na raiz das guerras e de tantas misérias. Sede generosos, puros, respeitosos e sinceros. Construí com entusiasmo um mundo melhor que o dos mais velhos!²⁴⁹

Enquanto muitos grupos condenavam o comportamento desregrado de alguns jovens, Paulo VI comparava a alegria e o poder de renovação destes à Igreja:

[...] a Igreja é a juventude do mundo. Ela possui o que torna fortes e atraentes todos os jovens, a saber, a faculdade de se alegrar com o que começa, de se dar sem medida, de se renovar sempre e ser capaz de sempre recomeçar, em vista de novas conquistas.²⁵⁰

Após o Vaticano II, o episcopado latino-americano continuou desenvolvendo a *representação* acerca da capacidade juvenil de promover a renovação das sociedades corroidas

²⁴⁸ Idem Ibidem.n.9.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Idem Ibidem.

pela corrupção que os adultos supostamente tinham instituído. A restauração social almejada deveria ocorrer em comunhão com o tão propagado *aggiornamento* da Igreja.

Vários clérigos compararam esse sentido renovador com as lutas empreendidas pela juventude dos anos 60, a exemplo de Dom Ambrósio Bastos, que afirmava: “o jovem de hoje quer disciplina, mas não suporta ‘quadros’ demasiadamente rígidos. Não será esta exigência um apêlo de Deus para transformarmos nossas estruturas?”²⁵¹

Em relação às atitudes juvenis consideradas repudiáveis, os clérigos que assumiram essa postura, defenderam a idéia de que os jovens desregrados eram, na realidade, vítimas das ações da sociedade adulta, especialmente dos pais:

La juventud es la mas afectada por el cambio social porque ‘tienen que recibir la antorcha’ de manos de los mayores y el conflicto de generaciones se lo dificulta [...] a juventud esta abandonada e desorientada. Está desorientada porque está abandonada. Tal fenómeno se presenta por la ausencia de los adultos en una eficaz colaboración con las nuevas generaciones para que ellas puedan enfrentar el porvenir sin frustrarse.²⁵²

As *representações* que foram difundidas no jornal *A Defesa* sobre a juventude também denotavam esse posicionamento. Na edição de 28 de outubro de 1962, esse periódico veiculou uma matéria que corrobora essa afirmação. O texto foi iniciado com a demonstração do sentimento de repulsa pelo comportamento dos jovens ditos delinqüentes: “O mundo mostra-se chocado quando lê as estatísticas da delinqüência juvenil norte-americana [...]. No Brasil também temos nossa juventude transviada e delinqüência juvenil.”²⁵³ No entanto, havia o entendimento de que os desvios comportamentais desses jovens resultavam do desregramento moral dos adultos:

Não se trata apenas de casos que vão parar na polícia e nos juizados de menores. Quanta destruição de valores não se registra no silêncio conivente da sociedade que vem adotando critérios morais cada vez mais comprometedores e estimuladores do anti-social, do antifamiliar e do anti-humano [...] Seria simplismo apontar um fator como absoluto no desencadeamento dessa onda de

²⁵¹ Cf. BASTOS, D. Ambrósio. *Terra dos jovens*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1969, p. 172.

²⁵² Cf. CELAM, *Pastoral juvenil*. Santiago do Chile Consejo Episcopal Latino Americano. 1975, p. 10-11.

²⁵³ Cf. CÓPIA carbono de adultos transviados. *A Defesa*, Propriá, n. 390, p. 2, 28 out. 1962.

realidades desagradáveis. A conclusão, porém, a que nenhum grupo que pensa e observa, pode fugir, é que por detrás dos excessos juvenis também está a delinqüência dos adultos. O exemplo vem de cima. O crime juvenil é sintoma de enfermidade no próprio cerne da sociedade adulta [...] São adultos que desencadeiam a pornografia em todos os meios de comunicação e difusão. Adultos que acumulam em série contínua concursos de beleza, desvalorizando a dignidade da mulher, sob alegações de estética. E que dizer das falcatruas praticadas em vários setores da vida nacional? Adultos que não dão ideais aos jovens.²⁵⁴

Várias matérias semelhantes a essa foram publicadas em *A Defesa* mostrando que, do ponto de vista dos produtores dessa folha católica, a gravidade da situação não se referia apenas à transgressão das regras sociais por uma parte da juventude da época, mas também aos desvios ou ao distanciamento daquele grupo dos critérios e valores defendidos pela moral cristã. Para explicar os motivos que promoveram tal desregramento comportamental, forjaram e difundiram *representações* acerca do papel da família no processo educativo dos jovens.

Foi com uma grande esperança depositada na juventude que os produtores de *A Defesa* atribuíram sentidos aos diferentes grupos juvenis, ora louvando alguns de seus feitos, ora aconselhando, ora censurando comportamentos e idéias tidos como nocivos, mas principalmente incentivando o pensamento e as ações tidas como corretas. O *Soneto a um jovem*, escrito pelo bispo D. José Brandão de Castro, reflete essa situação.

²⁵⁴ Idem.

SONETOS A UM JOVEM

Quero dizer-te, reservadamente,
Que não deves parar pelo caminho.
Seja qual fôr a imagem que te tente,
Não te deixes vencer por seu carinho.

Foge dela, por mais que te atormente!
Se caíres, levanta-te. É mesquinho
Não querer levantar-se. De repente,
Podes desbaratar milhões, sozinho!

Quero ver-te um herói, cabeça erguida,
Passo firme, nos olhos o entusiasmo,
Um mundo de ideais na alma aguerrida!

Não te assustem as artes do inimigo
Que tens dentro de ti, com o seu sarcasmo!
Confia em Deus, que Deus está contigo!

II

Por que desapareces, entediado,
Entre o comum dos homens? Por que dizes
Que outros também cometem seus deslizes
E que serás com eles desculpado?

Destaca-te entre os mais. Não pelo ousado
De tuas más ações! Não pelas crises
Que possas provocar! Que jamais vises
Transformar em virtude o teu pecado.

Se a onda te arrastou, é tempo ainda
De voltares à praia branca e linda!
Volta! Não tardes! Vence o teu cansaço!

Chama por Ele, como Pedro, um dia
Não terás mais a velha covardia.
Amparando-te a fôrça do seu braço!

† D. José Brandão de Castro, C.S.S.R.
Bispo de Propriá

Figura 41 – Sonetos a um jovem. Fonte “Jornal A Defesa”

Propriá, 13 de junho de 1962

É importante observar que apesar da confiança que o bispo demonstrou ter na juventude, o texto também demonstra certo temor em relação às ações juvenis. É um indício de que o comportamento de alguns jovens habitantes de Propriá e de suas imediações desagradava ao bispo, colocando-o em alerta contra os perigos do desregramento juvenil.

Embora tenha se *apropriado* de grande parte das concepções sobre a juventude advindas do Concílio Vaticano II e legitimadas em outros eventos posteriores, promovidos principalmente pelo episcopado latino-americano através do CELAM, o clero da Diocese de Propriá construiu novos sentidos para a formação dos jovens e para o papel social destes. Tal construção foi norteadada pela realidade sócio-econômica e religiosa dos municípios que compunham a Diocese de Propriá.

As *representações* sobre a formação juvenil e os discursos voltados para a educação da juventude visaram principalmente os jovens ditos transgressores, as moças e os e os rapazes com vocação para o sacerdócio. Os três grupos estavam relacionados a problemas enfrentados pelo clero que compunha aquela Diocese. Os jovens tidos como transgressores contribuíam com a desintegração da moral cristã, uma parte das moças se afastava do caminho do matrimônio e, conseqüentemente, da instituição familiar, que era o grande pilar da civilização cristã, e a escassez de padres era vista como um entrave à evangelização e à “boa formação cristã”.

Havia o entendimento de que a conservação do mundo católico dependia imensamente da manutenção da instituição familiar e esta, por sua vez, caminhava para a crescente desintegração ou transformação. Para combater a ruína da estrutura familiar preconizada pelo catolicismo, os produtores do jornal *A Defesa* investiram na difusão de *representações* que visavam apontar os problemas da formação juvenil, ao mesmo tempo em que procuravam orientar um processo educativo visando desenvolver nos jovens uma consciência cristã capaz prevenir a sociedade contra a desestruturação da família e, conseqüentemente, dos princípios morais cristãos.

4.1 – Juventude transviada ou famílias desregradas?

Nos anos 60, o jornal *A Defesa* representou a formação moral dos jovens como reflexo da postura regradada ou não das famílias. Logo, a ausência de “regras morais corretas” no ambiente familiar era tida como o principal motivo para o desencadeamento da delinqüência juvenil:

Trata-se primordialmente de crise de família. É muito difícil para um jovem acreditar que seja errado “colar” nos exames, falsificar assinaturas e roubar

trocadinhos da mãe, se um pai respeitável se gaba no círculo familiar de enganar o govêrno e os clientes pela alteração de algumas cifras nas suas contas e notas fiscais. Mais difícil ainda para um moço ou moça, acreditar que seja grande mal gazeir as aulas, quando observa pai ou mãe tirarem licença “por motivo de doença”, a fim de poderem gozar uns dias de férias ou tratar de outros negócios. Crianças que vêem seus pais mentirem descaradamente, acostumam-se ao mesmo processo. Que mal vê um moço em abusar sexualmente de uma moça, quando percebe que seu pai tem amante ou anda na rua conquistando mocinhas para mais uma aventura amorosa? Temos mais de um pai que abdicou de sua responsabilidade de pai. O resultado, como aponta o psiquiatra Strecker, é que os filhos se tornam neuróticos-campeões. Por melhor que seja a mãe, ela não pode substituir o pai. Ele, sim, pode exercer uma disciplina paternal, bondosa, mas firme, que é necessária para que o filho não se torne um mimado filhinho da mamãe.²⁵⁵

Essa *representação* também ganhou corpo fora da Igreja. Conforme Graça, já em fins dos anos 50, “o consenso geral era o de que os jovens não teriam se encaminhado para a imoralidade e o destempero se tivessem mais atenção dos pais”.²⁵⁶

Diante da *representação* de que o desregramento moral das famílias era o grande responsável pela delinqüência juvenil, os produtores e colaboradores de *A Defesa* se lançaram à tarefa de *civilizar* os jovens. A primeira ação nesse sentido não foi direcionada à juventude. A maior parte das *representações* difundidas em *A Defesa* sobre os grupos juvenis e a sua formação moral parece ter se voltado para os adultos, especialmente para os pais. Os responsáveis pela produção do jornal entendiam que era necessário orientá-los para que eles pudessem contribuir com a promoção de uma educação adequada aos jovens.

O ponto de partida das propostas voltadas para a educação da juventude dita transgressora foi a ênfase na necessidade de uma aproximação, ou reaproximação, desta com a moral cristã. Publicado na edição de 30 de agosto de 1962, o discurso de Dom Helder Câmara, com o qual os produtores de *A Defesa* concordavam, criticava o afastamento entre o homem e a Igreja. Segundo Dom Helder:

[...] o ideal a atingir é o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens. Temos, diante dos olhos, nos nossos dias, exemplos da indiferença religiosa e

²⁵⁵ Cf. CÓPIA carbono de adultos transviados. Op. Cit.

²⁵⁶ GRAÇA. Op. Cit. p. 226.

até do ateísmo a que estão chegando países altamente desenvolvidos. Quanto mais avançarmos no progresso material, mais precisaremos de uma fé esclarecedora e firme, capaz de iluminar, por dentro, a construção do Nordeste.²⁵⁷

Nesse texto, é perceptível a perspectiva de orientar e esclarecer os avanços sociais e o progresso material através da doutrina católica. Essa foi a forma que a ala do “clero progressista” considerou adequada para conter a secularização e o desregramento moral.

Outras edições do jornal também discutiram o problema representado por esse afastamento. A seção *Vida e Aspectos das Coisas*, publicada em 15 de novembro de 1962, por exemplo, teve como título “O problema da fé”. De acordo com o texto:

O homem sempre e cada vez mais se deixa absorver pelos interesses materiais, esquecendo e relegando ao plano inferior os problemas do espírito e da inteligência [...] O homem contemporâneo somente vê os interesses imediatos. Nos escritórios, nas grandes indústrias e nos grandes centros comerciais, predomina a clássica ambição do acúmulo de lucros, de se obter mais, não importam os meios: nas ruas, nas boites e em outros lugares inconfessáveis, os vícios e a corrupção desbragada. Não eleva o homem o seu pensamento um pouco além da sua estatura, para refletir que, além de nós, precárias criaturas humanas, existe algo mais importante.²⁵⁸

²⁵⁷ Cf. CÂMARA, Dom Helder. Valores humanos e cristãos a desenvolver. *A Defesa*, Propriá, n. 385, p. 2, 22 ago. 1962.

²⁵⁸ Cf. O problema da fé. *A Defesa*. Propriá, n. 332, p. 3, 15 nov. 1962.

Conforme os produtores do periódico, o desregramento juvenil era consequência direta desse distanciamento entre a sociedade adulta e a fé católica. Segundo eles, não seria fácil para o jovem inexperiente e mal orientado resistir à tentação da vida desregrada, como mostra a afirmação a seguir: “sem a orientação segura de um pai, que tenha comportamento moral razoável, e que se faça ouvir e obedecer, o jovem cairá facilmente na vala comum, onde a grande maioria perece moral e espiritualmente.”²⁵⁹ Havia o entendimento de que, para conter os desvios comportamentais da juventude, fazia-se necessário reconduzir a sociedade adulta ao caminho da fé e da moral cristã.

A partir dessa concepção, é possível afirmar que os jovens ditos delinquentes foram tratados no jornal *A Defesa* como vítimas do desregramento moral e espiritual que absorveram da sociedade adulta. Todavia, essa *representação* apontou para a possibilidade de reabilitação dessa juventude transgressora através da sua aproximação com a fé cristã. Para tanto, considerava a educação um dos principais caminhos.

Ao enfatizar que somente através da reaproximação entre os homens e a fé seria possível conter a delinquência juvenil, os clérigos reproduziam a concepção de moral cristã²⁶⁰ que estava voltada para a prática social, em contraposição à moral casuística. Esse último modelo de moralidade tinha por base a determinação do que era pecado e se assentava no uso da penitência. Embora se voltasse para o julgamento de casos concretos, pensava tais acontecimentos, ditos pecaminosos, fora da realidade sócio-histórica. Ocupou-se dos atos individuais. Por isso, Vidal afirma que foi uma “[...] moral de sacerdotes e para sacerdotes (na qual estão ausentes os leigos como sujeitos e destinatários da reflexão teológico-moral).”²⁶¹ Em contrapartida, a moral defendida durante o Vaticano II e adotada pelo clero da Diocese de Propriá, se assentava no direcionamento do comportamento humano e social e não apenas na prática de detectar e punir

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ De acordo com Marciano Vidal, “o que melhor define a moral cristã é a sua vinculação com o conjunto da fé.”, isto é, as regras que orientam a conduta dos cristãos se fundamentam nas crenças e no pensamento predominante no Cristianismo. Há o entendimento de que a partir da consciência moral o cristão deve perceber os desígnios de Deus. Por isso, Vidal alerta também para o fato de que o comportamento moral depende de um elemento cognitivo: a inteligência. “A inteligência é um fator específico da conduta moral... De uma maneira concreta influi a inteligência nos seguintes aspectos do comportamento ético: na previsão de consequências da ação, no aprendizado moral, na resolução de conflitos”. VIDAL, Marciano.1999. Moral de opção fundamental e atitudes. São Paulo: Paulus. p.132.

²⁶¹ Idem.

atos isolados. A partir de então, o debate em torno da moral saiu de uma dimensão individualista para uma dimensão coletiva:

Isso não implicou o desprezo pela ética individual, mas o estímulo para que as atitudes morais dos indivíduos denotassem preocupação com o social. A *Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo de Hoje* concebeu o indivíduo como ser social e enfatizou que, como tal, a finalidade de seu comportamento ético deveria ser o bem comum. Havia o entendimento de que sua realização como ser humano dependeria dos benefícios que ele gerasse para o seu grupo social. “O bem comum é a soma das condições sociais que permite, tanto às pessoas como aos grupos humanos, alcançar mais fácil e plenamente a perfeição a que são chamados”.²⁶² Existia, portanto, a intenção de estimular a superação da ética individualista.

Essa concepção de que a moral cristã deveria ser praticada no contexto da relação entre a fé e a vida social norteou as *representações* veiculadas em *A Defesa*. Seus produtores acreditavam ser esse o modelo de comportamento ético indicado para a juventude dos anos 60.

Em se tratando dos pais, o jornal procurou levá-los à reflexão sobre a educação que estes estavam oferecendo aos seus filhos e sobre o modo como esse processo educativo estava repercutindo no comportamento e na forma de pensar dos jovens. A matéria intitulada “Que pais somos nós?”, por exemplo, se voltou para esse propósito. No primeiro parágrafo ela questionou a atuação dos pais como educadores primários:

Sou desses pais ou mães que educam ou deseducam os filhos? Sou pai muito ausente do lar, por querer? Converso de boa vontade com os filhos à mesa? Participo dos seus brinquedos, organizo passeios, pic-nics, ou levo aos jogos, a filmes bons? Respondo as perguntas com paciência? Sou tagarela fora de casa e em casa taciturno, fechado – Não ousa falar de assuntos comuns com os filhos?²⁶³

Após essa tentativa de levar os pais à reflexão, a matéria ofereceu orientações sobre como estes deveriam ou não agir ao educar os filhos, alertando pai e mãe para que houvesse

²⁶² Cf. *Gaudium Et Spes*. São Paulo: Paulinas. 2003.. n. 26.

²⁶³ Cf. QUE pais somos nós. *A Defesa*. Propriá. n. 397, p. 4, 10 mar.. 1963.

entendimento entre eles e entre estes e outras instituições educacionais, especialmente a escola e a Igreja:

Nada é tão nocivo como as ordens e contra-ordens dos pais, permissões ou negações. Esposos contradizendo-se na frente dos filhos são insensatos: os pais devem ter uma frente única. Concordamos nós dois? Discutimos pacificamente? Longe dos filhos? Em particular? Adotamos uma atitude comum? Proíbo o que a mulher permite? Permito o que o marido proíbe? – Critico meu parceiro de vida diante dos filhos? Conheço os professores dos filhos? Defendo-os? Falo com eles? Critico as autoridades eclesiais (sermão do padre, jeito do padre, riqueza da Igreja)? Ataco os professores? (estou destruindo a minha própria autoridade).²⁶⁴

Por fim, o referido texto indicou o modo considerado correto para promover a formação cristã dos filhos, levando-os a agir em conformidade com a moral católica:

[...] a educação religiosa não é tanto o ensino por palavras: é antes de tudo uma formação de sentimentos, uma atitude e uma criação de hábitos impregnando toda a vida de fé. Nosso lar: vive num clima de fé ou de materialismo? De fervor ou indiferença? Como indiferença? Como interpretamos os acontecimentos da vida à luz da fé ou do materialismo? Os filhos nos vêm fiéis às práticas religiosas ou é uma máscara a nossa fé?²⁶⁵

Ao término da matéria pode-se concluir que a preocupação dos clérigos produtores de *A Defesa* se voltou mais para as atitudes práticas dos pais ao educar seus filhos do que para seus discursos educativos. O jornal atribuiu grande importância à *pedagogia do exemplo*. Aliás, o uso dos “bons exemplos” para estimular a “boa formação” dos fiéis foi uma prática comum na instituição católica. O exemplo mais notável da utilização desse modelo pedagógico foi o incentivo para que os cristãos orientassem sua conduta pelas ações de Jesus Cristo.

Por outro lado, é importante ressaltar que, na perspectiva de preparar os pais para que estes pudessem fornecer uma “boa educação aos filhos”, os produtores de *A Defesa* investiram em três estratégias principais: questionaram a atuação educativa dos pais, buscando localizar a origem do

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Ibidem.

desregramento juvenil; censuraram as atitudes paternas e maternas consideradas negativas; e sugeriram as ações educacionais tidas como adequadas. Essas estratégias foram repetidas em várias edições.

É possível perceber que os produtores da folha católica consideraram os pais os principais culpados pelo desregramento comportamental apresentado por uma parcela da juventude. Na matéria “Uma forma diferente de interpretação”, por exemplo, *A Defesa* dialogou com interlocutores e mostrou que, embora alguns adultos atribuíssem às autoridades policiais e judiciais a obrigação de conter as delinquências juvenis, essa era uma responsabilidade primordial dos pais:

[...] um espectador amigo que resolve entrar no assunto, afirmando categoricamente que o caso é de exclusiva competência da Justiça. ‘Os pais – diz êle – chegam cansados do trabalho e não dispõem de tempo para acompanharem as mudanças dos filhos. As mães, essas têm o tempo todo tomado pelos afazeres domésticos’. Tais declarações não nos sôam bem aos tímpanos! Que nos perdôem os senhores pais, mas a êles compete zelar pela educação dos filhos, acompanhando-lhes os primeiros passos a fim de evitar que êles se tornem desobedientes ou perversos... Criar filhos, ‘Lei da Natureza, esperando que êles venham aprender os bons exemplos com o decorrer dos anos, isso seria anticristão, desumano. Os jornais dos grandes centros se ocupam constantemente com assuntos atinentes à chamada juventude transviada. A nosso ver, muitos desses jovens são ‘formados’ com a indireta cooperação dos pais que, indiferentes acompanham de bom humor a marcha dos acontecimentos. Então, aí só resta para êles, os jovens ‘órfãos de pais vivos’ entregarem-se ao vício de tôda sorte.²⁶⁶

A coluna *Vida e aspecto das coisas*, de 29 de maio de 1966, reafirmou que os pais estavam abdicando da vigilância sobre o comportamento dos filhos e perguntou: “onde estão os pais e o que fazem?” As mães que trabalhavam fora do ambiente privado também foram responsabilizadas pelos desajustes morais e sociais dos jovens. Ao discutir a proibição das mesmas como funcionárias do Banco do Brasil, em maio de 1966, uma matéria intitulada “Sou contra” afirmava que as mães não deveriam se afastar da educação dos filhos em prol do trabalho:

²⁶⁶ Cf. UMA forma diferente de interpretação. *A Defesa*. Propriá. n. 396, p. 4, 17 fev. 1963.

Vamos devagar minhas patricias, vocês devem se dedicar com mais carinho, aos afazeres do lar, que em grande parte está ficando abandonado, dando margem a que a educação dos filhos seja exercida por estranhos, gerando um clima que tem como resultado o desequilíbrio social que aí está.²⁶⁷

O livro *Pastoral Juvenil*, produzido pelo CELAM a partir dos documentos aprovados no Vaticano II, de algumas Encíclicas e de reuniões que envolveram vários membros do episcopado latino-americano, mostrou que a “ala” predominante da Igreja da América Latina acreditava que os pais estavam negligenciando a educação dos filhos e esse fato estava gerando um desequilíbrio social. Consta na obra que essa negligência era responsável pelo afastamento dos jovens em relação à Igreja. Na medida em que estava ocorrendo “[...] la desintegración de la familia que hasta ahora había sido baluarte de la verdadera educación cristiana [...] La nueva generación se está descristianizando porque no está siendo evangelizada.”²⁶⁸

Visando indicar uma solução para o problema, na seção *Quadrinha Social*, o diretor e redator-chefe do jornal *A Defesa*, Monsenhor Sant’Ana, discutiu alguns dos cuidados que deveriam ter os pais com a educação dos filhos desde a mais tenra infância, afirmando que essa era a melhor fase para moldá-los e fazer com que crescessem equilibrados:

Criança inocente e afável; De início, ‘tábula rasa’; És rica cêra amoldável; E sempre o encanto da casa. Grande importância deveriam dar os pais à boa educação dos filhinhos, desde cedo. Iniciá-la no caminho da virtude, visto que, em regra, se dá o que diz o Espírito Santo: o homem não abandonará na velhice o caminho que lhe foi traçado, no tempo da infância. Cortar-lhes cedo as arestas, corrigi-lhes os defeitos – ‘De pequenino se torce o pepino’. Velar por que sejam boas as primeiras impressões. De início, nada tem na mente da criança. ‘Tábula rasa’, no dizer de Hobbes. Também ela se equipara a cêra amoldável capaz de receber qualquer forma que se lhe queira dar. Seja ela o encanto da casa, a vida inteira, tão boa e bela formação lhe seja ministrada, no varar dos anos. .²⁶⁹

²⁶⁷ Cf. SOU contra. *A Defesa*. Propriá. n.471, p. 2, 15 mai. 1966.

²⁶⁸ Cf. CELAM, *Pastoral juvenil*. Santiago do Chile Consejo Episcopal Latino Americano. 1975, pp. 11-12.

²⁶⁹ Cf. SANT’ANA, Mons. José. *Quadrinha Social*. *A Defesa*. Propriá. . n. 394, p. 1, 20 de jan.. 1963.

O Monsenhor Sant'Ana se *apropriou* da noção de *tábula rasa* de Hobbes para afirmar que o ser humano nascia sem caráter definido. Essa *apropriação* foi realizada de acordo com a concepção e os interesses do Monsenhor Sant'Ana. Ele não utilizou o referido conceito para discutir a submissão da consciência do indivíduo à sensibilidade, à percepção da aparência, na perspectiva de construir significados sobre o mundo, tal como aparece em Hobbes. Conforme o discurso apresentado pelo clérigo, seria no convívio social, especialmente com os pais, que a personalidade iria ser modelada, sendo que, na concepção do padre, a modelagem que a criança recebesse na infância a acompanharia pela vida inteira. Logo, havia o entendimento de que a delinquência juvenil refletia também a má formação que os jovens ditos transviados tinham recebido de seus pais na infância, ao passo que, ao oferecer uma boa educação às crianças, os pais estariam livrando a juventude futura do desregramento moral.

Pode-se observar que os produtores de *A Defesa* fizeram uso do pensamento de teóricos famosos para fundamentar seus discursos educativos. No entanto, as *representações* que construíram divergiram das teorias utilizadas, uma vez que foram produzidas em conformidade com as concepções e os interesses em vigor naquele território eclesiástico. Vale ressaltar que tanto os clérigos como os leigos que participaram da produção da folha católica fizeram uso de conceitos e discussões de grandes pensadores.

As estratégias clericais voltadas para a formação moral da juventude foram desenvolvidas através da construção e fundamentação de *representações* e da enunciação de discursos que tinham como objetivo colocar em prática o projeto educacional daquele clero diocesano. Assim, além da responsabilidade conferida aos pais, os produtores de *A Defesa* chamaram a atenção de todos os adultos, especialmente das autoridades policiais e judiciais, para o problema da corrupção de jovens e para a necessidade de promover a moralização juvenil.

Na seção “Vida e aspecto das coisas” de 30 de novembro de 1963, por exemplo, havia a tentativa de alertar os cidadãos e algumas autoridades propriaenses que, segundo o texto, nada faziam para conter a corrupção da juventude e se isentavam da obrigação de tomar medidas moralizadoras:

[...] como se não bastasse o aparente clima de corrupção existente em nossa terra, agora vem de surgir uma coisa nova em Propriá, com a finalidade de

completar o quadro delatatório e destruidor. E tudo isso acontece com a tolerância de autoridades, essas mesmas que permitem o funcionamento de fábricas de armas de fogo, de cartas de baralho, de bebidas alcoólicas e dos entorpecentes [...] assiste-nos o dever de cuidar não somente do físico, mas também do moral, e para isso tentamos educar o homem alfabetizando-o, porque, somente através da instrução sadia poderemos abrir-lhe o cérebro, dando-lhe discernimento e lucidez. Mas necessário se torna também criar condições outras, sanear o meio ambiente porque a inexperiência dos jovens e as inúmeras tentações da vida, poderão constituir um sério perigo, tal como vem acontecendo com a tolerância de uma “boate alegre” em Propriá. Ali, estamos informados, pratica-se ilicitamente tôda sorte de prazeres, de pecados, uma triste mancha na vida social de nossa cidade, em chocante contradição com o sacrifício de certos homens como devem ser o médico, os sacerdotes, os professores e as respeitáveis autoridades que lutam cotidianamente pela completa recuperação do homem. Muitos pais há, entretanto, que certamente ignoram a existência desse centro de perdição, permanecendo na clássica displicência, uma forma cômoda de não se envolver com o destino dos filhos omitindo-se criminosamente e eles lá freqüentam e adquirem vícios perigosos e de conseqüências imprevisíveis.²⁷⁰

Diante da necessidade de conquistar adeptos para a causa da moralização, os produtores de *A Defesa* também usaram a estratégia de enaltecer as medidas moralizadoras promovidas por algumas autoridades. O “saneamento moral” se tornou objeto de exaltação:

Estamos informados das providências, sem dúvida alguma dignas de aplausos, do Exmo Sr. Juiz de Menores, nesta cidade, coibindo os abusos em relação a menores que perambulavam pelas ruas até altas horas da noite, conforme vinha acontecendo de freqüentarem bilhares, assistirem a determinados filmes impróprios, etc., naturalmente sob a convivência altamente responsável dos pais. Foi uma providência que há muito se fazia sentir e aqui estamos para prestar a nossa irrestrita solidariedade e bater palmas com entusiasmo ao acêrto das medidas, que Deus permita se mantenham numa eloqüente prova de zelo administrativo e cumprimento exato e pleno do dever.²⁷¹

Essa exaltação se estendeu também às “ações moralizadoras” praticadas por autoridades policiais em exercício no município de Propriá:

Em Propriá já se fizeram sentir os efeitos da campanha de moralização dos costumes públicos. A atuação da polícia, sob o comando do Cel. Vítor Machado,

²⁷⁰ Cf. VERGONHA de si mesmo. *A Defesa*. Propriá. n. 413.p. 3, 20 nov. 1963.

²⁷¹ Cf. SANEAMENTO moral. *A Defesa*. Propriá. n. 436.,p. 4, 6 dez. 1964.

tem conseguido despertar o senso moral que parecia embotado em muita gente. Digna de todo apóio é esta campanha, de vez que compete às autoridades policiais, mantenedoras da ordem, velar para que sobretudo os mais jovens tenham um ambiente adequado ao seu desenvolvimento psicológico e não recebam, ao contrário, da sociedade exemplos que os arrastariam à perdição.²⁷²

O jornal enalteceu ainda a luta contra os denominados ambientes de perversão, considerados pelos clérigos como grandes responsáveis pela prevalência do desregramento moral:

Em contato com o Sr. Moisés Abreu Filho, Prefeito Municipal, fomos informados de que a lamentável zona de meretrício instalada nas ruas Jackson de Figueredo e Dom José Tomás será urgentemente banida dali. Pelo que se vê, o respeito passará a existir por completo, nessas movimentadas artérias onde a qualquer momento, não se sabe se haverá brigas com tiros, murros ou facadas dentro do dia ou pela noite. É, portanto, uma ação justa e digna, a do Executivo Municipal, que vem de encontro aos anseios de tóda uma Sociedade.²⁷³

Considerando a afirmação de Carlos Roberto Britto Aragão de que nos anos de 1960 Propriá ainda vivia seu período áureo de desenvolvimento, possuindo a liderança econômica do Baixo São Francisco, pode-se supor que esse desenvolvimento econômico tenha impulsionado a existência de vários centros de diversão e lazer, alguns deles *representados* pelo clero de Propriá como pervertidos e, portanto, desaconselháveis para os cristãos, principalmente para os jovens. Pelo incômodo demonstrado em alguns textos, é possível supor que esses ambientes tenham atraído e influenciado o comportamento de uma considerável parcela dos jovens proprienses e, possivelmente, da circunvizinhança. Além disso, pode-se concluir que a fração da juventude que se tornou alvo dessa preocupação clerical foi formada por rapazes.

É importante salientar que as *representações* e os discursos que tiveram como alvo a moralização da juventude não se assentaram somente na condenação às idéias e comportamentos dos jovens, mas denotaram também a necessidade de compreendê-los para ter condições de orientá-los, ou mesmo de educá-los de acordo com a moral cristã católica. Criticaram a contenção da vitalidade juvenil e ressaltaram a gravidade que representava o “choque de mentalidades” entre

²⁷² Cf. CAMPANHA de moralização. *A Defesa*. Propriá. n. 443, p. 1, 30 mar. 1965.

²⁷³ Cf. MORALIZAÇÃO social. *A Defesa*. Propriá n.451,p. 2, 8 de ago. 1965.

os adultos e os jovens. Ao destacar esse problema, concluíram que a sua solução residia no diálogo que deveria existir entre as diferentes gerações. Além disso, afirmaram que:

A base da educação é o amor e a compreensão e não a imposição. Para os nossos pais e educadores isso não é fácil, pois exige mudança de mentalidade, mas é indispensável se quiserem ser os orientadores de nossa juventude. Só assim haverá ambiente para uma educação em profundidade. Para este trabalho é importante que os pais não se contentem apenas em apontar as falhas da juventude. Uma educação que só se baseia no negativismo, apontando só o que não deve ser feito, levará ao recalque e ao desajuste das pessoas. Se nos preocuparmos em apontar somente o que é mal na natureza humana, nos arriscamos a esquecer de que, afinal, a bondade existe nas pessoas em maior proporção do que a maldade. Esta juventude que grita nas ruas, que é acusada de comunista e revolucionária não é má como se pensa.²⁷⁴

Na década de 1960, uma parte da imprensa laica também difundiu a idéia de que na Contemporaneidade estava se extinguindo o espaço para uma educação baseada no autoritarismo dos pais, a exemplo da matéria publicada na revista de variedades *A Cigarra*:

Creio que ninguém discutiria que as tradicionais figuras do pai, da mãe, da avó, dos filhos e dos netos numa família moderna de uma cidade onde progresso atingiu o seu ponto alto, em nada se parece com as famílias de trinta ou quarenta anos antes. A severidade, o respeito, o medo, os preconceitos, cederam lugar a uma outra espécie de sentimentos, a uma 'humanização' cordial e alegre, a um entendimento mais honesto e verdadeiro, entre os membros do núcleo familiar. Houve, por assim dizer, uma autêntica democratização do que, apesar de todas as novas concepções, continua sendo a 'base da sociedade'. É claro que essa liberdade, igualdade e fraternidade, transportada para o núcleo familiar, gerou, como não podia deixar de fazê-lo, alguns excessos consideráveis, dos quais os resultados mais perturbadores foram e são os divórcios e os desquites, a chamada juventude transviada e a perda daquela tão celebrada pureza angelical das noivas. Mas o desequilíbrio era inevitável, como sucede em todas as transformações, não sendo porém menos evidente que, pouco a pouco, o equilíbrio se está restabelecendo, com evidente vantagem para cada um em particular e para todos em geral. A atitude dos jovens para com seus pais, apressa-lhes o amadurecimento [...]²⁷⁵

²⁷⁴ Cf. Choque de mentalidades, *A Defesa*. Propriá. n.509, p. 4, 18,19,18 out. 1968.

²⁷⁵ Cf. A CIGARRA MAGAZINI, São Paulo: Sucursal, vol. 7 JUL. 1961, p. 5.

A revista abordava a troca de idéias entre pais e filhos como algo já consolidado, enquanto o jornal *A Defesa* ainda estava propondo esse tipo de comportamento aos pais da Diocese. Todavia, há que se observar que o periódico laico abordava a realidade dos maiores centros urbanos do Brasil e Propriá não fazia parte desse grupo.

Um dos pontos centrais de divergência entre a *representação* da educação juvenil assentada no diálogo entre pais e filhos veiculada na revista *A Cigarra* e aquela difundida pelos produtores de *A Defesa* está no fato de o clero diocesano de Propriá ter combatido a transformação da instituição familiar tradicional e a revista ter considerado o fato adequado às transformações sociais em curso naquele decênio. Por outro lado, o posicionamento entre ambos os impressos convergiram no que concerne à importância atribuída à instituição familiar, *representada* como a base em que se assentavam as sociedades. Concordaram também em relação à idéia de que as mudanças pelas quais a estrutura familiar vinha passando eram responsáveis pela desestabilização comportamental da juventude. É válido ressaltar que os produtores de *A Defesa* tinham a pretensão de solucionar essa “nova realidade” da família brasileira, considerada por eles um sério problema.

Tentando demonstrar a importância do diálogo entre pais e filhos para a formação moral destes últimos, os produtores de *A Defesa* aconselharam os adultos a aprenderem também a “psicologia da juventude contemporânea”, tal como fazia o cantor Roberto Carlos:

[...] o cantor Roberto Carlos, que constitui o fenômeno psicológico do momento, por coincidência ou não aprendeu êle a psicologia da mocidade contemporânea, tornando-se um ídolo, e aos olhos dos inteligentes e estudiosos, uma bússola para estudo dos jovens brasileiros. A música de Roberto Carlos é agradável e inocente e já tomou conta do universo. Através dela, que é tãda sentimento, encontramos o caminho para irmos de encontro a nossa turbulenta juventude.²⁷⁶

Conforme essa matéria, na Contemporaneidade, as sociedades adquiriram um dinamismo que fez com que a pressa e a impaciência passassem a reger a vida dos indivíduos. Esse fato teria gerado um desequilíbrio racional e emocional nas pessoas. “A máquina, o rádio, a televisão, o avião, o cinema e a leitura de quadrinho mal orientados, tudo enfim que acelera e dinamiza a vida

²⁷⁶ Cf. BARRA Limpa. *A Defesa*. Propriá. n.482, p. 3, 4 mai. 1967.

atual concorre extraordinariamente para isto.”²⁷⁷ As emoções acentuadas vivenciadas naquela década foram vistas pelos produtores de *A Defesa* como um fator que também contribuiu com o desequilíbrio juvenil. Logo, para inibir o desregramento dos jovens fazia-se necessário oferecer a eles uma educação que atentasse para o seu lado emocional:

O que êles inconscientemente pretendem é emoção, então emoção lhes daremos com o sadio sentido das grandes causas. Nada de reações violentas. Sômente através do amor, poderemos resolver-lhes os problemas, porque sômente o amor constrói e antes de ser uma teoria nossa, já o preconizou D. Bosco, considerado o expoente máximo da educação moderna e universal. Assim, Roberto Carlos é mais um teste curioso que se oferece aos olhos dos estudiosos e psicólogos.²⁷⁸

Ao incentivar os pais a educarem seus filhos em conformidade com a *Pedagogia Salesiana* de Dom Bosco, assentada na trilogia “religião, razão e carinho”, e com a atuação do cantor Roberto Carlos, denominada no jornal como “pedagogia da mocidade contemporânea”, os produtores de *A Defesa* estavam se valendo da idéia de “uma educação compreensiva” com a pretensão de controlar a rebeldia juvenil, oferecendo aos jovens uma “liberdade controlada” para que se tornassem “rebeldes limitados”.

É quase consensual entre os pesquisadores que estudam música a idéia de que ela foi um dos principais instrumentos utilizados para expressar as posições políticas e ideológicas dos diferentes grupos sociais²⁷⁹. Em um contexto em que uma relevante parcela da juventude brasileira acreditava que os artistas deveriam colocar o seu trabalho a serviço da militância política, músicas como “Quero que vá tudo pro inferno”, interpretada por Roberto Carlos, foram tratadas como símbolos da alienação política e do conformismo. É provável que o fato de Roberto Carlos não ter produzido as “músicas engajadas” tenha levado os produtores de *A Defesa* ao entendimento de que esse cantor seria o modelo adequado para a juventude católica, uma vez que ele se apresentava como uma espécie de “rebelde controlado”.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Ibidem.

²⁷⁹ Dentre esses estudiosos podemos citar Marcos Napolitano, Sílvia Helena Rebeca Andrade de Miranda, Valéria Zanetti e Arnaldo Contier.

O pensamento anti-repressivo que levava os produtores de *A Defesa* a orientarem os adultos para que eles pudessem oferecer aos jovens uma educação que respeitasse suas emoções, denotava também a confiança que os clérigos da Diocese de Propriá depositavam na “força transformadora da juventude”, desde que esta fosse devidamente controlada, tal como ficou explícito na abertura da primeira página da edição correspondente a 31 de agosto de 1969, em que os produtores do jornal veicularam a seguinte frase: “Será na impaciência dos jovens que conquistaremos o desenvolvimento e o progresso social.”²⁸⁰

Conforme a mentalidade educacional difundida através desse impresso católico, a atuação dos jovens dos anos 60 precisava ser bem compreendida pelos adultos, afinal, os responsáveis por sua produção afirmavam que, se aquela juventude cometia erros, outras gerações também tinham cometido em sua fase juvenil. De acordo com os discursos veiculados em *A Defesa*, incompreensível era a atitude dos adultos diante das idéias e da maneira de agir dos jovens, “[...] como se nunca tivessem sido jovens! Talvez não usassem cabelos compridos. Nem roupas apertadas. Mas, sabe Deus o que fizeram. Se eles tivessem construído algo, essa juventude de hoje seria diferente [...]”²⁸¹

Enquanto muitas pessoas e instituições condenavam as atitudes juvenis tidas como delinqüentes, os produtores do jornal afirmavam que a juventude estava apta a consertar os erros que as gerações passadas tinham praticado e que tinham levado as sociedades ao estado caótico em que se encontravam:

E agora a juventude acorda. Sai da letargia para a ação. Juventude é entusiasmo. É vida. É um mundo que se constrói. Ela se forma para transformar. Esses jovens têm um objetivo. Uma MENSAGEM para transmitir. Mensagem de otimismo. De alegria. De compreensão. De amor. Se usam cabelos compridos, não importa. Se usam roupas extravagantes, também não. O que importa é a sua mensagem. De amor e confiança. Confiança na dignidade do homem. Na força de sua personalidade. Não é entrar na onda. Mas é saber enfrentá-la. É saber transpô-la. É saber construir. Andar de cabeça erguida [...] É provar pela sua atitude personalista, que todo homem autêntico é um homem integrado no mundo. Que todo homem autêntico é aquele que sai de si mesmo para fazer seu irmão feliz.²⁸²

²⁸⁰ Cf. Meu jornal *A Defesa*. Propriá. n. 520, p. 1, 31 ago. 1969.

²⁸¹ Cf. JUVENTUDE: mundo a construir. *A Defesa*. Propriá. n. 497, p. 1, 30 mai. 1967.

²⁸² Idem.

Os discursos e *representações* do jornal enfatizaram a crença de que nas atitudes juvenis existia mais que simples rebeldia, mais que ações banais, que existia um sentido de fundo psicológico e, quiçá, religioso. A opção de alguns rapazes pelo uso de cabelos compridos, por exemplo, foi *representada* como uma escolha que poderia ter um fundo espiritual, se fundamentando no jeito de ser de Jesus Cristo:

Nos tempos de antanho, usavam cabelos grandes os nobres, os homens notáveis, os doutos, para não falar, particularizando, de Jesus de Nazareth e seus discípulos, todos cabeludos, para não parecer contradição. Aliás se fossemos relacionar os fatos de hoje, sôbre o assunto, com a história antiga, somente motivos encontraríamos para conduzir esses rapazes de cabelos grandes para um terreno de educação espiritual, revivendo os exemplos não somente da aparência física, mas também das ações, dos fatos e da filosofia do maior homem que já habitou entre nós. Assim, não vejo motivos para prevenção contra uma moda inocente, para perseguição àqueles que aderiram à moda de criar cabelos como do século 1º porque antes de qualquer outro mundano, talvez haja razões de fundo psicológico, das quais poderemos tirar reais proveitos para a nossa mocidade sedenta de expressão e valor no meio social hodierno.²⁸³

A partir de sua compreensão acerca das ações e das escolhas da juventude, e do entendimento de que à Igreja cabia a tarefa de ajudar a formar os homens, investindo especialmente na força juvenil, os produtores do jornal *A Defesa* tentaram orientar os adultos para a promoção de uma educação juvenil correta. Por outro lado, também falaram diretamente aos jovens sobre suas ações e suas responsabilidades sociais.

A estratégia utilizada para atingir os jovens desviados da fé e da moral católica foi a de tentar conciliar os valores seculares apresentados por essa parte da juventude com os princípios cristãos. Ao invés de condenar as ações juvenis, os discursos apresentados nesse periódico católico buscaram atender aos anseios da juventude, além de demonstrarem que os clérigos da Diocese de Propriá estavam ao lado dessa geração, dispostos a ajudá-la a superar todas as dificuldades que se apresentassem. Havia o entendimento de que essa era a forma mais correta de aproximá-los da Igreja, afinal essa instituição tinha que concorrer com organizações laicas que buscavam se adaptar aos interesses juvenis vigentes naquele momento.

²⁸³ Cf. Os cabeludos. *A Defesa*. Propriá. n. 491, p. 3, 30 mar. 1967.

Buscando essa aproximação com os jovens afastados do catolicismo, os responsáveis pela produção da folha católica procuraram mostrar à juventude dos anos 60 que o caminho mais seguro para aniquilar seus problemas e atender aos seus anseios era recorrer à fé cristã:

Sim, quem tem fé nunca está só, porque tudo faz para Deus. Sômente a fé pode consolar quem sofre. A dor nos faz conhecer a IMPOTÊNCIA HUMANA; a fé nos revela a ONIPOTÊNCIA DIVINA. A dor nos faz sentir a miséria humana; a fé nos faz descobrir a RIQUEZA DIVINA. Sem fé não se pode viver bem nem agir [...] Tu não partirias nunca se não tivesses a fé que há de chegar. Ninguém procuraria nada se não tivesse fé de encontrar. Tôdos têm fé, também aquêles que se dizem ateus, pois muitas vezes já ouvi dizer: sou ateu graças a Deus! Quem diz que não tem fé anda sempre só, desiludido, sofrendo, chorando. Mas se tens fé, porque choras? Pela pobreza, EXISTE A PROVIDÊNCIA. Pelas ingratidões? – DEUS TE DARÁ A RECOMPENSA! Pela solidão? DEUS ESTÁ CONTIGO! Pelas humilhações? DEUS TE EXALTARÁ! Choras pelo teu passado? DEUS O PURIFICARÁ! Pelo TEU futuro? DEUS PENSARÁ POR TI! Pela TUA morte? DEUS O RESSUCITARÁ! Quem tem fé, nunca está sozinho! Ter fé não significa morar na Igreja: ter fé significa elevar a própria vida a Deus, e levar Deus para a vida diária.²⁸⁴

A principal estratégia utilizada foi a de não impor aos jovens os discursos e as *representações* forjadas por aquele clero, mas tentar convencê-los da importância da fé católica na vida do ser humano, especialmente quando estes estivessem em conflito com o seu grupo social, como era o caso de uma parte da juventude dos anos 60.

Vale lembrar que, naquele decênio, os jovens desfrutavam de muita credibilidade junto aos clérigos que se filiavam à “ala progressista”, tendo ampla participação nas atividades da Igreja. A Diocese de Propriá também contou com a colaboração de alguns jovens e procurou estimular outros a participarem não só dos eventos internos da Igreja, mas principalmente da ação social promovida por essa instituição, afinal, a noção de moral católica utilizada por aquele clero abrangia também as ações sociais. Naquela década, o jornal publicou 75 matérias divulgando ou convocando os jovens para participarem dos movimentos sociais que envolviam o território diocesano. Pode-se afirmar que essas matérias se voltaram para rapazes e moças, diferentemente daquelas que criticavam a imobilidade de algumas autoridades de Propriá, que provavelmente faziam referência apenas aos jovens do sexo masculino.

²⁸⁴ Cf. QUEM tem fé nunca está sozinho. *A Defesa*. Propriá . n. 450, p. 3,21 jul. 1965.

É importante ressaltar também que os “jovens rebeldes” que foram *representados* no jornal *A Defesa* como vítimas do desregramento das famílias não foram aqueles que saíram às ruas para lutar contra a Ditadura Militar e seus efeitos, ou para realizar protestos em prol da liberação sexual. Essa juventude que se tornou alvo de muitas críticas e foi *representada* de diversas formas em vários estudos, não foi mencionada em nenhuma das edições de *A Defesa* que circularam nos anos de 1960. Provavelmente, não constituiu uma ameaça para os 25 municípios que compuseram a Diocese de Propriá durante a maior parte daquele decênio.

Ao fazer referência à rebeldia juvenil, o jornal não tratou daqueles estudantes que se colocaram contra o regime militar no Brasil, ou seja, não deu ênfase à abordagem acerca da juventude tida como politizada. O periódico católico tratou os “jovens rebeldes” como se todos estivessem submetidos ao mesmo problema – o afastamento da fé católica e, conseqüentemente, das regras morais adequadas – o que levava ao entendimento de que a solução para os problemas juvenis residia na reaproximação entre juventude e a fé cristã. Os novos valores que foram assimilados por uma parte da juventude dos anos 60 se tornaram objetos de repúdio dos produtores de *A Defesa*, que se mostravam mais favoráveis à manutenção dos comportamentos tradicionais, embora se assumissem como membros da “ala progressista” da Igreja brasileira.

Orientados pela *representação* de que a delinqüência juvenil era um dos terríveis resultados da desintegração da família tradicional católica, o clero da Diocese de Propriá também fez uso do jornal *A Defesa* para promover a formação das moças, *representadas* como possíveis sustentáculos da instituição familiar.

4.2 – Formar as moças para impedir a dissolução da instituição familiar

Muitos textos que se dedicaram às abordagens sobre os jovens deram pouca ou nenhuma atenção ao gênero feminino. Analisando a juventude operária francesa do século XIX, Michelle Perrot, afirma que “como a infância, termo neutro, a juventude é pensada no masculino”.²⁸⁵ No

²⁸⁵ Cf. PERROT, Michelle “A juventude operária: da oficina à fábrica. In: LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens I: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 117.

entanto, a educação das moças tornou-se alvo das preocupações de algumas instituições, especialmente da Igreja.

Nos anos de 1950, vários grupos brasileiros investiram em um processo educativo para mulheres, que tinha como objetivo central inibir o desenvolvimento da sexualidade feminina. Nesse sentido:

O cinema bem como as populares novelas radiofônicas ou os romances e fotonovelas que circulam no Brasil nessa época exploram, por meio de inúmeras versões, o novo dilema que as mulheres enfrentam. Os roteiros recompensam as que fazem a escolha ‘acertada’, isto é, o casamento e os filhos, e punem aquelas que insistem em se desviar da rota. Essas são, então, representadas como mulheres ‘masculinizadas’, duras, amargas, terminando irremediavelmente sós e infelizes.²⁸⁶

Buscou-se educar as mulheres para que elas reprimissem a sexualidade fora do casamento. Todavia, se existiu um combate intenso à prática sexual feminina “ilegítima”, é provável que muitas moças não estivessem se restringindo à prática do sexo legitimado pela Igreja e pelas Leis, ou seja, o sexo conjugal.

Nos anos de 1960, o foco educacional de muitas instituições e bens culturais, a exemplo do cinema, se modificou, passando da repressão à sexualidade extraconjugal para certo incentivo à independência feminina. Esse fato refletiu as transformações nas relações de gênero vivenciadas naquele decênio.

No final daquela década, já existia na sociedade brasileira um relevante movimento de contestação das práticas destinadas à mulher que eram concebidas como autoritárias e repressivas e da obrigatoriedade imposta ao sexo feminino de exercer a prática sexual dentro dos limites do casamento oficializado pela Igreja. As mulheres tinham diante de si um profundo dilema: mudar ou permanecer? Naquele momento coexistiam o modelo feminino tradicional – da virgem ou da esposa-mãe – e o padrão pautado em ideais feministas, da mulher que buscava se equiparar aos homens e dirigir sua própria vida. Se por um lado existia uma intensa mobilização contrária a esse último modelo, por outro, uma grupo feminino relevante se lançava ao exercício das atividades

²⁸⁶ Cf. LOURO. Op Cit. p. 437.

públicas, vistas até então como masculinas. Essas mulheres começavam também a exercer o controle sobre seus corpos e sobre sua sexualidade, controlando inclusive a natalidade, com o auxílio das pílulas anticoncepcionais que causaram grande polêmica no Brasil dos anos 60.

Diante da independência alcançada por algumas mulheres naquela década, o jornal *A Defesa* apontou para a importância que deveria ser atribuída à manutenção dos laços do matrimônio. Assim, enunciou discursos educativos que buscaram ensinar às moças como deveriam se comportar, optando pelo padrão feminino tradicional: de virgens ou esposas-mães. Primeiramente, procurou orientá-las para que evitassem qualquer relacionamento com homens casados:

Tenho ouvido muitas vezes dizer: ‘aquela moça é doida! Não sabe que aquele homem é casado?!’. Algumas o sabem, mas por falta de fé e vida cristã, topam tudo, também amasiar-se pois neste caso o casamento religioso não pode ser válido nem lícito. Também viver em pecado pois, no caminho do inferno e em perigo de condenação eterna. Não lhe importa que a mulher do seu desmiolado amante sofra amargamente as conseqüências de tal loucura. Querem assim mesmo! E depois? Outras não o sabem, mas temendo perder o ‘achado’ nada investigam. Dizem: ‘Casamento feliz é aquele em que os dois se dão bem’. Há as ‘Virgens Prudentes’ que sondam logo a coisa. Descobrimo que o ‘Zinho’ é casado com outra, não querem negócio com êle, seja rico ou bonito como fôr. Têm alma para Deus e não para o demônio. As últimas é que são dignas de imitação. Cuidados moças!²⁸⁷

Através do periódico católico, os seus produtores procuraram difundir a *representação* de que a desintegração do casamento abençoado pela Igreja, assim como a sexualidade extraconjugal, eram fatores que estavam diretamente ligados à ausência da fé cristã na vida dos adúlteros, fato que os levaria à “perdição”. Para que pudessem evitar a condenação eterna, aconselhou as moças a manterem-se virgens e investigarem a vida do namorado para que não nutrissem nenhuma relação com homens casados.

O Monsenhor Sant’Ana, autor da maior parte dos discursos dirigidos às moças, tentou convencê-las de que namorando homens casados não estariam apenas se afastando da salvação eterna, mas também destruiriam a vida da esposa e dos filhos abandonados, assim como a sua própria, pois seriam marginalizadas socialmente, vistas com maus olhos por todos que fossem

²⁸⁷ Cf. SANT’ANA. Mons. José Moreno. Cuidado moças. *A Defesa*. Propriá. n. 454, p. 4, 15 set. 1965.

verdadeiramente cristãos. Logo, elas não estariam promovendo apenas a sua “condenação eterna”, mas também causando danos à sua vida e ao seu grupo social:

Moça, muitos bens te auguro, Donde o meu conselho ousado: Não destruas teu futuro, namorando homem casado. Há homens casados, que seduzem moças, a ponto de abandonarem a família e fugirem com elas, sem medirem conseqüências, e moças, que seduzem homens casados. Grande mal para eles e para elas, com efeitos daninhos, nos lares, na sociedade e na outra vida. Que moça cristã consente nisto? Sabendo que não se pode casar, quer mesmo o concubinato, vida em pecado habitual, trilhando o caminho do inferno? E não clamam ao Céu os sofrimentos impostos às esposas legítimas e seus desditosos filhos? Que futuro terrível, diante de Deus e dos homens, constroem para si as moças, que, sem fé, sem temor de Deus, sem juízo, sem escrúpulo, de tal modo infelicitam os lares alheios? E o vêzo é praga!²⁸⁸

A *representação* sobre o afastamento das moças da fé cristã é bem distinta daquela que foi difundida acerca dos rapazes que se encontravam na mesma situação. Enquanto os produtores de *A Defesa* se mostraram compreensivos diante do comportamento dos rapazes desviados da fé, condenaram as atitudes das moças que se afastaram da moral católica e se envolveram com homens que já tinham contraído o matrimônio. Responsabilizaram-nas pela destruição das famílias, consideradas o fundamento das sociedades cristãs. Dessa forma, ao mesmo tempo em que representavam a esperança de salvação da instituição familiar, as moças também eram vistas como possíveis destruidoras dos laços familiares. Daí a importância de formá-las para que se tornassem “boas esposas” e “boas mães.

Apesar das mudanças que atingiram o gênero feminino nos anos de 1960, os produtores de *A Defesa* ainda representavam as jovens da forma que se tornara típica na década de 1950, quando era feito um rigoroso contraponto entre as “moças de família” e as “moças levianas”, e entre os comportamentos adequados às “moças de família” e aos rapazes. De acordo com Carla Bassanezi,

As revistas da época classificavam as jovens em *moças de família* e *moças levianas*. Às primeiras, a moral dominante garantia o respeito social, a garantia de um casamento-modelo e de uma vida de *rainha do lar* – tudo o que seria negado às *levianas*. Estas se permitiam ter intimidades físicas com homens; na

²⁸⁸ Cf. SANT’ANA. Mons. José Moreno Quadrinha social *A Defesa*. Propriá. n 412, p. 4, 3 nov. 1963.

classificação da moral social estariam entre as *moças de família*, ou *boas moças*, e as prostitutas. As *moças de família* eram as que se portavam corretamente, de modo a não ficarem *mal faladas*. Tinham gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se adequadamente para o casamento, conservavam sua inocência sexual e não se deixavam levar por intimidades físicas com os rapazes. Eram aconselhadas a comportarem-se de acordo com os princípios morais aceitos pela sociedade, mantendo-se virgens até o matrimônio enquanto aos rapazes era permitido ter experiências sexuais. Vistas por vezes como ingênuas ou perigosamente inconstantes e deslumbradas, era grande o medo de que as mocinhas se desviassem do *bom caminho*, a educação moral e a vigilância sobre elas se faziam necessárias.²⁸⁹

Os discursos do jornal *A Defesa* responsabilizaram principalmente as moças que apresentavam comportamentos tidos como inadequados pela prática do adultério e, conseqüentemente, pela dissolução da instituição familiar. Elas foram colocadas em oposição às “moças de família”

Por outro lado, os pais dessas jovens também foram *representados* em *A Defesa* como responsáveis pela desintegração do modelo tradicional de família. Sobre alguns pesou a acusação de facilitarem a prática do concubinato:

Não tolero os pais ou as mães, que, em se tratando de papéis para casamento, ao contato com alguma dificuldade, oriunda de determinadas circunstâncias, em face de rigorosas leis, dizem: Então minha filha se casará só no civil. Pai, perdoai-lhes, porque não sabem o que dizem! [...] Os pais da noiva deviam ficar satisfeitos e até ajudarem na consecução das necessárias informações. Alguns, porém, se mostram zangados e malcriados, dando provas de péssima formação religiosa. Deviam saber que, se o noivo em aprêço for casado religiosamente com outra, o pretendido casamento será nulo e a sua filha ficará amasiada, irá viver em pecado e no caminho do inferno. Não confundamos o Sacramento do Matrimônio, instituído por Nosso Senhor Jesus Cristo, produzindo salutares efeitos internos na alma dos dois, com o Contrato Civil, recomendabilíssimo, em nossos dias, e até exigido pela Igreja, mas para efeitos externos, sociais e temporais.²⁹⁰

²⁸⁹ . BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos anos dourados.” In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, p. 610.

²⁹⁰ Cf. SÓ no civil. *A Defesa*. Propriá. n 460, p. 2, 15 nov. 1965.

Uma das *estratégias* utilizadas pelos produtores de *A Defesa* para convencerem as moças, seus pais e os homens casados dos malefícios morais e sociais causados pelo adultério²⁹¹, foi reforçar a difusão da *representação* de que o casamento foi instituído por Deus e, portanto, não poderia ser dissolvido por seres humanos:

O Divino Mestre, para guardar intacto o santuário da família, proibiu até mesmo qualquer mau pensamento voluntário e qualquer desejo impuro: ‘todo o que olhar para uma mulher cobiçando-a, já cometeu adultério com ela em seu coração.’ (Mt. 5’28) [...] Dirigimo-nos pois, com grande insistência aos pais de família, suplicando-lhes que saibam ser enérgicos na defesa do vínculo com que um dia seriamente se uniram à mulher que tomaram por esposa: que tenham a altivez de desprezar e rechaçar qualquer intrusa em seu amor, que sejam moralmente fortes como o são fisicamente e dêem fúlgidos exemplos de lealdade com a família que é sua.²⁹²

Para evitar a “perdição” das moças e os “desajustes” familiares e sociais que o adultério causaria, as *representações* e os discursos veiculados em *A Defesa* utilizaram também a estratégia de orientar a conduta dos homens casados, tentando convencê-los de que, ao praticarem o adultério, estariam se afastando de Deus e seriam cobrados por isso:

Se abafam a voz da consciência, se nada ligam, nem temem, neste mundo, se não têm delicadeza para com Deus e o bem-estar do próximo, pensem ao menos nas contas que, infalivelmente, rigorosamente, prestarão, um dia, que pode estar perto, ao Juiz Divino.²⁹³

Fundamentar o processo educativo na idéia do pecado e na ameaça das punições divinas era uma característica dos clérigos que se orientavam pela já referida moral casuística, advinda do Concílio de Trento. No entanto, embora dissesse atuar em conformidade com os princípios tidos como renovadores, aprovados no Vaticano II, o Monsenhor Sant’Ana se valia dessa estratégia para tentar garantir a formação e o comportamento considerados adequados às moças.

²⁹¹ Mesmo não sendo casada, a moça que se envolvia com homem casado era tratada no jornal como adúltera.

²⁹² Cf. AOS pais de família. *A Defesa*. Propriá. n 457, p. 1, 31 out. 1965.

²⁹³ Cf. Temor a Deus homens casados. *A Defesa*. Propriá. n 455, 30 set. 1965.

Muitas famílias vão mal, porque não levam a sério a Lei de Deus e a moral, proibindo o adultério. Verdadeira praga. Muitos homens profanam, com freqüentes adultérios o Sacramento do Matrimônio e a sacralidade do lar. Julgam-se mais importantes e respeitáveis tendo alguma concubina ou amante, também apelidada de ‘abóbora’, ‘trouxa’, ‘banda de bolsa’, ‘por enquanto’, ‘filial’ e doutras expressões regionais. Apregoa-se mesmo, através de marchas carnavalescas, novelas, piadas e quadrinhos, que o homem deve ter mulheres de reserva, como time de futebol, em determinadas peladas. Não sabem tais libertinos que reserva de lugar se faz, com isto no inferno. Cuidado, espôso com as contas que, mais cedo ou mais tarde terão que prestar, perante o tribunal divino! Deus existe e Deus é lei que todos devemos observar [...] Os dinheiros desviados, pecaminosamente, da família, essas lágrimas furtivas das esposas e filhos, mal-tratados e às vezes tratados a pontapés e sopapos, clama no céu [...] ‘Maridos, amai a vossas mulheres, como também Cristo amou a vossa Igreja e por ela se entregou a si mesmo’.²⁹⁴

Essa citação é mais um indício de que algumas características da tradição católica se mantiveram, mesmo com o clima de renovação que norteava o catolicismo na Diocese de Propriá.

Por outro lado, esse padre se valeu também da estratégia de tentar sensibilizar as moças e os maridos adúlteros dando ênfase ao sofrimento das esposas e dos filhos abandonados. Para tanto, relatava casos em que mulheres e filhos não tinham morrido de fome devido à caridade de vizinhos. O Monsenhor Sant’Ana também procurou mostrar constantemente que a consciência cristã, responsável pelas “atitudes retas”, era inerente ao homem e separar-se dela representava não apenas um desvio moral, mas também um afastamento da própria natureza humana.

A perspectiva da desintegração familiar se tornou tão preocupante que os produtores e colaboradores de *A Defesa* resolveram promover uma pesquisa de opinião pública sobre o divórcio, que teve continuidade em quatro edições do jornal para obter as opiniões de pessoas a quem o clero diocesano atribuía credibilidade. A consulta foi feita ao advogado Josias Ferreira Nunes, ao farmacêutico Temístocles Pereira, aos bancários Antônio Fernando Campos, Antônio Dias de Souza, Pedro Barros, José Augusto C. do Prado, e Luiz Santos Carvalho, ao estudante Samuel Rocha Lemos, ao jornalista José Rodrigues Melo, à professora Maria Neuza Santana, dentre outros. Segundo os editores do impresso, devido à falta de espaço nas edições do jornal, foram selecionados alguns dos pareceres enviados à edição do periódico.

²⁹⁴ Cf. SANT’ANA, Monsenhor José Moreno de. *Quadrinha Social* (8). *A Defesa*, Propriá, n. 391, p. 01, 25 nov. 1962.

Como nenhuma seleção é neutra, foram escolhidas as opiniões contrárias ao divórcio ou que o aceitavam com muitas ressalvas. Ademais, a grande maioria dos pareceres escolhidos pertencia a homens. À opinião feminina acerca desse tema não foi atribuída muita relevância, embora algumas edições do jornal tenham difundido a idéia de que, com o divórcio, as mulheres e seus filhos seriam os maiores prejudicados.

Por outro lado, tentando evitar que alguns casamentos chegassem a esse extremo, os clérigos da Diocese de Propriá investiram em discursos voltados para a orientação educacional das moças, tanto para que elas evitassem a aproximação com homens casados quanto para que pudessem se tornar boas esposas.

Em se tratando dos ensinamentos para torná-las “boas donas de casa”, a Diocese investiu em anúncios de cursos voltados para o aprendizado de prendas domésticas e tentou mostrar através do jornal *A Defesa* a importância de tais cursos na formação feminina:

Cursos de Corte e Costura em Propriá, Amparo, Boa Esperança e Telha sob a responsabilidade da Diocese de Propriá através da Ação Social, da Cáritas e do Serviço Rural da Paróquia de Propriá estão preparando dezenas de moças para esse setor importantíssimo das prendas domésticas. As moças que, a princípio, olhavam com certa indiferença os Cursos que lhes eram oferecidos, já agora, ao verificarem o êxito alcançado pelas que dos mesmos saíram diplomadas estão empregando o máximo dos seus esforços para igualmente se especializarem.²⁹⁵

É importante observar que esse texto também indica que muitas moças que pertenciam ao referido território diocesano, especialmente ao município de Propriá e cidades circunvizinhas, não atribuíam grande importância à formação doméstica naquele momento.

²⁹⁵ Cf. CURSOS de corte e costura para moças. *A Defesa*. Propriá. n 446, p. 1,13 mai. 1966.

O combate à educação feminina voltada exclusivamente para a formação da “boa esposa”, da “boa dona de casa” e da “boa mãe” também já ganhava relevância nos anos de 1960. A feminista Carmen da Silva²⁹⁶, por exemplo, ao discutir o valor simbólico e produtivo do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, afirmou:

[a mulher] renuncia à atividade criadora que transforma o mundo e modifica o futuro: a labuta caseira não tem objetivos mais vastos do que preservar o já criado: não produz, não acrescenta. Ao levantar uma casa, o operário faz brotar algo que antes não existia. Ao limpá-la, a dona de casa está apenas tratando de manter as coisas sempre iguais a si mesmas – ou seja, lutando contra a desintegração e a morte em vez de afirmar positivamente a vida.²⁹⁷

O pensamento feminista de Carmem da Silva estava em sintonia com o ideário marxista. Outras escritoras também assumiram esse posicionamento, a exemplo de Rose Marie Muraro, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti e Heloneida Studart.

Em função da importância que as idéias feministas ganhavam na década de 1960, a preocupação com a indissolubilidade do matrimônio também se fez presente na imprensa laica. De acordo com Ana Rita Fonteles Duarte, a revista feminina *Cláudia*, por exemplo, difundiu ensinamentos voltados para a manutenção do casamento

[...] a Revista procuraria orientar as mulheres em ‘tudo’, compreendido aqui como uma reunião de assuntos determinados como de interesse para uma mulher: elegância, beleza, criação dos filhos, além de ‘obrigações e direitos da mulher em seu mundo íntimo.’²⁹⁸

Não obstante a preocupação com a manutenção da instituição familiar, os produtores de *A Defesa* entenderam que nem todas as moças estavam aptas ao casamento. Então, incentivaram também a opção pelo sacerdócio:

²⁹⁶ Carmen da Silva foi contratada pelo Grupo Abril em 1963. A partir de então passou a escrever artigos para a revista *Cláudia*, lançada em outubro de 1961.

²⁹⁷ Cf. DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmem da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2005, pp. 120-121.

²⁹⁸ . Idem, p. 19.

Maria Jésia Vieira agora Irmã Maria Jésia do Carmo, é filha diletta do Sr. Jaurés Vieira e Dona Maria do Carmo Vieira, jovem, prendada, sentindo o chamado divino, deixou seus pais, seu lar, em busca daquele que disse: quem deixar pai e mãe por meu amor receberá o cêntuplo. Que Deus lhe assegure com suas graças o espírito de fé e firme constância ao verdadeiro amor.²⁹⁹

A difusão da *representação* de que não existia riqueza ou felicidade maior do que a ofertada por Deus àqueles que se dedicavam ao apostolado, foi uma forma de encorajar outras moças a se dedicarem ao sacerdócio. Para tanto, publicaram matérias apresentando o exemplo de jovens que se entregaram à vida religiosa, a exemplo da história narrada no jornal sobre uma norte-americana milionária que abriu mão de todo o seu patrimônio material para se dedicar à vida espiritual:

Há alguns anos, Miss Grace Minford, filha de milionário americano, protestante zelosa, converteu-se ao catolicismo. O pai ficou furiosíssimo e pensou em obrigá-la de algum modo a renunciar à sua nova fé. Assim, deixou determinado por testamento que o seu enorme patrimônio (12 milhões e meio de dólares) [...] seria herdado por sua filha, se ela voltasse a ser protestante. A generosa jovem não hesitou: fêz-se Irmã de Caridade no Convento das Dominicanas de Nova York declarando: - 'Meu Pai celeste é ainda mais rico do que meu pai terreno; sua herança será ainda mais bela.' E renunciou definitivamente ao testamento paterno.³⁰⁰

Na década de 1960, o sacerdócio feminino vivia um momento de expansão e estabilização. Seguindo a orientação do Concílio Vaticano II, as freiras daquele momento também deveriam se dedicar à aliança entre os dogmas religiosos e os problemas seculares, principalmente àqueles concernentes aos grupos tidos como carentes ou oprimidos.

Por outro lado, o jornal chamou a atenção para o fato de que a possibilidade de oferecer ajuda social não deveria se restringir àquelas moças que dedicavam a vida ao sacerdócio, mas o auxílio aos "irmãos" deveria ser um exemplo seguido também pelas jovens leigas, uma vez que o modelo de moral católica defendido na Diocese estava voltado também para as ações sociais dos fiéis.

²⁹⁹ Cf. RELIGIOSA franciscana. *A Defesa*. Propriá. n 467, p. 2, 27 mar. 1966.

³⁰⁰ Cf. O mais rico dos pais. *A Defesa*. Propriá. n 420, p. 3, 15 abr. 1964.

Ao mesmo tempo em que exaltaram as atitudes de algumas moças, que serviram de exemplo para tentar *civilizar* outras, os produtores de *A Defesa* também procuraram afastar das jovens alguns comportamentos tidos como pecaminosos e nocivos à existência de uma sociedade sadia. Assim, criticaram principalmente a adesão das mulheres às tarefas consideradas masculinas, a falta de decoro nas vestimentas e os modos de se relacionar fisicamente com os homens, defendendo o uso da disciplina escolar “Educação Moral e Cívica”, que ganhou ênfase com a instituição do regime militar, como forma de auxiliar no empreendimento da moralização das jovens.

Na década de 1960, alguns jornais laicos enunciavam discursos para as moças que tinham como foco a tendência consumista que os Estados Unidos desenvolveram no pós-guerra. O jornal *Folha de São Paulo*, por exemplo, publicou textos que tratavam da mudança de comportamento das jovens, dando ênfase às transformações que se traduziam através da moda assumida pelas moças daquele decênio. Não uma moda herdada dos adultos, mas uma moda que passou a ser vista como sinônimo de rebeldia. Apesar de aquele estilo ter sido encarado por muitos como rebelde, foi estimulado por grande parte da imprensa. Circularam nas edições do periódico *Folha de São Paulo* títulos como: “Inventora da mini-saia é contra a ‘alta moda’”; Dia a dia da beleza; Consumo foi tema de wahl”, dentre outros que colocavam as leitoras em sintonia com a moda que se contrapunha à cultura adulta predominante naquele momento.

Essa moda, caracterizada pela rebeldia juvenil feminina, que a cada dia ganhava mais seguidoras, se tornou alvo das críticas do jornal católico *A Defesa*:

Vemos muito por aí, certas mocinhas mal vestidas. Quem veste imodestamente, ou é leviana, desbriada, sem educação, ou mentecapta. Coitadas, de certo elas acham que nós, os homens, gostamos disso [...] Só os cafagestes, os futuros espôsos não. – Quem canta no terreiro é o galo. Pois é, quem manda em casa é o homem. E todo homem que preza a família deve PROIBIR a espôsa e as filhas de vestirem-se indecorosamente. E nós os jovens não podemos namorar moças escandalosas porque já são alvo de abusos dos cretinos. Se o rapaz gosta de certa moça assim, deve então exigir que ela deixe de usar roupas indecentes. Se ela não obedecer, fora nela. Não podemos deixá-las fazer-nos de palhaços. Já estamos na era atômica, devemos ser modernos. Exigir o que temos direito. Homem deve ser homem.³⁰¹

³⁰¹ Cf. AS vestes indecorosas. *A Defesa*. Propriá. n 503 p. 3, 11 fev. 1968.

Esse texto intitulado “Vestês indecorosas” não foi assinado, assim como a maioria dos que circularam nas edições do periódico *A Defesa* ao longo da década de 1960. Mas é provável que tenha sido escrito por um dos leigos vinculados à Igreja que participaram da produção do impresso. Apesar de ficar claro que não foi escrito por um clérigo, é representativo do pensamento assumido pelos produtores de *A Defesa* acerca do comportamento adequado às moças, pois havia o entendimento de que elas deveriam ser bem comportadas para serem respeitadas pelos rapazes e terem a possibilidade de casar.

Na década em que as mulheres revolucionavam com suas “novas vestes”, o corpo feminino foi *representado* no jornal *A Defesa* como símbolo do bom comportamento ou do desregramento das moças. Assim, tinha-se a idéia de que através da forma como o corpo fosse vestido seria possível saber se a moça tinha uma conduta moral adequada ou não. O modo de cobrir o corpo seria então um termômetro que os rapazes poderiam utilizar quando quisessem propor casamento ou “se aproveitar” das jovens.

Desse modo, ao se voltarem para a *civilização* das moças, os produtores de *A Defesa* tiveram como alvo aquelas que, de alguma forma, se desviaram da moralidade católica. Pelas abordagens do jornal, é provável que essas jovens estivessem concentradas principalmente nas cidades. Havia então uma tentativa de “resgatá-las” do desregramento moral a que tinham se submetido. A ênfase na formação católica delas denotava a provável preocupação dos clérigos daquela Diocese com a crescente propagação de idéias e atitudes que afastavam cada vez mais aquelas moças do caminho que a Igreja lhes indicava: o caminho do casamento. Algumas matérias veiculadas no jornal mostraram que a preocupação daquele clero se assentava na *representação* de que Propriá tinha se tornado uma cidade propensa à imoralidade feminina, tal como mostra o exemplo a seguir:

A mãe de uma garôta de 18 anos (18 anos, sim!) apresentou queixa-crime na Segunda Vara da capital [Aracaju] contra um jovem, cujo crime foi ter beijado sua inocente filhinha. A advogada do rapaz, segundo notícias do jornal é a jovem Joselita Almeida, que não se conforma com essa queixa, pois afirma ao Juiz que isso não é crime não. Mas, como diria o jornalista Ariosvaldo

Figueiredo, 'bom mesmo é em Propriá, onde os beijos e as mini-saias são o máximo'!...³⁰²

Diante dessa *representação*, surge um questionamento: o que a Igreja poderia fazer para inibir o comportamento "inadequado" das moças? Conforme o bispo Dom José Brandão de Castro, apesar da vontade dele e do clero que compunha a sua Diocese, existia um grande entrave às ações moralizadoras da Igreja: a falta de sacerdotes.

4.3 - O jornal em defesa da obra das vocações sacerdotais

De acordo com o bispo Dom José Brandão de Castro, um dos maiores problemas enfrentados pela Diocese de Propriá, desde a sua implantação, foi a falta de sacerdotes. Em carta ao padre Guimarães no ano de 1961, Dom José afirmava:

São vinte e um municípios que abrangem apenas doze paróquias, das quais somente seis com vigários nomeados especialmente. Faltam, pelo menos seis sacerdotes. Mas, se o senhor visse esses Municípios, diria que não erro quando falo que cada um deles deve ter em breve seu vigário à parte.³⁰³

Através do jornal *A Defesa*, o bispo também tentou chamar a atenção dos fiéis pertencentes à sua Diocese para o problema da carência de sacerdotes, pedindo-lhes todo o tipo de colaboração que pudessem oferecer e informando-lhes sobre a situação daquele território eclesiástico:

Desde o extremo norte de Sergipe até a praia, quantas igrejas sem missa, quase o ano inteiro! Quantos sacrários vazios! Quantos púlpitos calados! Quantas igrejas fechadas! Só de raro em raro, lá pode aparecer o padre e, assim mesmo, depois de uma viagem estafante e para uma rápida permanência. O natal se aproxima. Começam a chegar-me os pedidos, vindos de tôdas as paróquias, para a missa de Natal. Mas onde estão os sacerdotes, meu Deus? Os que nós possuímos já estão sobrecarregados. Já fazem mais do que podem. Superam-se a si mesmos em resistência e heroísmo. Enquanto o bispo vai batendo às portas de Ordens e

³⁰² Cf. BEIJAR garota em Aracaju dá processo. *A Defesa*. Propriá. n 503 p. 3, 11 fev. 1968.

³⁰³ Cf. CASTRO, D. José Brandão de. Carta ao Pe. Guimarães. 9 de maio de 1961.

Congregações, convidando-as para sua diocese, os fiéis intensifiquem suas preces a Deus, para que êle seja bem sucedido. Por isso, meu caro leitor, acrescente às suas preces mais essa intenção – a de suplicar numerosos padres para a Diocese de Propriá.³⁰⁴

A falta de clérigos na Diocese foi um dos principais pontos de preocupação do bispo ao longo de toda a década de 1960, pois ele enfatizava que essa situação afetava imensamente os fiéis. Em 1961, afirmava: “o povo tem uma fé profunda. Como, porém, a instrução religiosa é minguada, há o perigo de essa fé ser abalada pelo primeiro adversário que aparecer”.³⁰⁵ Anos mais tarde, o bispo viria a confirmar, com grande pesar, essa previsão. Em carta ao Secretário da CRB-Rio, o Pe. Tiago Cloin, Dom Brandão dizia:

Com grande angústia, venho agora comunicar à CRB que aquilo que eu mais temia acaba de acontecer: os protestantes ‘descobriram’ que a minha Diocese esta desguarnecida [...] viram-na destituída de sacerdotes e fácil campo de suas atividades. Protestantes norte-americanos vêm de comprar uma casa em Japarutuba. Exatamente, em Japarutuba, onde, desde que aqui cheguei chamei a atenção da CRB! E lá vão eles fundar um Colégio, com dólares e tudo [...] Como V. Revma. se recorda, já conversamos sobre a necessidade de mandarmos para Japarutuba Padres e Freiras. O Sr, até já visitou a cidadezinha, que, à primeira vista, não impressiona talvez, mas que é de fato um ponto-chave. Lembra-se dos Monfortanos? Preferiram outro local! Agora, o futuro dessa cristandade se nos apresenta sombrio! É doloroso! Ainda luto com as dificuldades mais primitivas, no que tange ao ministério, pois que me falta o mínimo de pessoal para se dedicar ao ministério [...] Lamento com o Secretário da CRB que os pagãos tenham mais assistência da Igreja que os nossos cristãos [...] Peço, pois, à CRB que, através de algum organismo internacional, (talvez o ‘Pró Midi Vita’), faça algo em benefício dessa pobre comunidade cristã que, há três anos, vem vivendo tanto de esperanças que já vai perdendo a confiança no seu Bispo e nas suas iniciativas.³⁰⁶

Tentando conter o perigo que representavam outras “empresas de salvação” diante da fragilidade católica promovida pela falta de sacerdotes, a Diocese de Propriá, sob a liderança de Dom José Brandão de Castro, investiu no projeto de formação do “material humano” necessário, recorrendo também à ajuda dos fiéis católicos:

³⁰⁴ Cf. EDITORIAL: Mais sacerdotes. . *A Defesa*. Propriá. n 370, p. 1 15 nov. 1961.

³⁰⁵ Cf. CASTRO, D. José Brandão. Carta a Dom Nésia. 8 de abril de 1961.

³⁰⁶ Cf. CASTRO, D. José Brandão. Carta ao Pe. Tiago Cloin, Secretário da CRB-Rio. 21 de janeiro de 1964.

Precisamos de sacerdotes e temos de formá-los. E temos de mantê-los [...] Padres de outros países virão ajudar-nos [...] Mas o nosso esforço [é] em preencher os quadros do ministério com filhos de nossa diocese [...] ³⁰⁷

Através da Bula de Criação das Dioceses de Propriá e de Estância, o papa João XXIII atribuiu aos bispos que seriam empossados a função de:

[...] fundar um Seminário, elementar que seja, à norma do direito e das Leis ditadas pela Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades de estudos, donde sejam mandados para o curso de Filosofia e o de Teologia no Seminário Pontifício Pio Brasileiro de Roma, jovens capazes. ³⁰⁸

Em Propriá, foi criado o Seminário São Geraldo que se tornou um dos principais instrumentos utilizados por aquela Diocese no combate contra o problema gerado pela escassez de clérigos. Procurando chamar a atenção dos católicos para a manutenção do Seminário e dos jovens para a vida sacerdotal, o jornal *A Defesa* difundiu a *representação* de que a formação de padres era uma necessidade inalienável nas comunidades cristãs:

Quando se pensa que nem a SSMA Virgem pode fazer o que faz o sacerdote [...] Quando se pensa que Jesus Cristo, na Última Ceia, realizou milagre maior que o da criação do Universo com todo o seu esplendor, ao converter o pão e o vinho em seu corpo e sangue, e que esta maravilha pode repetir a cada dia o sacerdote [...] Quando se pensa que o sacerdote, ao celebrar no altar é maior que um rei, e que não é embaixador de Cristo, senão o próprio Cristo [...] Quando se pensa que estão faltando sacerdotes [...] Quando se pensa que o sacerdote faz mais falta que um rei, mais que um militar, mais que um médico, mais que um mestre [...] porque ele pode substituir a todos e ninguém pode substituir a ele [...] Só então se compreende o afã com que, nos tempos antigos, as famílias ansiavam por verem um filho e irmão sacerdote. Só então se compreende que o pior crime é sufocar uma vocação [...] mas também se compreende só então que custear os estudos de um jovem seminarista é aplainar o caminho do altar a um homem que, durante meia hora, cada dia, será muito maior que todas as dignidades da

³⁰⁷ Cf. CASTRO, D. José Brandão. Nova Campanha para o Seminário São Geraldo. *A Defesa*. Propriá. n 423, p. 4, 30 mai. 1964.

³⁰⁸ Cf. Bula de criação das Dioceses de Propriá e Estância. Volume CIII, n. 76. 30 de abril de 1960. p. 1.

terra, sôbre os anjos e os santos, sacrificador do próprio Cristo para a salvação do mundo.³⁰⁹

Esse discurso objetivava sensibilizar a comunidade cristã para contribuir com a manutenção do Seminário São Geraldo ou para custear despesas de rapazes enviados a outros seminários³¹⁰. Por outro lado, se dirigia também aos jovens, buscando despertar em alguns deles o interesse pelo sacerdócio. Para tanto, os produtores de *A Defesa* recorreram principalmente à *Pedagogia do Exemplo*, estratégia muito utilizada para legitimar inúmeros discursos educativos e para conformar os leitores de *A Defesa* aos princípios católicos que norteavam a Diocese de Propriá. Assim, difundiram e exaltaram as contribuições materiais recebidas dos fiéis para a manutenção do Seminário e procuraram mostrar a vida venturosa que alcançavam aqueles que se entregavam ao apostolado, enfatizando a idéia de que valia a pena abrir mão de tudo para servir a Deus através da entrega ao sacerdócio.

O perfil dos rapazes que foram convidados pelo jornal a participarem da vida sacerdotal não é de jovens citadinos, advindos de famílias que tinham posses, a exemplo do que ocorreu em relação aos jovens ditos transviados e à maioria das moças *representadas* em *A Defesa*, mas são descritos como jovens que habitavam principalmente as áreas rurais da Diocese. É possível supor que alguns deles não tivessem vocação para o sacerdócio, mas buscassem no Seminário a oportunidade de garantir o estudo que não conseguiriam de outra forma.

4 4- A censura católica voltada para a juventude: o alerta contra o “mau cinema” e outros bens culturais

³⁰⁹ Cf QUANDO se pensa. *A Defesa*. Propriá. n 391, p. 3, 20 nov. 1962.

³¹⁰ O Seminário São Geraldo fechou várias vezes durante a década de 1960, principalmente por falta de recursos financeiros para sua manutenção. Por isso, vários jovens habitantes do território correspondente à Diocese de Propriá foram enviados a Seminários em Aracaju ou em outros Estados.

O jornal *A Defesa* foi um importante recurso educativo a serviço dos clérigos da Diocese de Propriá. Todavia, sua atuação não se restringiu às *representações* e discursos que objetivavam ensinar como pensar e agir em conformidade com a moralidade cristã, mas esse impresso foi utilizado também como dispositivo para exercer a censura católica. Em algumas publicações, a censura apareceu de um modo sutil, por vezes quase imperceptível. Mas se fez presente ao condenar algumas práticas e formas de pensar, apelando em vários momentos para os problemas que tais ações e pensamentos poderiam acarretar ao processo educacional juvenil e, conseqüentemente, à sociedade. A condenação de algumas práticas dos jovens vinha geralmente acompanhada pela discussão das conseqüências que tais atitudes poderiam gerar para a própria juventude e para o seu grupo social.

Não foi uma censura sustentada apenas pela ameaça do inferno para aqueles que contrariassem a fé católica. A ação censora se fundamentou principalmente na perspectiva de lutar contra a desestruturação das sociedades humanas. Essa forma de censurar refletiu também o Concílio Vaticano II, que atribuiu grande importância ao social, não restringindo seu foco apenas ao lado espiritual dos seres humanos.

Havia o entendimento de que a melhor forma de evangelizar era orientar a formação dos fiéis de acordo com a fé cristã. Para tanto, se fazia necessário combater as ações e idéias que contrariavam o processo de *civilização* proposto.

A censura dirigida à juventude que foi veiculada no jornal católico *A Defesa* se voltou principalmente para o cinema, que nos anos 60 assumiu um importante papel na educação dos jovens; para algumas festas profanas, especialmente para o carnaval; e para o uso de entorpecentes.

A partir da década de 1950, o cinema assumiu uma relevante tarefa educativa na vida de inúmeros jovens norte-americanos. Essa situação ultrapassou as fronteiras dos Estados Unidos, chegando ao Brasil. No decênio de 1960, muitos jovens tentavam imitar o comportamento juvenil que era exposto nos filmes. Temendo as conseqüências resultantes dessa atitude, os produtores do periódico *A Defesa* procuraram alertar os jovens, seus pais, as autoridades e toda a sociedade contra o que chamaram de “filmes moralmente maus”:

Aos que vêm visitar nossa bela cidade estranha o fato de os menores terem entrada franca em nossos cinemas, para assistir a filmes impróprios até os 18 anos. Aí está, por certo, um ponto de capital importância para a formação de nossa infância e de nossa adolescência, que não pode ser descurada, de maneira alguma. Sabem os educadores e psicólogos a força avassalante do cinema na mentalidade dos menores. A proibição de certos filmes para eles não é carrancismo, nem atraso, mas consequência lógica da convicção de que os homens de amanhã serão o que forem as fitas a que eles assistiram em criança. Essa é uma grande responsabilidade, nesse sentido, sobre os ombros dos dirigentes espirituais do nosso povo, dos encarregados da proteção ao menor, dos educadores, dos mestres, dos donos das salas de projeção, dos programadores, dos distribuidores, dos produtores, dos censores oficiais [...] infelizmente, muitos produtores não têm consciência. O que querem é o dinheiro da freguesia, mesmo que a custa da perdição das almas, o que para eles, materialistas, não conta. Os censores oficiais se têm mostrado ineptos, completamente ignorantes da psicologia juvenil ou em atraso lamentável relativamente às conquistas dessa ciência profunda e complexa. Os distribuidores estão na mesma linha [...] O que não pode continuar é esse assalto à mentalidade em formação do adolescente, concorrendo para que aumente o número de frustrados, dos sub-homens, dos vencidos, dos que apenas se afirmam por suas tendências descontroladas.³¹¹

Conscientes da força educativa que o cinema adquiriu na vida da juventude, os produtores de *A Defesa* não se limitaram apenas a censurar os filmes tidos como impróprios, mas fizeram apelos a todos os grupos sociais para que se unissem aos clérigos e impedissem que os jovens continuassem tendo acesso a conteúdos “inadequados”.

As festas profanas freqüentadas pelos jovens também foram imensamente censuradas. O carnaval, por exemplo, foi *representado* como uma festa que feria a moral e a fé católica, sendo considerado capaz de prejudicar a formação cristã da juventude. Ao advertir os jovens para o perigo do que foi denominado “loucuras carnavalescas”, o jornal também apresentou críticas às escolas de samba cariocas, que foram *representadas* no periódico católico como “bacanais luxuriantes,” responsáveis pela promoção do desrespeito à moral e até mesmo às autoridades. O perigo parecia tão intenso que o carnaval se tornou tema de várias matérias.

De acordo com Rachel Soihet, desde o início do século XX o carnaval já era *representado* como uma festa perigosa, promotora da depravação. Segundo a autora, a festa carnavalesca era considerada naquela época como o momento propício à supressão do recato das pessoas, principalmente das mulheres, as quais se dedicavam ao pudor durante o ano inteiro, mas

³¹¹ Cf. MENORES no cinema. *A Defesa*. Propriá. n. 370, 15 nov. 1961.

deixavam aflorar seus desejos mais ocultos durante o carnaval. Soihet mostra que diversas publicações procuraram combater os “desregramentos carnavalescos”, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, que servia de modelo para outros centros urbanos. De acordo com ela, o carnaval era tido como “sinônimo de liberação e abolição de hierarquias, privilégios, regras e tabus em que a comida, a bebida e a sexualidade assumem enorme importância, o Carnaval era de todas as festas aquela que mais inquietações provocava.”³¹²

Apesar de essa visão ser representativa das primeiras décadas do século XX, ela foi mantida nos discursos enunciados em *A Defesa*, especialmente nos textos assinados pelo Monsenhor Sant’Ana.

O jornal não censurou apenas o carnaval de rua, mas principalmente os bailes carnavalescos. Segundo o periódico, o baile surgiu com uma das mais populares expressões da arte e da dança, já tendo sido usado para exprimir a alegria e o sentimento religioso dos cristãos. Todavia, *A Defesa* condenou o formato assumido pelo baile na década de 1960:

O baile hoje não tem mais nenhum significado religioso, nem artístico (como educação à graça e à beleza); reduz-se, geralmente, a uma frenética ginástica, uma espécie de excitação coletiva e, é ocasião próxima de pecado [...] degenerou hoje em um passatempo perigoso. O seu verdadeiro e profundo significado foi substituído por outros, que nos induzem a um juízo severo [...] A moral cristã não é contra o baile de um modo indiscriminado e irracional. Fundada em razões bem claras, vai contra os abusos. Todavia, permite o baile desde que sejam respeitados seus princípios fundamentais. Cabe a cada um de nós salvar esses princípios, restituindo ao baile moderno a dignidade, a graça e o esplendor.³¹³

Os produtores de *A Defesa* compararam os bailes de carnaval realizados nos anos de 1960 às reuniões presididas por Calígula na Roma pagã.

No bojo da censura ao comportamento juvenil, ganhou destaque também o combate ao envolvimento de alguns jovens com entorpecentes, principalmente com a maconha:

³¹² Cf. SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. In: MATOS, Izilda S. de e SOIHET, Rachel (org.). O corpo feminino em debate. São Paulo: Editora UNESP, 2003, pp. 177-198.

³¹³ Cf. FAMÍLIA CRISTÃ. A dança e o baile. *A Defesa*. Propriá. n 392, p. 3, 29 mai 1964.

Não é a primeira vez que nos batemos, em letra de imprensa, pela extinção da maconha. Cumpre sanear moral e materialmente a terra berço, eliminando definitivamente os males perniciosos e deprimentes. Não concebemos como a mocidade forte e varonil se envereda pelo caminho de tão prejudicial vício. O hábito da maconha destrói a personalidade, transformando seres humanos em verdadeiros fantoches.³¹⁴

A censura católica foi seguida por sugestões de bens culturais que deveriam ser consumidos pelos jovens. Exemplo disso, foram os filmes indicados pelos produtores do jornal à juventude: aqueles que tratavam da vida e dos ensinamentos de Jesus Cristo sob a ótica da Igreja. Em relação às festas, o jornal *A Defesa* apontava para a importância das festividades e eventos religiosos, especialmente dos retiros realizados durante os dias de carnaval. Indicou também livros produzidos pelos grupos católicos ou que continham ensinamentos relacionados à moralidade cristã.

É importante salientar que a Igreja católica brasileira investiu bastante na indicação da “boa leitura” durante os anos 60. Prova disso foram os vários livros produzidos ou traduzidos pela Editora Agir, a exemplo do *Diário de Ana Maria*³¹⁵ para as moças e do *Diário de Dani*³¹⁶ para os rapazes. Esses livros, dentre outros, visavam orientar a conduta dos jovens e estimulá-los a utilizarem sua força e energia nos serviços sociais e nas atividades da Igreja. Assim como ocorreu com o jornal *A Defesa*, grande parte dos livros indicados pela Igreja para a juventude também ocultou a atuação dos jovens politizados e as transformações juvenis em curso naquele decênio.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Cf. QUOIST, Michel. *O Diário de Ana Maria*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Agir, 1969.

³¹⁶ Cf. QUOIST, Michel. *O Diário de Dani*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Agir, 1969.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o século XIX a Igreja Católica brasileira tem feito uso de impressos para difundir os ensinamentos que lhe pareceram pertinentes.

As idéias criadas pelo catolicismo acerca da educação e da importância da Igreja como instituição educacional não foram transmitidas e consolidadas apenas pelas vias orais. A tradição escrita ganhou grande relevância no processo educativo e, nesse bojo, a imprensa católica assumiu um papel fundamental: o de difusora das *representações*, dos discursos e das propostas educacionais forjadas por membros da Igreja.

O jornal *A Defesa*, da Diocese de Propriá, foi um desses instrumentos de evangelização. Nos anos de 1960, o processo evangelizador daquele território eclesiástico foi liderado pelo bispo diocesano Dom José Brandão de Castro e pelo Monsenhor José Moreno de Sant'Ana. Membros assumidos da “ala progressista” do catolicismo brasileiro, esses clérigos consideravam fundamental a “conscientização” dos fiéis e acreditavam que o jornal era um dos meios para favorecer a formação dessa consciência, que não poderia se pautar apenas no entendimento e na aceitação da doutrina católica, mas deveria abranger também a vivência e a prática social.

A preocupação dos produtores de *A Defesa* não se restringiu ao ato de informar seus leitores. Foi explícita a pretensão de educá-los. Para tanto, transmitiram, através do jornal, o posicionamento teológico e político-social assumido pela Diocese de Propriá. Não se pretendeu atingir a neutralidade, mas ensinar tudo aquilo que era considerado correto e desaconselhar, ou mesmo condenar, o que era tido como nocivo ao “bom cristão”. Assim, até as notícias que aparentemente tinham um caráter puramente informativo, quando são analisadas, demonstram reflexos do pensamento que norteava a Diocese.

Os aspectos referentes à produção e à *materialidade* do jornal mostram que a redação do periódico não utilizou somente os enunciados escritos para *civilizar* os leitores, mas lançou mão também dos dispositivos materiais, que demonstraram grande sintonia com as abordagens veiculadas em *A Defesa*, servindo para reforçar as *representações* difundidas através desse impresso.

A “postura progressista” que orientou a Diocese de Propriá nos anos 60 está refletida no jornal *A Defesa*. A grande presença dos leigos no processo de produção e distribuição do periódico católico demonstra a sintonia entre o clero diocesano de Propriá e o catolicismo dito progressista. Os clérigos que assumiram esse posicionamento entenderam que os fiéis deveriam ter ampla participação nas atividades da Igreja, especialmente naquelas que tivessem caráter secular. Assim, eles deveriam organizar as tarefas temporais de acordo com os desígnios de Deus. Essa perspectiva reflete a idéia de que, para o “clero progressista”, o sagrado deveria andar de mãos dadas com o processo histórico.

Para criar suas *representações* acerca do fenômeno educacional, o clero que compôs a Diocese de Propriá naquele decênio se *apropriou* também das diretrizes do Concílio Vaticano II, vindo a fazer uso dos documentos conciliares, assim como das mensagens e dos discursos enunciados nesse evento, para orientar um processo integral de formação do ser humano, que visava preparar o homem para atuar em sua realidade histórica conforme os ensinamentos do Evangelho.

A educação proposta pelo clero daquela Diocese visava a transformação das pessoas, principalmente daquelas que deveriam superar a opressão a que estavam submetidas.

É necessário ressaltar, porém, que não obstante a renovação vivenciada pelo clero brasileiro em meados dos anos 60, para garantir a manutenção da fé, o catolicismo necessitou manter também grande parte da tradição católica. Tal como propôs o Vaticano II, o desafio da Igreja era aliar as inovações à tradição. Nesse sentido, mesmo os “clérigos progressistas”, a exemplo do bispo Dom José Brandão de Castro, tiveram a necessidade de combater determinadas ações ou idéias que pareceram incorretas ou ameaçadoras para a “boa formação” dos fiéis. Essa situação pode ser percebida nas concepções que foram forjadas pelos produtores do jornal *A Defesa* acerca do comunismo e do regime militar instalado no Brasil, em 1964.

Através desse periódico, os membros da Diocese de Propriá tentaram combater “a ameaça comunista”, investindo na perspectiva de disseminar *representações* voltadas para a formação de uma mentalidade contrária ao comunismo.

O intuito de oferecer aos leitores de *A Defesa* subsídios para uma educação anticomunista não se fez presente apenas nos textos veiculados no jornal, mas também em pequenos

mecanismos educativos que fizeram parte da composição do periódico e, provavelmente, auxiliaram na tarefa educativa.

Assim, os produtores do impresso tentaram mostrar que a religião cristã não era conivente com as injustiças e com a miséria humana, somente não considerava lícito corrigir os erros com uma revolução, entendida pelo clero diocesano de Propriá como uma insensatez maior que os problemas sociais então existentes.

Para responder às discussões acerca das injustiças sócio-econômicas, o jornal defendeu um modelo de moral cristã que não ficasse limitado às questões espirituais, mas também abrangesse os problemas sociais. Os católicos deveriam se ajudar mutuamente. Logo, a folha católica foi utilizada para mostrar que a solução não residia na revolução. Para reforçar essa concepção, o periódico veiculou artigos, matérias e também a transcrição de trechos de documentos eclesiais, a exemplo da Encíclica *Populorum Progressio*, de alguns *Provérbios* e do documento conciliar *Gaudium et Spes*.

Os títulos dos artigos e das matérias também foram recursos educativos utilizados pelos produtores de *A Defesa* para combater o comunismo. Geralmente chamavam a atenção para a ameaça comunista. Antes que o texto fosse lido, o título já explicitava a postura oposicionista do jornal, influenciando, provavelmente, o ato da leitura.

O combate mais intenso dos produtores de *A Defesa* contra o comunismo ocorreu na primeira metade da década de 1960. Até 1965, ainda são encontrados discursos e *representações* que fomentam o embate. A partir de então, com a consolidação do governo militar, parece ter diminuído a preocupação dos clérigos da Diocese de Propriá com a “ameaça comunista”.

É importante enfatizar ainda que a posição anticomunista tem sido comumente associada à “ala tradicional” da Igreja. No entanto, na década de 1960, a ala da Diocese de Propriá que se declarava progressista também combateu intensamente o comunismo.

Para empreender esse combate, aquele clero diocesano passou a utilizar o jornal para legitimar a implantação do regime militar brasileiro, que ocorreu em 1964. Os produtores do impresso afirmaram que o golpe militar foi a forma mais viável de salvação da civilização cristã brasileira. A luta deles contra o comunismo não se voltou simplesmente contra a postura política e econômica adotada pelo sistema comunista, mas se fundamentou principalmente na associação

desse regime ao ateísmo e à dissolução da cristandade. De acordo com os responsáveis pela produção de *A Defesa*, os problemas do governo militar que provocaram revoltas em alguns segmentos da sociedade civil, eram resultados imediatos da necessidade de salvar o Brasil, mas teriam solução rápida. Em conformidade com os discursos enunciados no periódico católico, tais problemas eram reflexos de uma luta autêntica em prol da defesa do povo brasileiro.

É importante salientar que, o fato de a Igreja ter assumido a tarefa de *civilizar* os fiéis, especialmente os jovens, lhe garantiu o *status* de órgão censor, uma vez que todo grupo ou pessoa que assume a tarefa educativa tende a combater aquilo que acredita ser nocivo e exaltar o que considera correto, ou seja, pratica a censura.

A atuação censora dos produtores *A Defesa* se voltou principalmente para o combate aos desvios comportamentais dos jovens, à ausência de regras morais dos adultos, ao conteúdo que a juventude recebia do cinema e às diversões consideradas imorais. Dessa forma, a Igreja da micro-região sergipana do Baixo São Francisco utilizou o referido periódico católico para tentar moldar costumes, ações e idéias de alguns grupos juvenis, especialmente daqueles que habitavam a cidade de Própria e a sua circunvizinhança.

A juventude foi abordada no jornal a partir de dois ângulos: a ótica do problema social e a idealização da salvação da civilização cristã. Por um lado, os jovens que chamaram mais a atenção dos produtores de *A Defesa* foram aqueles que, de alguma forma, ameaçavam a manutenção da moral católica. Essa ameaça normalmente se apresentava em forma de “desvios comportamentais” vistos como anomalias.

É válido salientar que o clero diocesano de Propriá considerava que a manutenção da ordem social assentada nos princípios do catolicismo era uma tarefa que cabia à juventude. Logo, se os jovens não se adequassem à moralidade católica, os pilares da cristandade poderiam ruir. Essa idéia não refletiu apenas o temor de que os grupos juvenis se desviassem dos propósitos religiosos e promovessem a desintegração do mundo católico, mas também demonstrou a grande confiança que os produtores de *A Defesa* depositaram na força juvenil, desde que a juventude fosse orientada de acordo com o catolicismo e interiorizasse seus valores, normas e padrões de comportamento.

Nos anos de 1960, a juventude foi vista por muitas pessoas como o grupo capaz de empreender profundas mudanças sociais. Por isso, os jovens despertavam sentimentos opostos: esperança e medo. No entanto, os produtores de *A Defesa* não atribuíram grande importância à temida “força revolucionária da juventude”. A politização dos jovens daquele período quase não apareceu nas edições do periódico católico. Essa temática foi alvo de pequenas alusões superficiais no impresso. Os dispositivos que constituíram a materialidade do jornal, a exemplo das imagens, também não se voltaram para o jovem questionador, motivado por ideais políticos. Enquanto muitos temiam a tal “força revolucionária”, o clero diocesano de Propriá tentava usar o poder de renovação juvenil para fazer a defesa dos interesses da cristandade, mais especificamente do mundo cristão em transformação, que buscava aliar a tradição às mudanças históricas em curso nas sociedades secularizadas. Nesse sentido, os jovens eram considerados os indivíduos mais adequados para a promoção dessa adaptação entre o catolicismo tradicional e o mundo contemporâneo, em constante mudança.

Embora sejam comuns as abordagens que *representam* os jovens brasileiros dos anos 60, especialmente os universitários, como politizados, empenhados na luta em prol das mudanças políticas, comportamentais e de valores, envolvidos em entidades, movimentos culturais e manifestações públicas, lutando contra o regime militar e em prol das liberdades negadas pelas instituições tradicionais, a exemplo da Igreja que negava o direito destes a uma sexualidade desvinculada do casamento, a referida folha católica procurou ocultar esse lado. O fenômeno denominado delinquência juvenil foi *representado* simplesmente como sintoma do afastamento da sociedade adulta e, conseqüentemente, da juventude, da fé e da moral cristã católica.

Assim, mesmo quando censuraram idéias e atitudes dos “jovens transviados”, os produtores de *A Defesa* afirmaram que a delinquência juvenil era conseqüência direta do desregramento moral dos adultos que, tendo se afastado dos princípios católicos, não ofereceram bons exemplos aos jovens. Por outro lado, procurou-se estimular o ideal de uma “educação compreensiva” voltada para os rapazes. Todavia, o jornal não se dirigiu às moças da mesma forma amena utilizada com os jovens. Ao desregramento moral feminino foram feitas críticas mais severas.

O jornal atribuiu maior importância ao caráter privado do gênero feminino. As jovens foram abordadas como sustentáculos da instituição familiar. Não foi atribuída relevância à sua presença

no espaço público. Portanto, a folha católica procurou orientá-las para que se adequassem principalmente ao ambiente doméstico.

Apesar de se assumirem como progressistas, nos anos de 1960 os clérigos da Diocese de Propriá ainda faziam uso dos discursos religiosos que atribuíam à mulher o papel de esposa, mãe e “rainha do lar”. As *representações* sobre as moças, que circularam em *A Defesa*, sugeriam que a existência da mulher estava associada principalmente à construção e à manutenção da família. Enquanto isso, o jornal incentivava a atuação dos rapazes no espaço público. Até a *materialidade* do periódico contribuiu para diferenciar os papéis sociais que deveriam ser exercidos por homens e mulheres. Os temas relativos à política e à economia, provavelmente dirigidos ao público masculino, apresentavam letras menores e textos mais extensos. É provável que os produtores do impresso considerassem que, naquele momento, estavam se dirigindo a um público leitor mais erudito. Já os assuntos referentes às tarefas domésticas, provavelmente destinados às mulheres, apresentavam letras maiores e textos curtos, indicados para pessoas com pouca habilidade na leitura.

Vale ressaltar que a idéia de que a mulher tinha vocação natural para a maternidade esteve presente, de forma relevante, em discursos médicos elaborados no século XIX. Tais discursos também afirmaram que a mulher apresentava características psicológicas e intelectuais distintas dos homens, adequadas ao ambiente doméstico.

Por outro lado, é importante salientar também que, embora os produtores de *A Defesa* tenham utilizado idéias difundidas no século XIX, não dá para afirmar que as *representações* veiculadas na folha católica estivessem ultrapassadas em relação àquelas difundidas pela imprensa laica, pois, são encontradas percepções semelhantes em revistas que circularam no decênio de 1960, tais como *Cláudia*, *A Cigarra* e *O Cruzeiro*.

Os produtores de *A Defesa* tentaram homogeneizar o comportamento das moças, buscando oferecer uma educação padronizada, exceto para aquelas que desejassem se dedicar à vida sacerdotal. Essa tentativa de oferecer uma educação única foi dificultada principalmente pelo fato de, no referido decênio, as moças estarem vivendo mudanças que evidenciavam cada vez mais a pluralidade de suas personalidades, comportamentos, idéias e objetivos.

Diante da ameaça de perder o controle sobre uma parcela relevante da juventude, o clero diocesano de Propriá procurou investir na formação de novos padres, que pudessem oferecer auxílio na tarefa de evangelizar os jovens. Assim, o jornal foi também um importante veículo de difusão dos discursos em prol das “vocações sacerdotais”. O impresso estimulava os rapazes a seguirem a carreira religiosa, apontando os caminhos que deveriam ser traçados e requerendo contribuições dos fiéis para a manutenção da educação dos futuros sacerdotes.

Os discursos para a juventude enunciados em *A Defesa* se voltaram primordialmente para os jovens urbanos, especialmente para aqueles que demonstraram maior afastamento em relação à doutrina católica.

Para legitimar e consolidar as *representações* e discursos acerca da formação moral dos jovens, os produtores de *A Defesa* trataram as idéias veiculadas no periódico como desígnios divinos e não como formas de pensar historicamente construídas.

FONTES CONSULTADAS

EDIÇÕES DO JORNAL *A DEFESA*

- A DEFESA, Propriá, n. 366, 21 set. 1961.
- A DEFESA, Propriá, n. 368, 16 out. 1961.
- A DEFESA, Propriá, n. 369, 29 out. 1961.
- A DEFESA, Propriá, n. 370, 15 nov. 1961.
- A DEFESA, Propriá, n. 371, 30 nov. 1961.
- A DEFESA, Propriá, n. 372, 01 jan. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 373, 28 jan. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 374, 11 fev. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 375, 28 fev. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 376, 19 mar. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 377, 01 abr. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 378, 15 abr. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 379, 06 mai. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 380, 27 mai. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 381, 13 jun. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 382, 29 jun. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 383, 15 jul. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 384, 29 jul. 1962.
- A DEFESA, Propriá, n. 385, 20 ago. 1962.

A DEFESA, Propriá, n. 386, 07 set. 1962.

A DEFESA, Propriá, n. 387, 16 set. 1962.

A DEFESA, Propriá, n. 388, 30 set. 1962.

A DEFESA, Propriá, n. 389, 14 out. 1962.

A DEFESA, Propriá, n. 390, 28 out. 1962.

A DEFESA, Propriá, n. 391, 25 nov. 1962.

A DEFESA, Propriá, n. 392, 16 dez. 1962.

A DEFESA, Propriá, n. 394, 20 jan. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 395, 06 fev. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 396, 17 fev. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 397, 10 mar. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 398, 31 mar. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 399, 15 abr. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 401, 15 mai. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 402, 30 mai. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 403, 15 jun. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 404, 30 jun. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 405, 15 jul. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 406, 31 jul. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 407, 15 ago. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 408, 31 ago. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 409, 20 set. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 410, 29 set. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 411, 15 out. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 412, 03 nov. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 413, 20 nov. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 414, 08 dez. 1963.

A DEFESA, Propriá, n. 415, 03 jan. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 416, 19 jan. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 417, 02 fev. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 418, 23 fev. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 419, 27 mar. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 420, 15 abr. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 421, 30 abr. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 422, 15 mai. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 423, 30 mai. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 424, 13 jun. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 425, 27 jun. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 426, 19 jul. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 427, 30 jul. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 428, 15 ago. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 429, 25 ago. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 430, 06 set. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 431, 20 set. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 432, 04 out. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 433, 20 out. 1964.

A DEFESA, Propriá, n. 434, 04 nov. 1964.
A DEFESA, Propriá, n. 435, 20 nov. 1964.
A DEFESA, Propriá, n. 436, 06 dez. 1964.
A DEFESA, Propriá, n. 437, 25 dez. 1964.
A DEFESA, Propriá, n. 438, 15 jan. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 439, 31 jan. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 440, 14 fev. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 441, 28 fev. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 442, 15 mar. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 443, 30, mar. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 444, 15 abr. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 445, 30 mar. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 446, 13 mai. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 447, 30 mai. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 448, 15 jun. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 449, 08 jul. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 450, 21 jul. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 451, 08 ago. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 452, 22 ago. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 453, 05 set. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 454, 15 set. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 455, 30 set. 1965.
A DEFESA, Propriá, n. 456, 15 out. 1965.

A DEFESA, Propriá, n. 457, 31 out. 1965.

A DEFESA, Propriá, n. 458, 17 nov. 1965.

A DEFESA, Propriá, n. 459, 30 nov. 1965.

A DEFESA, Propriá, n. 460, 15 dez. 1965.

A DEFESA, Propriá, n. 461, 30 dez. 1965.

A DEFESA, Propriá, n. 462, 15 jan. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 463, 30 jan. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 464, 13 fev. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 465, 27 fev. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 466, 13 mar. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 467, 27 mar. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 468, 17 abr. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 469, 30 abr. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 470, 15 mai. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 471, 29 mai. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 472, 13 jun. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 473, 29 jun. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 474, 10 jul. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 475, 31 jul. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 476, 17 ago. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 477, 31 ago. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 478, 15 set. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 479, 29 set. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 480, 15 out. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 481, 30 out. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 482, 15 nov. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 483, 30 nov. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 484, 08 dez. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 485, 25 dez. 1966.

A DEFESA, Propriá, n. 486, 08 jan. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 487, 29 jan. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 488, 15 fev. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 489, 28 fev. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 490, 15 mar. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 491, 30 mar. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 492, 16 abr. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 493, 10 mai. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 494, 25 mai. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 495, 10 jun. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 496, 25 jun. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 497, 09 jul. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 498, 20 jul. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 499, 06 ago. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 500, 20 ago. 1967.

A DEFESA, Propriá, n. 501, 14 jan. 1968.

A DEFESA, Propriá, n. 502, 28 jan. 1968.

A DEFESA, Propriá, n. 503, 11 fev. 1968.
A DEFESA, Propriá, n. 504, 31 mai. 1968.
A DEFESA, Propriá, n. 505, 20 jun. 1968.
A DEFESA, Propriá, n. 506, 02 ago. 1968.
A DEFESA, Propriá, n. 507, 04 set. 1968.
A DEFESA, Propriá, n. 508, 02 out. 1968.
A DEFESA, Propriá, n. 509, 18 out. 1968.
A DEFESA, Propriá, n. 510, 22 nov. 1968.
A DEFESA, Propriá, n. 511, 24 dez. 1968.
A DEFESA, Propriá, n. 512, 15 jan. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 513, 15 fev. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 514, 02 mar. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 515, 23 mar. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 516, 13 abr. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 517, 11 mai. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 518, 13 jun. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 519, 06 jul. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 520, 31 ago. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 521, 17 set. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 522, 11 out. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 523, 02 nov. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 524, 25 nov. 1969.
A DEFESA, Propriá, n. 525, 20 dez. 1969.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II

DISCURSOS E MENSAGENS

Constituição Apostólica *Humanae Salutis*. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Carta Apostólica *Motu Próprio Consilium*. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Mensagem Radiofônica. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Gaudet Mater Ecclesia. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Mensagem Enviada à Humanidade. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Discurso do Papa João XXIII na 36ª Reunião Geral. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Discurso de Encerramento do Primeiro Período. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Discurso do Papa Paulo VI na Abertura do Segundo período. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Discurso do Papa Paulo VI no encerramento. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Discurso do Papa Paulo VI na Abertura do Terceiro Período. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Discurso do Papa Paulo VI na 116ª Congregação Geral. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Discurso do Papa Paulo VI no Encerramento. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Discurso do Papa Paulo VI na Abertura do Quarto Período. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Mensagem *Natius Evangelii Pacis* enviada por Paulo VI à Assembléia das Nações Unidas. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Discurso do Papa Paulo VI na assembléia das Nações Unidas. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Discurso do Papa Paulo VI na 142ª Congregação Geral. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Homilia de Paulo VI na oitava sessão do Concílio. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Discurso do Papa Paulo VI na nona sessão do Concílio. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Homilia Solene de Paulo VI no encerramento do Concílio. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Mensagens do Concílio à Humanidade. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Carta Apostólica de encerramento do Concílio Ecumênico. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

CONSTITUIÇÕES:

Lumen Gentium. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Dei Verbum. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Gaudium Et Spes. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Sacrosanctum Concilium. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

DECRETOS

Unitatis reditengratio. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Orientalium Ecclesiarum. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Ad gentes. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Christus Dominus. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Prebysterorum ordinis. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Perfectae caritatis. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Optatam totius. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Apostolicam actustatem. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Inter mirifica. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

DECLARAÇÕES

Gravissimum educationes. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Dignitatis humanae. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

Nostra aetate. São Paulo: Paulinas, 2003. 1 CD-ROM.

CORRESPONDÊNCIAS DO BISPO DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 06 abr. 1961, [S. l.], [para] Ralph W. Hauenstein, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 07 abr. 1961, [S. l.], [para] D. Helder Câmara, [S. l.] 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 08 abr. 1961, [S. l.], [para] D. Nésia, [S. l.]. 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 11 abr. 1961, [S. l.], [para] o governador Luis Garcia, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 09 mai. 1961, [S. l.], [para] o Pe. Guimarães – CSSR, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 18 ago. 1961, [s. l.], [para] Lourenço Van Sonsbel – CSSR, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 28 jan. 1962, [S. l.], [para] Pe. Visitador, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 30 nov. 1962, [S. l.], [para] o Presidente do CELAM, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 02 dez. 1963, [S. l.], [para] a Madre Superiora do Colégio Imaculada Conceição Penedo, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 8 dez. 1963, [S. l.], [para] o Cardeal Arcádio Larraona, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 21 jan. 1964, [S. l.], [para] Pe Tiago Cloin – CSSR, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 26 mai 1964, [S. l.], [para] o Mons. Hilário Pandolfo, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta]. 04 jun. 1964, [S. l.], [para] o Núncio Apostólico, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 02 mar. 1965, [S. l.], [para] o Pe. Rui da Silva, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 15 mar. 1965, [S. l.], [para] Paulo Figueiredo Barreto – Presidente da Federação dos Industriais de Sergipe, [S. l.] 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 17 mar. 1965, [S. l.]. [para] D. Eugênio Sales, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 13 abr. 1967, [S. l.], [para] o Ministro do Trabalho, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 13 jun. 1964, [S. l.], [para] o Governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta] 25 abr. 1967, [S. l.], [para] o Prefeito Municipal de Telha-SE, [S. l.], 1 p.

CASTRO, Dom José Brandão de. [Carta]. 26 abr. 1967, [S. l.], [para] o deputado Francisco Novais, [S. l.], 1 p.

DOCUMENTOS DE INSTALAÇÃO DA DIOCESE

JOÃO XXIII, Bula *Eclesiorum omnium*. 30 abr. 1960.

DIOCESE DE PROPRIÁ, Ata De Instalação Da Diocese De Propriá E Da Posse Do Novo Bispo Dom José Brandão De Castro. 16 out. 1960.

EDIÇÕES DO JORNAL CATÓLICO A CRUZADA

A CRUZADA, Aracaju, n. 1343, 31 mar. 1962.

A CRUZADA, Aracaju, n. 1346, 30 jun. 1962

A CRUZADA, Aracaju, n. 1347, 18 a 19 ago. 1962

A CRUZADA, Aracaju, n. 1360, 29 e 30 set, 1962

A CRUZADA, Aracaju, n. 1372, 19 jan. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n. 1381, 30 mar. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n. 1340, 12 a 14 mai. 19621408, 9 nov. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n. 1300, 09 jun. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n.1392, 22 jun. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n. 1391, 16 jun. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n. 1393, 29 jun. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n.1410, 31 ago. 1963.

A CRUZADA, Aracaju, n. 1102, 14 set. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n. 1403, 21 set. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n. 1403, 5 out. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n. 1371, 13 a 14 out. 1962

A CRUZADA, Aracaju, n. 1372, 20 a 21 out. 1962

A CRUZADA, Aracaju, n. 1407, 2 nov. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n. 1409, 23 nov. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n. 1411, 7 dez. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n.1412, 14 dez. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n.1413, 21 dez. 1963

A CRUZADA, Aracaju, n. 1413, 24 e 25 jun. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n. 1412, 17 a 18 jul. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n.1414, 31 jul. a 01 ago. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n. 1416, 15 ago. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n.1417, 22 ago. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n. 1418, 28 a 29 ago. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n.1419, 4 a 5 set. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n.1420, 11 a 12 set. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n. 1420, 18 a 19 set. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n. 1421, 25 a 26 set. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n.1422, 2 a 3 out. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n. 1424, 16 a 17 out. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n.1425, 23 a 24 out. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n. 1426, 30 a 31 out. de 1965

A CRUZADA, Aracaju, n.1428, 13 a 14 nov. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n. 1429, 20 a 21 nov. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n. 1430, 27 a 28 nov. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n. 1431, 4 a 5 dez. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n.1432, 11 a 12 dez. 1965

A CRUZADA, Aracaju, n.1433, 24 dez. 1965

OUTROS IMPRESSOS CONSULTADOS

GAZETA DE ARACAJU, Aracaju, n. 2050, 04 jan. 1962.

GAZETA DE ARACAJU, Aracaju, n. 2780, 08 abr. 1962.

A CIGARRA MAGAZINI, São Paulo: Sucursal, vol. 7 JUL. 1961, p. 5.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp. (Coleção Histórias de leitura). Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp. (Coleção Histórias de leitura), 2003.

ALMEIDA, Antônio José de. “Por uma Igreja ministerial: os ministérios ordenados e não-ordenados no ‘Concílio da Igreja sobre a Igreja’”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 337-368.

ALONSO, J. “Uma nueva forma de hacer Teología” In: VV.AA., *Iglesia y praxis de la liberación*. Sígueme: Salamanca, 1974, pp. 50-87.

ALVES, João Oliva. *Jornalismo na Academia*. Aracaju: Academia Sergipana de Letras, 2001.

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. “A educação do ser humano realizada no diálogo entre fé e cultura: a contribuição do Concílio Vaticano II.” In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 405-418.

ANDRADE JR., Péricles Moraes de. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926)*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. (Dissertação de Mestrado), 2000.

ANJOS, Márcio Fabri dos. “A teologia moral subjacente ao Concílio e seu impulso para a América Latina”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 389-404.

ANTONIAZZI, Alberto. “A CNBB e a pastoral urbana: primeiros passos”. In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 353-386.

ARAGÃO, Carlos Roberto Britto. *Propriá e sua região: apogeu, crise e perspectivas*. São Cristóvão: UFS, 1997. (Dissertação de Mestrado).

ARAGÃO, Carlos Roberto Britto e PRATA, Washington Luiz. *Propriá 200 anos: notas e fotos do bicentenário*. Aracaju: Sociedade Semear, 2002.

ARAÚJO, José Carlos Souza. “Um capítulo da veiculação da discussão educacional da imprensa no Triângulo Mineiro: a revista Escola (1920-1921)”. In: ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, pp. 91-131.

ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. “O racionalismo da ética argumentativa em face da secularização moderna”. In: *NUMEM: revista de estudos e pesquisas da religião*. n. 1, vol. 3, pp. 39-51, jan./jun. 2000.

ASSIS, Raquel Martins. *Psicologia, Educação e Reforma dos costumes: lições da Selecta Catholica (1846-1847)*, Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Educação, 2004. (Tese de doutorado).

ASSMAN, H., *Teologia desde la práxis de la liberación*. Sígueme: Salamanca, 1973.

AZANHA, José Mário Pires. *Uma idéia de pesquisa educacional*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1992.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os padres de Dom José: Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. São Cristóvão: UFS, 2004

BARROS, Raimundo Caramuru. “Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação.” In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 13-70.

BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos anos dourados.” In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp. 607-639.

BASTOS, D. Ambrósio. *Terra dos jovens*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1969

BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Orgs.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

BASTOS, Maria Helena Câmara. “Espelho de papel: a imprensa e a História da Educação”. In: ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, pp. 151-173.

BASTOS, Monsenhor Francisco. *Abusos e erros sobre a fé à luz do Vaticano II*. São Paulo: editora Herder, 1980.

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 198

BEOZZO, José Oscar. (org.). *A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio: história do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulinas, 1993.

BEOZZO, José Oscar. “Concílio Vaticano II – 1962/1965: a participação da Conferência Episcopal Brasileira”. In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 71-332.

BEOZZO, José Oscar. “A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil”. In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 425-458.

BEOZZO, José Oscar. “Presença e atuação dos bispos brasileiros no Vaticano II”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 117-164.

BERNAL, Sérgio. *CNBB: da Igreja da cristandade à Igreja dos pobres*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

BICCAS, Maurilane de Souza. “Da revista à leitura”: a formação dos professores e a conformação do campo pedagógico em Minas Gerais (1925-1940)”. In: ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, pp. 175-195.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. “Deus: experiência histórica e rosto humano – alguns elementos sobre a questão de Deus no Concílio Vaticano II”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 187-206.

BLOCH, Marc. *Introducción a la historia*. México. Fondo de Cultura Econômica, 1987.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRITTO, Sulamita de. (org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BRITTO, Sulamita de. (org.). *Sociologia da juventude II: para uma Sociologia diferencial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BOFF, Leonardo. *América Latina: da conquista à nova evangelização*. São Paulo: Ática, 1992

CALIMAN, Cleto. “CNBB: nova consciência eclesial à luz do Concílio”. In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 407-424.

CALIMAN, Cleto. “A Eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 2229-248.

CÂMARA, Dom Helder. “A CNBB nasceu assim”. In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 9-12.

CAMPOS, Josefina Leite. *Geografia de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1967.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. “A Carta Pastoral de Dom Justino e o ‘juramento de fidelidade à Igreja’: controle do rebanho face às ameaças do ‘lobo voraz’ espírita”. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias e PEREIRA, Mabel Salgado (org.). *Memórias Eclesiásticas: documentos comentados*. Juiz de Fora: UFJF; Minas Gerais: CEHILA, 2000, pp. 93-107.

CARON, Jean-Claude. “Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII – fim do séc. XIX)”. In: LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 2: Da Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 137-194.

CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAÚJO, José Carlos Souza e GONÇALVES NETO, Wenceslau. "Discutindo a História da Educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia- MG, 1930-1950)". In: ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, pp. 67-89.

CARVALHO, Eronides de e BRITO, Hercílio. *Discursos*. Propriá, 1941.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de e HANSEN, João Adolfo. "Modelos culturais e representação: uma leitura de Roger Chartier". *Varia Historia*: Belo Horizonte, n. 16, set. 1996, pp. 7-24.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Revisitando a historiografia educacional brasileira. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). *Educação, Memória, História: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado de Letras, 2004, pp. 375-400.

CARVALHO NETO, Pedro da Mota. *Imprensa estudantil sergipana (1874-2003)*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, (Monografia), 2004.

CATANI, Denice Bárbara & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. "Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPED (1985-2000)". *Revista Brasileira de Educação*, 19, jan. /abr. 2002, pp. 113-128.

CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: EDUSF. 2003.

CATÃO, Francisco. *O que é Teologia da Libertação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CATÃO, Francisco Augusto Carmil. "O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação". In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 95-116.

CELAM. *Liberación: diálogos em el CELAM*. Bogotá: Secretariado Geral do CELAM, 1974.

CELAM, *Pastoral juvenil*. Santiago do Chile Consejo Episcopal Latino Americano. 1975.

CENTRO DE ESTUDIOS E PUBLICACIONES. *La Iglesia en la America Latina: testimonios e documentos (1969-1973)*. Estela: Editorial Verbo Divino: 1975.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. São Paulo: *Estudos Avançados*, vol. 5, n. 11, jan./abr., 1991, pp. 173-191.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. México. Fondo de Cultura Econômica, 2000.

CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certeza e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. “A Revista Escola Argentina: reflexões sobre um periódico escolar nos anos 20 e 30”. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 6, jul./ dez. 2003, pp. 59-85.

CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto de. “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004, pp. 271 – 302.

COELHO, Sandro Anselmo. “O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 23, n. 46, jul.- dez., 2003, pp. 201-228.

COMBLIN, J. *Teologia da Libertação, Teologia Neoconservadora e Teologia Liberal*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CONGREGAÇÃO DO SANTÍSSIMO REDENTOR. *Perfis redentoristas* – D. José Brandão de Castro. Juiz de Fora: CSSR, 2000.

COSTA, Magno Oliveira da. *A Igreja Católica e a Educação de Base em Aracaju (1960-1970)*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, (Monografia), 1999.

COSTA, Rosimeire Marcedo. *Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)*. São Cristóvão: UFS, 2003. (Dissertação de Mestrado).

CROCHET, José Eduardo. “Comentário teórico e metodológico acerca das cartas íntimas da família Halfeld”. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias e PEREIRA, Mabel Salgado (org.). *Memórias Eclesiásticas: documentos comentados*. Juiz de Fora: UFJF; Minas Gerais: CEHILA. 2000, pp. 37-51.

CELAM, *Pastoral juvenil*. Santiago do Chile Consejo Episcopal Latino Americano. 1975.

CRUZ, José Vieira da. “A juventude estudantil em Aracaju: trilhando seus primeiros passos”. In: *Revista de Aracaju*, Aracaju, n. 9, 2002, pp. 65-83.

DALTON, Padre. *Perfis redentoristas*, n° 13. Juiz de Fora: CSSR. 2000

DAMPIER, William Cecil. *História da ciência: e das suas relações com a filosofia e a religião*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Inquérito, 1963.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEL PRIORE, Mary. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

DÓRIA, João Rodrigues da Costa. *Propriá: ligeiras notas para sua história*. Bahia, 1961.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmem da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

DUARTE, Mons. Luciano, *O caso Boff e a rebeldia contra Roma*. Brasília: SBEF Edições, 1985.

DUARTE, Mons. Luciano. *Concílio Vaticano II: Os Novos Caminhos da Cristandade*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999.

DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-americana (1930-1985)*. São Paulo:PAULUS, 1989.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. *O público e o privado em educação: o caso Anísio Teixeira e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul*. Disponível em: < <http://www.educação/públicoeprivado/anisio Teixeira/igrejacatólica.htm>. >. Acesso em 13/2/2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “O jornal e outras fontes para a História da Educação mineira do século XIX: uma introdução”. In: ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, pp. 133-149.

FARIAS, Ana Lígia Rodrigues de. *Educação em revista*. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

FERENZINI, Valéria Leão. “Aspectos Culturais e Religiosos dos Imigrantes Alemães e Italianos no Contexto da Romanização em Juiz de Fora (1894-1920).” In: MIRANDA, Beatriz V. Dias e PEREIRA, Mabel Salgado (org.). *Memórias Eclesiásticas: documentos comentados*. Juiz de Fora: UFJF; Minas Gerais: CEHILA, 2000, pp. 77-89.

FERNANDES, Dom Luís. *Como se faz uma comunidade eclesial de base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

FERREIRA JR., José. *Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico-visual*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

FLEICHMAN, Dom Lourenço. *Sinopse dos erros imputados ao Concílio Vaticano II*. Disponível em: < [http://www.capela.org.br/Crise/Vaticano2/sinopse .htm](http://www.capela.org.br/Crise/Vaticano2/sinopse.htm). >. Acesso em 8/2/2005.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. “História da Educação e História Cultural.” In: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *História e Historiografia da Educação Brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 49-75.

FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FRAGO, Antônio Viñao. “Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestionis”. Belo Horizonte: *Revista Brasileira de Educação*, n. 01, set./dez., 1995, pp. 63-82.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. A revista renovação e a educação da mulher sergipana. *Cadernos UFS – História da Educação*, São Cristóvão, vol. 5., 2003, pp. 51-65.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em história. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e & VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 161-178.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Ler/ ouvir folhetos de cordéis em Pernambuco (1930-1950)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GAMBIRASIO, Giorgio. *Ciência e religião*. São Paulo: Edicon, 1999.

GARCIA, Jacinta Turolo e CAPDEILLE, Guy. *Educação Católica*. São Paulo: EDUSC; Brasília: UNIVERSA, 2001.

GODOY, Manuel José de. “A CNBB e o processo de evangelização no Brasil”. In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 387-406.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. “Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX”. In: ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, pp. 197-225.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. “A teologia do Concílio Vaticano II e suas conseqüências na emergência da Teologia da Libertação”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 69-94.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Perfis Municipais – Propriá*. Aracaju, 1997.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. *Pés de anjo e letreiros de néon: ginásianos na Aracaju dos anos dourados*. São Cristóvão: Editora UFS, 2002.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*, n. 1, 1988, pp. 5-27.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Lima Salgado. *História e Civilização: notas a respeito de Norbert Elias*. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~humanas/0042.htm>>. Acesso em: 06/03/2005.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1975.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 1994.

HOUTART, F. e PIN, E. *A Igreja na revolução da América Latina*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1969

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INSTITUTO FE Y SECULARIDAD. *Fe cristiana y cambio social en America Latina*. Encuentro de El Escorial (1972). Sígueme: Salamanca, 1973.

JOHNSON, Paul. *O livro de ouro dos Papas: a vida e a obra dos líderes da Igreja*. Rio de Janeiro: Ediouro: 2003.

KADT, Emanuel de. *Católicos radicais no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

KASSICK, Neiva Beron e KASSICK, Clóvis Nicanor. *A contribuição do pensamento pedagógico libertário para a História da Educação Brasileira*. Disponível em: < <http://www.acontribuição/pensamentopedagógicolibertário/históriadaeducaçãobrasileira.htm>. >. Acesso em 13/2/2005.

LACERDA, Lilian Maria de. *Álbum de leitura: memórias de vida, histórias de leitoras*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

LAGUNA, Shirley Puccia. *Uma leitura dos livros de leitura da Escola Americana de São Paulo (1889-1933)*. São Paulo: PUC. 2003. (Tese de Doutorado).

LANDIM, Leilah (org.). *Sinais dos tempos: igrejas e seitas no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 1989.

LE FORT, Gertrud Von. *A mulher eterna: a mulher no tempo, a mulher fora do tempo*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1953.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1996.

LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean Cloude. *História dos jovens 1: da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIBANIO, João Batista. *Evangelização e libertação*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes: 1976.

LIBANIO, João Batista. *Teologia da Libertação*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

LIBANIO, João Batista. *A trinta anos do encerramento do Concílio Vaticano II – chaves teológicas de leitura*. Perspectiva Teológica, 1995

LIBANIO, João Batista. “Da apologética à teologia fundamental: a revelação cristã”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp.165-186.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO. “Tendências teórico-metodológicas da pesquisa em história da educação”. Brasília: INEP, *Série Documental: eventos*, n. 5, maio 1994, pp. 19-27.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação: uma disciplina, um campo de pesquisas*. In: *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LORD, Daniel A. *Juventude incompreendida: rumos novos na educação*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1953.

LORIGA, Sabina. “A experiência militar”. In: LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 2: Da Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 17-48.

LOURO, Guacira Lopes. “O cinema como pedagogia”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VEIGA, Cinthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 423-446, 2000.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUNARDELLI, Fatimarlei. *Quando éramos jovens*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983.

LUZZATO, Sergio. “Jovens rebeldes e revolucionários: 1789-1917”. In: LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 2: Da Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 195-258.

MACEDO, Helena Gebara de. *O assunto é padre*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1968.

MALVANO, Laura. “O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano”. In: LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 2: Da Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 259-290.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MANZATTO, Antônio. “O paradigma cristológico do Vaticano II e sua incidência na cristologia latino-americana”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 207-228.

MARITAIN, Jacques. *Rumos da Educação*. Rio de Janeiro. Livraria Agir Editora, 1966.

MARITAIN, Jacques. *Diário de Raíssa*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1966.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paulus: 2003.

MARTINS, Ana Luiza. 1999. “Gabinetes de leitura do Império: casas esquecidas da censura?”. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999, pp. 395-410.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

MARQUES, Luíz Henrique. *Teoria e prática de redação para jornalismo impresso*. Bauru – SP: EDUSC, 2003.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003.

MATOS, Izilda S. de e SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MELO, Valéria Alves. *Memórias da Indústria Têxtil em Propriá (1940-1979)*. Propriá, Programa de Qualificação Docente/Universidade Federal de Sergipe, 2002. (Monografia).

MENDES JR., A. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1980.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MICHAUD, Eric. “Soldados de uma idéia: os jovens sob o Terceiro Reich”. In: LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 2: Da Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 291-318.

MILBANK, Jonh. *Teologia e teoria social*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

MOUNIER, Emmanuel. *O compromisso da fé*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. São Paulo: PUC. 1997. (Tese de Doutorado).

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. Considerações iniciais acerca da palavra impressa e as práticas religiosas e educacionais protestantes no século XIX. *Revista do Mestrado em Educação*, São Cristóvão, vol. 4, jan./ jun. 2002, pp. 67-85.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação*. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/ NPGED, 2003.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do e FREITAS, Itamar. “A revista em Sergipe”. *Revista de Aracaju*, Aracaju, n. 9, 2002, pp. 169-187.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2005, pp. 235-289.

NAVARRO, Raylane Andreza Dias. *Igreja Católica: um agente social no Baixo São Francisco (o caso Betume)*. São Cristóvão/UFS, 2000. (Monografia).

NUNES, Maria José Rosado. “Freiras no Brasil.” In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp. 482-509.

ALVES, João Oliva. *Jornalismo na Academia: discursos proferidos por ocasião da posse do acadêmico João Oliva Alves na Academia Sergipana de Letras*. Aracaju: Academia Sergipana de Letras. 2001

OLIVEIRA, Simone G. de. “A Igreja Católica e o Século XX: impasses entre a tradição e os tempos modernos registrados no Primeiro Congresso Católico Mineiro.” In: MIRANDA, Beatriz V. Dias e PEREIRA, Mabel Salgado (org.). *Memórias Eclesiásticas: documentos comentados*. Juiz de Fora: UFJF; Minas Gerais: CEHILA, 2000, pp. 53-61.

PADOVANI, Umberto A. *Filosofia da Religião: o problema religioso no pensamento ocidental*. São Paulo: Edições Melhoramentos; Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

PAIVA, Ângela Randolpho. *Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

PAIVA, José Geraldo de. *A religião dos cientistas: uma leitura psicológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

PASSERINI, Luisa. “A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950”. In: LEVI, Giovani e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 2: Da Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 319-382.

PEREIRA, Mabel Salgado. “Orientações episcopais por meio de escritos pastorais: circular reservada de Dom Silvério Gomes Pimenta (1919) e carta pastoral de Dom Justino José de Sant’Ana (1949)”. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias e PEREIRA, Mabel Salgado (org.). *Memórias Eclesiásticas: documentos comentados*. Juiz de Fora: UFJF; Minas Gerais: CEHILA. 2000, pp. 65-75.

PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. 2. ed. Recife: Editora Massangana, 1982.

PERFIS REDENTORISTAS. Juiz de Fora. 2000

PERROT, Michelle. A juventude operária: da oficina à fábrica”. In: LEVI, Giovani e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 2: Da Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 83-136.

PIERUCCI, Antônio Flavio. “Reencatamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em Sociologia da religião”. In: *Novos Estudos*, São Paulo, n. 49, novembro de 1997, pp. 99-118.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLETTO, Ivo. “A CNBB e a luta pela terra no Brasil”. In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 333-352.

PORTA, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958.

PUNTEL, Joana T. “A Igreja e os meios de comunicação na sociedade brasileira a partir do Concílio Vaticano II”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 315-336.

QUOIST, Michel. *O Diário de Ana Maria*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Agir, 1969.

QUOIST, Michel. *O Diário de Dani*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Agir, 1969.

RAMOS, Antônio da Conceição. *Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1954-1964)*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, (Dissertação de Mestrado),2000.

REESE, Thomas J. *O Vaticano por dentro: a política e a organização da Igreja Católica*. Bauru: EDUSC, 1999.

REMÉDIOS, Maria José. “O jornal católico Novidades: sentido(s) de educar”. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 6, jul./ dez. 2003, pp. 9-2.

RENAN, Ernest. *Vida de Jesus*. São Paulo: Martin Claret, 1995.

RIBEIRO NETO, Quintino. *A Teologia da Libertação em Sergipe*. São Cristóvão/UFS, 1996. (Monografia).

RODRIGUES, Carlos. *Censura federal: leis, decretos leis, decretos, regulamentos*. Brasília: C. R. Editora Ltda., 1971.

ROMANO, Giovanni. “Imagens da juventude na era moderna”. In: LEVI, Giovani e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 2: Da Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 7-16.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SANTOS, Fábio Alves dos. “A construção da Moral na Revista Sergipe Artífice”. IN: *Cadernos da UFS: História da Educação*. Vol. V, Fascículo I, 2003, p.21-26.

SANTOS, José Adeilson dos. *A Igreja Católica e a Reforma Agrária: atuação da Pastoral da Terra da Diocese de Propriá (SE) na década de 80*. São Cristóvão/UFS, 1998. (Monografia).

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHINDLER, Norbert. “Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da Era Moderna”. In: LEVI, Giovani e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens 1: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHOOYANS, Michel. *O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil*. São Paulo: Editora Herder, 1963.

SIGAUD, D. Geraldo de Proença. “Aspectos da infiltração comunista no laicato e no Clero Católico, no mundo e no Brasil.” In: *A Igreja, o comunismo e o marxismo*. São Paulo: Editora Herder, 1977.

SILVA, José Ariosvaldo da. “Reforma litúrgica a partir do Concílio Vaticano II”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 293-315.

SILVA, Wellington Teodoro da. “O catolicismo militante em Juiz de Fora”. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias e PEREIRA, Mabel Salgado (org.). *Memórias Eclesiásticas: documentos comentados*. Juiz de Fora: UFJF; Minas Gerais: CEHILA, 2000, pp. 123-143.

SÍNODOS DOS BISPOS. *A formação dos sacerdotes no mundo de hoje*. Cidade do Vaticano, 1989.

SOARES, Ismar de Oliveira. “Celebrando 500 anos de comunicação sob a liderança”. In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 481-496.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1966

SOUZA, Cristiane Vitória de. “Os impressos sobre a Educação em Sergipe (1889-1930)”. In: *Cadernos da UFS: História da Educação*. Vol. V, Fascículo I, 2003, p.39-49.

SOUZA, L. A. G. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, Ney de. “Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 17-68.

SOUZA, Valéria Carmelita Santana de. *A “Cruzada” Católica: uma busca pela formação de esposas e mães Cristãs e, Sergipe na primeira metade do século XX*. São Cristóvão: UFS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

STEIN, Gesuína Burin. *A educação nos documentos da Igreja Católica Apostólica Romana*. Brasília: Universa, 2001.

SUSIN, Luiz Carlos. “Para conhecer Deus é necessário conhecer o homem’ Antropologia teológica conciliar e seus desdobramentos na realidade brasileira”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 369-388.

TEIXEIRA, Faustino. “A experiência de Deus nas religiões”. In: *NUMEM: revista de estudos e pesquisas da religião*. n. 1, vol. 3, pp. 111-148, jan./jun. 2000.

TEIXEIRA, Faustino. “O Concílio Vaticano II e o diálogo inter-religioso”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 273-292.

THEIJE, Marjo de. *Tudo o que é de Deus é bom*. Recife: Editora Massangana, 2002.

TORRES, J. C. Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.

VALADIER, Paul. *Catolicismo e sociedade moderna*. São Paulo: Loyola, 1991.

VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nivia de Lima e. (org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VENTURA, Zuenir (org.). *Os anos 60: a década que mudou tudo*. São Paulo: Editora Abril, 1970.

VIDAL, Diana Gonçalves & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, pp. 37-70.

VIDAL, Marciano. *Para conhecer a ética cristã*. São Paulo: Paulinas, 1993.

VIDAL, Marciano. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999.

VILELA, Marize Carvalho. Estudo de periódicos: possibilidades para a leitura da história da educação. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). *Educação, Memória, História: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 401-450, 2004.

WACH, Joaquim. *Sociologia da religião*. São Paulo: Paulinas, 1990.

WACQUANT, Loïc J. D. *O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal*. *Revista Sociedade e Política*, Curitiba, n. 19, nov. 2002, pp. 95-110.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educar para transformar*. Petrópolis: Vozes, 1984.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W., “Desafios da Igreja Católica e política no Brasil”. In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 459-480.

WESTHELLE, Vítor. “Modernidade, mito e religião: crítica e reconstrução das representações religiosas”. In: *NUMEM: revista de estudos e pesquisas da religião*. n. 1, vol. 3, jan./jun. 2000, pp. 11-38.

WOLFF, Elias. “O Concílio Vaticano II e o ecumenismo no contexto brasileiro”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Ivanise Vera (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 249-272.

XAVIER, Ismail. *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Edições Graal/ Embrasil, 1983.

XAVIER, Libânea Nacif. "Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/ 2000)". In: Sociedade Brasileira de História da Educação (org.). *Educação no Brasil*. Campinas: SBHE & Autores Associados, 2001.

ZAGHENI, Guido. *A Idade Contemporânea: curso de História da Igreja IV*. Paulus: São Paulo, 1999.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)